



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

SÔNIA MIDORI TAKAMATSU

**ARTES DE FAZER: MEMÓRIA, PARTICIPAÇÃO E
HISTÓRIA NOS 30 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE
LEITURA DO BRASIL.**

CAMPINAS

2017

SÔNIA MIDORI TAKAMATSU

**ARTES DE FAZER: MEMÓRIA, PARTICIPAÇÃO E
HISTÓRIA NOS 30 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE
LEITURA DO BRASIL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Educação, na área de concentração de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lilian Lopes Martin da Silva

O ARQUIVO DIGITAL CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA SÔNIA MIDORI TAKAMATSU E ORIENTADA PELA PROF^ª DR^ª LILIAN LOPES MARTIN DA SILVA.

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 141500/2013-1

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

T139a Takamatsu, Sônia Midori, 1960-
Artes de fazer : memória, participação e história nos 30 anos da
Associação de Leitura do Brasil / Sônia Midori Takamatsu. – Campinas, SP :
[s.n.], 2017.

Orientador: Lilian Lopes Martin da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Associação de Leitura do Brasil. 2. Leitura. 3. Memória. I. Silva, Lilian
Lopes Martin da, 1955-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Arts of making : memory, participation and history of Brazilian
Association of Reading in the last thirty years

Palavras-chave em inglês:

Associação de Leitura do Brasil

Reading

Memory

Área de concentração: Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora:

Lilian Lopes Martin da Silva [Orientador]

Rosa Maria Hessel Silveira

Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo

André Luiz Paulilo

Norma Sandra de Almeida Ferreira

Data de defesa: 31-08-2017

Programa de Pós-Graduação: Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**ARTES DE FAZER: MEMÓRIA, PARTICIPAÇÃO E
HISTÓRIA NOS 30 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DE
LEITURA DO BRASIL.**

Autor: Sônia Midori Takamatsu

COMISSÃO JULGADORA:

Prof.^a Dr.^a Lilian Lopes Martin da Silva (orientadora)

Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Hessel Silveira

Prof.^a Dr.^a Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo

Prof. Dr. André Luiz Paulilo

Prof.^a Dr.^a Norma Sandra de Almeida Ferreira

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Ao Noel, Daniel, Eduardo e Dimitri.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio de instituições e de pessoas que generosamente acolheram e ofereceram contribuições essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Entre as instituições está a própria Associação de Leitura do Brasil (ALB) que através de sua diretoria sempre apoiou as ações dos pesquisadores que integram o projeto Associação de Leitura do Brasil – ALB: Memórias. Agradeço em especial à Luci Rudeck, secretária da ALB, que sempre acolheu e prontamente atendeu nossas solicitações.

Agradeço à minha orientadora Lilian Lopes Martin da Silva pela sua generosidade e competência na orientação deste trabalho sem o qual não seria possível concretizá-lo.

Meus agradecimentos aos professores que participaram da banca de defesa e de qualificação pelas generosas e relevantes contribuições: André Luís Paulilo, Maria Rosa R. M. Camargo, Rosa Maria Hessel da Silveira. Em especial, agradeço à professora Norma Sandra de Almeida Ferreira pelo apoio e incentivo durante a minha pós-graduação e pelas valiosas contribuições para o trabalho.

Ao professor Sergio Antônio da Silva Leite pelo acolhimento generoso no Programa de Estágio Docente.

Ao grupo Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) pelo apoio dado à pesquisa, em especial, ao Sr Antônio Boscolo, responsável pelos arquivos dos jornais *Correio Popular* e *Diário do Povo*, sempre nos ajudando com os equipamentos e cópias dos artigos de jornais.

Aos amigos e integrantes do grupo ALLE: Oton, Janaina, Andrea e Sue Helen pelas conversas e discussões que tivemos durante os cursos. Agradeço especialmente à Larissa de Souza Oliveira, companheira de caminhada pelos arquivos da ALB, pela generosidade e apoio.

Aos funcionários da Biblioteca Joel Martins, da Faculdade de Educação da Unicamp pela presteza nos serviços bibliotecários.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp sempre solícitos e prestativos.

Ao CNPq pelo fomento à pesquisa por meio de bolsa sem a qual não seria possível concretizá-la.

RESUMO

Este trabalho elege como tema as memórias da Associação de Leitura do Brasil (ALB); entidade que, há mais de três décadas, congrega interesses relativos à leitura, às questões pertinentes ao livro e, especialmente, ao livro e à leitura como interfaces da educação. A pesquisa compreende o período de criação da entidade até sua consolidação cuja extensão inclui as primeiras edições dos Congressos de Leitura do Brasil (1978 a 1981), a fundação da ALB (1981) e as eleições da primeira diretoria eleita em 1983. O que se projeta é a constituição de uma narrativa que permita identificar não só os caminhos que a ALB trilhou, mas as ações que permitiram sua consolidação no meio acadêmico e, também, para além dele. A constituição do percurso da história da entidade permite, igualmente, recuperar parte dos discursos sobre a leitura e o livro que circulavam no interior dos Congressos de Leitura do Brasil (COLE), eventos que deram origem à entidade e que reunia intelectuais, pesquisadores, bibliotecários e, sobretudo, educadores que atuavam na rede de ensino de 1º e 2º graus. Cabe assinalar o momento especial no qual a entidade se constituiu contextualizada no período marcado pelo processo de abertura política no país depois de quase vinte anos de regime militar o que confere especial atenção para as mobilizações dos educadores visando o debate para as alternativas para a educação. Os referenciais teóricos que constituem o suporte metodológico da pesquisa fazem parte do domínio da História Cultural, especialmente, às concepções teóricas que Michel de Certeau nos oferece para os estudos das práticas cotidianas. As noções sobre memória de Maurice Halbwachs e lugar de memória de Pierre Nora serão, igualmente, importantes para delinear o percurso da entidade. A documentação que compõe o corpus da pesquisa integra o acervo documental da ALB constituído de publicações, correspondências e documentos oficiais da entidade, bem como materiais produzidos nos primeiros Congressos de Leitura do Brasil. A pesquisa também integra o projeto *Associação de Leitura do Brasil: Memórias*, coordenado pela Profª Drª Lilian Lopes Martin da Silva.

Palavras chaves: Associação de Leitura do Brasil (ALB), leitura, memória.

ABSTRACT

This work chooses as a theme the memories of Brazilian Association of Reading (ALB) institution that gathers the interest about reading, the book, and especially the reading and the book as interfaces for education. The present study comprises the period of the ALB creation until its consolidation, which encompass the first editions of the Reading Congresses of Brazil (1978-1981) and its first elected board of directors in 1983. The purpose of this dissertation is to remake the trajectory of creation of ALB, also aiming to compose a narrative that allows to identify the ALB's paths and choices which consolidate the institution not only academia environment and also beyond that. The history of the ALB trajectory allows to recover part of the discourses about the reading and the book that circulated in the Congress of Brazil's Reading (COLE), an event that created the ALB and brought together intellectuals, researchers, and, especially, educators who worked with the education system. It is necessary point out the special moment in which the ALB was created marked by the process of political opening after almost twenty year of military dictatorship. This process assigns attention for the educators' mobilizations that aim to the debates about alternatives for education. The theoretical references of this work are part of the Cultural History's field especially the Michel Certeaus's concepts about the practices of everyday life. The notions about the memory by Maurice Halbwachs and *lieux de mémoire* are also important for the institution's trajectory. The documentation that composes the research corpus integrates the ALB's collection and gathers documents related to the period of ALB creation such as publications, correspondences, official documents, as well as materials produced for the firsts COLEs, audio files, photos and material collected from the local media about the events. This research integrates the project Associação de Leitura do Brasil: Memórias, coordinated by Professor Lilian Lopes Martin da Silva, developed since 2009, which its purpose is connected to the ALB's memories and to organize the institution's collection.

Word-keys: Associação de Leitura do Brasil (ALB), Reading, memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A Associação de Leitura do Brasil (ALB).....	11
2. Um percurso de pesquisa.....	16
3. <i>Corpus</i>	24
4. Um percurso metodológico	28
CAPÍTULO 1 - NOSSO CHÃO HISTÓRICO: Tempos de mobilização.....	42
1. Universidades: lutas pela redemocratização.....	42
2. A Faculdade de Educação da Unicamp: ações para a organização do 1º COLE.	49
CAPÍTULO 2 - PAISAGEM QUE É MEMÓRIA E PALIMPSESTO: Os primeiros COLEs e Feiras do Livro.....	58
1. O Projeto Feira do Livro: nascimento do Congresso de Leitura do Brasil.....	58
2. A primeira Feira do Livro em 1978.....	59
3. 1º Congresso de Leitura do Brasil: <i>Leitura para todos</i>	66
4. A Feira das Feiras em 1979, uma Feira do Livro ampliada.	82
5. O 2º Congresso de Leitura do Brasil: <i>Pedagogia da Leitura</i>	86
6. 3º Congresso de Leitura do Brasil: Lutas pela democratização da leitura no Brasil.	105
CAPÍTULO 3 - SÍTIO CARREGADO DE MEMÓRIAS MÚLTIPLAS: fundação da ALB e as artes de fazer.....	138
1. Fundação da Associação de Leitura do Brasil (ALB) em 1981.	138
2. Artes de fazer: Os Congressos de Leitura do Brasil e a fundação da Associação de Leitura do Brasil.	144
3. Os cartazes dos COLEs e Feira do Livro	152
CAPÍTULO 4 - ATIVIDADE CRIADORA DOS PRATICANTES DO ORDINÁRIO: Estatutos não-autoritário e os primeiros desafios da ALB.	160
1) O Comitê Provisório da Associação de Leitura do Brasil e as primeiras ações.	160

2) A participação da ALB na II Conferência Brasileira de Educação.....	165
3) A 34ª Reunião Anual da SBPC realizada em Campinas.....	173
4. A 7ª Bienal Internacional do Livro e o III Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil.....	182
5. O 1º Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo, o primeiro evento regional da ALB.....	186
6. A revista <i>Leitura: Teoria & Prática</i> , primeira publicação da ALB.....	191
7. O 4º Congresso de Leitura do Brasil (COLE), primeiro congresso realizado pela ALB.....	202
8. 1983, ano de eleição para a diretoria da ALB (biênio 1984-1985).....	210
Considerações Finais.....	213
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225

INTRODUÇÃO

1. A Associação de Leitura do Brasil (ALB)

A Associação de Leitura do Brasil (ALB), passados trinta e cinco anos de sua fundação, ocorrida a 14 de novembro de 1981, continua ativa e se aproxima de seu quarto decênio de consecutivas ações em prol da leitura e do livro. Nesses quase quarenta anos, congregou educadores, pesquisadores, bibliotecários, profissionais do mercado editorial, bibliófilos, artistas, leitores diletantes, enfim, inúmeros colaboradores em torno de sua principal bandeira — o livro, a leitura e a democratização do conhecimento e dos bens de cultura — e, desde então, vem continuamente atuando em favor da leitura no campo educacional e cultural. Não há dúvida de que a longevidade da ALB é devida ao trabalho e participação de todos os colaboradores que se alinharam às suas causas e que, por si, corroboram as impressões do professor Ezequiel Theodoro da Silva, fundador e presidente de honra da ALB, de que a "força de uma entidade está na sua organização e, decorrente disso, na sua capacidade de mobilizar consciências" (SILVA, 1985).

Eventos como o Congresso de Leitura do Brasil (COLE), que se consolidou como referência para educadores tanto do meio acadêmico quanto para além dele, e as publicações como a revista *Leitura: Teoria e Prática*, editada desde 1982, são parte essencial de um conjunto de iniciativas nas quais a chancela da ALB é logo reconhecida. O grande contingente de pessoas interessadas mobilizado em torno de seus propósitos ao longo dos anos reafirma um percurso de êxito e confere legitimidade ao trabalho que a associação desenvolveu desde sua fundação. As contribuições oriundas de trabalhos sobre leitura que revigoram os debates em torno do tema; as publicações através das quais a ALB faz circular reflexões que contribuem significativamente para a divulgação das experiências de profissionais e formação de vários grupos de estudos; o empenho que permitiu à entidade promover ações positivas em prol do livro e da leitura em distintas regiões do país confirma um percurso que abriu perspectiva para a democratização dos saberes e dos bens culturais. Tanto as publicações da ALB como a extensa documentação que a entidade conservou ao longo dos anos constituem uma memória muito útil à composição de um panorama do conjunto de ações em favor da

leitura e do livro. E é nesse sentido que o presente trabalho opera, elegendo como objetivo principal a tarefa de reconstituir, por meio do acervo documental da ALB, a trajetória, as memórias e iniciativas que a associação protagonizou. O que projetamos aqui é a reconstituição de um percurso feito através da militância em favor da educação cidadã, almejando compor uma narrativa que permita identificar não só os caminhos que a ALB trilhou, mas as escolhas que a consolidaram no meio acadêmico e também para além dele.

O período inicial da história da ALB – compreendido entre 1981 e 1993 – assistiu ao crescimento da entidade e a consolidação da importância de seu papel no meio acadêmico. Nesses doze anos iniciais de atividade, observa-se o aumento expressivo de seu quadro de associados, salto que foi concomitante ao sucesso dos Congressos de Leitura do Brasil (COLEs). Foi um período em que a associação colheu significativos resultados a partir dos projetos que realizou, seja pelo crescimento exponencial do número de participantes nos COLEs —também verificado qualitativamente ao longo das edições dos congressos —, seja pela formação de núcleos de pesquisadores e amplo volume de publicações que a entidade promoveu, efetivando as diretrizes estabelecidas nos Estatutos da entidade.

A ALB tem como objetivo básico lutar pela democratização da leitura no contexto brasileiro, mediante:

- (a) O desenvolvimento de pesquisas e estudo sobre os diversos aspectos da leitura;
- (b) O estímulo à organização e implantação de núcleos de pesquisa e estudo, reconhecendo e apoiando seus trabalhos;
- (c) A veiculação, por diferentes meios e procedimentos de comunicação, das atividades executadas pelos núcleos de pesquisa e estudo e/ou pessoas interessadas.
- (d) A realização de eventos e a organização de publicações para o escoamento e divulgação dos trabalhos da área, com destaque para aqueles de sua própria autoria e/ou em parceria.
- (e) A união de esforços, selada através de convênios específicos, com entidades governamentais e/ou civis que também apresentem objetivos relacionados ao desenvolvimento e transformação, para melhoria, da leitura no país.
- (f) O comércio não lucrativo de livros e revistas e/ou serviços, de modo a diversificar e ampliar as atividades educacionais da entidade, considerando o novo contexto sócio jurídico do país e assim poder atingir mais rápida e eficientemente os demais objetivos a que a entidade se propõe (ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL, 2009).

Como já assinalamos, dentre as ações que se alinham aos compromissos estatutários da ALB, o Congresso de Leitura do Brasil sempre figurou entre as mais destacadas. Iniciativa de abrangência nacional, e que, desde o primeiro momento, contou com a participação significativa de inúmeros colaboradores de diversas áreas permitindo constituir um fórum de debates sobre o tema leitura e suas interfaces na educação e na cultura; o COLE tornou-se, como pediam os estatutos da ALB, referência de atuação em prol da promoção da leitura, do fomento às pesquisas, da divulgação de trabalhos etc. – uma consagração pública dos compromissos estatutários.

O primeiro COLE, realizado em 1978, resultou da parceria entre professores do Departamento de Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da Unicamp, a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas e a Associação Campineira de Bibliotecários. No ano seguinte, em 1979, ocorreu a segunda edição. A partir de então, chegou-se ao formato das edições bienais, muito em função da infraestrutura cada vez mais exigente – entre o terceiro e a décimo sexto evento, houve um aumento progressivo de inscritos que evoluiu de 500 participantes para mais de 5.000¹, fato que, evidentemente, exigiu um trabalho de organização muito mais complexo.

Cada uma das edições revela certamente passagens e registros que constituem relevante memória de sua trajetória. A participação de educadores como Paulo Freire na abertura dos trabalhos do 3ºCOLE, com a conferência “A importância do ato de ler”; a presença do educador e pesquisador Jean Foucambert, em 1997; do historiador Roger Chartier, no 13º congresso, em 2001; de escritoras consagradas como Ruth Rocha, Tatiana Belink entre inúmeros outros participantes consolidaram o congresso como um sítio mais que hospitaleiro e uma referência nacional para acadêmicos e educadores. Também marcantes foram as comemorações dos 30 anos da ALB que tiveram lugar na 18ª edição do congresso em 2012. Como parte das iniciativas que celebraram a data, destaque-se o lançamento do blog – *ALB – 30 anos* – cujo conteúdo registra os vários momentos da história da associação, devidamente ilustrados por documentos, fotos e vídeos desse longo percurso². Entre as atividades

¹ Para a evolução do número de inscritos nos COLES bem como o montante de trabalhos apresentados ver: RITTO, Ana Cláudia. *Relação Literatura para Crianças e Escola nos Trinta Anos de Congresso de Leitura do Brasil*, Trabalho de Conclusão de Curso — graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Lilian Lopes Martin da Silva, Campinas, 2009, p.14

² O *blog* foi uma forma dinâmica que encontramos de divulgar e ilustrar momentos significativos da trajetória da entidade. Foi produzido pelo grupo de pesquisa do projeto Associação de Leitura do Brasil – ALB: Memórias. O endereço eletrônico é o seguinte: <http://alb30anos.blogspot.com.br>.

comemorativas dos 30 anos da ALB, houve também um concurso para a escolha do logotipo comemorativo, além de sessões com a participação de membros integrantes das diretorias eleitas ao longo das três décadas de existência da entidade. No 19º Cole, em 2014, iniciaram-se as comemorações às vinte edições dos congressos. A produção do catálogo “Tempo de Cole” apresentou um conjunto de informações e de imagens referentes aos 19 COLEs realizados ao longo dos anos³. Na 20ª edição, em 2016, a exposição virtual *Cartografias da memória: os Congressos de Leitura do Brasil*⁴ ratificou a relevância das memórias do COLE, ocasião em que a ALB também esteve presente em uma mesa-redonda comemorativa com convidados que fizeram parte da fundação da associação e sempre foram colaboradores ativos da entidade e do congresso. Participaram da mesa os fundadores: professor Ezequiel Theodoro da Silva, presidente de honra da ALB; Regina Zilberman, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tania Rösing, professora da Universidade de Passo Fundo. A coordenação ficou a cargo da professora Lilian Lopes Martin da Silva, fundadora da entidade e docente da Faculdade de Educação da Unicamp⁵.

Consta também no longo registro de eventos promovidos pela ALB iniciativas como o “Seminário Nacional *O Professor e a Leitura do Jornal*”⁶ e o “Fórum Permanente *Desafios do Magistério*”. A primeira, viabilizada pela parceria entre a Rede Anhanguera de Comunicação (RAC) e Unicamp, foi realizada no período de 2002 a 2014 com sete edições bienais nas quais a pauta-base resgatava a importância da mídia escrita inserida no cotidiano escolar, objetivando estimular o desenvolvimento da leitura entre alunos e professores. Já o “Fórum Permanente *Desafios do Magistério*”, também fruto de parceria entre a Rede Anhanguera de Comunicação, a Coordenadoria Geral da Unicamp (CGU) e a Faculdade de Educação da Unicamp, foi realizado ao longo de nove anos, entre o ano de 2004 e o ano 2013, e procurou debater temáticas

³ *Tempo de Cole*, catálogo organizado pelo grupo de pesquisadores do projeto Associação de Leitura do Brasil – ALB: Memórias.

⁴ *Cartografias da memória: os Congressos de Leitura do Brasil*, exposição virtual sobre as vinte edições dos COLEs em comemoração à realização da 20ª edição. Durante o 20º COLE foi organizada também uma exposição física (com objetos e documentos referentes aos 20 congressos realizados) nas dependências da Faculdade de Educação da Unicamp, organizada pelo grupo de pesquisa do projeto Associação de Leitura do Brasil – ALB: Memórias, coordenado pela prof.^a Lilian Lopes M. da Silva e Luciane M. de Oliveira, que faz parte do Grupo de Pesquisa ALLE/AULA da Faculdade de Educação da Unicamp.

Confira em: <http://pesquisaalbmemoira.wixsite.com/cartografiasmemoria>, da Faculdade de Educação da Unicamp.

⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=SIzoA6aruok>

⁶ Anais podem ser acessados em <https://alb.org.br/anais-o-professor-e-a-leitura-do-jornal/>

voltadas ao universo da educação, especialmente às práticas pedagógicas; seu público foi constituído, majoritariamente, por professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Atualmente, o fórum *Desafios do Magistério* está incorporado como *Educação e Desafios do Magistério* na série denominada *Fóruns Permanentes*, integrando a programação geral da Universidade Estadual de Campinas.

Há no histórico da ALB também iniciativas no campo da produção editorial. Além do extenso acervo composto por livros e coleções publicados em parceria com editoras como a Global, Mercado Aberto, Autores Associados, Leitura Crítica, periódicos como *Leitura: Teoria e Prática* e a revista eletrônica *Linha Mestra* constituem uma marca da entidade. A revista *Leitura: Teoria e Prática* – cuja primeira edição foi lançada em 1982 – é uma das mais longevas publicações especializadas do Brasil e conta com classificação B1 em Educação e B2 em Letras/Linguística no Qualis Periódicos (CAPES); já a revista eletrônica *Linha Mestra* alcança uma década de atividade, sendo publicada desde 2007⁷.

No campo da investigação científica, a ALB sempre dedicou atenção especial à formação de grupos de pesquisadores, procurando divulgar os estudos acadêmicos desenvolvidos em universidades do Brasil. Núcleo de Educação Indígena, Roda de Pesquisadores e, atualmente, o Núcleo de Leitura da ALB são exemplos de tais iniciativas. Cabe lembrar que a atuação da ALB se estende igualmente aos movimentos e campanhas que tomam as questões da leitura e acesso ao livro como pontos centrais, por exemplo, o *Movimento Por um Brasil Literário*, surgido em 2009 através de um manifesto que reuniu entidades como Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil; a Casa Azul, que promove a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) no Rio de Janeiro; a Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil, entre outros. A ALB participa ainda das edições dos Salões do Livro Infantil e Juvenil promovidos pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, associação que é colaboradora da ALB desde a sua fundação⁸. A Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF), criada em 2012 em assembleia de fundação que teve lugar durante as atividades do 18º COLE, também teve na ALB suporte efetivo para sua constituição⁹, dado que reafirma o interesse e o empenho da entidade em constituir parcerias com instituições alinhadas às causas da leitura e do livro. A Fundação Nacional do Livro

⁷ A Revista *Linha Mestra* pode ser acessada no endereço: <http://alb.com.br/publicacoes/linha-mestra>

⁸ Relatório da diretoria da ALB (2013 – 2014), encontrado no site: <http://alb.com.br>.

⁹ Histórico de criação - <http://abalf.org.br/>.

Infantil e Juvenil, a Câmara Brasileira do Livro, a Associação Brasileira das Editoras Universitárias, a associação Ação Educativa são também corolários dessas políticas interativas da ALB.

2. Um percurso de pesquisa

A presente tese é resultado do trabalho de pesquisa que integra o projeto *Associação de Leitura do Brasil - ALB: Memórias*¹⁰ do grupo ALLE/AULA da Faculdade de Educação da Unicamp. O trabalho de pesquisa que resultou na tese teve como suporte principal o acervo documental da ALB, especialmente o conjunto de documentos relativo ao processo de criação e consolidação da entidade. O período delineado pode ser ordenado da seguinte forma: 1) momento anterior à fundação oficial da associação, concomitante à realização das primeiras edições dos COLEs no final da década de 1970; 2) a fundação da entidade, em 1981; 3) período de consolidação da entidade, e que remete à gestão da diretoria provisória; 4) as eleições que elegeu a primeira diretoria para o biênio 1984-1985. O critério que orientou a demarcação do período resultou do contato inicial com o *corpus* pesquisado permitindo que o nosso interesse fosse concentrado na análise de documentos relativos ao percurso inicial da ALB. O extenso conjunto de documentos contém diferentes materiais como manuscritos, impressos, registros em áudio e fotos, e que permitiu a reunião de um *corpus* diversificado para a investigação. A constatação da extensão do acervo constituído pelo projeto *Associação de Leitura do Brasil - ALB: Memórias* nos confirmou a importância do seu acervo, pois se trata de uma valiosa fonte de pesquisa que tem servido como objeto de interesse a outros trabalhos acadêmicos em curso e que certamente servira a outras investigações futuras¹¹.

¹⁰ Associação de Leitura do Brasil – ALB: Memórias é um projeto de pesquisa desenvolvida desde 2009 sob a coordenação da prof.^a Dr^a Lilian L. M. da Silva, professora da Faculdade de Educação – Unicamp e de Luciane M. de Oliveira.

¹¹ Relacionamos trabalhos que foram apresentados em curso de graduação como requisito para a conclusão do curso cuja fonte de pesquisa são publicações e arquivos de documentos de eventos promovidos pela ALB: RITTO, Ana Claudia. Relação ‘Literatura para Crianças e Escola’ nos Trinta Anos de Congresso de Leitura do Brasil; graduação em Pedagogia – FE/ Unicamp, 2009; SIMIONI, Erica B. Interesses de leitura e a revista *Leitura: Teoria & Prática*; graduação em Pedagogia — FE/ Unicamp, 2008; MOMOLI GIACOPINI, Carina M. A presença da literatura infantil na revista *Leitura: Teoria & Prática*; graduação em Pedagogia — FE/ Unicamp, 2007; MIRANDA, Yasmin de F. B. Trabalho com jornal em sala de aula: estado da arte; graduação em Pedagogia — FE/ Unicamp, 2007; PENTEADO, Ariadne Ieza. Formação docente e a prática do ensino da leitura: contribuições oriundas da revista *Leitura: Teoria & Prática*; graduação em Pedagogia — FE/Unicamp, 2007; SANTANA, Louise Peçanha. 1º Congresso de Leitura (1978): constituindo arquivo; graduação em Pedagogia — FE/Unicamp, 2013;

O envolvimento inicial com o tema que elegemos neste trabalho ocorreu no ano de 2012, ocasião em que passei a integrar como membro do projeto *Associação de Leitura do Brasil - ALB: Memórias*. Inicialmente a participação no projeto visava à comemoração dos trinta anos da associação, que teve lugar na 18ª edição do Congresso de Leitura do Brasil (COLE), em julho daquele mesmo ano. Num primeiro momento, examinamos o conjunto da documentação da entidade ainda sem o necessário tratamento arquivístico visando delimitar algumas questões que pudessem balizar os primeiros passos da criação da ALB. Nos arquivos disponibilizados pela entidade para as pesquisas do grupo foi identificada uma vasta documentação que se relacionava à fundação e às primeiras ações da associação — correspondências, relatórios de atividades, ofícios, memorandos, boletins informativos, atas de reuniões da diretoria, entre outros¹². Nessa primeira incursão, as pesquisas do grupo puderam alcançar registros de interesse sobre a ALB, especialmente aqueles que se relacionavam ao período de criação da entidade — período, a propósito, contemporâneo a um dos momentos mais críticos da história recente do Brasil, os últimos momentos da ditadura militar e os primeiros passos da abertura política no país — e o alcance das iniciativas e ações promovidas naquele momento. Pôde-se constatar, por exemplo, que as questões tomadas como bandeira pela – a leitura, o acesso à educação e cultura – traduziam, de forma oportuna, os anseios de profissionais ligados à educação e cultura, num momento em que a sociedade brasileira se mobilizava para a almejada redemocratização da nação. Foi nesse sentido que a ALB reuniu em torno dos propósitos que norteavam sua constituição um grupo diversificado de pessoas, acadêmicos, pesquisadores, profissionais da educação, da biblioteconomia, do mercado editorial, escritores, que militava em favor de uma educação inclusiva e democrática.

OLIVEIRA, Larissa de S., *A biblioteca escolar entre as páginas escritas do Congresso de Leitura do Brasil e a Revista Leitura: Teoria e Prática (1978 a 1985)* – FE/Unicamp, 2015. No projeto *Associação de Leitura do Brasil – ALB: Memórias* existem ainda dois projetos de pesquisa desenvolvidos em nível de pós-graduação: um projeto no programa de mestrado e um de doutorado.

¹² Além desse conjunto, havia outro com documentos sobre os COLEs que haviam sido previamente organizados pelo grupo de pesquisadores desde a criação do projeto sobre as memórias da ALB. O acervo iconográfico constituiu também parte da documentação investigada. Embora tenha uma organização ainda incipiente, o acervo iconográfico está parcialmente organizado e classificado por evento – COLE – de acordo com o período de realização; e os arquivos de áudio com as sessões de abertura dos congressos, os debates, conferências e mesas redondas dos COLEs gravados em fitas magnéticas de rolo, fitas cassete, fitas de VHS e DVDs. A investigação desse material nos forneceu uma orientação mais segura para a pesquisa capaz de produzir referenciais mais concretos para datações e fatos como ocorreu com a constituição da cronologia dos fatos anteriores à fundação da ALB. Esse movimento foi fundamental para estabelecermos uma sequência de acontecimentos que confluíram na criação e fundação da ALB.

A trajetória inicial da ALB coincide com o momento de declínio do regime militar e da grande crise econômica instalada no país em finais da década de 1970. As consequências do golpe de estado que havia conduzido os militares ao poder e os esforços da ditadura para contemplar as aspirações das elites tiveram dimensões profundamente negativas na vida brasileira. Mantendo a ordem política por meio de medidas opressivas, os militares no poder usavam do mesmo expediente no plano econômico, com o arrocho salarial e a consequente falta de investimentos substantivos em programas e que visassem o desenvolvimento econômico e social, sobretudo em áreas como educação, saúde, habitação; tudo isso incentivado pelo capital privado e pelos interesses do capital estrangeiros¹³.

Especificamente na área da educação, as reformas implementadas durante o regime militar configuraram um processo de negação de qualquer participação ou discussão mais ampla da sociedade civil como um todo e daqueles diretamente envolvidos nas questões da educação, especialmente os profissionais da educação. Cabe lembrar que as duas reformas de ensino realizadas durante o período: a reforma universitária, de 1968 (Lei nº 5.540), e a reforma do ensino primário e médio em 1971 (Lei nº 5.692); foram medidas essenciais para as pretensões do regime militar, no sentido de configurar ideologicamente o golpe de Estado e legitimar o governo dito desenvolvimentista dos militares. As mudanças na área educacional visavam à adesão da sociedade, especialmente os setores conservadores, à promoção, através da educação, de bases que atendessem às demandas de mercado às quais a ordem econômica adotada pelo regime estava atrelada. Dentre os muitos aspectos negativos das reformas, talvez um dos mais polêmicos tenha sido o caráter profissionalizante do ensino médio. De acordo com a lei 5.692, o ensino de 2º grau deveria ter como objetivo a habilitação profissional e a inserção do aluno no mercado de trabalho. A habilitação profissional no ensino médio expunha o aspecto da terminalidade, como Freitag (1980) assinalou, isto é, o curso profissionalizante capacitaria o aluno para o mercado de trabalho em nível técnico somente. Tal recurso foi utilizado pelo governo militar na tentativa de “solucionar” o problema da falta de vagas no ensino superior, mas que, na prática, colocava em perspectiva que a grande maioria dos alunos formados no ensino profissionalizante seria absorvida pelo mercado de trabalho, evitando a pressão sobre o

¹³ O projeto de “desenvolvimento industrial” seguiu como a grande meta econômica do regime, não obstante tivesse sido conquistada apenas relativamente (ou setorialmente), e com enorme prejuízo social e político.

ensino superior público, destinado para os alunos da classe alta e média alta. Outro fator fundamental que contribuiu grandemente para a crise instalada na educação foi a progressiva diminuição de verbas que, em curto espaço de tempo, resultaria no sucateamento da rede de ensino público, no desmonte dos quadros docentes e dos funcionários, no arrocho salarial. Some-se a isto a diminuição de ofertas de vagas nas escolas, à falta de recursos para manutenção de infraestrutura das escolas, etc. Tal situação, acrescida da contenção ou afunilamento das oportunidades de acesso à educação, configurava uma real política de exclusão social que grande parte da sociedade experimentaria no final da década de 1970. Acrescente-se a grave crise econômica potencializada pelas políticas de recessão do Ministro Delfim Neto que, depois do “milagre econômico” ainda na primeira metade dos anos 1970, e de um afastamento temporário, retornaria ao posto de ministro do regime militar até o esgotamento do regime.¹⁴

É dentro desse cenário político complexo que de um lado, acumulava as heranças traumáticas após quase duas décadas de ditadura e, de outro, aumentava a percepção de que a ditadura agonizava e que a perspectiva da democracia se mostrava muito mais possível e concreta, que a iniciativa de criação da ALB pode ser compreendida. É nele que ganha sentido a disposição e a atuação de um grupo de pessoas interessadas nas questões da educação e da cultura, mobilizando-se em torno de iniciativas como o COLE e a criação de uma entidade que levasse tais compromissos à frente. Ou seja, era num cenário de incertezas que um grupo de acadêmicos e profissionais da educação encontrou espaço para o debate em relação aos problemas que atingiam setores fundamentais da vida social, especialmente a educação, duramente alvejado por longos anos de políticas prejudiciais que resultaram em péssimas condições para o desenvolvimento e estímulo da leitura entre os alunos e a população em geral; na negação do acesso aos bens culturais, em especial o livro, tão necessário à formação cidadã; no sofrível desempenho dos alunos em relação a tarefas básicas como a leitura.

Essas primeiras impressões foram decisivas para elaborar o projeto de pesquisa do qual descende o presente trabalho. O que se desenhou como preocupação

¹⁴ Antônio Delfim Neto foi Ministro da Fazenda entre 1967 e 1964, nos governos de Costa e Silva, da Junta Provisória e de Garrastazu Médici. Entre 1974 e 1978 foi embaixador do Brasil na França. Retornando ao Brasil, voltou também à Esplanada dos Ministérios em Brasília; primeiro como Ministro da Agricultura, entre março e agosto de 1979; depois, como ministro do planejamento, entre 1979 e 1985

foi a palavra de ordem que a ALB propunha no momento de sua criação: a “democratização da leitura”, ou seja, a importância da leitura como forma de acesso aos saberes constitutivos da educação formal e cidadã e como acesso aos bens culturais tão necessário ao desenvolvimento de uma sociedade democrática.

A democratização da leitura tornou-se o objetivo central da entidade após sua criação e tem, desde então, orientado suas ações em prol da leitura. Todavia consideramos que o sentido e a legitimidade da legenda foram construídos nas edições dos primeiros COLEs, entre 1978 a 1981, que proporcionaram a adesão de um contingente diversificado de pessoas. Os congressos configuraram um importante espaço para os debates em torno das questões ligadas à leitura, mas, sobretudo, ao debate dos problemas no campo educacional e cultural. Exemplo disso viria da realização da mesa-redonda “Divulgação da Cultura”, realizada durante o 1º COLE, em 1978, quando o professor Moacyr Gadotti¹⁵ apontava para os problemas que o país enfrentava em relação à educação, em especial, a situação aguda de exclusão vivida por grande parte da população, em relação ao sistema educacional e do acesso aos bens culturais:

A produção de bens, de ideias, de técnicas está, como qualquer outra, vinculada a uma sociedade, e, no nosso caso, a uma sociedade de classes, em que somente uma minoria tem o poder de se apropriar dos bens produzidos pela população. Nesse contexto a questão da divulgação da cultura não é nem pedagógica, nem técnica e sim política. A política em relação à divulgação da cultura tem sido sabotada pela própria distribuição de renda neste país. De 1965 para cá, a verba destinada para o MEC caiu de 11% para 4%, o que nos situa em último lugar na América Latina em termos de porcentagem destinada à educação.

Potencialmente, temos no Brasil 25 milhões de leitores, mas, levando em consideração que o nosso operário trabalha em média 15 horas por dia (não teria condição de ler mesmo se os veículos estivessem ao seu alcance, gratuitamente), e que 50% dos filhos da classe operária não chegam aos patamares da escolarização (portanto não aprendem a ler), alguns dados positivos não significam nada (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p. 21-22).

¹⁵ Moacyr Gadotti nasceu em 1941 no interior de São Paulo formou-se em Pedagogia e Filosofia pela PUC/SP, Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra (Suíça) e livre docente pela UNICAMP. Foi professor titular da Universidade de São Paulo e atualmente é Diretor Geral do Instituto Paulo Freire. Suas obras são todas voltadas para a área da educação: educação, Paulo Freire, filosofia da educação, educação de jovens e adultos e sustentabilidade. Um dos fundadores do Instituto Paulo Freire e atual presidente de honra do instituto (<http://lattes.cnpq.br/0393558289378220>)

Em sua comunicação, o professor Gadotti apontava as condições precárias que grande parte da população era submetida, especialmente em relação à educação e aos bens de consumo e que, portanto, a leitura integrava uma difícil realidade da qual grande parte da sociedade estava excluída. Na edição do COLE de 1979, Gadotti retomou a análise, porém de forma mais contundente. Na conferência de encerramento do congresso discorreu sobre a grave situação de grande parte da população excluída de direitos básicos como o acesso à cultura através dos livros e sobre a necessidade de politizar o debate a esse respeito.

Seria preciso a meu ver, que esse Congresso de Leitura se transformasse num Congresso de Leitura Popular, que defendesse os interesses dos leitores postergados. Não basta saber ler se os veículos de leitura são inacessíveis, financeira e culturalmente, à massa da população. Ler é uma necessidade social, um *bem social*, e, portanto, deve ser garantido pelo Estado. O Estado vem se desobrigando, “lenta e gradualmente” da sua tarefa de possibilitar a leitura para todos, entregando-a à empresa particular (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.45).

Na esteira das edições anteriores, o 3º COLE, em 1981, foi centrado no tema “Lutas pela democratização da leitura” e consolidou as diretrizes pelas quais a entidade foi criada. Dessa forma, é possível afirmar que os propósitos fundamentais da ALB tenham, ao longo das primeiras edições dos COLES, tomado forma e consistência, especialmente com a crescente participação do público formado em sua maioria por educadores que almejavam alternativas para a educação e o restabelecimento da integridade do processo educacional. A reafirmação pelas lutas em prol da democratização da leitura teve especial atenção na primeira edição da revista *Leitura: Teoria e Prática* em novembro de 1982, com um editorial que trazia os objetivos básicos da recém-criada entidade convidando os educadores para o engajamento das lutas pela democratização da leitura. Logo no primeiro parágrafo, o editorial do número zero de *Leitura: Teoria e Prática* não deixava dúvida a respeito de seus propósitos: a revista “[nascia] com o propósito principal de servir como veículo para a comunicação e o intercâmbio entre aqueles que se preocupam com os problemas de leitura em nosso país” e convidava “a todos aqueles que [desejavam] lutar pela democratização da leitura no contexto brasileiro através de um trabalho coletivo e transformador” (LTP, 1982, p.2). Consideramos que a revista conclamava seus leitores, na maioria educadores e profissionais da educação, a uma mobilização coletiva que refletisse e questionasse os

problemas da educação, encorajando o confronto contra uma situação insustentável de descaso em relação à educação.

É diante de tais características de recusa à situação educacional do país naquele momento que aproximamos as ações da ALB (já iniciadas nos primeiros COLEs) aos conceitos de Certeau que define o "caráter ético" das práticas cotidianas permitindo abrir espaços para as práticas transgressoras de uma ordem imposta: “um espaço que não é fundado sobre a realidade existente, mas sobre uma vontade de criar alguma coisa” (CERTEAU, 1985, p.8).

As orientações para construção de nossa narrativa sobre o percurso e as memórias da ALB tiveram nessas questões muito de seu suporte. Consideramos que para compor uma narrativa sobre a história da ALB seria necessário a observação das práticas cotidianas que o grupo de fundadores da entidade empreendeu nos momentos iniciais da trajetória que permitiu a criação e fundação da associação; práticas que, a nosso ver, são as *artes de fazer*, pois derivam da recusa e da transgressão ao autoritarismo e produziram um espaço de militância em torno de objetivos legítimos no campo da educação, especificamente as ações em prol da leitura. Assim, temos o interesse em recuperar também os discursos que nos trazem notícias a respeito de uma prática, ou seja, a identificação de práticas de leitura e de práticas pedagógicas propostas naquele momento, que podem proporcionar uma visão sobre um momento específico da história da leitura no Brasil. As ações da ALB em torno de objetos como a leitura e o livro permitiram discutir os sentidos e representações que tais objetos produziram num dado momento — o da criação da entidade —, assim como as apropriações dessas representações por um círculo de pessoas. Cabe dizer ainda que algumas noções fundamentais buscadas no suporte teórico da História Cultural são, em nosso entendimento, essenciais à tarefa de observar, investigar e dar a conhecer trajetórias como as da ALB e as ações resultantes de sua criação. Conforme afirma Chartier (2002), “a História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Assim, a apreensão do mundo social, segundo seus conceitos, pode ser dada a partir de categorias fundamentais, não obstante as variáveis próprias a uma classe ou grupo que são compartilhadas pelos seus membros. Essas representações são distintas e dizem respeito ao “grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17). Portanto, decifrar os discursos

inerentes às representações é decifrar quem fala e de qual lugar fala, ainda que essas representações suscitem estratégias e práticas para legitimar um discurso e justificar as escolhas feitas pelo grupo, como lembra o autor.

Além disso, dada a importância do contexto no qual estão inseridas as práticas que nos interessam como matéria fundamental para a construção de uma narrativa, é preciso lembrar que a observação das práticas cotidianas permite constituir um panorama não apenas das práticas propriamente ditas, mas também do contexto no qual se inserem, o que, no tema de que tratamos, permite identificar as razões pelas quais o grupo fundador da ALB fez as escolhas para a condução da criação da entidade. Dessa relação de práticas e contexto, podemos extrair a matéria para compor uma "memória coletiva" do grupo, seguindo a definição que Maurice Halbwachs nos oferece em *A Memória Coletiva*. Segundo ele, a "memória coletiva" diz respeito a uma "história vivida" por um grupo de pessoas e, igualmente, às apropriações resultantes dessa vivência do grupo; os sentidos e representações atribuídos pelo grupo são singularmente incorporados pelos membros em determinado tempo e circunstância. Trata-se de uma concepção da "memória coletiva" como uma construção social, ou seja, a concepção que vê nas lembranças de fatos, objetos e imagens as marcas das convenções sociais próprias dos grupos. Logo o entendimento das relações construídas entre os membros do grupo fundador da ALB e os objetivos em comum pode nos auxiliar na compreensão do conjunto de práticas estabelecidas pelo grupo para conduzir seus propósitos e compor a narrativa sobre a trajetória da entidade. Não defendemos aqui uma narrativa conclusiva sobre as memórias do grupo, mas uma narrativa possível da trajetória do grupo de pessoas que militaram em prol da leitura. Consideramos que a história da ALB está identificada a momentos significativos da história recente da educação no Brasil e a composição da trajetória da entidade poderia recuperar a importância de tais momentos, especialmente em relação à leitura no campo educacional.

À noção de "memória coletiva" procuramos também associar a noção de "lugar de memória" proposta por Pierre Nora, especialmente pela leitura crítica proposta em relação a certos lugares de memória consagrados pela historiografia e que não podem refletir a memória considerada por ele como vida — "sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento" (NORA, 1993, p. 9). O autor aponta ainda a noção de memória vinculada ao sentimento de pertencimento, um "fenômeno privado" produzido

pelos tempos modernos, isto é, lembranças que suscitam uma relação com o passado podendo reforçar ou criar um vínculo identitário. A essas anotações, seria útil acrescentar um adendo do antropólogo Jöel Candau: “Se existem lugares que parecem predeterminados pela memória, mais votados do que outros para acolher, é porque ela já aí trabalhou e depositou, ao longo do tempo, camadas sucessivas de sedimentos memoriais ao ponto de, por vezes, saturar de sentido esses sítios particulares” (CANDAU, 2005, p.190).

Todos esses apontamentos contribuíram decisivamente para a definição da noção de lugar de memória assumida no curso da pesquisa. A ideia da sedimentação de memórias múltiplas — das "camadas sucessivas de sedimentos memoriais" depositadas em um só lugar e que podem suscitar um vínculo identitário — ajudou a definir e considerar a ALB como um lugar de memória, onde as memórias da entidade se confundem com as memórias de diversas participantes dos COLEs, da fundação da associação, das atividades que deram a ela visibilidade e, sobretudo, do espaço de vivência proporcionado nos debates sobre a leitura. O lugar de memória que a ALB promoveu poderia ser considerado como um "sítio" carregado de "memórias múltiplas que constituem outros tantos convites ao visitante, quando ele consegue sentir o seu peso, a pôr em movimento também a dele, aumentando ainda o capital memorial do lugar" (CANDAU, 2005, p.190). Consideramos que as memórias da trajetória da entidade produzem um vínculo identitário, um sentimento de pertença de pessoas que vivenciaram experiências em comum delineadas pelas preocupações com a leitura, a educação e a cultura.

3. Corpus

A seleção da fortuna documental respeitou o critério dado a partir do interesse específico da ALB, que compreende, além dos três primeiros COLEs (1978,1979, 1981), a fundação da entidade em 1981, a gestão da diretoria provisória (1981 a1983) e a eleição da primeira diretoria para o biênio 1984-1985. O movimento que se segue busca detalhar a composição do *corpus*.

3.1 Acervo do Congresso de Leitura do Brasil – COLE

O acervo completo dos COLEs compreende um período de 1978 a 2016, referente a 20 edições do congresso. O trabalho de organização do material arquivado na ALB foi efetivamente realizado a partir de 2009, quando o projeto *Associação de*

Leitura do Brasil-ALB: Memórias foi constituído. O conjunto relativo às primeiras edições do COLE – do 1º ao 4º COLE (1978 a 1984), foi tomado como base da pesquisa contendo documentação em diversos suportes: impressos (programas do congresso, resumos dos trabalhos apresentados, relatórios técnicos), uma série de fotos que, ainda, necessitam de tratamento técnico, cartazes e registros em áudio gravados em fitas de rolo e fitas cassetes que foram remasterizados em CDs para manuseio dos pesquisadores. O material sonoro que correspondente aos dez primeiros congressos está mapeado com fichas de decupagem demarcando todas as atividades registradas nas gravações. Parte da documentação impressa foi digitalizada para os arquivos do projeto mantendo o original nos arquivos da entidade. Outra produção do projeto *Associação de Leitura do Brasil-ALB: Memórias* foi o catálogo *Congresso de Leitura do Brasil (1978-1995): catálogo de fontes*, publicado em 2015, onde constam informações sobre os materiais disponibilizados para pesquisas referentes às dez primeiras edições dos COLEs.

3.2 Atas de reuniões, assembleia da ALB e posse da diretoria.

O conjunto de atas manuscritas da ALB está entre os documentos oficiais da entidade e registram as reuniões ordinárias da diretoria, atas de assembleia dos associados e de posse das diretorias eleitas. O primeiro grupo de atas compreende o período de dezembro de 1981 e fevereiro de 1984, referentes à gestão da diretoria provisória; os registros existentes do mês de fevereiro de 1984 são relativos às reuniões ordinárias da primeira diretoria escolhida para o biênio de 1984-1985. O segundo conjunto de registros é o das atas das assembleias dos associados e posse de diretoria compreendendo o período de 1985 até o ano de 1989, quando foi retomada a prática de registro das reuniões ordinárias da diretoria e que continuou até o início de 1991. Os documentos de reuniões continuam no biênio de 1992-1993. Os anos de 1991 a 1992 e 1993 a 1995 constam apenas as atas de posse de diretoria e das assembleias dos associados. Entre 1995 a 2007 não há nenhum registro de atas, sendo retomada somente em 2007 quando a entidade passou a publicar a síntese das reuniões de diretoria no site da entidade.

As atas que fazem parte da pesquisa são as de fundação da ALB em 1981; as referentes às reuniões do Comitê Provisório (1981-1983) e da posse da primeira diretoria (1984 – 1985). Os registros são regulares e constitui um diário das atividades

da diretoria, bastante ricos em detalhes quanto às decisões tomadas pela direção da entidade.

3.3 Correspondências

O arquivo de correspondências da entidade que integra o acervo do projeto *Associação de Leitura do Brasil-ALB: Memória* é referente ao período de 1982 a 2006 e mantém sua organização original, segundo critérios adotados pela entidade. As correspondências consideradas para o trabalho de pesquisa da tese referem-se ao período de 1981 a 1984. Do conjunto de correspondências selecionamos as correspondências referentes às atividades desenvolvidas pela entidade e aquelas que nos dão notícias sobre a participação da entidade em eventos como congressos, seminários.

3.4 Estatuto da ALB

O primeiro estatuto da ALB foi elaborado pela diretoria provisória em 1981, logo após a fundação da entidade e publicado para os associados na primeira edição da revista *Leitura: Teoria e Prática* em 1982. O texto foi submetido à aprovação em assembleia realizada durante o 4º COLE em 1983. Os Estatutos da entidade passaram por adequações posteriores em 2007, chegando ao seu formato definitivo em 2009, atualmente, as versões dos Estatutos estão disponibilizadas no site da entidade. O texto original do estatuto de 1981 e, também, seu esboço encontram-se arquivados junto ao acervo da ALB e foram digitalizados para os arquivos do projeto.

3.5 Publicações

3.5.1 Informativo ALB

Os *Informativos ALB* foram publicados durante a gestão da diretoria provisória. Propunham prestar esclarecimentos e informar os associados das ações que a diretoria havia desenvolvido no período. Foram publicados dois *Informativos ALB* entre os anos de 1982 e 1983.

3.5.2 Cadernos da ALB

Os *Cadernos da ALB* foram produzidos em parceria com a Editora Mercado Aberto e tiveram duas edições em 1985 e 1986. As publicações reúnem artigos de pesquisadores convidados sobre um tema relacionado à leitura. O primeiro *Caderno da ALB* (1985) organizado pela professora Regina Zilberman e reúne artigos sobre o ensino

da literatura voltado para as práticas pedagógicas no 2º grau. A segunda publicação (1986) organizada pelo professor Ezequiel Theodoro da Silva reúne artigos sobre o tema “biblioteca”.

3.5.3 Revista Leitura: Teoria e Prática

Concebida e lançada pela diretoria provisória da ALB em 1982, a revista *Leitura: Teoria e Prática* configurou uma das primeiras diretrizes da entidade visando a atender os anseios manifestados pelos participantes dos primeiros COLEs. Nas primeiras edições foram publicados conferências e trabalhos apresentados nos COLEs, além de seções dedicadas à divulgação dos relatos de experiências de profissionais ligados às práticas de leitura, especialmente em escolas da rede de ensino. A revista *LTP* é considerada a única revista brasileira dedicada ao tema leitura e está classificada no Qualis Periódico da CAPES como B1 em Educação e B2 em Letras/Linguística.

3.6 Outras fontes

3.6.1 Do Departamento de Metodologia da Faculdade de Educação

Durante a organização e posterior análise do acervo documental que comporia o corpus foram localizados os arquivos já extintos Departamento de Metodologia da Faculdade de Educação da UNICAMP – DEME. Esse conjunto específico foi incorporada ao corpus especialmente em razão das relações de proximidade e colaboração entre o departamento e as instâncias de organização dos COLEs. O primeiro COLE foi organizado por professores do DEME em parceria com a Secretaria de Cultura de Campinas e a Associação de Bibliotecários de Campinas e, desde então, a parceria foi fundamental para a realização de outros congressos. O DEME foi extinto em 2005 e todo o acervo de documentos do departamento foi arquivado na Faculdade de Educação. O trabalho de recuperação de documentos do departamento que se referem aos primeiros COLEs foi necessário, pois expôs detalhes que não viriam à luz na ausência desses documentos. Os documentos relativos ao período de 1978 a 1981 são compostos de ofícios, atas de reunião do conselho, projetos, relatórios do departamento, num total de cerca de 30 documentos que encontram-se digitalizados. É uma coleção que permite mapear o envolvimento dos professores do departamento com a organização dos COLEs e, posteriormente, com a fundação da ALB.

3.6.2 Mídia

O acervo da ALB, especialmente os arquivos dos COLEs, incluem uma hemeroteca com artigos sobre os congressos publicados nos jornais da cidade de Campinas. O já extinto *Diário do Povo* e o *Correio Popular*, ainda em circulação, tornaram-se fontes preciosas de informações, uma vez que essa imprensa cedeu apreciável espaço para a cobertura dos eventos, incluindo publicação de artigos a respeito dos congressos. A pesquisa nas referidas fontes também permitiu o acesso a informações e acontecimentos marcantes da época que foram importantes para recompor um contexto local do período.

Além do material existente no acervo da RAC, pudemos recolher material da hemeroteca da Biblioteca Municipal de Campinas onde encontramos artigos de divulgação sobre o 1º COLE, o 1º Congresso de Bibliotecários de Campinas (1º COBI) e a primeira edição da Feira do Livro. O material da Biblioteca Municipal foi recolhido graças à sugestão da bibliotecária Vânia Lando de Carvalho, uma das organizadoras do 1º COBI, membro, na ocasião, da Associação Campineira dos Bibliotecários, atualmente extinta.

4. Um percurso metodológico

O que este trabalho pretendeu foi coser fragmentos, notícias, experiências e aspirações que, uma vez ordenadas, permitissem reconstituir e interpretar os caminhos que a Associação de Leitura do Brasil percorreu na fase inicial de construção e consolidação. Algumas das noções recolhidas na teoria de Michel de Certeau foram essenciais para nortear o trabalho de interpretação do *corpus* compilado, tendo em vista a compreensão das várias ações e relações possíveis que um grupo de pessoas vivenciou no interior da ALB. Com isso, pretendemos delinear as práticas cotidianas do grupo e, como denominou Certeau, as suas “artes de fazer”.

Michel de Certeau apresenta-nos o olhar do pesquisador que observa o particular dentro da hegemonia de uma cultura dominante – é o que ele denomina “ciência prática do singular” (CERTEAU, 2011, p. 341). Segundo Girard, em prefácio ao clássico *A Invenção do Cotidiano*, o postulado reporta-se ao deslocamento criado quando observamos o específico e o particular, isto é, ao nos afastarmos de uma interpretação totalizante e nos atermos às experiências ordinárias ou às maneiras de

fazer. A expressão “maneiras de fazer” evidencia, conforme Certeau, a “atividade criadora dos praticantes do ordinário”, mas não se trata de um “atomismo social” ou a investigação de uma unidade, o indivíduo. Trata-se de admitir que “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”, ou ainda, como os indivíduos se apropriam das representações hegemônicas impostas pela cultura dominante (CERTEAU, 2012, 341).

A uma produção racionalizada, expansionista além de cristalizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosamente e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 2012, p.39).

O pressuposto básico das artes de fazer envolve a noção de prática; a rigor, as práticas singulares dos indivíduos no cotidiano, que expressam uma particularidade na maneira de consumir e se comportar diante de uma hegemonia cultural. A ideia de consumo pressupõe, então, uma equação de mão única, a da passividade; no entanto, a observação atenta dessas práticas permite ver outra face ou mesmo outra relação de consumo que foge desse domínio da passividade. Existe uma ação definida como prática criadora de um espaço próprio para seu agente (consumidor) e que “transforma o espaço que lhe é imposto”; portanto, a observação que se impõe diante das práticas do cotidiano seria, como define Michel de Certeau, observar o “consumidor enquanto criador, enquanto produtor ou enquanto praticante” (CERTEAU, 1985, p.6).

Tais práticas são atividades criativas e possuem três aspectos fundamentais — um caráter estético; um caráter ético; e um caráter polêmico —, sendo que o primeiro se refere à forma ou estilo de utilizar os objetos: como falar com seu interlocutor, utilizar o espaço da rua, contar uma história, etc. Nessas práticas, podemos observar um “estilo”, uma expressividade, termo emprestado à literatura que Certeau define como “um modo específico de pôr em prática uma ordem linguística, um sistema linguístico imposto a todos”.

Note-se que não quero analisar as práticas cotidianas apenas enquanto elementos de informação sobre a vida social e econômica das pessoas. Trata-se também de uma *arte*, justamente uma arte que tem como

característica ser fundamentalmente uma *arte de fazer*. Isto é, que não se traduz num discurso, mas sim em um elo (CERTEAU, 1985, p. 7).

O segundo aspecto designado como o "caráter ético" possui uma característica distintiva relacionada à recusa da identificação com a ordem imposta; os indivíduos criam, nas práticas, “espaços de jogo, um intervalo da liberdade, uma resistência à imposição (de modelo, de um sistema ou de uma ordem)” (CERTEAU, 2011, p. 340). A recusa é considerada como uma “vontade de criar” e produz "práticas transformadoras da ordem imposta"; assim, as práticas cotidianas carregam o elemento ético são também uma "vontade histórica de existir" (CERTEAU, 1985, p. 8).

Como anotamos, o terceiro aspecto é o "caráter polêmico" que localiza nos espaços das práticas cotidianas uma tensão, ou seja, uma relação de forças entre dois campos distintos, o campo social e o campo do saber. É uma relação de forças conflituosas e pressupõe uma apropriação e um redirecionamento da “força de imposição do totalmente feito e totalmente organizado” (CERTEAU, 2011, p. 340). Em última instância, significa sua defesa, sua sobrevivência.

todas as práticas cotidianas se inscrevem como intervenções em um conflito permanente, em uma relação de força. E quanto mais fraco se é, mais deve ser malicioso. (...) Elas (as práticas cotidianas) são essencialmente uma maneira de lutar contra o mais forte para contornar, para utilizá-lo (CERTEAU, 1985, p.8).

O "caráter polêmico" das práticas cotidianas expõe a luta constante dos indivíduos pela sobrevivência e a afirmação de sua existência; a conotação do caráter polêmico é de enfrentamento, de luta por uma sobrevivência dos indivíduos, questão bastante presente no trabalho de Certeau.

Os três aspectos definidos pelo autor integram um conjunto de estudos anteriores nos quais é possível compreender os pressupostos de suas concepções. Como sabemos, Michel de Certeau se dedicou ao tema cultura popular e seu trabalho mais contundente foi *A Cultura no Plural*, publicado em 1974. Na obra, o autor expõe as ideias básicas que serviram de referência às suas pesquisas posteriores e as que originaram *A Invenções do cotidiano*¹⁶. Em *Cultura no plural*, suas críticas se

¹⁶ Em 1974, Michel de Certeau coordenou um estudo sobre os problemas de cultura e sociedade junto ao órgão público francês Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique (DGRST) vinculado diretamente ao Primeiro Ministro da França. O estudo foi desenvolvido no período de 1974 a 1978, com uma equipe de pesquisadores franceses do qual Luce Girard, autora do prefácio da obra *A*

direcionam à massificação da cultura e à imposição de uma cultura hegemônica, pretensamente universal, e que atende ao apelo mercadológico das sociedades modernas. A cultura popular, ou a cultura ordinária, é aquela que diz respeito ao consumo, mas de forma específica, segundo um “código próprio” criado pelos praticantes em favor de seus interesses. Quando consideramos a cultura enquanto práticas cotidianas, há o deslocamento de uma relação de consumo dos objetos, criando-se a possibilidade de se perceber o comportamento do indivíduo como práticas singulares vinculadas a apropriações e representações típicas do grupo de indivíduos ao qual cada um pertence. Assim, a análise deve privilegiar as investigações sobre aquilo que realmente “sustenta e organiza os objetos de cultura” na nossa sociedade, e que são, segundo Certeau, as práticas cotidianas, lugar da diversidade e da pluralidade. Como consequência, o termo cultura popular ou ordinária deve ser entendido como aquela que é praticada, ou seja, a cultura que está presente e se enraíza no cotidiano das pessoas – a nossa cultura.

Em relação às práticas, Certeau nos alerta para as três prioridades que permitem perceber sua organização e funcionamento: o oral, o operatório e o ordinário. A oralidade é o essencial na nossa sociedade, pois constitui o espaço da comunicação, da circulação de saberes, da organização dos espaços onde vivemos; enfim, são “oceanos de comunicação que se infiltram por toda parte e sempre determinantes, mesmo onde o produto final da atividade apaga todo traço desta relação com a oralidade” (CERTEAU, 2011, p. 338). A análise da oralidade de um determinado grupo ou local nos permite uma ideia das maneiras pelas quais os indivíduos se apropriam e utilizam uma língua. Nesse sentido, as formas de utilização da língua ou as práticas cotidianas das quais os indivíduos fazem uso promovem uma distinção em relação à linguagem normativa estabelecida segundo critérios de uma cultura dominante. Para

Invenção do Cotidiano, fez parte. Luce Girard no prefácio relata que a pesquisa apresentou três fases distintas durante o período de 1974 a 1978: em 1974, um grupo de pesquisadores foi convidado a participar dos estudos como Marie-Pierre Dupuy, Marie Ferrer, Dominique Julia (que não pôde aceitar), Patrick Mignon, Olivier Mongin, Isabelle Orgozo, Luce Girard, Thomas Gunther (naquele período era estudante), Pierre Mayol e Pierre Michelin. O grupo se desfz em 1975. Uma segunda fase dos estudos foi realizada no Seminário de 3º Ciclo na Universidade de Paris VII – campus Jussieu, coordenado por Certeau e as discussões mais teóricas sobre os estudos puderam ser encaminhadas entre um público formado por pesquisadores. A última fase dos estudos foi realizada por um pequeno grupo de pesquisadores que foram a campo para recolher os dados necessários para a pesquisa; participaram do grupo Pierre Mayol, Luce Girard e Marie Ferrer. A obra *A Invenção do Cotidiano* foi publicada em 1980 sob a organização de Luce Girard.

Certeau, os usos da língua pelos praticantes constituem um campo bastante rico para as pesquisas sobre as maneiras de fazer.

A segunda prioridade é a “operatividade” relacionada às práticas propriamente ditas. A noção compreende as operações utilizadas pelos praticantes para o consumo de objetos culturais e que podemos apreender em ações cotidianas como falar, ler, morar, andar, etc. As práticas cotidianas determinam o uso dos objetos; a importância da observação das práticas está no delineamento das operações utilizadas pelos usuários. Segundo o autor, a “cultura se julga pelas operações e não pela posse dos produtos” (CERTEAU, 2011, p.339).

Por último, o aspecto a respeito da cultura ordinária que se define pela apropriação dos objetos culturais de acordo com um “código particular” dos praticantes. A pluralidade das ações pode ser observada em sua apropriação ou nos “usos ordinários” dos praticantes. Sobre a cultura ordinária, Certeau assinala:

Neste sentido, a cultura ordinária é antes de tudo uma *ciência prática do singular*, que toma às avessas nossos hábitos de pensamento onde a racionalidade científica é conhecimento do geral, abstração feita do circunstancial e do acidental. À sua maneira humilde e obstinada, a cultura ordinária elabora então o processo do nosso arsenal de procedimentos científicos e de nossas categorias epistêmicas, pois não cessa de rearticular saber singular, de remeter um e outro a uma situação concreta particularizante e de selecionar seus próprios instrumentos de pensamento e suas técnicas de uso em função desses critérios (CERTEAU, 2011, p. 341/342).

As práticas são múltiplas e a sua análise relaciona-se à forma como cada usuário ou um grupo de usuários se apropria "dos códigos e dos lugares que lhes são impostos ou então subvertem as regras aceitas para compor formas inéditas e utilizam os objetos", conforme adverte Chartier (CHARTIER, 2002, p. 160).

As práticas não são homogêneas e, segundo Certeau, dependem de um contexto social e, principalmente, de uma relação de forças – o dominante e o dominado. Essa relação de forças é, por natureza, uma relação de forças opostas e que estão continuamente em tensão, remetendo-nos à análise polemológica da cultura proposta pelo autor de *A Invenção do Cotidiano*. As práticas cotidianas surgem como enfrentamento; a transgressão seria uma forma de sobrevivência do mais fraco, uma forma de criar um campo para suas práticas; a adesão permitiria a sobrevivência dentro do campo do outro, nesse caso, submeter-se ao mais forte. As artes de fazer pressupõem

um meio pelo qual o indivíduo pode criar o espaço das práticas que são as *táticas* definidas por Certeau como "engenhosidades do fraco para tirar partido do forte" (CERTEAU, 2012, p. 44). A *tática* não possui lugar próprio, mas sua existência depende do lugar do outro; é um "cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade" (CERTEAU, 2012, p.45).

trata-se da situação do caçador furtivo. Ele não está "em casa", "à vontade", mas sim numa posição de fraqueza, no interior de uma ordem imposta e é pelo fato dessa situação que sua operação tática será diferente da estratégia. (...) aquilo que é essencial no caso da tática é, simultaneamente, a dependência em relação ao tempo e um uso muito mais sutil do mesmo. Porque damos, aproveitamos conjunturas, as circunstâncias para dar o golpe (CERTEAU, 1985, p. 16).

O *golpe* é a forma pela qual a prática se instala e cria o lugar próprio dos usuários, um enfrentamento para sua subsistência. À noção de *tática*, o autor configura outra concepção fundamental sobre a estratégia e que especifica os "esquemas operacionais" pelos quais é possível analisar as ações constituidoras das práticas cotidianas. Estratégia é definida, segundo Certeau, como o "cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um 'ambiente'". Ela implica em um lugar próprio "capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta", exemplo de modelo estratégico viria da política, economia e das ciências que postulam um lugar próprio (CERTEAU, 2012, p. 45).

O lugar próprio delimita uma instância que confere poder e se distingue da exterioridade. O "cálculo das relações de força" ou a "manipulação de relações de forças" é tarefa e objeto daquele que tem um lugar próprio e dirige suas ações para a exterioridade. Como exemplo, temos as teorias de *management* – gerenciamento –, cuja proposta é a racionalização dos recursos de uma empresa para alcançar metas e objetivos. A organização e planejamento será atribuição de uma instância de decisão, isolada e com lugar próprio, e define normas e procedimentos que direcionam as empresas para alcançar suas metas. O lugar próprio é o princípio essencial da estratégia, pois permite sua sobrevivência, sua perpetuação, "a vitória do lugar sobre o tempo, privilégio do lugar em relação ao tempo" (CERTEAU, 1985, p.16).

A combinação dos dois elementos, estratégia e "tática", permite a criação de outro espaço, o das práticas cotidianas — as maneiras de fazer — e são operações dos usuários ou praticantes que caracterizam a maneira de falar, morar, trabalhar, ler etc. As estratégias visam a fixar procedimentos tornando todos os indivíduos iguais e homogêneos, enquanto as *táticas* podem manipular e alterar os procedimentos ou, simplesmente, reproduzir. A prescrição das condutas (estratégias) é atribuída em função do lugar – trabalho ou lazer – e constituem um protocolo de formalidades a ser seguido, ou seja, um programa civilizatório. As *táticas* são possibilidades da recusa, da afirmação do próprio, alterando e modificando o protocolo formal. É justamente nessa combinação que se encontram as artes de fazer: “esses estilos de ação intervêm num campo que os regula num primeiro nível (por exemplo, o sistema da indústria), mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro (é o que acontece com a sucata)”. (CERTEAU, 2012, p. 87).

Nossa investigação partiu desse conjunto de referenciais teóricos para nortear as observações sobre a trajetória da ALB, pretendendo construir ou reconstruir os movimentos e práticas de um grupo de pessoas num determinado tempo e lugar. A percepção desse percurso permite que se evidenciem as estratégias em jogo naquele momento e, principalmente, as *táticas* utilizadas pelo grupo de indivíduos para viabilizar seus propósitos no campo educacional. São as práticas cotidianas que configuram uma distinção na trajetória da associação quando a comparamos com outras associações militantes em prol de melhorias na educação. O ponto central das preocupações da ALB, a leitura e o acesso à educação e à cultura, expunha um cenário concreto da educação e, principalmente, os fracassos acumulados na educação durante o regime militar. Dessa maneira, acreditamos que a narrativa sobre a história da entidade deva ser balizada pelas práticas empreendidas pelo grupo fundador como forma de explicitar as apropriações e representações integrantes dos debates sobre a leitura, educação e cultura. A narrativa aqui proposta está essencialmente relacionada às experiências partilhadas por um conjunto de pessoas – o grupo fundador da ALB – durante um dado período de tempo. Por essa razão acreditamos que a narrativa permite compor uma paisagem das vivências partilhadas no interior do grupo. Nesse sentido, é preciso delimitar alguns pressupostos teóricos que permeiam questões que nos remetem

ao campo da memória, por se constituir matéria essencial para a narrativa que se pretende.

Consideramos as concepções de Maurice Halbwachs sobre memória como relevantes para delimitar um campo de investigação para o trabalho cuja essência estaria na reconstrução das memórias do grupo fundador da ALB; ou seja, da essência forjada pelo trabalho de construção da entidade. Em sua obra *A Memória Coletiva*, Maurice Halbwachs problematiza a noção de memória a partir da divisão "memória individual" e "memória coletiva". Segundo o autor, as lembranças individuais são produto de um entrelaçamento de relações estabelecidas a partir de determinado fato; mas são lembranças relacionadas a determinados fatos vivenciados no interior de um grupo ao qual pertencemos num dado tempo e lugar. O que se sustenta é o fato de que as lembranças não fazem parte de um processo exclusivamente subjetivo e individual; elas são produto de uma interação entre indivíduos. Dessa forma, a memória é compreendida como uma construção social, pois a significação e sentido das lembranças suscitadas por meio de determinados fatos, objetos, imagens, entre outros, são marcados por convenções sociais pertencentes ao nosso círculo de convivência. Tais convenções são denominadas por Halbwachs "quadros sociais", definição examinada pela professora Miryam S. Santos em sua obra *Memória Coletiva e Teoria Social*, na qual ela aponta a objetividade atribuída por Halbwachs em relação às representações coletivas.

Em *Les cadres*, as principais afirmações sobre a memória são três: a crença de que as memórias só podem ser pensadas em termos de convenções sociais, denominadas quadros sociais da memória; a abordagem a estas convenções a partir do mundo empírico observável, distante, portanto, das intenções dos indivíduos; e, a afirmação de que o passado que existe é apenas aquele que é reconstruído continuamente no presente (SANTOS, 2003, p. 47).

As três afirmações referidas por Santos são proposições que estabelecem os estudos sobre memória dentro de parâmetros conferidos às ciências humanas, em especial, à sociologia durkeheimiana. Aquilo que fundamenta seus estudos é essencialmente a ideia das memórias como construções sociais, ou seja, os indivíduos não existem isoladamente, mas se constituem na interação com o outro e as memórias fazem parte desse processo.

Para compreender melhor tais proposições, retomamos a definição de Halbwachs de "memória coletiva". Se considerarmos as memórias individuais como

produto das relações que os indivíduos estabelecem entre si, as memórias coletivas podem ser as significações e sentidos atribuídos pelo grupo aos acontecimentos e vivências que percorram conjuntamente. Em *A Memória Coletiva*, o autor faz a seguinte referência:

Estamos em tal harmonia com os que nos circundam que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas (HALBWACHS, 2013, p. 64).

Em outro excerto Halbwachs coloca:

mesmo assim, muitas vezes a dosagem de nossas opiniões, a complexidade dos nossos sentimentos e gostos é apenas a expressão dos acasos que nos puseram em contato com grupos diversos ou opostos, e nossa parte em cada modo de ver é determinada pela intensidade desigual das influências que eles exerceram em separado sobre nós (...) É assim que em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece desapercibida por nós (HALBWACHS, 2013, p. 65).

Note-se que o autor recorre a uma distinção entre memória coletiva e história para delimitar a concepção daquela. Segundo ele, a história é a narrativa de acontecimentos relevantes que determinam o percurso de uma determinada sociedade e a memória coletiva diz respeito a uma “história vivida” por um grupo de pessoas; as apropriações feitas dessa vivência são da ordem dos sentidos e representações que o grupo atribui numa determinada circunstância e tempo. Aquilo que se torna essencial às nossas memórias não está registrado na memória histórica, mas circunscrito nas vivências dos grupos específicos e nos locais como memórias coletivas. Halbwachs propõe ainda que “entre os indivíduos e a nação, há muitos outros grupos (...) que, também eles, têm sua memória, e cujas transformações atuam muito mais diretamente sobre a vida e o pensamento de seus membros” (HALBWACHS, 2013, P. 79). A noção de memória coletiva pressupõe a existência de elementos que, uma vez ordenados, permitem que se dê corpo a uma narrativa das memórias de um grupo de pessoas. Conclui-se, portanto que a interface narrativa/memória permite a reconstituição da série de acontecimentos bem como a delimitação de um campo para investigação.

O conceito “memória coletiva” — ou melhor, a essa noção sobre memória coletiva — não alcança uma definição consensual, sendo, por isso mesmo, objeto de leituras críticas. Alertando a respeito das armadilhas que tais noções podem proporcionar quando se trata de estudos sobre memória, o antropólogo Jöel Candau afirma que a noção de memória coletiva proposta por Halbwachs é imprecisa; mas, apesar de muito vaga, ela retém um contorno prático no sentido de observar certas “consciências do passado partilhadas por um conjunto de indivíduos” (CANDAU, 2005, p. 88). Em relação às dificuldades acerca da noção de memória coletiva exposta por Halbwachs, o antropólogo observa três situações nas quais a interpretação pode gerar alguns equívocos. A primeira delas é reconhecer as recordações memorizadas e as recordações manifestadas. Considerar somente as recordações manifestadas pode incorrer num erro, pois elas são retratos parciais e devem ser analisadas dentro de um determinado contexto sem generalizar situações. A segunda armadilha reside no fato de acreditar que uma memória seria partilhada a partir de constatações de vários atos memoriais (comemorações, construção de museus, mitos, narrativas etc.). Os atos memoriais não são suficientes para deduzir se determinada memória é partilhada numa coletividade, pois isso não nos dá acesso às representações apropriadas pela comunidade. E um último aspecto, diz respeito à indução da existência de uma memória coletiva pelo simples fato de se dizer, escrever ou pensar sobre uma determinada memória. Esta confusão é visível nos discursos contemporâneos, midiáticos e políticos. As armadilhas apontadas pelo autor são alertas para uma observação mais aguda dos elementos que se apresentam numa investigação que pretende recompor um passado.

Embora observe algumas dificuldades na definição de Halbwachs, Jöel Candau considera que a noção de memória coletiva capaz de trazer um aspecto prático para “designar algumas formas de consciência do passado (ou de inconsciência no caso do esquecimento) aparentemente partilhadas por um conjunto de indivíduos” (CANDAU, 2005, p.88). Dessa perspectiva, Candau alerta para as dificuldades de se estabelecer genuinamente as memórias de um dado conjunto de indivíduos, isto é, reconhecer as memórias do grupo. Mesmo vaga, a noção de Halbwachs permite observar elementos concorrentes na formação de percepções e significações que um conjunto de indivíduos pode explicitar (ou introjetar). Tais elementos são descritos, na maior parte dos estudos sobre memória coletiva, como representações manifestadas pelo grupo em relação ao sentimento de pertencimento ou uma consciência da condição

social que o grupo possui em relação à coletividade. Essas representações, uma vez compartilhadas entre o conjunto de indivíduos, configuram uma forma de pensar e sentir; faculdades essenciais para a composição das memórias do grupo. A rede de percepções e ideias compartilhadas pode, por vezes, ultrapassar os limites de um determinado conjunto de indivíduos produzindo uma mescla de representações da sociedade. Cabe ao pesquisador o trabalho de ordenar os elementos e compor um desenho daquilo que poderia delimitar as memórias do grupo. A esse respeito, Candau chama a atenção: “O conteúdo da narrativa será objeto de uma regulação memorial coletiva que dependerá, tal como a recordação individual, do contexto social e dos jogos do momento da narração” (CANDAUI, 2005, p. 91).

A ordenação dos elementos responsáveis pela tessitura de uma trama é tarefa que exige muitos cuidados e atenção, pois a proposição é a reconstituição das memórias compartilhadas por um grupo de pessoas. A trajetória da ALB requisita tal cuidado por representar uma "memória coletiva" do grupo fundador da entidade. A memória coletiva que tomamos como referência para este trabalho oferece-nos a compreensão de uma circunstância compartilhada pelo grupo e realizada em um determinado tempo e espaço, ou seja, é a memória construída socialmente. O espaço onde se constituíram essas memórias também merece ser problematizado, por se constituir um “lugar de memória”, na acepção de Pierre Nora, e se refere a “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (ENDERS, 1993 apud NORA). Para Nora, o conceito se apoia em três aspectos coexistentes — o material, o funcional e o simbólico:

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólico por definição visto que se caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número ou uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p.22).

O lugar de memória assim definido entrelaça os três aspectos materializadores de um sentido comum para os indivíduos de certo grupo ou comunidade. Essa constituição seria um “jogo da memória e da história”, ou seja, uma interação que determina o sentido e significado do lugar de memória produzido por uma prioridade definida como "vontade de memória" (NORA, 1993, p.22).

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para – o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

Nora aponta que, na nossa sociedade, os lugares de memória são construídos por uma necessidade premente, pois a modernidade não permite a manutenção de tradições e costumes das lembranças de uma comunidade e, portanto, das memórias de uma sociedade. A metáfora utilizada pelo autor, “aceleração da história”, explica o fenômeno da não-memória: “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura do equilíbrio” (NORA, 1993, p.1). A crítica do autor dirige-se, mais especificamente, ao que ele denomina “mundialização”, “massificação” e “mediatização” de uma percepção histórica difundida na sociedade moderna, substituindo a memória pela efemeridade dos acontecimentos do mundo. A memória seria apenas vestígios e resíduos de um passado desaparecido.

A ruptura com a herança das tradições¹⁷, assim como a ausência do sentimento de pertencimento, criaram a percepção de distanciamento em relação ao passado, percepção imperativa aos tempos modernos e, essencialmente, ao homem moderno. Nesse contexto, a memória passou a ser um “fenômeno privado” (individual), lembranças que suscitam uma relação com o passado e que podem reforçar ou criar um vínculo identitário. A isto Nora denomina “atomização de uma memória geral em memória privada” e “psicologização integral da memória contemporânea” que obrigam os indivíduos “a relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade” (NORA, 1993, p.18). Como exemplo, o autor cita a memória judaica sobre o holocausto, na qual podemos perceber um conjunto de narrativas individuais produtor de uma relação de pertencimento entre indivíduos que foram vítimas do nazismo e, igualmente, o sentimento de uma identificação étnica.

¹⁷ Nora refere-se ao desaparecimento das sociedades-memória cuja tradição garantiam a conservação das tradições e valores de determinados grupos ou comunidades. Essa transformação das sociedades produziu uma fragmentação das memórias, ou seja, a sociedade moderna não tem memória e por isso necessita criar lugares de memória.

O que podemos observar como memória, na modernidade, está, em geral, delimitada pelo trabalho historiográfico, isto é, a história, como ciência, assume o papel de ordenar as nossas memórias em operações lógicas. A reconstrução do passado pela historiografia demanda análise de continuidades temporais, relações entre fatos e um ordenamento lógico. Para Nora, é importante a distinção entre memória e história.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

A narrativa historiográfica como campo de conhecimento produz o ordenamento dos fatos e racionaliza as relações possíveis, permitindo generalizações e asserções consideradas universais. Neste trabalho, a memória genuína, muitas vezes, não pode ser conservada, pois sofre alterações que o trabalho de análise e crítica imprime ao seu conteúdo. Entretanto, cabe lembrar que não se pode ter como regra tais colocações. Segundo Candau, a expressão "lugar de memória" determina uma "pertença ou proveniência", pois se trata de lugares "que pertencem à memória, que são seu produto, que vêm deles", ou seja, são os "lugares onde a memória se encarna".

Se existem lugares que parecem predeterminados pela memória, mais votados do que outros para acolher, é porque ela já aí trabalhou e depositou, ao longo do tempo, camadas sucessivas de sedimentos memoriais ao ponto de, por vezes, saturar de sentido esses sítios particulares. (...) Este sítio foi assim carregado de memórias múltiplas que constituem outros tantos convites ao visitante, quando ele consegue sentir o seu peso, a pôr em movimento também a dele, aumentando ainda o capital memorial do lugar (CANDAU, 2005, p.190).

Candau, inclusive, chama a atenção para algumas questões sobre a definição proposta por Nora. Um primeiro ponto seria em relação à ideia de "fabricação" de lugares subjacente a essa noção. Sabemos que podem existir lugares produtos de um processo de sedimentação de memórias múltiplas, ou seja, "sítios" onde a memória foi depositada por longos anos e que suscitam sentimentos e emoções capazes de movimentar "o capital memorial", tais como os locais santos consagrados pelas religiões. Esses sítios podem existir durante longos anos e, por vezes, se transformam em símbolos universais identificados facilmente por indivíduos de regiões distintas.

Assim, os lugares de memória não são fenômenos específicos da modernidade, mas podem ter uma existência duradoura e atravessar gerações.

Outra questão diz respeito a uma contraposição, de forma radical, do período contemporâneo e o fim das sociedades-memória como propõe Nora. A cisão temporal, nessa perspectiva, seria como imaginar basicamente uma grande divisão histórica de dois momentos: ontem e hoje. Historicamente as cisões não podem ser classificadas apenas como uma divisão temporal; não ocorrem de maneira sincrônica e as transformações que sucedem no seio de uma sociedade não podem ser delimitadas como antes e depois, por exemplo. As mudanças são, na verdade, muito mais sutis e lentas quando pensamos nos lugares de memória. Dessa forma, Candau propõe que devemos admitir o desaparecimento dos meios de memória das “sociedades-memória”; no entanto, é preciso observar os movimentos e as transformações ocorridas na contemporaneidade que permitem o surgimento de outros meios de memória.

Por este mesmo facto, a produção de lugares de memória torna-se demasiado profusa, mais dispersa, mais fragmentada, por vezes inesperadas (Pouchelle, 1983), muitas vezes menos visível e menos espetacular do que no tempo das grandes “sociedades-memória” em que era mais fácil estar-se de acordo acerca dos lugares (ou mesmo os Altos Lugares) suscetíveis de se tornarem objeto de um consenso memorial (CANDAUI, 2005, p.191).

A concepção de lugar de memória produz uma significação atribuída ao lugar, onde podemos identificar as memórias vividas e ali se cristalizaram. Neste trabalho, consideramos que a ALB representa o lugar de memória onde os debates sobre a leitura e o livro foi consagrado no percurso de existência da entidade. A ideia que Candau nos aponta como “um sítio carregado de memórias múltiplas” pode ser identificada como o lugar de memória criada pela entidade ao longo dos anos. Nesse sentido, a narrativa proposta está vinculada ao desejo de suscitar as memórias depositadas no tempo e não propriamente ao desejo de construir uma história da instituição.

Nora ainda assinala algumas críticas em relação aos lugares de memória e alerta que eles não podem ser apenas repositório de memórias difusas como ocorrem com os museus, bibliotecas, centros de documentação etc. Ele os denomina memória-arquivo, cujo funcionamento não permite a clareza das relações que os materiais ali depositados podem estabelecer; dependem de um trabalho de decodificação e análise

para construção de um todo. São apenas vestígios acumulados em lugares e que, pretensamente, se revestem de memória.

Contra a fragmentação das memórias há um traço necessário para que possamos entender a metamorfose dos lugares de memória denominada pelo autor como “memória distância”. O traço permite uma percepção do passado não como algo distante, mas algo em relação ao qual se possa reconduzir um presente: “um esforço de lembrança poderia ressuscitá-lo; o presente tornando-se, ele próprio, a sua maneira, um passado reconduzido, atualizado, conjurado enquanto presente por essa solda e por essa ancoragem” (NORA, 1993, p.19). Na verdade, o que reconduz ao sentimento de pertencimento e de uma perspectiva renovada, revendo o passado, está na ideia de origem. Para Nora, a relação com o passado foi destruída e fragmentada em função de uma “aceleração da história”, restando os vestígios que nos obriga a um trabalho de reconstrução.

CAPÍTULO 1 - NOSSO CHÃO HISTÓRICO: Tempos de mobilização

1. Universidades: lutas pela redemocratização.

Dentre as várias lacunas referentes ao complexo quadro do sistema educacional instalado no final da década de 1970 e início de 1980, a crise da leitura, diagnosticada naquele momento como uma das questões que exigia atenção e mobilizou integralmente os esforços da ALB, era parte de um panorama complexo num sistema educacional cuja exclusão de grande parte da sociedade em benefício de uma elite era o traço mais marcante. Como fora lembrado pelo professor Moacyr Gadotti em sua conferência no segundo COLE, em 1979, a conjuntura reclamava que os esforços em prol da leitura fossem, de fato, esforços em favor de uma “leitura popular”, capazes de defender como prioridade “os interesses dos leitores postergados” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p. 12). Naquele momento, estava clara a necessidade de uma pauta de ações políticas para defrontar os prejuízos acumulados em quase duas décadas do regime de exceção. A crise da leitura configurava uma pauta importante para a composição de uma frente ampla de políticas afirmativas que não ficasse restrita apenas à educação. Ressalte-se também a inspiração vinda de várias frentes de mobilização que, naquele momento, ocuparam a cena política no Brasil em muito contribuía para essa análise conjuntural.

Com o regime dando mostras de esgotamento, as ações afirmativas que pudessem contribuir para a abertura política e a plena democracia eram aspirações que emergiam em toda a sociedade. Desde a Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, promulgada ainda no regime ditatorial, a sociedade brasileira iniciava, quinze anos após o golpe militar, um processo de autonomia e de busca pela democracia plena. Fatos marcantes como a mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos, em especial a categoria dos metalúrgicos protagonista das emblemáticas greves de 1978 e 1979 na região do ABC, em São Paulo, impulsionaram os novos rumos políticos, contribuindo para forçar o governo militar a sancionar medidas para a abertura política no país. A reorganização das instâncias partidárias e a livre criação de partidos políticos permitiram que diferentes correntes ideológicas e de representação política começassem

a tomar corpo. O surgimento de novos partidos políticos, rompendo com o bipartidarismo que, durante duas décadas, espoliou a legitimidade do sistema político, veio como uma afirmação dessas conquistas. As mudanças do panorama social e político conseguiram imprimir um ritmo mais intenso de mobilização social, quadro impensável no auge da ditadura, especialmente no contexto político do AI-5 e do posterior período Médici.

No campo da educação, particularmente pelo questionamento dos modelos engessados de um sistema educacional elitizado, essas novas realidades proporcionaram especial momento de reflexão e de mobilização. Repensar os modelos impostos pelo regime, fundamentalmente caracterizados pela exclusão, com índices de analfabetismo que demonstravam poucos resultados positivos no quadro geral da educação brasileira, era uma necessidade premente¹⁸. Não havia dúvidas a respeito da gravidade e extensão dos prejuízos que o regime causara, cabendo aos educadores, pesquisadores, intelectuais e acadêmicos a mesma responsabilidade civil de outras instâncias mobilizadas. Em suma: havia urgência de um amplo debate de todos os setores representativos da sociedade, abrindo-se, nas universidades e nas escolas, espaços importantes para o debate e o questionamento das políticas de governo, em especial, aquelas que diziam respeito à educação.

É preciso lembrar algumas mobilizações que foram pioneiras no momento, em especial, nos espaços universitários onde desde 1964, haviam sido violentamente reprimidos por ações como as invasões militares de abril de 1964 à Universidade Nacional de Brasília¹⁹ (UnB) que se seguiu de outras invasões em 1965, 1968 e 1977, e a invasão à PUC em São Paulo em 1977²⁰, arbitrariedades que continuaram mesmo depois da abertura. Marco importante dessas mobilizações teve lugar em maio de 1975 com a realização do seminário “História e Ciências Sociais” na Universidade Estadual

¹⁸ Os dados estatísticos do IBGE sobre analfabetismo no Brasil entre 1970 e 1991 mostram que em 1980 o Brasil apresenta as seguintes taxas: 25,40% na faixa etária de 15 anos ou mais; 30,80% de 40 a 49 anos e 43,90 de pessoas com mais de 50 anos. Esse quadro não apresentou mudanças significativas desde 1970: 33,6% de pessoas com 15 anos ou mais; 38,5% de 40 a 49 anos e 48,4% para pessoas com mais de 50 anos. (<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>). As reformas instituídas durante o regime militar tiveram resultados pouco significativos em relação a um dos problemas graves e quase que crônicos que o país enfrentava na educação, o analfabetismo. Esses resultados contrariavam o pensamento desenvolvimentista que os militares procuravam imprimir em suas políticas públicas.

¹⁹ Para o histórico das invasões à UnB, consultar no Portal da Universidade de Brasília o link http://unb2.unb.br/sobre/principais_capitulos/invasoes.

²⁰ Para a invasão da PUC-SP em 1977 e o incêndio criminoso no Teatro da PUC, o Tuca, em 1984 consultar <http://www.pucsp.br/assessoria-de-comunicacao-institucional/noticias/a-puc-sp-resistiu-a-puc-sp-lembra>.

de Campinas (UNICAMP), do qual fizeram parte intelectuais de renome das Ciências Humanas como Eric Hobsbawn, Juan Linz, Arno Meyer, Guillermo O'Donnel que se colocaram publicamente contra o regime autoritário instalado no país (GERMANO, 2011, p. 243)²¹.

No contexto de rearticulação dos espaços universitários como lugar de resistência na luta pela democracia e de oposição ao regime, merece destaque o episódio envolvendo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a PUC de São Paulo, em julho de 1977. Instância de participação de importantes pesquisadores do país, a SBPC foi, naquele ano, por retaliação às críticas contra o regime que a entidade expunha nas Reuniões Anuais, impedida de realizar sua 29ª reunião. O impedimento do fórum de debates ocorreu em duas tentativas de realização; primeiro em Fortaleza – local escolhido para o congresso naquele ano – e, depois, na USP. Ainda assim, a reunião da SBPC foi realizada nas dependências da PUC de São Paulo graças à intervenção de Dom Paulo Evaristo Arns. Como já referimos, a invasão do campus da PUC-SP pelas tropas comandadas pessoalmente pelo então Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, o coronel Erasmo Dias, teve como uma das motivações a realização da 29ª Reunião Anual da SBPC. O outro motivo que serviu de pretexto à violência contra a universidade foi assembleia de estudantes para reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE), realizada no dia 22 de setembro daquele ano, dois meses após o congresso da SBPC²².

Apesar da persistência de setores do governo e de aliados nos governos estaduais, nos métodos repressivos que se constituiu como política de estado até pelo menos 1975, no final da década de 1970 houve o surgimento de várias entidades que

²¹ Eric Hobsbawn (1917-2012) foi historiador marxista, militante do Partido Comunista Britânico, autor de *A era das revoluções*, *A era do capital*, *A era dos Extremos* entre outros; Juan Jose Linz (1926 - 2013) sociólogo e cientista político, nascido na Alemanha, mas que viveu na Espanha. Professor da Universidade de Yale, conhecido pelas suas obras a respeito de regimes totalitários e sobre autoritarismo. Escreveu sobre o regime militar do Brasil em 1970; Arno Meyer (1926), historiador norte-americano, estudioso da história moderna da Europa, professor da Universidade de Princeton, EUA, escreveu *A persistência do Antigo Regime*; Guillermo O'Donnel (1936-2011).

²² A 29ª Reunião Anual da SBPC abrigada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ocorreu entre 6 e 13 de julho de 1977. O 3º Encontro Nacional de Estudantes foi a 22 de setembro de 1977. Para mais informações a respeito da invasão da PUC-SP consulte-se *O papel da PUC — um lugar histórico*, por Marco Aurélio Garcia: <http://movebr.wikidot.com/artigos:2006:set:fpa:noite-violencia>. Falecido recentemente aos 76 anos, a 20 de julho de 2017, Marco Aurélio Garcia é ex-professor do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, ex-coordenador do projeto “Memória” da Fundação Perseu Abramo e ex-assessor especial da presidência da República nos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff. Consulte-se também o site da Associação dos Professores da PUC- SP: <http://www.apropucsp.org.br/hist%C3%B3ria-estatuto-e-acordos-internos>.

aglutinaram educadores engajados na luta geral contra a ditadura e no empenho específico pela melhoria do ensino no país. Dentre elas, destaque-se a Associação Nacional de Educação (ANDE), fundada em 1979; o Centro de Estudos “Educação e Sociedade” (CEDES), de 1978; a Associação Nacional de Pós-graduação em Educação (ANPED), de 1976.

A ANDE, fundada em 11 de agosto de 1979, reuniu, em âmbito nacional, educadores preocupados com as questões da política educacional e cujas disposições foram divulgadas na *Carta aos educadores*, publicada na primeira edição da *Ande: Revista da Associação Nacional de Educação*, em 1981. No documento, a entidade expunha seus propósitos, visando à abertura de espaços para o debate sobre as políticas educacionais no Brasil, além de manifestar o anseio de toda a categoria por uma educação democrática que atendesse, essencialmente, a parcela dos excluídos.

Não partimos, entretanto, de um modelo ideal de escola. Somos de opinião que a melhor escola para a maioria não pode ser de antemão definida por uma minoria. A escola que temos aquela que de fato existe, com suas falhas e contradições, com seu papel reprodutor e legitimador das desigualdades sociais, com seus resultados contraditoriamente negadores desse social constitui o nosso “chão” histórico. É nela que, de fato, se efetua a nossa prática, devendo ser o ponto de partida da travessia em direção à educação que queremos (ANDE, 1981, p.2).

Na mesma edição do periódico da ANDE, a associação apresentava um diagnóstico da situação educacional do Brasil — a “Carta de Princípios” — onde expunha, por meio de indicadores significativos, os fracassos das políticas educacionais do governo militar. Não havia dúvidas de que o quadro de problemas na educação fosse extenso e grave, refletindo em prejuízos para todas as faixas etárias de educandos. A inexistência do ensino pré-escolar gratuito e acessível para crianças de baixa renda; os problemas de índices elevados de evasão escolar e reprovação nas séries iniciais associados aos problemas socioeconômicos e culturais da sociedade; a privatização do ensino supletivo que “penaliza pela segunda vez aqueles alunos mais pobres”; a profissionalização do ensino de 2º grau, o que, na prática, empobrecia ainda mais a formação geral e propedêutica dos alunos; a disseminação do ensino superior privado para atender a demanda por mais vagas. Além disso, havia os problemas relacionados aos conteúdos veiculados pelos currículos, em essência, alheios à realidade da grande maioria dos alunos, isto é, conteúdos que exigiam um padrão de desempenho e

competências muito distantes da real formação oferecida nas escolas bem como das experiências de vida de cada um, ocasionando altas taxas de reprovação. A questão dos conteúdos não se restringia apenas ao desempenho nas avaliações, mas, sobretudo, ao que se veiculava através deles e a forma como eram ensinados: sem qualquer possibilidade de questionamentos ou reflexão que pudessem libertar os alunos da alienação e da simples reprodução de informações. Igualmente, a “Carta de Princípios” via na burocratização do ensino, resultantes da centralização e hierarquização das decisões sobre as políticas educacionais no país, tornando impossível um debate participativo em qualquer instância. Dessa forma, os educadores estavam empenhados em reivindicar espaços de atuação e a participação na elaboração das políticas educacionais.

Ainda que os propósitos e a legitimidade da associação conduzissem os debates e as mobilizações dos educadores no âmbito nacional, a ANDE foi uma associação de jornada efêmera. Sua trajetória, assim como a da *Revista da ANDE*, cujo último número foi publicado em 1991 foi relativamente curta. Apesar de apenas 12 anos de atividade, a entidade não deixou de cumprir um papel relevante, proporcionando debates sobre as políticas educacionais nas edições da *Revista da ANDE* e organizando as edições da Conferência Brasileira de Educação (CBE) em parceria com o CEDES e a ANPED.

O Centro de Estudos “Educação e Sociedade” (CEDES), criado em 1979, surgiu a partir da atuação de professores da Faculdade de Educação da Unicamp, preocupados com a “reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade”²³. A entidade surgiu contemporaneamente ao I Seminário de Educação Brasileira, em 1978, conduzida por professores da Faculdade de Educação que organizaram o seminário, e que, nesse mesmo ano, organizaram o periódico *Educação e Sociedade — Revista de Ciências da Educação*, cuja primeira edição compunha-se de várias conferências realizadas no seminário de 1978. *Educação e Sociedade* tornou-se um dos mais longevos periódicos dedicados ao tema da Educação, contando com a colaboração de professores, educadores e intelectuais renomados de outras universidades como Antônio Candido, Barbara Freitag, Bento Prado Jr. entre outros. Muitos outros colaboradores ligados à Faculdade de Educação da Unicamp e docentes de outros institutos como Otavio Ianni, Michel Debrun, Jose Roberto do Amaral Lapa, Miriam

²³ Dados retirados do site do CEDES: <http://www.cedes.unicamp.br>.

Jorge Warde, Rogério de Cerqueira Leite e, inclusive, o professor Zeferino Vaz tiveram participação na revista (CEDES, 1978, p. 04). A revista ganhou visibilidade e importância o que promoveu o crescimento do CEDES e configurou-se como principal veículo de divulgação das ideias e ações que a entidade promovia.²⁴

Em seu livro *História das ideias pedagógicas no Brasil*, o professor Demerval Saviani fez uma análise sobre esse período, assinalando, sobretudo, a importância da articulação das associações que foram criadas e a realização de eventos marcantes como a Conferência Brasileira de Educação (SAVIANI, 2007, P. 401). Saviani, a propósito, analisa o momento não só com o olhar do pesquisador, mas também com o olhar de coadjuvante que participou da fundação de três entidades constituídas naquele momento: a ANDE, CEDES e a ANPED. De acordo com seu testemunho a respeito da ANDE, a entidade foi inicialmente organizada visando à recriação da Associação Brasileira de Educação (ABE) instituição fundada em 1924 que congregava importantes educadores e foi, igualmente, responsável pela criação das edições da Conferência Nacional de Educação, a primeira já em 1927²⁵. Todavia, os trâmites jurídicos impediam a retomada da ABE, o que fez com que a ANDE fosse criada. Inspirando-se na predecessora, e em parceria com o CEDES e a ANPED, a ANDE instituiu a Conferência Brasileira de Educação (CBE) em 1980 e organizou novas edições do evento – as demais edições foram nos anos de 1982, 1984, 1986, 1988 e 1991.

Conforme salienta ainda Demerval Saviani, os vários esforços que buscavam respostas à realidade da educação brasileira naquele momento, vinculavam-se a novas demandas, como a reorganização dos professores de 1º e 2º graus em entidades sindicais, considerando-se, particularmente, que havia pelo menos uma década e meia que a livre organização sindical, e, igualmente, a autonomia e legitimidade dos sindicatos de classe tinham sido quase que totalmente sufocadas pelo regime; havendo apenas a sobrevivência de organizações sindicais apoiadores do regime. Essa

²⁴ Para mais informações a respeito do CEDES e de *Educação e Sociedade*, consulte-se o portal da entidade na web: <http://www.cedes.unicamp.br/>.

²⁵ A I Conferência Nacional de Educação teve lugar na cidade de Curitiba, em 1927. Em 1932, após a realização da V Conferência Nacional de Educação, a associação elaborou e publicou o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, constando entre os signatários os educadores Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho. A ABE manteve atuação importante nas questões sobre política educacional no país até o governo Goulart. Após o golpe de 1964, o Ministério da Educação passou a realizar uma conferência nacional de educação assegurando a participação dos dirigentes na área educacional e com isto esvaziando eventos promovidos por entidades como a ABE.

reorganização não se mostrava tão simples, foram necessárias novas estratégias na composição de forças para uma representatividade de classe. Dentre tais estratégias, houve a reorganização sindical dos professores de 1º e 2º graus em torno da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) e que, posteriormente, passou a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), aglutinando várias categorias de trabalhadores da educação.

O mesmo ocorreu no ensino superior, com a organização de entidades representativas dos docentes, a exemplo da Associação dos Docentes da Unicamp (ADUNICAMP), fundada em 1977; da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), de 1976; da Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (ADUNESP), também nascida em 1976. Nas universidades federais, formaram-se associações de docentes em várias localidades como a Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ADUR – RJ)²⁶, em 1976; a Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA)²⁷, em 1979; a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS)²⁸, em 1978; a Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos – SP (ADUFSCar), em 1978. Naquele momento, quase todas as universidades do país formaram suas associações de docentes e funcionários, instâncias que impulsionaram as mobilizações no ensino superior, tornando possível a organização de encontros nacionais das associações de docentes e visando a debater os problemas políticos e as diretrizes da luta por uma universidade democrática. Em 1981, foi realizado, em Campinas, o III Encontro Nacional das Associações de Docentes, onde teve lugar a criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES) e, que mais tarde, em 1988, veio a se tornar o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, a ANDES/ SN (OTRANTO, 2015, p. 2).

É preciso ressaltar que as mobilizações no interior das universidades naquele período, não se constituíam somente pelos problemas setoriais, de forma dissociada do contexto geral da sociedade. Ao contrário, as iniciativas nas universidades vinham alinhadas à agenda dos movimentos sociais e das lutas populares. Exemplo claro é o movimento pela anistia “ampla, geral e irrestrita” que confrontando o

²⁶Dados retirados do site: <http://www.adur-rj.org.br/>.

²⁷Dados retirados do site: <http://www.adua.org.br/>.

²⁸Dados retirados do site: <http://www.adufrgs.org.br/instituicao/>.

propósito enganoso da “anistia lenta, gradual e segura”²⁹ dos militares, lutava pelo retorno à democracia plena, que, de fato, ainda seria postergada por alguns anos. Constava também dessa pauta ampliada a urgência nas mobilizações que defendiam melhores condições de vida, contra a carestia e em defesa de melhores salários e melhores condições na educação e saúde. Pelo depoimento do sociólogo e professor Edmundo Dias³⁰, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas da Unicamp, publicado na edição comemorativa dos 30 anos da Adunicamp (ADUNICAMP, 2007), é possível entender as condições que estavam em jogo naquele momento de retomada das lutas democráticas e da formação da ANDES.

A luta do ANDES-SN se confunde com o processo de mobilização dos trabalhadores e de outros movimentos sociais, com a própria democratização do país (...). Não tínhamos condições democráticas na sociedade, nem nas Universidades. Às questões democráticas se somou a necessidade da democratização da própria universidade. A questão era: Como unificar essas lutas? Fizemos, como movimento, a experiência histórica de inventar o tipo novo de sindicalismo (...). Apesar de proibidos constitucionalmente de nos sindicalizar por sermos trabalhadores do público (ou como o poder gosta de nos chamar: servidores públicos) agíamos como sindicato e obrigamos os governos a reconhecer nossa organização. Éramos ilegais (diante da ditadura), mas tínhamos legitimidade na categoria e na população. Contrariamente à estrutura sindical existente, nós e os servidores públicos fundávamos associações que se caracterizavam pela auto-sustentação e nos organizávamos livremente por local de trabalho... As associações dos servidores públicos foram se formando naquele momento, a partir da concentração de sua base social como, por exemplo, os trabalhadores das Universidades, dos órgãos da saúde, da educação de 1º e 2º grau. Sabíamos que tínhamos que fazer o enfrentamento com as políticas governamentais, embora isso aparecesse, no início, como luta por uma carreira nacional e por melhores condições salariais (DIAS, 2007, p.69/70).

Esse foi o cenário que, ao final da década de 1970, possibilitou os debates sobre os problemas na educação, permitindo também o avanço na mobilização dos educadores àquela altura sufocados pelas condições precárias de trabalho e pelo descaso das autoridades federais em relação à educação.

²⁹ Sobre a farsa do projeto de anistia dos militares, projeto que acabou sendo imposta à Nação, vide: RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação DEOPS-SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)* — Dissertação de mestrado apresentada ao IFCH/Unicamp sob a orientação do professor Fernando Teixeira da Silva, Campinas, Unicamp, 2013.

³⁰ Edmundo Fernandes Dias foi professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e participou da fundação da ADUNICAMP e ANDES. Foi secretário geral da ANDES – SN e vice-presidente da ADUNICAMP. Faleceu em maio de 2013 (SILVA, 2013).

2. A Faculdade de Educação da Unicamp: ações para a organização do 1º COLE.

No final da década de 1970, a Faculdade de Educação da Unicamp, ainda com poucos anos de existência, não se omitiu diante das novas disposições de lutas da sociedade³¹. Em sua maioria, o corpo docente da Faculdade de Educação esteve atento aos movimentos e debates que lutavam pela redemocratização do país, participando ativamente das discussões políticas sobre a situação social. Cabe notar que os docentes da Faculdade se envolveram também nos debates com questionamentos e críticas em relação às políticas impostas pelo regime militar em razão da inegável realidade de resultados pouco animadores na educação. Como observadores, analistas ou atores das lutas reivindicatórias os docentes da Faculdade de Educação expunham nos debates político posicionamentos e questionamentos muito bem definidos em relação às políticas do governo como ocorreu no seminário “Ciência, Universidade e realidade nacional” promovido pela Unicamp em agosto de 1978. Em uma leitura crítica do papel da universidade naquele momento, o então diretor da Faculdade de Educação Antônio Muniz Rezende expunha sua crítica afirmando que a universidade visava à “reprodução do sistema”, continuando muito distante de um processo educativo genuíno. Muniz Rezende ressaltava ainda que a “educação imitativa, reprodutiva, é aquela que nos propõe 'modelos' e, nesse sentido, é extremamente conservadora e aceita a hierarquia de valores” (CORREIO POPULAR, 1978, p.5). Para ele, a educação deveria priorizar o conhecimento e a construção de saberes — de acordo com a visão piagetiana —, para que o aluno possa ser sujeito de um processo de aprendizagem e não somente um agente passivo que reproduz as informações adquiridas no sistema educacional. Em sua conferência, também lembrou Paulo Freire, que, naquele momento, encontrava-se ainda no exílio, para questionar o verdadeiro sentido da educação: "A multiplicação de pesquisas em nossas universidades, em termos numéricos, não significa que a pesquisa está melhorando. Como diz Paulo Freire, a tarefa educativa e cultural se caracteriza por

³¹ A Faculdade de Educação da Unicamp foi criada em 1972 oferecendo disciplinas de caráter pedagógico para os cursos de Licenciatura. O curso de Pedagogia foi criado em 1974, o programa de pós-graduação em Educação em nível de mestrado foi criado em 1975 e em nível de doutoramento em 1980. (dados retirados do site da Faculdade de Educação da Unicamp: <https://www.fe.unicamp.br/institucional/sobre-a-fe>).

uma revolução cultural permanente, isto é, um questionamento contínuo da hierarquia dos valores” (CORREIO POPULAR, 1978, p.5). Em suma, o que deveria ser o ponto central do debate era chamar a atenção para a importância e sentido da educação voltada para a formação cidadã e não somente a educação produtivista, especialmente, se considerarmos um momento de tentativa de reorganização da política do país e de suas instituições. Afinal de contas, sendo a educação era uma seara relevante para o processo de redemocratização do Brasil, os questionamentos sobre seu papel, e, igualmente, sobre o papel da universidade, faziam-se fundamentais.

Cabe lembrar que na Faculdade de Educação da Unicamp, especialmente no Departamento de Metodologia de Ensino (DEME), cujos professores passaram a debater projetos voltados aos problemas dos recursos pedagógicos utilizados na rede de ensino e a capacitação de professores do ensino básico, a perspectiva da efetiva integração entre a academia e as demandas sociais era a preocupação central do departamento. O plano de trabalho que o DEME havia projetado para o 1978-1979 demonstrava o interesse na identificação de áreas prioritárias capazes de oferecer espaços para a conjugação de pesquisas acadêmicas e a oferta de subsídios para a comunidade de professores atuantes na rede de ensino:

Faz-se necessária a identificação de áreas prioritárias de pesquisa, com vistas à conjugação de esforços, através da organização de “Programas” definidos e das equipes correspondentes de trabalho. Em outras palavras, deve-se buscar a identidade do Departamento no contexto da Universidade, viabilizando, assim, a otimização do tripé: docência, pesquisa e prestação de serviços (FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNICAMP, 1978 - 1979, p. 1).

O plano bienal de trabalho proposto pelo DEME foi resultado de um debate entre os docentes do DEME ao longo do ano de 1977, visando à interação e organização de frentes de trabalho no departamento. Foi desse consenso que surgiram duas áreas de interesse para atuação dos docentes: a) formação profissional – magistério – e estágios de práticas de ensino; e b) material didático (FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNICAMP, 1978, p. 1). Os projetos definidos pelo departamento que integraram o plano bienal foram o Programa Magistério (PROMAGI) e o Programa Material Didático (PROMADI), ambos implantados a partir de 1978.

O PROMADI nasceu dos questionamentos em relação à produção e avaliação dos materiais didáticos disponíveis naquele momento e indicados para a

adoção em escolas. Os materiais, no geral, apresentavam formatos reproduzidos de materiais elaborados fora do país, alheios aos requisitos necessários para atender as condições da realidade educacional local. Eram formatos que, em geral, ignoravam padrões culturais da nossa sociedade, seus interesses e peculiaridades o que dificultava na sua utilização pelos professores e alunos. Além disso, havia o círculo vicioso na sua produção que, de certa forma, aprisionava os próprios autores, submetendo-os a critérios de produção engessados, que substituíam a reflexão crítica pelo automatismo, obrigando-os a reproduzir, apenas com nova roupagem, os mesmos conteúdos e formatos que vinham de longe. As dificuldades que impediam o acesso e a divulgação de novos dados científicos eram desafiadoras, pois o processo lento de atualização de dados produzidos pelas ciências e sua disponibilização trazia como consequência a produção de materiais didáticos com conteúdo superados e obsoletos (FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNICAMP, 1978 - 1979, p. 6).

No intuito de alcançar os objetivos do PROMADI, foram instituídos vários projetos de pesquisas responsáveis por desenvolver diferentes aspectos do programa. Entre eles, havia um, em especial, retomando as preocupações sobre as questões de leitura no ambiente universitário: “Análise das atividades de leitura na Universidade: um levantamento das atitudes e interesses do aluno universitário frente à leitura enquanto facilitadora da aprendizagem e objeto de lazer”, sob a coordenação do Professor Ezequiel Theodoro da Silva e que já havia sido iniciado no ano de 1977. Em meio às ações para efetivação do PROMADI previa-se, ainda, a criação de ambientes de pesquisas que permitissem o estudo e a circulação dos resultados de forma mais ágil (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 1977-1978).

Os objetivos pretendidos pelo PROMADI devem instigar ou provocar rápidas mudanças na realidade educacional. Para isso, os projetos de pesquisas ou produção de recursos vinculados ao Programa de Material Didático deverão ser compatibilizados de modo que os resultados de pesquisas ou os protótipos elaborados, representando conjugação de esforços, sejam rapidamente colocados à disposição de organismos de produção e comercialização de materiais didáticos (...) A realização das exigências acima implica, então, na criação de uma estrutura física sistematizada e na alocação de recursos humanos e materiais. Prevê-se, portanto, a organização de Laboratório de Ensino do Departamento de Metodologia de Ensino, o LABEN como ambiente propício à realização das variadas experiências ensejadas pelos diferentes projetos do PROMADI (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 1978-1979, p.9).

Dentre os laboratórios criados para a efetivação das pesquisas do PROMADI estava o Centro de Leitura (CELE), responsável pela criação da clínica de leitura e de uma associação de leitura. Podemos perceber que as ações configuradas no interior do DEME caminhavam para a criação da Associação de Leitura do Brasil, a ALB. No ano de 1978, o DEME, em parceria com a Secretaria de Cultura de Campinas e a Associação de Bibliotecários de Campinas, realizou a primeira edição do Congresso de Leitura do Brasil, juntamente com a Feira de Livros e o 1º Congresso de Bibliotecários. O tema leitura trouxe à tona, de forma concreta, um quadro dos problemas da educação no Brasil. A qualidade do sistema de ensino era ruim a ponto de se constatar uma realidade temerosa: a existência de contingente enorme de alunos semialfabetizados nas escolas de ensino básico, situação perpetuada até o ensino superior. Em um trabalho apresentado no 1º COLE, o professor Ezequiel T. da Silva, juntamente com o professor James Maher, ambos da Faculdade de Educação, assinalam:

Crescem acirradamente as discussões sobre a problemática da leitura no Brasil. Editoriais e reportagens de importantes jornais veiculam críticas sobre o progressivo divórcio entre leitor e livro. Educadores, de todos os pontos do país, constantemente identificam estudantes que jamais leram um livro sequer. Bibliotecas se transformam em espaços inúteis, dada a ausência do hábito de leitura dos brasileiros. Programas de rádio e televisão aumentam seus índices de audiência, enquanto a quantidade de leitura da população só tende a diminuir. A leitura de materiais escritos transforma-se em mera casualidade dentro da guerra dos meios comunicacionais... bons leitores tornam-se cada vez mais raros na sociedade brasileira...de simples doença, o problema do não-ler vem ganhando feição de epidemia alastrante! (SILVA; MAHER, 1978, p.51).

A crítica mais incisiva era dirigida aos meios de comunicação, especialmente, a televisão, que veiculava informações pasteurizadas e alienantes objetivando a massificação da sociedade. A dependência do capital estrangeiro pelas empresas de TV do país, fruto e, igualmente, uma das metas do financiamento norte-americano ao golpe de 1964, tornava esses conteúdos ainda mais comprometidos, sempre mirando a reprodução do sistema de valores de uma elite dominante — “transformando esses valores em senso comum dos que só tem a força de trabalho”, nas palavras do professor Maurício Tragtenberg (TRAGTENBERG, 1978, p.25). Com efeito, a efemeridade das informações veiculadas pelos programas de TV empobrecia

culturalmente a sociedade e impedia o desenvolvimento de habilidades básicas como ler e escrever.

O nivelamento cultural ou a padronização de experiências nada mais faz do que impedir as comunicações autênticas. O indivíduo repetidor, massificado ou plagiador dificilmente tem algo de novo a informar. Em realidade, a expansão de nossos repertórios deve-se às diferenças de conhecimento entre as pessoas. Assim, a aquisição de novas informações e a conseqüente expansão de horizontes intelectuais decorrentes de leituras ecléticas vão se tornar instigadoras de diálogos mais frequentes e de comunicações mais autênticas (SILVA, 1982, p.63).

Os estudos sobre o tema leitura tornavam-se, pois, necessários para viabilizar suportes teóricos para a compreensão dos processos de aprendizagem da leitura e escrita e, como consequência, haveria a possibilidade da aplicação desses recursos nas práticas pedagógicas para a superação do problema de aprendizagem.

Embora o “pedir para ler” tenha se tornado uma redundância dentro do ensino, e o “leia página tal!” seja recorrentemente utilizado nas salas de aulas de todos os níveis, a ciência da leitura levanta-se como uma imensa esfinge dentro do contexto educacional brasileiro. O vácuo existente entre o leitor e o livro é paradoxalmente contrabalançado pela falta de pesquisas (mais inclusivas e metodologicamente válidas) na área e pelo desconhecimento dos professores acerca dos fatores inerentes ao processo de leitura. Por outro lado, são raras as obras que tratam da teoria da leitura e em cujo conteúdo incluam evidências de pesquisas sobre a natureza do leitor brasileiro (SILVA; MAHER, 1978, p.52).

Silva e Maher chamam a atenção para o “vácuo existente entre o leitor e o livro” que, igualmente, dizia respeito ao acesso aos bens culturais. Naquele momento, as condições de acesso à cultura estavam delimitadas apenas à elite burguesa em detrimento de grande parte da população; processo de exclusão social descendente de uma condição histórica, mas, igualmente, agravado pela crise econômica cujos resultados prejudicavam ainda mais as condições de vida da população trabalhadora.

Nesse sentido, podemos retomar algumas colocações que definiram bem o espírito e disposição dos participantes do 1º COLE. Exemplos convincentes foi a participação de Demerval Saviani, Milton José de Almeida, Moacir Gadotti na mesa-redonda “Divulgação da cultura”, expondo o nível de preocupação em relação à cultura. Na ocasião, os problemas relativos à divulgação da cultura, mais especificamente a

questão das formas e instrumentos de acesso aos bens culturais e real papel na vida social, ocuparam a pauta, fazendo da importância do livro não apenas meio de oferta de saberes, mas, principalmente, um direito à cidadania.

A divulgação da cultura pode ser tanto um instrumento de preservação de uma ordem social e, portanto, da manutenção de privilégios, quanto um instrumento de transformação da ordem social e conseqüentemente de maior participação daqueles que são marginalizados do processo cultural (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p. 17).

Como podemos inferir da fala professor Demerval Saviani, a percepção do papel dos bens de cultura na sociedade, é uma questão que envolve a maneira pela qual os pertencimentos — a educação, o letramento, os bens de cultura — são compreendidos e utilizados. É necessário romper com a mitificação dos bens de cultura para a real compreensão do seu papel na sociedade. Os bens culturais podem servir à uma transformação social quando apropriados pelas classes marginalizadas e assim servir como "instrumento de transformação social"³². Para todos os efeitos, foi essa também a direção da intervenção do professor Milton José de Almeida, indicando a necessidade de politizar o debate em torno do consumo dos bens de cultura e da leitura e reivindicando a urgente a dissociação entre quantidade e qualidade, entre democratização de bens de cultura e alienação.

Por estarmos num Congresso de Leitura, procederemos à análise dos meios de comunicação que lidam com as palavras, como substância de um dado universo.

Estabeleceremos, superficialmente, uma tipologia dos agentes culturais e consumidores de suas emissões (...). Na primeira categoria temos diferentes consumidores. Uma primeira que consome literatura valorizada culturalmente por diferentes agentes, dentre eles a universidade, os críticos, etc. Uma segunda faixa, a do leitor médio, que se dedica a uma leitura rápida e fácil, estimulada por agentes sociais, tais como a TV e cinema e marcados pela violência, sexo, intriga amorosa e pelos autores estrangeiros. Uma terceira, e última faixa, formada pelos leitores de história em quadrinho, desde obras infantis até fotonovelas, cuja motivação da leitura está na facilidade de decodificação e no descompromisso com a realidade.

³² Cabe lembrar que naquele momento o debate sobre a cultura era mediado segundo a concepção de cultura ideologicamente determinada pelos valores de uma elite dominante. O que podemos depreender dos debates dos primeiros COEs é o questionamento sobre essa concepção de cultura e sua hegemonia na sociedade capitalista. A discussão sobre o acesso aos bens culturais vincula-se à concepção de uma cultura dominante e elitista e, como anotamos também à hierarquização de bens imateriais (citação de Adorno e Horkheimer).

O público de menor poder aquisitivo inclui-se na terceira faixa de consumo, que vai do preço da mercadoria à conservação da alienação cultural. Não há mobilidade social e conseqüentemente as possibilidades de mobilização da cultura são insignificantes. Assim, os objetos culturais circulam notadamente dentro das faixas e não entre elas (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p. 19).

Numa sociedade como a brasileira onde as desigualdades são evidentes, fazia muito sentido a ideia central de que os problemas da exclusão são determinados pela estratificação das classes sociais e, por conseqüência, a hierarquização das formas de circulação dos bens imateriais interfere, essencialmente, no acesso à cultura. Imaginar que a indústria cultural — e a expressão nos remete ao conceito que Theodor Adorno e Max Horkheimer — não se interesse pela hierarquização de classes como princípio para a hierarquização dos bens imateriais é um equívoco ou, antes, uma ingenuidade. Como previram os autores:

As distinções enfáticas que se fazem entre os filmes das categorias A e B, ou entre as histórias publicadas em revistas de diferentes preços, têm menos a ver com seu conteúdo do que com sua utilidade para a classificação, organização e computação estatística dos consumidores. Para todos algo está previsto; para que ninguém escape, as distinções são acentuadas e difundidas. O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu level³³, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 58).

Pelas falas dos participantes do 1º COLE é possível inferir que os participantes do congresso viam na iniciativa um fórum que pudesse traduzir os propósitos mais imediatos da sociedade mobilizada, particularmente as demandas que reuniam sob um mesmo referencial os professores, educadores, pesquisadores da educação, intelectuais, artistas, livreiros, legitimando, assim, a aspiração de que pudesse ser criada uma entidade capaz de auxiliar nas lutas pela transformação de um quadro geral negativo. Os *Resumos do 1º COLE* indicam essas preocupações, demonstrando a necessidade de se firmar um compromisso entre a atividade acadêmica e a práxis. É o que podemos notar nos documentos de avaliação das iniciativas debatidas no

³³ “Nível”, conforme nota do tradutor na edição utilizada.

Congresso, que apontam metas como: 1) criação de uma comissão que oferecesse continuidade aos trabalhos iniciados, na forma de assessoria aos professores e bibliotecários; 2) divulgação periódica de pesquisas realizadas na área de leitura (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.85-99).

Assim, as preocupações que tiveram lugar nos eventos e projetavam a criação da Associação de Leitura do Brasil atendiam a um consenso a respeito das urgências no campo da educação e, também, da cultura. As avaliações publicadas nos resumos do 1º COLE ilustram esses compromissos:

O interesse pelo acompanhamento [da criação da associação] foi muito reforçado pelas respostas dadas à última pergunta do questionário, que dizia respeito à formação de uma Associação de Leitura e de um Centro de Leitura da Unicamp. A grande maioria (93,5%) dos respondentes disse querer participar dessa associação cujas atividades principais seriam as seguintes:

- publicação de uma revista especializada
- organização de congressos e seminários
- pesquisa sobre leitura
- implantação de bibliotecas escolares
- cursos de atualização (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.95).

Em linhas gerais, esses apontamentos anunciam os princípios que orientaram a criação e fundação da ALB durante o 3º COLE em 1981. Os debates sobre o tema leitura permitiram reunir um contingente de profissionais e estudantes para a criação de uma instância de organização de um coletivo que militasse em torno das questões sobre a leitura e o livro.

CAPÍTULO 2 - PAISAGEM QUE É MEMÓRIA E PALIMPSESTO: Os primeiros COLEs e Feiras do Livro.

1. O Projeto Feira do Livro: nascimento do Congresso de Leitura do Brasil.

O 1º COLE foi realizado nos dias 23 e 24 de setembro de 1978 no Centro de Convivência Cultural em Campinas. O evento foi organizado por um grupo de professores do Departamento de Metodologia de Ensino (DEME) da Faculdade de Educação da Unicamp em conjunto com a Secretaria de Cultura Municipal de Campinas e representantes da Associação Campineira de Bibliotecários.

O nascimento do COLE pode ser compreendido a partir do projeto “Feira do Livro” elaborado por professores do DEME da Faculdade de Educação. O Congresso integrou a “Feira do Livro” – um espaço para exposição de livros com a participação de editores, livreiros e visava à aproximação da comunidade com a literatura, pressuposto básico do projeto para o desenvolvimento do hábito da leitura –, objetivando a constituição de um espaço para reflexões a respeito dos “problemas relacionados ao consumo de literatura”³⁴.

O projeto “Feira do Livro” procurava aprimorar a *Semana do Livro*, evento promovido periodicamente pela Faculdade de Biblioteconomia da PUC Campinas e pela Associação Campineira de Bibliotecários (DIÁRIO DO POVO, 1978). A participação da Faculdade de Educação da Unicamp, especificamente, do Departamento de Metodologia de Ensino, teve sua justificativa nas diretrizes do plano bienal daquele instituto, estabelecidas pelo departamento para o biênio de 1978-1979. O Centro de Leitura (CELE), um dos laboratórios do Programa Material Didático (PROMADI), era coordenado pelo Prof. Ezequiel Theodoro da Silva e foi a instância responsável pelo projeto “Feira do Livro”. O intuito do projeto era criar um evento cultural capaz de sensibilizar o público participante para a importância da leitura através da aproximação do leitor com o universo literário (FACULDADE DE EDUCAÇÃO-UNICAMP, 1978-1979, p.9)

³⁴ Projeto Feira do Livro, 1978, p. 2. Outro segmento realizado durante o período da Feira foi a 1ª Conferência de Bibliotecários (COBI) que propunha a reflexão e discussão dos problemas relacionados às bibliotecas escolares e o incentivo ao hábito de leitura vinculado ao espaço da biblioteca. O 1º COBI não constava como segmento previsto no projeto Feira do Livro, mas foi oficializado na programação do evento.

O pressuposto básico norteador do projeto “Feira do Livro” e que, igualmente, orientou os demais segmentos previstos para o evento foi a concepção de leitura tomada como fator de desenvolvimento individual e uma experiência reflexiva do indivíduo; como prática que “amplia seus horizontes, intensifica seus interesses” e proporciona “compreensão mais profunda sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo” – enfim a leitura como habilidade “essencial para todas as áreas do conhecimento” (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 1978, p.4).

2. A primeira Feira do Livro em 1978.

A Feira do Livro era um espaço, essencialmente cultural, com o objetivo de “ênfatisar o ‘Livro’ como meio de comunicação, de modo que leitores em potencial passem a ler mais”, conforme registrou o anteprojeto do evento (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 1978, p.2). A vivência cultural seria proporcionada através de diferentes atividades que visavam “mostrar o valor e alcance da leitura”, não se restringindo apenas ao aspecto comercial do mercado livreiro.

Uma Feira do Livro, estruturada segundo objetivos realistas e contendo atividades estimuladoras, pode vir a tornar-se uma situação de encontro entre o leitor e diferentes tipos de literatura. Um evento cultural dessa natureza, além de encurtar a distância entre leitor-livro, permitirá reunir o pessoal ligado ao mundo editorial (autores, editores, divulgadores, livreiros, etc...) – o que certamente vai disparar reflexões mais contundentes acerca desse objeto chamado livro (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 1978, p. 2 e 4).

A Feira foi realizada no período de 18 a 24 de setembro de 1978, no Centro de Convivência de Campinas³⁵, na região central da cidade, o que facilitava o acesso do público, além disso, havia espaço para comportar os estandes de editoras e dos livreiros, atividades culturais e salas para conferências e mesas-redondas.

³⁵ Centro de Convivência Cultural de Campinas “Carlos Gomes” – localizado em Campinas, foi projetado pelo arquiteto Fabio Penteadó e inaugurado em 9 de setembro de 1976. Foi construído na atual Praça Imprensa Fluminense, local onde foi construído o primeiro Passeio Público de Campinas (1876 a 1882) e inspirado no passeio público do Rio de Janeiro do século XVIII. O complexo cultural dispõe de 4 prédios: no lado externo há o Teatro de arena Teotônio Vilela com capacidade para quase 5 mil pessoas; um teatro interno chamado Sala de Espetáculos Luís Otávio Burnier com capacidade para 500 pessoas; duas galerias para exposições de artes; e um anexo para estabelecimentos comerciais. Dados retirados no site: www.campinas.sp.gov.br

A oferta de títulos procurava atender vários gêneros de textos impressos (literatura, literatura de cordel, literatura infanto-juvenil, revistas e jornais)³⁶ e as livrarias ofereciam descontos na compra dos livros. Entretanto, segundo a avaliação do evento realizada pela organização da Feira, a margem de desconto oferecido não satisfaz o público, manifestando também reserva quanto à variedade de títulos disponibilizados pelas livrarias e as escassas opções para áreas específicas, lacuna que, segundo os organizadores, ocorreu pela falha no planejamento do espaço ocupado pelos estandes das editoras e dos livreiros (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.4 e 5).

Além dos estandes de editoras e dos livreiros o evento oferecia um espaço onde o leitor poderia trocar impressões e experiências sobre suas leituras com outros leitores. O espaço foi denominado "Círculo de leitura" era o de estimular os leitores a fazer parte de um grupo para leitura e discussão de textos. A atividade, porém, não alcançou a repercussão desejada pelos organizadores, em função principalmente da reduzida participação do público. Uma das causas apontadas para o insucesso da atividade foi o local escolhido para a atividade, um mezanino do prédio, que dificultava o acesso das pessoas. A ausência de orientadores de leitura que coordenassem as atividades de discussões dos textos e incentivassem outros leitores a participar do Círculo foi também apontada como outro empecilho (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.9). Havia ainda um espaço destinado às doações de livros (Serviço de Doações), cujo intuito era o de ampliar o acervo de bibliotecas escolares para que os alunos pudessem desfrutar de maior número de livros em suas escolas. O Serviço de Doações chegou a arrecadar mais de mil livros, que foram destinados para as escolas públicas de Campinas (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.9). No sentido de auxiliar o leitor em suas consultas bibliográficas, foi criado um estande – Inovações da Biblioteca – onde os bibliotecários forneciam orientações aos usuários sobre como utilizar os serviços de bibliotecas. O resultado dos trabalhos realizados nesse estande foi positivo entre o público, não sendo registrada, segundo a avaliação do evento, nenhuma crítica negativa (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.9).

³⁶ Os stands de livros foram organizados por oito livrarias e editoras de Campinas. Programação Geral: Feira do Livro, 1º COLE e 1º COBI, p. 7

A Feira do Livro procurou trazer para o público um conjunto de revistas e jornais publicados no período. As revistas de circulação nacional presentes na Feira foram *Isto é*, *Veja* e *Cara a Cara*, além da primeira edição da revista *Educação & Sociedade* publicada pelo CEDES³⁷. Os jornais que marcaram presença na Feira foram: *Em Tempo*, *Movimento* e *Versus* que pertenciam à chamada imprensa alternativa.

Cabe lembrar que entre 1964 e 1980 mais de uma centena de jornais alternativos foi publicada no Brasil. Eram jornais produzidos no formato de tabloide, com a linha editorial de oposição ao regime e que procuravam noticiar as lutas de resistência de diversos setores da sociedade (KUCINSKY, 2001, p. 5). As colaborações nesses periódicos vinham de intelectuais, jornalistas e políticos opositores ao governo militar, muitos deles filiados ou próximos aos partidos políticos de esquerda que, ao longo daquele período, encontravam-se na clandestinidade. Eram publicações que defendiam a restauração da democracia no país, o respeito aos direitos humanos e não poupavam críticas ao modelo econômico instaurado pela ditadura, mesmo no período do "milagre econômico" (1968 -1973) – assim, contrariavam o “discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa” (KUCINSKY, 2001, p. 5). Como consequência, havia, da parte do regime, persistentes perseguições a esses periódicos, costumeiramente submetidos à censura prévia dos conteúdos e não raramente alvo de apreensões. Em várias ocasiões, colaboradores eram presos e torturados. Constam desse momento episódios que marcaram a história da imprensa no Brasil, sobretudo no que se refere à violência contra as liberdades de imprensa. Em 1980, já no processo de abertura, grupos de extrema direita aliados a setores do regime promoveram uma série de atentados e ameaças às bancas de jornal, sob a acusação de promover o comunismo através da comercialização dos tabloides. Houve, inclusive, a circulação de uma lista negra com os principais jornais da imprensa alternativa. O jornal *Movimento* foi um dentre muitos a sofrer com a queda nas vendas até sua extinção em 1981. Coincidentemente, o encerramento das atividades do jornal se deu no período de realização do 3º COLE, tendo o evento, inclusive contado com a presença do jornalista e diretor do *Movimento*, Sergio Caparelli integrante da mesa-redonda "Leitura e Classe Trabalhadora" que, bastante consternado, anunciou o fechamento do jornal, fato que gerou moções de apoio e solidariedade ao jornal no encerramento do 3º COLE.

³⁷ CEDES – Centro de Estudos “Educação e Sociedade” fundada em 1978 por professores da Faculdade de Educação da Unicamp. Publicações *Educação&Sociedade*; Cadernos CEDES e Jornal da Educação.

Os três jornais que participaram da Feira do Livro tiveram uma trajetória de destaque no circuito da imprensa alternativa. O jornal *Movimento*, criado em 1975, se destacou pela organização e produção jornalística democrática gestada pelo grupo fundador³⁸. O montante financeiro, estimado em 100 mil dólares, para a organização inicial do jornal foi arrecadado pelo grupo fundador entre os jornalistas, entre os deputados federais que foram eleitos na histórica eleição de 1974 e entre pessoas remanescentes da geração estudantil de 1964-1968 que tiveram participação nos movimentos políticos e que já atuavam profissionalmente em vários setores (KUCINSKY, 2001, p.188). *Versus*, criado em 1975, se destaca pelo caráter contundente da linguagem e pela adoção da “cultura de resistência”³⁹. Já *Em Tempo* nasceu de um grupo dissidente do *Movimento* e de antigos colaboradores do jornal *Opinião*, parte do grupo fundador também participou da fundação do Partido dos Trabalhadores⁴⁰.

Fato curioso foi a pequena procura por esses jornais durante a Feira demonstrando a pouca familiaridade da população com esse segmento da imprensa, ou mesmo supor uma reação temerosa do grande público em relação à imprensa alternativa⁴¹. Embora a imprensa alternativa tivesse boa aceitação na comunidade universitária, nos movimentos sociais e entre os militantes de esquerda, isso não se repetia em relação ao grande público.

³⁸ O jornal *Movimento* foi criado em 1975 pelos dissidentes do jornal *Opinião*, especialmente, o editor Raimundo Pereira. O jornal lançou uma frente ampla de resistência contra o regime e procurou direcionar seu conteúdo para os setores mais populares da sociedade. Como proposta de resistência política defendeu as liberdades democráticas, os recursos e cultura nacionais e melhores condições de vida para o povo brasileiro. O jornal serviu como um aglutinador de grupos de esquerda de várias tendências o que provocou várias crises internas, inclusive a saída de colaboradores, entre eles o sociólogo Francisco de Oliveira (KUCINSKY, 2001).

³⁹ *Versus* foi criado em São Paulo em outubro de 1975, pelo jornalista gaúcho Marcos Faerman como um jornal bimestral. Sua contundência vinha da forma com que utilizava a linguagem e sua proposta cultural. Segundo Bernardo Kucinsky (2001), “...adotou a cultura de resistência como manifesto estético” com o mesmo caráter utilizado no cinema e no teatro. Chegou a vender 35 a 40 mil exemplares no seu auge em 1977. Em 1979 foi extinto. Um pouco antes, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) apropriou-se do jornal transformando-o em porta voz da organização partidária.

⁴⁰ O jornal *Em Tempo* surgiu da crise interna do jornal *Movimento*, quando o grupo dissidente e antigos colaboradores do jornal *Opinião* se unem para funda-lo jornal em 1977. O grupo liderado pelo sociólogo Chico de Oliveira reuniu, também, outras militâncias de esquerda, na maioria de extração trotskista. Tinha como orientação política a defesa da redemocratização do Brasil apontando como solução “uma saída democrática” para o país e a “livre organização dos trabalhadores”, que representariam o setor de real força política para conduzir o processo de redemocratização do país. O grupo defendia a liberdade de imprensa, o posicionamento da classe dos jornalistas como “agentes sociais específicos” que contribuiriam, ao nível das ideias, “o desenvolvimento e articulação das lutas democráticas” (KUCINSKY, 2001, p. 229).

⁴¹ No Relatório de Avaliação da Feira consta que não houve nenhum comentário em relação à imprensa que estava presente na Feira. Relatório de Avaliação da Feira do Livro, 1978, p. 11

Durante todo o período da Feira do Livro a seção “Noite de Autógrafos” promoveu o lançamento de obras com a presença de seus autores. Entre os autores que marcaram presença, destacamos Ruth Rocha, Edy Lima, Vivina de Assis – que estiveram como convidadas na mesa redonda sobre literatura infantil no 1º COLE – bem como os jornalistas Fernando de Moraes e Audálio Dantas (à época candidato a deputado federal) e o historiador e professor da Unicamp, José Roberto do Amaral Lapa entre outros (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.8). As avaliações do público a respeito da “Noite de Autógrafos” foram, em geral, positivas, exceção feita a algumas críticas em relação ao reduzido número de autores que participavam do evento, à ausência de outros autores de renome, à falta de tempo para debate com os escritores. Também na avaliação dos organizadores da Feira, a atividade poderia ter sido melhor planejada, particularmente no que se refere às iniciativas e empenho de editores e livreiros em convidar os autores para o evento. O descuido dos livreiros e editores talvez justificasse o pequeno número de escritores participantes (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.8).

Outro aspecto a ser ressaltado na Feira foi o trabalho de orientação realizado por 31 estudantes do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.8). Sua tarefa era a de sensibilizar os participantes sobre a importância da leitura e, para tanto, tiveram um curso de capacitação no qual foram discutidos os tópicos: caracterização do ato de ler; importância da leitura no mundo moderno; relações públicas para orientação da leitura (durante a Feira) e uma pesquisa sobre levantamento de interesses de leitura (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.8). Os orientadores de leitura foram responsáveis pelas visitas às escolas – um total de 100 escolas – com o intuito de convidar a direção e os professores a participarem das atividades da Feira do Livro. Além do convite oficial para o evento, os orientadores de leitura tinham como tarefa a coleta de dados para compor um panorama sobre as condições das bibliotecas das escolas e fornecer aos professores um material pedagógico sobre o ensino da leitura (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.5). Durante a Feira do Livro, eles também participavam do espaço de trocas de livros, o Banco de Trocas de Livros, atuando como facilitadores do contato entre os leitores participantes.

Ficávamos num stand, orientando troca de livros. A pessoa levava um livro e trocava por outro do interesse. Os livros ficavam

“pendurados”, e podiam ser manuseados, escolhidos e trocados pelos visitantes. Lembro-me de muitos livros bons que apareciam e alguns carimbados de bibliotecas particulares, pessoais. Até minha autora preferida, Pearl S. Buck, apareceu e pude trocá-lo⁴².

O Banco de Trocas de Livros foi uma das atividades da Feira que se mostrou bastante positiva em termos de resultados; pois a circulação de visitantes foi grande, o número de trocas de livros chegou a 975, e o local abrigou mais de dois mil exemplares disponíveis para trocas (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.5). A grande procura foram pelas obras da escritora Edi Lima. Títulos como *Vaca voadora*, a *Vaca deslumbrada*, *Vaca proibida* ou *Vaca na Selva* eram os mais procurados na Banca pelo público infantil (DIÁRIO DO POVO, 1978, p.11).

Outra atividade programada foram as sessões de cinema organizadas em duas mostras de filmes: uma de curta-metragem e outra de longas. A mostra de curtas foi, em geral, destinada aos alunos das escolas que participaram da Feira, mas segundo o Relatório de Avaliação a programação foi prejudicada em função do número reduzido de filmes⁴³. Já a mostra de longas-metragens brasileiros contava com produções inspiradas em romances de grandes autores da literatura brasileira, dentre os quais *Os Condenados*, inspirado no romance de Oswald de Andrade e dirigido por Zelito Viana em 1975; *Uirá, um índio a procura de Deus*, a partir do romance de Darci Ribeiro, lançado em 1974 e dirigido por Gustavo Dahl; *Azyllo muito louco* (1970), de Nelson Pereira dos Santos, inspirado em *O Alienista* de Machado de Assis; *São Bernardo* de Graciliano Ramos, dirigido por Leon Hirszman em 1971; *Navalha na Carne*, peça teatral de Plínio Marcos, adaptado para o cinema por Braz Chediak em 1969 e *Menino do Engenho*, de Jose Lins do Rego, filme dirigido por Walter Lima Junior em 1965.

Nesse período o governo federal mantinha a Empresa Brasileira de Filmes S/A, a Embrafilme, criada em 1969 e foi, inicialmente, responsável pela política de promoção e distribuição de filmes brasileiros no exterior. A finalidade da empresa era claramente o controle sobre a atividade cinematográfica no país, principalmente no que dizia respeito aos cineastas politicamente engajados do movimento do Cinema Novo. A suposta atividade de vigilância por parte de um órgão do governo provocou forte reação

⁴² Este depoimento faz parte dos dados colhidos e publicado no Trabalho de Conclusão de Curso de Louise P. Santana, intitulado "1º Congresso de Leitura (1978): Constituindo Arquivo", na Faculdade de Educação da Unicamp, em 2013.

⁴³ Não há registros sobre os títulos que foram exibidos, mas presume-se que foram exibidos filmes de conteúdo educativo.

entre os profissionais do cinema, ainda que as críticas de oposição à Embrafilme tenham sido atenuadas a partir do momento em que o órgão passou a financiar produções brasileiras no início dos anos de 1970. *São Bernardo*, dirigido por Leon Hirzsmann e agraciado com o prêmio Air France de melhor filme, direção, ator e atriz, foi uma das produções bancadas pela Embrafilme.

Em 1974, o cineasta Roberto Faria assume a direção da Embrafilme com o apoio da classe de profissionais do cinema, em especial cineastas como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos, principais articuladores da indicação (AMANCIO, 2007, p. 176). Na gestão de Farias, a Embrafilme passou a coproduzir e distribuir as produções nacionais e a financiar equipamentos e insumos para produtoras de filmes (GATTI, 2007, p.104). Passou também a fixar a regulamentação sobre o período mínimo de 184 dias por ano para a exibição de filmes nacionais, além de regulamentar o recolhimento compulsório de 5% da renda bruta de exibição de filmes estrangeiros para o pagamento dos filmes de curta-metragem nacionais cuja exibição passou a ser obrigatória nas salas de cinema do país. As medidas foram, por um lado, benéficas para os cineastas brasileiros, pois houve um crescimento de 16% nas bilheterias de filmes nacionais, além de proporcionar produções de destaque do cinema brasileiro como *Eles não usam black-tie* (1979), de Leon Hirzsmann, *Xica da Silva* (1974), de Cacá Diegues, *Pixote, a lei do mais forte* (1978), de Hector Babenco entre outros. Por outro lado, permitiu ao regime o controle das produções cinematográfica e, principalmente, de exibição: toda a programação das salas de cinema passava pelo crivo da censura. A obrigatoriedade da exibição de curtas nas sessões de cinema não era apenas uma medida de incentivo ao cinema brasileiro, mas sim uma forma de propaganda do regime. Grande parte dos curtas exibidos traziam conteúdos que exaltava o governo militar e cuja produção era do cineasta e fotógrafo francês Jean Manzon. O cineasta francês atendia também, já desde a década de 1950, as solicitações do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES⁴⁴,

⁴⁴ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) - O instituto, fundado em 1961, foi organizado por empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro e financiado por empresários de multinacionais, com o objetivo principal de articular politicamente várias esferas, provocando a desestabilização do governo de João Goulart e esvaziar as mobilizações de setores como os sindicatos, as organizações estudantis e movimentos populares. O IPES, e pelas mãos dos generais Heitor de Almeida Herrera e Golbery do Couto e Silva, então diretor da ESG, articulou-se também com a Escola Superior de Guerra (ESG). Durante o golpe militar, o instituto permaneceu em franca atividade e tomou frente nas orientações básicas das reformas educacionais. Em dezembro de 1964, promoveria um simpósio sobre as reformas na educação, elaborando um documento que serviria de referência para as discussões (FAUSTO, 1995, p.470).

braço intelectual da ditadura, evidenciando as estreitas relações de Manzon com os militares.

A despeito das relações políticas e institucionais dos profissionais do cinema com o regime, o setor angariou prestígio e reconhecimento junto ao público naquele momento. Porém, nem o prestígio do público, nem as relações de proximidade com o poder garantiam que se revertesse a posição de desvantagem do cinema nacional em relação à concorrência estrangeira e a melhor fatia do mercado continuava com os conglomerados de distribuição de filmes norte-americanos. Em face dessa situação, o projeto Feira do Livro procurou privilegiar as produções nacionais para a dupla finalidade de promover filmes nacionais e proporcionar o contato com a leitura de obras da literatura brasileira submetidas a uma releitura que talvez assim estimulasse a leitura dessas obras. As sessões de cinema da Feira tiveram resultados acima do esperado, com frequência de público acima do previsto (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.15). Os indicadores foram importantes para que o evento se tornasse uma constante nas demais edições do COLE.

3. 1º Congresso de Leitura do Brasil: *Leitura para todos*.

O 1º COLE, como segmento do projeto Feira do Livro, teve como objetivo a criação de um espaço para o debate sobre a leitura e sobre o livro. O tema que orientou o evento foi “Leitura para todos”. Na Programação Geral podemos encontrar os objetivos que o conduziram.

O 1º COLE tem por objetivo congregar indivíduos ligados à educação e ao mundo da leitura, no sentido de:

- Refletir mais incisivamente sobre a problemática da leitura e da divulgação da cultura no contexto brasileiro.
- Caracterizar a importância da leitura (infantil e adulta) na formação do leitor crítico.
- Fornecer aos professores de todos os níveis de ensino algumas propostas de melhoria do ensino da leitura (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978).

Esses objetivos foram referenciais para a composição de três mesas-redondas e nove conferências com a participação de vários profissionais da área da leitura e do livro assim como pesquisadores e professores que atuavam nas universidades brasileiras, escritores da literatura infanto-juvenil, editores, profissionais

das editoras de revistas especializadas e bibliotecários. As mesas foram organizadas a partir de três temas complexos que envolvem o problema da leitura: a literatura infantil; o acesso e divulgação dos bens culturais; e as revistas pedagógicas e a atualização do professor. Os três eixos temáticos serviram para fomentar as discussões em oito conferências dedicadas a diferentes aspectos da questão principal – o problema da leitura – e que contaram com análises a respeito das muitas variáveis que influenciavam no campo temático enfocado, abrindo possibilidades para a configuração de um panorama sobre a questão da leitura no Brasil.

A primeira mesa-redonda intitulada “Literatura Infantil”, trouxe como participantes Edy Lima, Ruth Rocha, João Carlos Marinho e Vivina de Assis, e foi coordenada pelo escritor e professor da PUC de São Paulo Samir Curi Meserani⁴⁵. Os participantes debateram sobre os aspectos da produção da obra literária infanto-juvenil considerando a necessidade de se produzir uma literatura inovadora, que procurava “recriar uma linguagem, com nova temática e visão de mundo”, isto é, uma linguagem que estimule a criança e o jovem a refletir e questionar sobre variados aspectos da vida em sociedade, diferentemente da literatura divulgada através dos livros didáticos,

⁴⁵Edy Maria Dutra da Costa Lima é autora de muitos livros infantis, tendo nascido em Bagé (RS) no ano de 1924 e vivido muitos anos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Formada em jornalismo sempre gostou de escrever, começando aos 17 anos. Fez várias adaptações para o cinema e televisão. Ganhou diversos prêmios com seus livros como o Jabuti da Associação Paulista dos críticos de arte e o do Serviço Nacional de Teatro, ficando mais famosa com a série infantil “A vaca Voadora”, ideia surgida através de seus filhos que queriam ter uma vaca. Dentre suas obras estão: “A vaca deslumbrada”, “A vaca proibida”, “A vaca voadora”, “A vaca sensível”, “Primeiro amor”, entre outros. Participou no 1º COLE aos 54 anos de idade na mesa redonda intitulada “Literatura Infantil”, na companhia de outros escritores de livros para crianças (SANTANA, 2013).

Ruth Machado Lousada Rocha formou-se em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Começou a carreira de escritora de obras infantis no início da década de 1970, quando escreveu a série “Romeu e Julieta” para a revista infantil *Recreio* da Editora Abril, onde trabalhava como editora das publicações infantis. Entre os livros de sucesso de Ruth Rocha está a obra *Marcelo, Marmelo, Martelo*, que tem mais de 70 edições e 20 milhões de exemplares vendidos. A escritora foi agraciada com o prêmio Jabuti em 1992 pelo conjunto de sua produção literária, além de vários prêmios da Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil. Foi também homenageada pela Academia Brasileira de Letras com o prêmio Monteiro Lobato. Seu livro *O reizinho mandão* recebeu menção honrosa no prêmio internacional de literatura infantil Hans Christian Anderson. Em 2008, Ruth Rocha foi eleita para a Academia Paulista de Letras. (site da autora: www.ruthrocha.com.br/biografia). João Carlos Marinho seu nome completo é João Carlos Marinho Homem de Mello, escritor de literatura infantil e liderou o movimento de renovação da literatura infanto-juvenil na década de 1970 ao lado de Ruth Rocha e Ana Maria Machado. Seu clássico *Seu clássico Gênio do Crime* foi publicado em 1969. Vivina de Assis Viana é escritora de literatura infantil, publicou o livro *O dia de ver meu pai* em 1977, quando ficou conhecida nacionalmente. Ganhou o Prêmio Jabuti em 1989 com o livro infantil *O mundo é pra ser voado* (SANTANA, 2013).

Samir Curi Meserani (1947 – 1999) foi professor da PUC de São Paulo e também escritor infantil. Lançou o livro *Quem conta um conto* em 1991 e também *Os incríveis seres fantásticos* em 1993. Foi um dos mais presentes colaboradores dos primeiros COLEs e na ALB (SANTANA, 2013).

controlados pelo governo militar, com caráter notadamente conservador (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.2).

O problema dos conteúdos veiculados por uma literatura infanto-juvenil conservadora e que era amplamente utilizada nas escolas foram discutidos na conferência de Maria de Lourdes Nosella, pesquisadora cuja dissertação de mestrado, evidenciara os aspectos ideológicos dos livros didáticos utilizados no ensino de 1º a 4º série do primeiro grau. O trabalho de Nosella tivera como preocupação básica a “formulação e extensão da ideologia que existe subjacente aos textos de leitura da área de Comunicação e Expressão” e a análise teve como base 166 livros didáticos utilizados em escolas da rede estadual do Espírito Santo em 1977 e destinados a crianças entre 7 a 10 anos. Conforme a autora, valores e princípios veiculados por essas publicações traziam concepções positivistas como a noção de disciplina na formação escolar da criança, refletida, invariavelmente, na estrutura autoritária da escola; a família como um núcleo social isolado e perfeito no qual não há conflitos e contradições próprios da dinâmica da sociedade; a religião como fundamento moral para a formação do indivíduo; a pátria enaltecida com personagens históricos, que com suas ações heroicas, construíram o país, além de outros valores que garantiam a formação íntegra do cidadão de bem. Cabe ressaltar concepções nas quais a autora aponta constituem as noções básicas características da formação militar.

Uma das características constantes deste mundo imaginário é a estereotipação e a idealização (grifo do autor), com a função de fixar, fora do tempo e espaço, modelos de comportamentos, de relacionamentos, de valores, absolutos em si mesmos, afastando qualquer possibilidade de mudança das normas e comportamento. Outra característica imutável deste mundo ilusório dos textos é a celebração do relacionamento vertical (doador-receptor), que se articula em todos os temas. (...) O objetivo último deste esquema é condicionar uma atitude de passividade diante dos modelos vigentes. (...) Em todos os textos analisados não foi mostrado ao aluno que o mundo real é contraditório (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.2 -6).

Os apontamentos serviram de referência para as análises sobre a literatura infanto-juvenil, em especial por dar visibilidade a uma realidade ainda obscura durante

o governo militar. Vale lembrar que o trabalho de Nosella continua sendo referência em iniciativas que discutem a ideologia subjacente nos textos em literatura infantil⁴⁶.

A segunda mesa-redonda teve como tema a “Divulgação da Cultura” e contou com a participação de Demerval Saviani, coordenador da mesa e dos professores da Faculdade de Educação da Unicamp Milton José de Almeida e Moacyr Gadotti, do então representante da Secretaria Municipal da Cultura de Campinas, Carlos Braggio e de Walter Esteves Garcia⁴⁷. Na programação oficial foi registrada a participação do jornalista Perseu Abramo, porém isso efetivamente não ocorreu.

Na mesa sobre “Divulgação da Cultura”, o debate foi balizado por meio de três questões propostas pelo coordenador da mesa: a primeira dizia respeito à

⁴⁶ Maria de Lourdes Chagas Deiró (Nosella) faleceu em maio de 2017. Na ocasião, Paolo Nosella, seu ex marido, divulgou uma carta se despedindo de Maria de Lourdes. Na carta, Paolo Nosella menciona a polêmica em torno da dissertação de Maria de Lourdes no final dos anos de 1970. O trecho a seguir é uma reprodução de parte da carta de Paolo Nosella:

"A obra de Maria de Lourdes, *As belas mentiras*, foi uma das dissertações de mestrado mais divulgada e lida pelos professores do Brasil. Houve quem insinuasse “plágio”, movidos certamente por desconhecimento. Lembro bem: eu conseguira um exemplar do livro de Maria Bonazzi e Umberto Eco “*I pampini bugiardi*” (Os pânpanos mentirosos) e o entreguei à autora quando o trabalho dela havia sido já concluído. Maria de Lourdes lera e inspirara-se no “*Cuesta arriba e cuesta abajo?*” de Boggio Anna e outros. A verdade é que o livro de Maria de Lourdes foi um extraordinário acerto didático para o leitor brasileiro e, nesse sentido, foi um trabalho absolutamente original. Nenhuma obra estrangeira que aborda semelhante temática poderia substituir para o leitor brasileiro o livro de Maria de Lourdes; as semelhanças gerais se explicam uma vez que os autores se orientam por equivalentes concepções teóricas e técnicas. Estou falando o óbvio, mas, às vezes, é justamente o óbvio que precisa ser dito. A história das inúmeras edições e reimpressões do livro honra o trabalho e a criatividade da autora." (carta de Paolo Nosella publicada no site da ANPED, Nota de falecimento de Maria de Lourdes Chagas Deiró em 07/05/2017).

O livro, fruto do trabalho de dissertação (orientado pelo professor Demerval Saviani), "*As belas mentiras: A ideologia subjacente aos livros didáticos*" foi publicado pela primeira vez em 1978 pela Editora Cortez & Moraes e republicado em várias edições. A referência ao trabalho de Maria de Lourdes pode ser observada em inúmeros artigos publicados em revistas assim como em trabalhos de dissertações e teses ao longo dos anos (encontramos citações do trabalho em artigos e estudos sobre livros didáticos com datas recentes).

⁴⁷ Milton Jose de Almeida (1943-2011) foi professor da Faculdade de Educação da Unicamp. Como docente, trabalhou com pesquisas sobre a Arte da Memória e as diferentes linguagens verbais, visuais e audiovisuais que dão forma e ideologia à Educação Cultural, ao imaginário e à inteligência contemporânea. Seus trabalhos e pesquisas também compreenderam as Artes das Imagens e a pesquisa e criação de vídeos artísticos. Coordenava o Laboratório de Estudos Audiovisuais Olho, da Faculdade de Educação, e pertencia ao Departamento de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte. (SANTANA, 2013)

Moacyr Gadotti nasceu em 1941 no interior de São Paulo. Formou-se em Pedagogia e Filosofia pela PUC/SP. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra (Suíça) e livre docente pela UNICAMP, foi professor titular da Universidade de São Paulo. Atualmente é Diretor Geral do Instituto Paulo Freire. Suas obras são todas voltadas para a área da educação: educação, Paulo Freire, filosofia da educação, educação de jovens e adultos e sustentabilidade. Um dos fundadores do Instituto Paulo Freire e atual presidente de honra do instituto. (SANTANA, 2013)

⁴⁷ Walter Esteves Garcia – professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e um dos fundadores do Instituto Paulo Freire. Em 1978, trabalhou na Fundação do Bem-Estar do Menor. Foi membro do Conselho editorial da Coleção Educação Universitária da Editora Cortez, do qual participava também o professor Demerval Saviani. (dados retirados dos registros sonoros do 1º COLE e do site do Instituto Paulo Freire)

divulgação da cultura admitindo-se o fato de que a nossa sociedade se estrutura em classes antagônicas; uma segunda se referia aos meios de divulgação da cultura considerando os interesses das classes que constituem a sociedade, a última dizia respeito sobre o lugar e da importância do livro na divulgação da cultura. O problema da divulgação da cultura não poderia deixar de vincular a cultura como um conhecimento ideologicamente determinado pela classe dominante no sistema capitalista. Discuti-la dentro de tais referenciais é admitir também que o conhecimento ou os saberes veiculado pela escola são determinados ideologicamente. Nessa perspectiva, os participantes admitiam o antagonismo das classes constituidor de nossa sociedade e, dentro dele, a educação como seara onde se poderiam dissimular as contradições de classes, produzindo um espaço equivocado de equidade de direitos e oportunidades sociais.

Na sequência da programação, foram realizadas conferências que discutiram dois aspectos do tema cultura, um primeiro diz respeito aos aspectos sociais da linguagem e um segundo aspecto relativo à televisão, um meio de comunicação já controverso na época.

Sobre o primeiro aspecto, a comunicação “Cultura hoje, linguagem no plural”, de Lucia Helena Sant’Agostino⁴⁸ debateu a questão da leitura não somente no domínio da linguagem escrita, mas igualmente no campo de outras linguagens como a sonora e a imagética propondo a “pedagogia da semiótica” ou a “educação através dos sentidos”⁴⁹. A proposta chamava a atenção para a leitura fora do contexto escolar e bastante presente na vida cotidiana através de imagens e sons que configuram uma “realidade recriada” e “é preciso fazer não mais a leitura o signo linguístico, mas a leitura das formas numa tentativa de captar uma realidade significativa”⁵⁰.

Outra comunicação a do professor da Faculdade de Educação da Unicamp, Mauricio Tragtenberg⁵¹, colocou o problema da ideologização dos conteúdos veiculados

⁴⁸ Lucia Helena Sant’Agostino Formou-se em Letras português-inglês pela PUC/SP em 1969. Fez mestrado em Arquitetura e Urbanismo na USP (1994) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, também na USP (2001). Suas experiências estão voltadas para área da comunicação, semiótica, teoria literária, literatura brasileira, arte e percepção ambiental urbana (SANTANA, 2013).

⁴⁹ Resumos do 1º COLE, 1978, p. 23

1C FR #006 – Arquivos Sonoros do acervo da ALB.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Mauricio Tragtenberg (1929-1998) – nascido no estado do Rio Grande do Sul, frequentou o curso de Ciências Sociais, migrando, depois, para o de História, que concluiu na USP. Doutor em Política, dedicou-se à carreira de professor e lecionou em importantes universidades como PUC/SP, UNICAMP,

pela televisão caracterizando-os como alienantes e desprovidos de qualquer compromisso com os saberes e conhecimentos. Tragtenberg acrescenta que o monopólio das multinacionais nos meios de comunicação agravava ainda mais a “cultura da desconversa”, termo que se refere à utilização dos meios de comunicação de massa para “grandes faturamentos propagandísticos” e como “forma de dessensibilizar o público para com os grandes problemas centrais e sensibiliza-lo para tudo aquilo que significa coisa nenhuma”⁵². Para ele, a educação tornava-se, igualmente, refém das multinacionais transformando as “escolas em depósito de quinquilharias eletrônicas, num mercado de material didático e o professor num agente da reprodução desse material”⁵³.

Não podemos hoje falar de Educação ao nível paroquial precisamos ver o impacto do satélite educacional, cujo centro de emissão é único, cuja programação atinge vários continentes, cria a “cultura da dependência” e com ela forma o “escravo contente”. Por isso, a Tele-educação é a Tele-repressão! (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.26).

Para Tragtenberg, a “comunicação de massa” faria sentido na medida em que fosse utilizada em favor da grande camada da população desprovida de poder econômico e político; por isso, não seria possível analisar a relação dos meios de comunicação e a educação sem passar pelo problema ideológico e político. Cabe lembrar aqui uma análise do antropólogo e professor Carlos Brandão fez no *I Seminário de Educação Brasileira* (1978) na qual procurou delimitar aquilo que se denominou “educação do sistema” que visava à reprodução da ideologia dominante, e a “educação popular” que visa à conscientização do indivíduo frente às contradições sociais e políticas. Em sua análise, Brandão critica os meios de comunicação que produziam programas educativos para a população. Assim como Tragtenberg, se refere aos programas educativos das emissoras de televisão (principalmente a TV Globo) como ideológicos e carentes de conteúdos com real utilidade para grande parte da população, servindo, apenas, segundo sua análise, como controle ideológico da sociedade ao

USP. No meio acadêmico, ficou conhecido como um autodidata. Preferia definir-se como um socialista libertário, ao contrário de “anarquista” e radical (SANTANA, 2013).

⁵² Resumos do 1º COLE, 1978, p. 25/1C FR #006 – Arquivos Sonoros do acervo da ALB.

⁵³ Resumos do 1º COLE, 1978, p. 26/ 1C FR #006 – Arquivos Sonoros do acervo da ALB.

transmitirem conteúdos alienantes e destituídos de qualquer possibilidade de crítica e questionamento.

A educação do sistema, através de diferentes programas pelos quais se atualiza, sem nunca ser verdadeiramente atual (cruzadas de alfabetização, Mobral, cursos apressados de formação de mão-de-obra, supletivos da TV Globo), não possui outro tipo de compromisso para com seus sujeitos, senão o de mantê-los sob o seu controle, usando a própria educação como um dos instrumentos de remontagem da ordem social de dominância.[...] Por debaixo de uma “ideologia de sucesso”, a educação do sistema apenas serve aos interesses de preservação do sistema social e simbólico que a produz, mesmo quando pareça *prestar serviços* educacionais de promoção social a categorias de sujeitos subalternos (BRANDÃO, 1979, p.15).

A segunda parte da programação oficial do COLE teve início no segundo dia de congresso com a mesa-redonda discutindo o tema “Revistas pedagógicas e a atualização do professor”. A sessão teve como coordenadora de mesa Guiomar Namó de Mello⁵⁴ e como convidados foram Adalberto de Paula Paranhos⁵⁵, representando a *Revista Cara a Cara*, Afonso Trujillo⁵⁶, da *Revista Brasileira de Sociologia*, Elizabeth de A.S.P. Camargo⁵⁷, da *Revista Educação & Sociedade*, Sergio Luna⁵⁸, da *Revista*

⁵⁴ Guiomar Namó de Mello nascida em 1943. Formou-se em Pedagogia pela USP em 1966, fez mestrado e doutorado em educação na PUC/SP e pós-doutorado no Institute of Education da London University. Passou a lecionar na PUC/SP desenvolvendo pesquisas na área da educação com projetos para educação pública de qualidade. Ao longo de sua vida acadêmica, mostrou-se muito ativa, sendo diretora, consultora e colaboradora de diversas frentes ligadas à educação. Hoje é diretora da EBRAP – Escola Brasileira de Professores, empresa dedicada a estudos e projetos na área de educação inicial e continuada de professores da educação básica (SANTANA, 2013).

⁵⁵ Adalberto de Paula Paranhos nasceu em Campinas, interior de SP, no ano de 1948. Formou-se em sociologia e jornalismo pela UNICAMP, é mestre em Ciência Política pela UNICAMP e doutor em História Social pela PUC/SP tendo atuado como professor universitário na UFU. Desenvolveu pesquisas e produções na área de política e cultura, com ênfase em história social da cultura. Foi o primeiro presidente da Associação dos Professores da PUCC. Atualmente é professor de política na Unicamp (SANTANA, 2013).

⁵⁶ Afonso Trujillo nascido em 1926 numa pequena cidade do Peru. Formou-se na Universidade Nacional de Mayor de San Marcos de Lima. Em 1950 veio para o Brasil concluir sua Pós-graduação na Escola de Sociologia e Política de SP e concluiu sua formação com o pós-doutorado na USP/SP, sobre o mesmo assunto. Lecionou sociologia na PUC/SP, desde que se formou, e depois foi lecionar na UNICAMP, ministrando sociologia da Medicina. Em seguida foi contratado como professor colaborador e designado a chefe do departamento de Sociologia Educacional da FE, que também colaborou para sua organização. Sua área de atuação temática sempre foi Sociologia, Metodologia e Técnica de pesquisa. Desligou-se da vida acadêmica em 1985 (SANTANA, 2013).

⁵⁷ Elizabeth A.S.P. de Camargo nasceu em 1946 na cidade de Fernandópolis-SP. Graduou-se em Ciências Sociais pela PUC/SP. Fez pós-graduação e Mestrado na UNICAMP na área de Concentração em Filosofia e História da Educação, na FE. Seu doutorado, também realizado na UNICAMP, foi sobre a temática: “Estado e Política Educacional”. Lecionou na FE/UNICAMP disciplinas como Sociologia Geral e Sociologia Educacional (SANTANA, 2013).

Modificação do Comportamento e Antonieta Marília de Oswald de Andrade Graciano⁵⁹, dos *Cadernos de Pesquisas* da Fundação Carlos Chagas. O debate situava três grandes problemas: 1) discutir a educação no contexto político, questão que inferia, por consequência, que a linha editorial das revistas pedagógicas deveriam discutir as questões educacionais no aspecto político; 2) como viabilizar a divulgação dos referenciais teóricos produzidos no meio acadêmico para que exista, efetivamente, a aplicabilidade desses referenciais nas práticas pedagógicas; 3) o problema do alcance das revistas entre os professores, especialmente, no estado de São Paulo onde, apesar do grande número de professores na rede estadual de ensino⁶⁰, o alcance desse tipo de publicação era limitado. Acerca deste último problema havia uma particularidade, graças a seu vínculo com a questão da falta do hábito de leitura entre os professores. Entretanto, as falas dos participantes da mesa, de forma geral, apontavam como principal obstáculo ao acesso às revistas pelo professor tanto o custo dos impressos como a linguagem excessivamente técnica utilizada pelas publicações na abordagem de questões pedagógicas. Contudo, é preciso lembrar que as condições de trabalho do professor da rede pública nesse período eram as mais adversas, pois o regime de exceção penalizava tanto a categoria como a estrutura educacional pública, principalmente, depois das reformas educacionais de 1971. Naquele período a depreciação dos salários dos professores era bastante severa, refletindo na qualidade do trabalho do educador como apontado nas *Memórias dos Professores*, o trabalho do professor sofria em qualidade.

A dimensão salarial é importante, mas não é a única que corrói a qualidade do trabalho do educador. Os professores, para completar o orçamento, se submetem a jornadas desumanas, tem pouco tempo para preparar aulas, corrigir material dos alunos e realizar reuniões pedagógicas. À falta de tempo, soma-se muitas vezes a falta de motivação, normalmente atribuída aos baixos salários (JOIA, KRUPPA, 1993, p.15).

⁵⁸ Sergio Luna professor da Faculdade de Psicologia da PUC de São Paulo. Foi também professor da Faculdade de Educação da Unicamp de 1982 a 1992 (http://buscav.cnpq.br/buscav/#/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=8462054437341061).

⁵⁹ Antonieta Marília de Oswald de Andrade Graciano professora da PUC de Campinas até 1981, desde então é docente do Instituto de Artes da Unicamp. (http://buscav.cnpq.br/buscav/#/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=0300460125334003)

⁶⁰ O número de professores da rede pública de ensino em 1978 já passava de 200 mil professores segundo dados retirados do livro APEOSP dez anos: memória dos professores do ensino pública estadual paulista de autoria de Orlando Joia e Sonia Kruppa, publicada em 1993.

A discussão acerca da atualização do professor por meio das revistas pedagógicas não desconsiderou a difícil realidade dos educadores da rede pública. Nem deixou de por em relevância a necessidade do debate político sobre educação e o olhar crítico em relação ao viés ideológico das revistas, pois toda revista, como indica o professor Alfonso Trujillo, “tem, implícita ou explicitamente, uma linha ideológica”. Nesse sentido, a professora Elizabeth Camargo, da Faculdade de Educação da Unicamp, explicava que a *Revista Educação & Sociedade* procurou “romper com a literatura pedagógica existente na medida em que pensava a educação no contexto social, político, econômico e ideológico” (CONGRESSO DE LEITURA DO BARSIL, 1978, p.28).

A programação do 1º COLE trouxe ainda a discussão sobre as práticas pedagógicas, em especial, na alfabetização. Uma das comunicações foi de Antônio Muniz de Resende⁶¹, então professor e diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, defendeu em sua comunicação, a ideia de que a educação tem como papel fundamental o “ensino da cultura, ou seja, o sentido articulado e em circulação através da história de um determinado grupo ou de toda a humanidade”, tomando a acepção de cultura como uma forma de “acrescentar sentido ao mundo natural, transformando-o num mundo propriamente humano”. A leitura, segundo Muniz, vinha como um fator de aprendizagem da cultura, pois é apreensão de sentidos transmitidos pela cultura.

O texto é discursivo à segunda potência porque revela (ao menos parcialmente) o sentido articulado e em circulação na cultura. Este sentido manifesta-se ao mesmo tempo em que se oculta. Por isso, é um desafio para o leitor, que deve superar a ingenuidade e infantilidade se quiser apreender o sentido real do texto (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.31 – 35).

Dentro do desenvolvimento da temática sobre a educação e a inserção do indivíduo no mundo letrado, a conferência de Haquira Osakabe, professor do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, intitulada “O mundo da escrita”, propunha uma reflexão a respeito do significado social da inserção do indivíduo no mundo da escrita.

⁶¹ Antônio Muniz de Resende nasceu em 1928 em Minas Gerais. Graduou-se em Filosofia e fez mestrado em Teologia na Pontifícia Studiorum Universitas a S. Thomas Aquinate de Roma, na Itália, onde também fez doutorado em Teologia. Além do doutorado em Teologia, também tornou-se doutor em Filosofia pela Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. Em 1975 começou a lecionar na UNICAMP e trabalhar junto ao Departamento de Fundamentos Filosóficos da Educação, na FE. Foi nomeado diretor e professor titular do Departamento de Filosofia da Educação, na FE, sendo um dos criadores do programa de pós-graduação em filosofia da Educação da UNICAMP. Também fez estudos sobre psicanálise pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de SP, formando-se como Psicanalista. Atualmente atua como psicanalista, sendo membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de SP (SANTANA, 2013).

Osakabe define a escrita como uma produção discursiva com características próprias que oferece “uma informação acabada, onde a defasagem do tempo e espaço entre a produção e recepção tende a dissolver a possibilidade de dialogação”. O aprendizado da escrita e leitura não seria apenas a aquisição de novas habilidades, mas sim a inserção do indivíduo num mundo distinto da oralidade e que tem o papel de instrumentalizá-lo para a sociedade, ou seja, “franquear-lhe possibilidades que de outro jeito estariam vedadas”. Nesse sentido, o autor expunha o significado político do aprendizado da escrita e da leitura.

A escrita, no contexto de uma sociedade contemporânea, se vincula a uma necessidade pragmática. Alfabetiza-se o indivíduo para que ele seja mais produtivo ao sistema. Nesse contexto, a passagem do analfabeto – alfabetizado é ilusória. A promessa da conquista de um mundo novo (para as camadas sociais que se vinculam diretamente à produção) se frustra pelo emaranhado de necessidades outras que se interpõem ao nível de exigências ao livre exercício da leitura (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p. 32 – 35).

A leitura feita por Osakabe colocava em questionamento o modelo escolar e o discurso corrente sobre a possibilidade de ascensão social. O que a alfabetização nas escolas oferece ao indivíduo, segundo Osakabe, remete a um universo fechado, cujas concepções de família, pátria e religião estão fundadas em valores sobre o bem e o mal, certo e errado dissimulando as contradições sociais e psicológicas vivenciadas pelos indivíduos no seu cotidiano, sem a existência da possibilidade do questionamento.

Não se lê e não se escreve (grifo do autor) se se entende por escrita a possibilidade do indivíduo criar seu próprio discurso, a manipulação ativa e anti-modelar (sic) desse código e por leitura, o acesso do indivíduo ao conhecimento diferenciado, que lhe permite reconhecer sua identidade, seu lugar social, as tensões que animam o contexto em que ele vive (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p. 36).

Cabe lembrar que os debates sobre os aspectos políticos da educação foram privilegiados no contexto do 1º COLE e se fizeram importantes para a compreensão do sistema educacional do país, resultado do longo período de governo militar e das políticas educacionais. No final da década de 1970, os efeitos das reformas educacionais eram evidentes e, principalmente, os prejuízos causados em função do processo gradual

de exclusão social e pela deterioração da qualidade do ensino nas escolas públicas frutos, principalmente, da falta de investimentos do governo em programas sociais.

A atuação cultural do regime civil-militar também implicou a modernização conservadora da educação, como a massificação (e degradação) do ensino público de primeiro e segundo grau, o incentivo ao ensino privado e a criação de um sistema nacional de apoio à pós-graduação e à pesquisa para universidades, nas quais a ditadura encontrava alguns dos principais focos de resistência, que reprimiu duramente, mas sem deixar de oferecer uma alternativa de acomodação institucional. Buscava-se atender, valendo-se dos parâmetros da ordem estabelecida, às reivindicações de modernização que haviam levado os estudantes às ruas nos anos 1960 (RIDENTI, 2003, p.203).

No final da década de 1970, as mobilizações sociais ressurgiam graças às militâncias de resistência ao regime que pôde dar voz às insatisfações e frustrações da população. É, justamente, esse clima que direcionava os debates sobre educação no campo político no 1º COLE. A afirmação de que a educação só poderia ser compreendida a partir da compreensão política (da luta de classes) e as perspectivas de sua transformação estariam no cerne desses debates. Cabe lembrar que, em novembro do mesmo ano, a Faculdade de Educação da Unicamp realizou o *I Seminário de Educação Brasileira*, cujo tema fundamental foi o debate da educação no campo político. “A Delinquência Acadêmica”, conferência de Maurício Tratenberg, ilustrou bem as preocupações do evento ao trazer a questão da relação do trabalho intelectual e a universidade como instância de poder da classe dominante (TRAGTENBERG, 1979, p.76). A relevância do tema, nesse momento, trouxe de volta para o cenário educacional a pedagogia de Paulo Freire como referência para as práticas pedagógicas que pudessem fazer frente ao sistema educacional imposto pelo regime de exceção. Outros pesquisadores presentes ao Seminário contribuíram com análises e discussões sobre o trabalho do pedagogo como os trabalhos de Vanilda Paiva, Carlos Rodrigues Brandão, o ex-ministro da Educação do governo Goulart, Paulo de Tarso Santos e de Celso de Rui Beisiegel⁶² traziam considerações sobre a metodologia freiriana, elegendo dois pontos

⁶²Vanilda Paiva foi professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro até se aposentar. No período do 1º COLE era professora da Faculdade de Educação da Unicamp.

Carlos Rodrigues Brandão foi professor do Instituto de Filosofia, Ciências e História da Unicamp, de onde, atualmente, é colaborador. É autor do livro *O que é educação*, da célebre série editada pela Editora Brasiliense em 1981(<http://lattes.cnpq.br/7721657000564411>)

centrais: a tomada de consciência do sujeito no processo de aprendizagem e a reflexão a respeito dos aspectos ideológicos e políticos da educação. Ambos configuram pontos de referência para uma situação conflitante entre a educação do colonizador e a educação popular, esta necessária à conscientização de grande parte da população.

Alguns meses antes da realização do Seminário, o 1º COLE tinha incluído em sua pauta os debates sobre as concepções freirianas por meio da comunicação de Silvia Maria Manfredi⁶³ que relatou as experiências do pedagogo em alfabetização e sua metodologia criada na década de 1960. Segundo o Relatório de Avaliação do 1º COLE, a comunicação estaria entre as que os congressistas melhor qualificaram, especialmente, pela proximidade com o trabalho do professor em sala de aula. Outras três comunicações sobre aspectos pedagógicos da aprendizagem através da leitura foram realizadas no COLE, uma delas intitulada “Releitura da Leitura”, realizada pelos professores Ezequiel Theodoro da Silva e James Patrick Maher, ambos da Faculdade de Educação da Unicamp. O trabalho apresentado pelos autores visava a uma ampliação da concepção de leitura como um processo de aprendizagem que ultrapassa a simples decodificação de códigos linguísticos. O processo de alfabetização seria, então, uma aprendizagem com o objetivo de formar um leitor crítico e questionador; a tarefa do professor consistia em desenvolver, por meio de práticas pedagógicas adequadas, as habilidades de leitura do aluno, numa interação que permitisse ao aluno exercer sua capacidade de questionamento e crítica.

As habilidades para a aprendizagem da leitura assim como da escrita foram examinadas na comunicação “Fatores que influem na aprendizagem da leitura e escrita”, apresentada pelos integrantes da Clínica de Psicologia e Fonoaudiologia de Campinas. As professoras Rosalia Aragão e Helena Lopes de Freitas, da Faculdade de Educação da Unicamp, apresentaram a comunicação “Aprendizagem da leitura e contexto cultural”, na qual ressaltavam o descompasso entre os conteúdos dos programas curriculares das escolas e a realidade de grande parte dos alunos, assinalando um dado estatístico

Paulo de Tarso Santos foi Ministro da Educação e Cultura no governo de João Goulart até a deposição do presidente. Em 1964, foi para o exílio no Chile onde trabalhou no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Voltou para o Brasil em 1971 e, posteriormente, filiou-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_de_tarso).

Celso de Rui Beisiegel foi professor da Faculdade de Educação da USP e atualmente é colaborador do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP (http://buscavv.cnpq.br/buscavv/#/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=0658208570193103).

⁶³ Silvia Maria Manfredi foi professora da Faculdade de Educação da Unicamp de 1978 a 1995 e da PUC de São Paulo de 1980 a 1986 (<http://lattes.cnpq.br/0520375139605365>).

assombroso das escolas de Campinas: o índice de reprovação na primeira série do 1º grau, nesse período, chegava a noventa por cento.

Um último aspecto sobre a questão da leitura, a utilização da biblioteca, foi abordado pela professora e bibliotecária Carminda Castro Nogueira⁶⁴. Ela chamava a atenção para a importância do hábito da leitura entre as crianças, prática a ser estimulada já no círculo familiar e, evidentemente, na escola com os professores.

Este hábito é um processo contínuo que deve ter seu início no lar, se possível, deve ser sistematizado na escola e prosseguir durante toda a vida sob a influência do meio cultural geral e dos esforços dirigidos nesse sentido pelos responsáveis da educação e das bibliotecas públicas (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.40).

Tratava-se, também, de um alerta em relação às dificuldades econômicas e culturais da grande maioria da população, que impediam o desenvolvimento do hábito da leitura e, igualmente, em relação à ausência de políticas públicas para implantação de bibliotecas escolares no Brasil.

*A 1ª Conferência dos Bibliotecários – COBI e VII Semana de Estudos de Biblioteconomia e Documentação*⁶⁵.

A 1ª Conferência dos Bibliotecários (COBI) e a VII Semana de Estudos de Biblioteconomia e Documentação foram realizados no período de 18 a 22 de setembro na PUC Campinas. O 1º COBI concentrou seus objetivos no debate dos problemas relativos à leitura no contexto educacional e às deficiências dos acervos das bibliotecas escolares, em especial, aquelas que se relacionavam às estruturas e disponibilidade. Os objetivos do 1º COBI foram:

⁶⁴ Carminda Castro Nogueira, portuguesa de nascença, em 1921, faleceu em 2010. Embora nascida em Portugal se dizia brasileira por vivência. Participou da fundação da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos e foi uma importante articuladora no processo de implantação da UFSCar. Doutora em Letras Românicas pela Universidade de Coimbra, mestre em Biblioteconomia e Documentação, pós-graduada em Ciência da Informação e Administração de Empresas, especializou-se em organização de arquivos empresariais e públicos. Lecionou em universidades e também no ensino fundamental e médio (Colégio São Carlos e Colégio Diocesano La Salle) (SANTANA, 2013).

⁶⁵ Os dois eventos não constam no projeto Feira do Livro original, mas o 1º COBI aparece na programação oficial da Feira do Livro e 1º COLE. Supomos que o projeto Feira do Livro, inicialmente, planejou apenas para a Feira e COLE. O que podemos notar é que os eventos organizados pela Associação Campineira dos Bibliotecários foram agregados posteriormente ao projeto reunindo vários segmentos culturais e educacionais.

- 1 - Mostrar a necessidade urgente dos bibliotecários e professores trabalharem em equipe.
- 2 - Fazer com que os bibliotecários sanem o problema urgente de dar orientações mais profundas aos seus usuários de como usar as bibliotecas, usando para isso a disseminação seletiva.
- 3 - Mostrar o grande valor das bibliotecas, passando a utilizá-la para maior facilidade na obtenção de dados necessários à vivência cultural de cada um (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, PROGRAMA, 1978).

As conferências programadas para o evento estiveram voltadas para a discussão sobre a modernização dos sistemas de consultas e armazenamento das informações nos acervos das bibliotecas, almejando a melhoria dos serviços destinados aos usuários. A concepção de *disseminação seletiva de informações* foi definida como um serviço personalizado, cujo propósito era oferecer aos usuários informações atualizadas sobre referências bibliográficas de acordo com a área ou tema de interesse. A utilização da Tecnologia da Informação nas bibliotecas seria necessária para a organização e criação de um banco de dados do acervo das bibliotecas. Na conferência intitulada “Disseminação Seletiva de Informação”, Paulo Lobo assinalava que o serviço já era utilizado em bibliotecas de centros de pesquisas e tecnologia como a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA) e outros. Eram serviços tinham como objetivo: “manter os pesquisadores atualizados”, buscando “contribuir com o aumento da produtividade, na geração de conhecimentos científicos e inovações tecnológicas e minimizar a perda de tempo de pesquisadores e bibliotecários na procura de informações” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.65).

Na década de 1970, os serviços oferecidos pelas bibliotecas tiveram que passar por grandes transformações em função do aumento do número de publicações sobre pesquisas e inovações tecnológicas produzidas no período. As bibliotecas especializadas de centro de pesquisas, citadas na conferência de Paulo Lobo, mantinham seus acervo e bancos de dados com as referências bibliográficas atualizadas, requisito fundamental para as pesquisas tecnológicas. A *disseminação seletiva de informações* passara a ser um parâmetro para o trabalho do bibliotecário no sentido de dinamizar a oferta de informações de pesquisas bibliográficas. Embora o primeiro curso de

Biblioteconomia no Brasil datasse de 1911⁶⁶, a profissão de bibliotecário foi regulamentada somente em 1962, por meio de legislação com currículo mínimo para o curso de bacharel em Biblioteconomia. Posteriormente, na década de 1970, uma nova revisão do currículo mínimo do curso tornou-se necessária para que a formação do bibliotecário pudesse atender as novas demandas de trabalho em pesquisas bibliográficas. Entretanto, as novas metodologias que incorporavam a concepção da *disseminação seletiva de informações*, além de outras disciplinas de caráter técnico passaram a fazer parte do curso de Biblioteconomia somente em 1982, ocasião em que houve a redefinição do curso. Embora tardias, as mudanças curriculares permitiram uma formação mais técnica no tratamento e disponibilização das informações bibliográficas, facilitando e acelerando o trabalho de pesquisa em acervos de bibliotecas. A tecnologia da informação, incorporada posteriormente para à organização dos acervos, permitiu a acessibilidade mais dinâmica para os usuários e possibilitou a criação da biblioteca digital, o que consolidou o trabalho do bibliotecário como profissional da informação.

Percebe-se, portanto, que as preocupações nos debates durante a 1ª COBI dirigiam-se aos aspectos técnicos do trabalho do bibliotecário. Boa parte das conferências se referia à utilização de novas técnicas para o trabalho de organização de acervo das bibliotecas. Nesse aspecto, podemos citar as comunicações de Ubaldino Dantas Machado⁶⁷ que explanou sobre sistemas de informação tecnocientífico; a de Paulo Lobo sobre a *disseminação seletiva da informação* aplicada à organização de acervo documental; Dinah Aguilar Poblacion que discorreu sobre a catalogação de acervo no sistema ISBD (Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada); e Alfredo João Rabaçal que apresentou as diretrizes da política pública do governo do Estado de São Paulo, destacando a incorporação das bibliotecas públicas paulistas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas⁶⁸. Outras duas conferências merecem destaque: a de

⁶⁶ O primeiro curso de Biblioteconomia foi criado em 1911 na Fundação Biblioteca Nacional e, posteriormente, foi transferido para a Universidade Federal do Rio de Janeiro onde funciona até hoje (<http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/historia>)

Em São Paulo o primeiro curso foi criado na década de 1930 na Mackenzie College e, posteriormente, foi administrado pela Prefeitura de São Paulo até 1936. Em 1940, o curso foi incorporado à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (<http://up.mackenzie.br/a-universidade/historia/>, http://www.fespsp.org.br/inst_institucional).

⁶⁷ Ubaldino Dantas Machado, no período do 1º COLE era pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. Atuou em vários órgãos públicos na área de agropecuária (http://buscav.cnpq.br/buscacv/#/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=0193052120143098).

⁶⁸ O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas foi um programa criado pelo Instituto Nacional do Livro cuja origem remonta um programa do Ministério da Educação e Cultura denominado Serviço Nacional de Bibliotecas, criado no ano de 1961. O Ministério foi incapaz de cumprir os propósitos do Serviço e

Gaston Litton, professor do curso de Biblioteconomia da PUC Campinas e da professora Carmina Castro Ferreira. Referindo-se à importância da leitura no trabalho do bibliotecário, um hábito necessário para a aquisição de repertório que facilitaria seu trabalho, Litton aconselhou, ainda, que o bibliotecário se tornasse um colecionador de livros, pois, para ele “coleccionar livros é uma atividade intelectual muito estimulante porque facilita a formação de critérios de excelência” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p.71). Tratava-se, como vemos, de uma visão mais humanista da atividade do bibliotecário, vinculando-a às concepções das escolas tradicionais da área, de influência francesa, e que nortearam a primeira fase dos cursos de biblioteconomia no Brasil.

De início, encontramos a visão do bibliotecário erudito, de formação eminentemente humanista, ligado à cultura e às artes, recebendo forte influência francesa da École de Chartres. Tal influência norteou a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do país: o da Biblioteca Nacional (1911-1930). Em seguida, emerge a perspectiva de bibliotecário com formação técnica, sob nítida influência norteamericana, voltada para o tratamento e a organização de documentos (1930-1960). Esta influência se expressa nos primeiros cursos de Biblioteconomia, localizados em São Paulo. Na década de 1960, ocorre o reconhecimento oficial da profissão em nível superior, com o estabelecimento de uma legislação profissional e a criação de órgão de classe.[...] Nos anos oitenta, surgem as reformas curriculares dos cursos de graduação em Biblioteconomia, incorporando uma visão de bibliotecário como agente cultural de informação (MADUREIRA; VILARINHO, 2010, p.94).

Na conferência da professora Carmina, destacam-se as reflexões sobre a questão dos livros e da leitura em confronto com os novos meios de comunicação que ameaçavam destituir o *status* do livro como principal difusor da cultura. Embora a

passou a administração para o Instituto Nacional do Livro no ano de 1968. O Serviço Nacional de Bibliotecas tinha como objetivo a organização e padronização do funcionamento das bibliotecas públicas através de parcerias com os municípios. A reforma educacional de 1971 proporcionou uma nova concepção da biblioteca pública, pois prescrevia a pesquisa como tarefa obrigatória aos alunos e a biblioteca pública deveria servir como espaço para essas tarefas, além do atendimento do público em geral. Em 1977, o Instituto implantou o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas para normatizar o funcionamento das bibliotecas públicas e criar uma rede de intercâmbios para empréstimos e consultas de livros e informações. Cabe lembrar que o estímulo do Instituto às bibliotecas, que vieram em forma de subsídios financeiros, capacitação de recursos humanos e materiais para melhoria e padronização dos serviços bibliotecários. Quanto aos recursos materiais havia o fornecimento de livros que incluíam livros didáticos e os editados em parceria com o INL e tinha por finalidade a redução de custos da edição. As aquisições de livros pelas bibliotecas dependiam de recursos financeiros próprios o que acarretava uma capacidade pequena para a demanda que se criava no momento. Portanto, vemos que o INL arcou com boa parte do fomento dos acervos das bibliotecas públicas. (SUAIDEN, 1980, p. 10-11)

diversidade de ofertas dos meios de comunicação, que utilizam outras linguagens (imagens, audiovisuais), já fosse uma realidade, a conferencista ressalta que a publicação de livros, em todos os gêneros, tinha apresentado um expressivo aumento na sua produção. O aumento na produção editorial fez com que novas técnicas de produção incrementassem o mercado de livros, uma delas possibilitou a produção dos livros de bolso a custos menores que os tradicionais.

Embora fizesse uma defesa dos meios de comunicação de massa (a televisão, em especial), o que contrariava boa parte das reflexões apresentadas nos debates promovidos pelo COLE –, a professora preconizava a crença de que o livro é um objeto cultural insubstituível e que, portanto, é o objeto que mais estimularia o hábito da leitura. Para ela o desenvolvimento do hábito de leitura seria uma luta pela conscientização de todos os indivíduos para que a leitura e os livros ocupem uma “posição sólida e permanente na hierarquia dos hábitos humanos” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978, p. 83).

4. A Feira das Feiras em 1979, uma Feira do Livro ampliada.

O sucesso da edição da Feira do Livro de 1978 motivou seus organizadores a planejar um evento de maior amplitude e, no ano seguinte, veio a edição denominada Feira das Feiras, que teve lugar entre os dias 14 e 28 de outubro de 1979. Visando à organização do evento, a parceria entre o Departamento de Metodologia da Faculdade de Educação da Unicamp, a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas e a Associação Campineira de Bibliotecários foi novamente constituída. Na edição número 1 da revista eletrônica *Linha Mestra*, de 2007, um dos principais organizadores do evento e do COLE, Ezequiel Theodoro da Silva, recordou a iniciativa da "Feira das Feiras":

O 2º COLE, de 1979, foi realizado no Centro de Convivência Cultural de Campinas. Como ainda não existia a ALB (fundada posteriormente em 1981), o evento nasceu na Faculdade de Educação da Unicamp tendo como co-promotora a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, à época dirigida por José Roberto de Magalhães Teixeira, o popular “Gramá”, depois prefeito de Campinas por duas gestões intermitentes.

Para agitar ainda mais a cidade e fazendo justiça às ideias arquitetônicas de Fabio Penteadó (autor do projeto do Centro de Convivência), desenhei um mega-evento chamado “Feira das Feiras” para acontecer junto com o 2º COLE. Dessa forma, no mesmo local foram realizadas várias feiras paralelas: do livro, do verde, do artesanato, do sorvete e dos quitutes, além de serviços como a banca

de trocas de livros, mostra de cinema baseados em livros da literatura brasileira (SILVA, 2007).

O professor lembrou ainda que o evento foi um grande sucesso de público e fazia “plena justiça ao espaço [Centro de Convivência de Campinas] que, como desejava o arquiteto Fabio Penteado, deveria promover a integração de toda a população campineira”. O relato do professor Ezequiel reforça o pressuposto de que o objetivo do evento oferecer à população campineira uma conscientização do valor dos múltiplos objetos culturais e ressaltar a importância das diferentes formas pelas quais a cultura pode ser divulgada; além, de poder reunir um conjunto de pessoas ligadas ao mundo das artes e da educação (DIÁRIO DO POVO, 1979, p.5).

Cabe lembrar que a Feira das Feiras teve papel importante para as comemorações da *Semana Nacional do Livro*, em Campinas, parte da agenda do Ministério da Educação e do Instituto Nacional do Livro. Além da *Semana Nacional do Livro*, houve a incorporação de comemorações do *Ano Internacional da Criança*, cujo propósito, naquele momento, como lembrou o jornal local *Correio Popular*, era “despertar na criança o amor pela leitura”⁶⁹.

Na Feira das Feiras, a Feira do Livro ocupou o maior espaço do Centro de Convivência de Campinas, organizou estandes de livros, revistas pedagógicas, banca de troca de livros, estande para divulgação da produção científica da Unicamp, estande sobre a imprensa local, literatura de cordel, literatura infantil e um para brinquedos pedagógicos. Além disso, havia o espaço para os lançamentos de livros com a presença dos autores (DIÁRIO DO POVO, 1979, p. 7). Os descontos para a compra de livros tiveram uma faixa mais ampla — de 10 a 60% —, uma tentativa de oferecer melhores condições para a aquisição dos livros. A ampliação da margem de descontos em relação à Feira do Livro de 1978 e a diversificação de atividades culturais, aliadas à maior duração da Feira, permitiram o aumento do público frequentador, em especial a parcela de menor poder aquisitivo (DIÁRIO DO POVO, 1979, p.5).

⁶⁹ A Semana Nacional do Livro foi oficialmente instituída pelo presidente João Figueiredo e pelo ministro da Educação Eduardo Portella, através do decreto nº 84.631 de 09 de abril de 1980, delimitando o período de 23 a 29 de outubro. Instituiu também o Dia Nacional do Livro no dia 29 de outubro e o Dia do Bibliotecário no dia 12 de março. Coube ao Instituto Nacional do Livro a promoção e organização das comemorações da Semana em todo o território nacional (decreto nº 84.631, 09/04/1980). Na edição de 25 de outubro de 1979, o *Correio Popular* trouxe o artigo “O hábito de ler começa na escola”, publicado na coluna “Educação e Ensino”. In: *Correio Popular*, Campinas, 25/10/1979, pág. 03.

A Feira do Verde, organizada pelo Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura Municipal de Campinas, ocupou a área externa do Centro de Convivência — a Praça Imprensa Fluminense⁷⁰ — com exposições de plantas, ciclo de palestras e distribuição de 20 mil mudas para plantio, entre plantas ornamentais e árvores. Outro segmento que ocupou a Praça Imprensa Fluminense foi a Feira do Sorvete, com a venda de picolés a preço de custo (DIÁRIO DO POVO, 1979, p.5). A Feira de Artesanato e Artes Plásticas trouxe exposições de objetos da cultura indígena e exposições de obras de artistas campineiros, enquanto a Feira da Música Popular Brasileira, por seu turno, realizava apresentações de grupos da música popular brasileira no Circo das Feiras — um circo de lona armado no Teatro de Arena⁷¹ — e contava também com estandes de discos⁷². No teatro interno do Centro de Convivência aconteceu a mostra de cinema *Grandes Momentos do Cinema Brasileiro* que contava com sessões diárias de filmes inspirados na literatura brasileira como *Sinhá Moça* e *Vidas Secas*, além dos filmes que tiveram importância na cinematografia nacional como *O Cangaceiro* (1953), do cineasta Lima Barreto, premiado no *Festival Internacional de Cannes*; *O Bandido da Luz Vermelha* (1968), de Rogerio Sganzerla, considerado um clássico do cinema marginal brasileiro; e o polêmico *Os Cafajestes* (1962), filme de Rui Guerra.

Entre as atividades da Feira do Livro em sua edição de 1978, a doação de livros para as bibliotecas escolares ganhou maior visibilidade, pois foi transformada em campanha de mobilização pelo jornal local *Correio Popular*, que adotou o mote "Livro em prateleira é literatura morta — O livro deve circular". As chamadas veiculadas no jornal colocavam em evidência o fato de que apenas 20% das escolas de Campinas dispunham de material bibliográfico para estudo e pesquisas em bibliotecas escolares. A proposta da campanha visava a angariar livros suficientes para a formação de cinco bibliotecas escolares e o acervo doado foi tombado pela Associação Campineira de Bibliotecários. Através de sorteios, as escolas que tivessem maior carência em suas

⁷⁰O Centro de Convivência de Campinas está localizado próximo à região central da cidade, incorporado à Praça Imprensa Fluminense, cujo nome foi uma homenagem ao papel que a imprensa do Rio de Janeiro, então capital do país, teve no apoio à cidade de Campinas por ocasião da epidemia de febre amarela em 1889.

⁷¹ O Centro de Convivência Cultural possui um teatro ao ar livre denominado Teatro de Arena.

⁷² Long-play – disco fonográfico, de longa duração, LP.

bibliotecas eram contempladas. Tencionando incentivar maior número de doadores, o jornal oferecia gratuitamente uma assinatura àqueles que doassem mais de 50 livros⁷³.

O Serviço Social da Indústria (SESI), também marcou presença na Feira das Feiras, apresentando o carro-biblioteca no qual os usuários podiam realizar empréstimos de livros gratuitamente. O carro-biblioteca um dos quatro formatos de biblioteca que a instituição mantinha para difundir o hábito da leitura entre a população. Além dele havia a Biblioteca Circulante, bibliotecas escolares instaladas em centro educacionais, e as caixas-estantes, instaladas nas indústrias para facilitar o acesso e o empréstimo de livros pelos trabalhadores⁷⁴. Essas parceiras, bem como outras iniciativas vindas em nome da diversificação das atrações do evento, fizeram da Feira das Feiras uma realização de grande porte, capaz de reunir um grande público presente às atividades realizadas no evento. Cabe lembrar que, em relação ao formato idealizado em 1978, as dimensões da Feira das Feiras foram mais abrangentes, não se concentrando em aspectos acadêmico e da literatura, características da primeira Feira do Livro. Supomos, então, que procedimentos como a avaliação do evento⁷⁵, realizado na primeira edição, não puderam ser efetivados em função do grande fluxo de pessoas. Embora não se tenha encontrado no acervo nenhum documento dessa natureza, lançamos mão de artigos publicados pela imprensa local que puderam nos dar um quadro, ainda que genérico, dos resultados da Feira das Feiras. As notícias sobre a realização do evento evidenciam o sucesso da Feira das Feiras como aconteceu na Coluna “Campinas: Vida Cultural” (CORREIO POPULAR, 1979, 21), na qual o colunista elogiou a iniciativa, ressaltando a grande participação do público e o movimento cultural que proporcionou na cidade. Na coluna Livros, do jornal Diário do Povo, o jornalista Carlos Menezes fez referência ao evento anotando os lançamentos dos livros que aconteciam na Feira do Livro e destaca a presença de um número grande de pessoas que participavam do evento (DIÁRIO DO POVO, 1979, p.13). Em outro artigo, curiosamente, o evento foi elogiado, mas também criticado em função do barulho provocado pelos shows musicais apresentados durante a Feira (CORREIO POPULAR, 1979, p.10). A imprensa local

⁷³ Chamadas para a campanha: “Para eles é muito... para você é pouco”, jornal Correio Popular, 25/10/1979, p. 03; e “Você deve aliar-se a esta cruzada de cultura”, jornal Correio Popular, 27/10/1979, p. 07 e “Dura realidade!”, jornal Correio Popular, 21/10/1979, p. 03.

⁷⁴ Desconto nos preços e trocas de livros na Feira das Feiras, Diário do Povo, 24/10/1979, coluna Viver, p. 11. Presença do SESI na Feira do Livro, Correio Popular, 24/10/1979, p. 12.

⁷⁵ A avaliação da Feira do Livro, na primeira edição, foi realizada através de questionários distribuídos entre os participantes e analisados pelos organizadores. O questionário foi distribuído para uma amostra de 100 pessoas que visitaram a feira e participaram das atividades.

dedicou espaço generoso à Feira das Feiras e ao 2º COLE, publicando vários artigos ao longo de um período relativamente amplo — entre 13 de outubro e 02 de novembro de 1979 — que destacavam, em especial, as atividades culturais da Feira. Essa divulgação contribuiu fortemente para os resultados positivos da Feira, especialmente quando consideramos a limitação das formas de divulgação disponíveis naquele momento. De qualquer forma, é preciso considerar que os dados a respeito da participação do público da Feira das Feiras referem-se ao apenas ao aspecto quantitativo.

Há ainda uma última consideração em relação aos orientadores de leitura na segunda edição da Feira do Livro. Embora não haja registros relativos à equipe de apoio, supomos que houvesse um grupo que auxiliou na organização e no andamento das atividades. Um dos indícios é a realização de atividades em estandes de troca de livros e de doações para bibliotecas escolares, pressupondo a intermediação de colaboradores como os orientadores de leitura, conforme ocorreu na primeira edição. Podemos inferir ainda que, pela dimensão do evento, a equipe de apoio poderia ter sido ampliada, com a adesão de colaboradores que comporiam o *staff* de organização da Feira e do 2º COLE.

5. O 2º Congresso de Leitura do Brasil: *Pedagogia da Leitura*.

No artigo “Mais leitura nas escolas”, publicado em 13 de outubro de 1979 no jornal *Diário do Povo*, o professor Ezequiel Theodoro da Silva discorria sobre a importância da leitura na formação do cidadão crítico e consciente. Segundo anotava, “cada livro representa um novo horizonte de conhecimento” e o leitor é sujeito de um “processo ativo, participante que realmente foge aos ditames massificantes de outros meios de comunicação”. O autor assinalava a importância do “papel do professor na criação e ‘alimentação’ do hábito de leitura” entre os alunos, chamando a atenção para a carência de disciplinas que tratem da questão de forma mais teórica e acadêmica, o que possibilitaria práticas pedagógicas mais adequadas (DIÁRIO DO POVO, 1979, p.7). A constatação desse hiato na formação do professor foi o centro das preocupações para a organização do 2º COLE.

O 2º Congresso de Leitura do Brasil (2º COLE) a ser realizado em Campinas, de 22 a 28 de outubro, procura cobrir a lacuna na preparação do professor, naquilo que diz respeito ao ensino da leitura. As atividades do Congresso evidenciam-se como um leque de aspectos significativos da leitura: a biblioteca, o livro didático e a

pedagogia da leitura. Ali o professor poderá refletir sobre os “comos” da facilitação da aprendizagem da leitura, o que reverterá em benefícios para si e de seus alunos (DIÁRIO DO POVO, 1979, p.7).

A programação do evento apresentou atividades organizadas em três temas: as questões sobre a alfabetização e as práticas pedagógicas; o material didático utilizado nas escolas; as bibliotecas escolares. As atividades referentes à área de biblioteconomia foram reunidas numa mesma programação e houve também o *Encontro Regional sobre material didático em Ciências*, sob a coordenação do professor Décio Pacheco, da Faculdade de Educação da Unicamp, e a colaboração dos professores Hilário Fracalanza⁷⁶ e Milton Jose de Almeida, da mesma instituição. A pauta do evento pretendeu fomentar o debate sobre a produção e utilização de material didático na área de ciências (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.26).

A primeira atividade do 2º COLE foi o “Seminário Integrado: Programa de incentivo à leitura”, sob a coordenação de Oscar Manoel de Castro Ferreira e de Carminda Nogueira de Castro Ferreira. O seminário foi realizado nos dois primeiros dias do congresso e buscou debater aspectos relacionados à formação do leitor, à importância da leitura como fator constitutivo do cidadão consciente e crítico e às dificuldades de acesso ao livro e à leitura. Duas principais questões orientaram a reflexão dos palestrantes que procuraram respondê-las: 1ª) “Quais os meios, realizáveis e eficazes, de que dispomos para a satisfação da necessidade de ler?”; 2ª) “Como incentivar o hábito de leitura em nossas escolas?” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.6).

Tais questionamentos traçaram um quadro geral a respeito das dificuldades enfrentadas por professores e alunos no sistema educacional e, igualmente, em relação à carência de políticas públicas que assegurassem aos cidadãos o direito básico à educação de qualidade e o acesso às bibliotecas públicas. Embora a reforma educacional de 1971 previsse a instalação de bibliotecas escolares no país, a realidade que se apresentava, no período contemporâneo ao 2º COLE, era bem adversa, pois, como lembrava a professora Carminda, além de um número insuficiente de bibliotecas escolares, as existentes apresentavam, em sua maioria, condições bastante precárias em

⁷⁶ Hilário Fracalanza foi professor da Faculdade de Educação da Unicamp na área de ensino de ciências e educação ambiental. Foi também fundador da Associação de Leitura do Brasil e ocupou o cargo de tesoureiro na diretoria provisória, participando de duas gestões da diretoria efetiva até 1987. (http://buscavv.cnpq.br/buscavv/#/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=3260508579980996)

todos os sentidos — falta de pessoal qualificado para atendimento ao público, instalações, equipamentos e acervos insuficientes e inadequados, falta de financiamento público e de políticas de estímulo e estruturação adequada para as bibliotecas públicas (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.8). Como consequência, alunos e professores sofriam com a escassez de recursos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que pudessem atender efetivamente as perspectivas dos educadores e as necessidades dos educandos.

No “Seminário Integrado: Programa de incentivo à leitura”, Carminda Nogueira, cuja vida profissional havia se distinguido pelo trabalho de investigação das condições das bibliotecas públicas no estado de São Paulo, reivindicou ações positivas e urgentes par a melhoria das bibliotecas escolares, ao mesmo tempo em que sintetizava, em sua mensagem de encerramento do seminário, as prioridades para um programa de incentivo ao hábito da leitura. Afirmava que “o progresso social e econômico de um país jamais [seria] possível se o povo não [tivesse] acesso fácil aos conhecimentos indispensáveis, transmitidos pelo texto impresso” sendo necessário “um plano de ação que se [impusesse] a todos aqueles interessados na política da leitura: derrubar a barreira do analfabetismo, inculcar e incentivar o hábito da leitura, disseminar livros em quantidade e qualidade” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.8).

A interação entre os participantes do evento e o público foi, sem dúvida, um aspecto a ser destacado no conjunto de atividades do “Seminário Integrado: Programa de incentivo à leitura”. Registros sonoros que constam do acervo da ALB documentam a adesão e participação do público, sobretudo por intermédio de relatos feitos por professores participantes do COLE a respeito de práticas pedagógicas desenvolvidas no dia a dia da sala de aula. Alguns professores se referiram a dinâmicas como brincadeiras e jogos que tinham como intuito incentivar crianças das primeiras séries escolares a incorporar a necessidade de leitura no cotidiano da escola e fora dele. Os relatos das experiências vindas da sala de aula serviram para avivar o debate e os palestrantes, por sua vez, também testemunharam suas experiências e propuseram novas atividades que pudessem desenvolver o hábito da leitura entre os alunos⁷⁷.

Um exemplo da riqueza da troca de experiências virá da Feira do Livro, da organização de um estande voltado à apresentação de trabalhos de alunos da Escola

⁷⁷ 2CFR#001/2CFR#002/2CFR#003/2CFR#004/2CFR#005 – Arquivos Sonoros do acervo da ALB.

Comunitária de Campinas⁷⁸. A instituição de ensino trouxe para a Feira do Livro uma mostra de livros, redações e poesias produzidos pelos alunos e resultantes de atividades desenvolvidas pelos professores e que visavam ao estímulo do hábito de leitura e produção de textos escritos. Os livros produzidos na escola Comunitária, como lembrou uma reportagem do jornal *Correio Popular* de 21 de novembro de 1979, traziam textos e desenhos de vários alunos e eram o resultado do esforço conjunto das classes escolares (CORREIO POPULAR, 1979, p.3). Essas produções foram objeto de análise na comunicação da professora Ana Luisa B. Smolka⁷⁹, intitulada “Literatura como instrumento de alfabetização”. Nela, a professora expôs a importância da literatura no desenvolvimento do hábito da leitura já nas primeiras séries.

O objetivo principal da Escola (Comunitária) foi tomar esta matéria-prima, valorizá-la e desenvolvê-la. Como? Tentando fazer a criança perceber certas etapas no processo de comunicação e a importância de seu “eu” nesse processo. Assim: 1. A criança percebe que pode pensar naquilo que ela experimenta (o professor apresenta, motiva e estimula a criança com uma variedade de experiências); 2. Fala sobre aquilo que ela pensa (o professor procura desenvolver conversas a respeito dessas experiências); 3. Aquilo que a criança pensa e fala ela pode expressar de maneiras diferentes através da pintura, do desenho, da dança, da música etc. (o professor proporciona e encoraja diferentes modos de expressão); 4. Quando a criança fala, ela repete sons (o professor ajuda a perceber e discriminar diferentes sons através de rimas, cantos, etc.); 5. Aquilo que a criança fala pode ser escrito (num primeiro momento o professor escreve e registra aquilo que a criança fala, num segundo momento a criança mesmo escreve); 6. Quando a gente escreve, a gente representa os sons através de símbolos de modo que: a) eu posso ler aquilo que eu escrevo e aquilo que os outros escrevem e b) os outros podem ler o que eu escrevo (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.18).

As produções dos alunos da Escola Comunitária expostas na Feira do Livro mostravam, antes de tudo, a diversificação: painéis ilustrados, murais, livros de histórias produzidos individualmente e coletivamente, poesias, jornais, quebra-cabeças, peças de teatro e textos sobre o folclore brasileiro. O trabalho envolveu alunos de toda a escola,

⁷⁸ Escola Comunitária de Campinas foi criada em 1977 e reuniu um grupo de pais, professores e funcionários para dar continuidade à proposta educacional de uma escola anterior que encerrara suas atividades. A proposta da escola foi a criação de uma sociedade cooperativa que visava a uma proposta pedagógica inovadora, descentralizada e de orientação sociointeracionista. A mostra trazida pela Escola Comunitária para a Feira do Livro incluía a apresentação da dança folclórica *Bumba Meu Boi*, encenada pelos alunos da 6ª série do 1º grau. (http://www.ecc.br/site/pasta_206_0__historia.html)

⁷⁹ Ana Luiza Bustamante Smolka é professora da Faculdade de Educação da Unicamp e, naquele período de 1979, fora professora da Escola Comunitária de Campinas (dados retirados do registro sonoro 2CFR#013 – Arquivos sonoros do acervo da ALB)

desde o maternal – crianças de três anos de idade – até o 1º grau. Segundo Smolka, eram atividades que auxiliavam a criança a “desenvolver a autoconfiança e [perderem] o medo de expressar o que [pensavam] e [sentiam]”, produzindo circunstâncias para uma “comunicação eficaz”, além de “aprimorar a linguagem oral e escrita” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.18).

O tema Literatura infantil, a propósito destacado na primeira edição do COLE pela fala de Maria de Lourdes Nosella, foi trazido para a pauta do 2º congresso por Fúlvia Rosemberg⁸⁰, na comunicação intitulada "A Literatura, a criança e o adulto", abordagem que procurou privilegiar a análise do objeto de interesse a partir de referências históricas sobre a visão *adultocêntrica*, na qual o “espaço físico, social e psicológico da criança é, antes de tudo, pensado pelo adulto” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.9). Essa perspectiva trazia novos referenciais para a compreensão da produção da literatura infantil utilizada no ensino escolar. A visão *adultocêntrica*, segundo Rosemberg, resultava em segregação e isolamento da criança, despersonalizando-a numa relação de domínio e poder. Dessa maneira, a educação cumpria o papel de adaptar a criança ao mundo adulto, patenteando “o adultocentrismo da sociedade ao reprimir a espontaneidade da criança, reduzindo o ser criança a um mero ‘aprendiz’” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.9). Tratava-se, portanto, de uma relação permeada por diferentes paradigmas como a “hominização da criança, a salvação da humanidade através da criança, a projeção do adulto sobre seu próprio passado”, que levariam a criança a perder sua “condição de ser histórico”. Para ela, tais aspectos eram explorados largamente nas histórias da literatura infanto-juvenil concebida e destinada, em sua maioria, a crianças passivas, submissas e obedientes, que deviam ser educadas como uma “caixa vazia”, pronta para ser preenchida com informações essenciais para a formação do adulto.

Em sua exposição, Fúlvia Rosemberg discorreu sobre os dispositivos de cunho moral que, na verdade, encobrem o questionamento e a reflexão a respeito das questões sociais. Exemplo disso seria o maniqueísmo explícito das histórias que sempre sobrepõem o bem ao mal, legitimando assim a punição e o castigo. Ademais, a conferencista procurou também ressaltar o elemento mágico como solução de conflitos ou a omissão de temas como a morte, a separação de pais e, sobretudo, o distanciamento

⁸⁰ Fúlvia Rosemberg foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e atuou também como professora da PUC de São Paulo. Faleceu em 2014. (http://buscav.cnpq.br/buscav/#/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=7273491667713731)

entre os conteúdos veiculados pelas histórias infantis e a realidade vivida pela criança. Estes seriam, conforme a expositora, os elementos negativos presentes na literatura infanto-juvenil utilizada nas escolas. Havia, sim, de acordo com Rosemberg, uma proposital intenção na utilização de histórias de cunho moral que subjugavam a criança. Sua conferência procurou ressaltar a existência de uma “sociedade pensada pelo e para o adulto”, que, “na impossibilidade de deslocar seu foco de privilégio, passou a educar a criança”. Segundo seu ponto de vista, era “assim que a educação [assumia] nitidamente a forma de uma interação unívoca, onde o defensor do poder ‘conhecimento’ é o adulto ou seus substitutos” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.9).

Na mesma linha de raciocínio, mas aplicada ao problema do livro didático, a comunicação “Guerrilha ideológica, livros didáticos: de aparelho ideológico do Estado a aparelhos hegemônicos”⁸¹, por Maria de Lourdes Nosella, veio como um complemento que via na escola a finalidade a transmissão da ideologia da classe dominante e a manutenção da ordem dominante. Conforme seus pressupostos, os livros didáticos, particularmente pelo fato de serem, em sua imensa maioria, distribuídos pelo governo federal, cumpriam o papel de legitimar a ordem estabelecida, utilizando o crivo da censura como meio de seleção. Em sua perspectiva, uma mudança de cenário compreenderia alterações profundas no sistema educacional do país, dispostas, sobretudo, a recuperar uma “seriedade científica” e democratizar o conhecimento. Com efeito, os livros e materiais didáticos deveriam ser definidos pela discussão dos professores e educadores das escolas, a fim de que se criasse a oportunidade do debate e participação de vários segmentos da sociedade nos rumos do sistema educacional e de suas metodologias.

As críticas sobre a questão do livro didático, em especial os de Língua Portuguesa, tiveram também lugar na mesa-redonda “Leitura na área de Comunicação e Expressão”, composta por convidados que eram autores de material didático ou pesquisadores da área. Maria Helena Silveira, autora da série didática *Comunicação, Expressão e Cultura Brasileira*, editada no início dos anos de 1970, participou da mesa e, em sua exposição e comentários, teceu críticas ao trabalho dos autores de livros didáticos que, de forma geral, utilizavam formatos que, sob seu ponto de vista, eram simulacros a impedir a realização de trabalhos mais engajados e sérios pelos professores de Língua Portuguesa. Segundo Silveira, era “preciso repensar a educação e com ela o

⁸¹Registros sonoros 2CFR#014/017 – Arquivos sonoros do acervo da ALB.

caráter formalista do ensino de literatura, pois o prazer do texto está na postura do professor que não usa o poder do saber" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.35).

Haqira Osakabe, coautor do livro didático para o 2º grau *Caminhos da Linguagem* – escrito em parceria com os professores Marisa Lajolo e Francisco Platão Savioli⁸² –, também esteve presente como convidado da mesa-redonda. *Caminhos da Linguagem* havia sido editado no final da década de 1970 pela Editora Ática e circulara até o início dos anos de 1980. Era fruto de uma reflexão sobre a crise no ensino da língua materna produzida pelos sucessivos equívocos das políticas públicas em educação, especialmente no que se referia ao ensino da língua normativa de maneira pragmática, sem considerar os vários padrões linguísticos existentes na sociedade. Tal opção tinha como consequência o ensino pasteurizado da língua materna, fazendo com que ela perdesse seu caráter formativo. Por isso, os autores dos *Caminhos da Linguagem* propunham a recuperação do aspecto formativo do ensino da Língua Portuguesa, “assumindo a valorização da linguagem verbal enquanto instrumento de reflexão”, e propondo-a como meio de interlocução entre aluno e professor, o que facilitaria o processo de aprendizagem da língua culta “de forma não repressiva” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.26).

As críticas em torno dos materiais didáticos utilizados nas escolas eram, preferencialmente, dirigidas aos critérios de produção e seleção dos livros didáticos. Nesse período, já eram notórios os efeitos da política educacional do governo, uma política que não respondia, de forma adequada, às demandas imediatas na área da educação. O chamado processo de “democratização da educação” teve início com a Constituição de 1967, com a ampliação da escolaridade para 8 anos, provocou o aumento do número de alunos no ensino público, exigindo investimentos que pudessem alcançar resultados efetivos. Entretanto, a parcela do orçamento da União destinada à educação sofreu uma diminuição gradativa a partir de 1968, cujo percentual de 8,3%,

⁸²Haqira Osakabe, fazia parte do grupo fundador do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e fez parte do corpo docente como colaborador até falecer em 2008. (Artigo do Jornal da Unicamp, "O legado de Haqira Osakabe", publicado na edição n. 570, de agosto de 2013)

⁸² Marisa Philbert Lajolo é professora colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Recebeu o prêmio Jabuti "Livro do ano não ficção", em 2009 e o prêmio da Academia Brasileira de Letras em 2011 pelo livro "Gonçalves Dias: poeta do exílio", de 2011. Atualmente é professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie.
(http://buscavv.cnpq.br/buscavv/#!/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=1025607971064367)
Francisco Platão Savioli, professor de Língua Portuguesa do Ensino Médio e autor de livros didáticos.

atingiu o ponto crucial da linha descendente, que ocorreu em 1974, com apenas 5,2% (GERMANO, 2011, p. 197). Os dados mostram uma visível política de desestímulo em relação à educação pública, num momento em que a economia do país vivia o proclamado crescimento do “milagre econômico”.

De acordo com a lógica do governo, alguns programas educacionais haviam sido criados naquele momento, visando, sobretudo, ao estabelecimento de condições materiais para os alunos da rede pública de ensino, principalmente de camadas com menor poder aquisitivo, como previa o Programa do Livro Didático, criado em 1929 sob a coordenação do Instituto Nacional do Livro e regulamentado através de decretos-lei que normatizava a produção e circulação do livro didático no Brasil. Porém, a lógica do governo não era fundamentada pela realidade dos fatos que apontava outra direção. No período de 1945 a 1966, a tarefa de seleção dos livros, por exemplo, era delegada aos professores das escolas; porém, a situação mudou radicalmente a partir de 1966, quando o Ministério da Educação e Cultura firmou um acordo com a Agência Norte-americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), e, com o apoio do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), criou a Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED), cujo objetivo era traçar linhas diretivas em relação ao mercado dos livros didáticos e, igualmente, dos livros técnicos. As justificativas para a criação da comissão, segundo o decreto-lei 59.355, baseavam-se no aspecto político, pois os livros interessam ao Estado pela “importância de sua influência na política de educação e de desenvolvimento e social do país”, cabendo ao poder público a manutenção de “uma atitude ao mesmo tempo atuante e vigilante” e, quando necessário, participar diretamente de sua produção e distribuição (BRASIL, 1966). O colegiado da COLTED, instância de deliberação, foi então formado por pessoas que ocupavam cargos de direção em instituições ligadas ao MEC⁸³, pelo presidente da SNEL e por dois representantes da USAID⁸⁴. Sua atribuição era a de traçar as diretrizes que serviriam de

⁸³ Formaram o colegiado: Edson Franco – Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação (DNE) e presidente do Colegiado; Carlos Corrêa Mascaro – Diretor do Inep; Augusto Meyer – Diretor do Instituto Nacional do Livro; Gildásio Amado – Diretor do Ensino Secundário; Lafayette Belfort Garcia – Diretor do Ensino Comercial; Armando Hildebrand – Diretor do Ensino Industrial; Esther de Figueiredo Ferraz – Diretora do Ensino Superior; Walter Saur – Superintendente do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura; Cândido Guile de Paula Machado – Presidente do Sindicato Nacional dos Editores (SNEL); Décio Guimarães de Abreu e General Propício Alves – como assessores do Presidente da SNEL.

⁸⁴ Representantes da USAID: Miss Palmer e seu assessor Sr. Campbell que participavam das reuniões do Colegiado. Eles marcam a intervenção da agência no Programa do Livro Didático e evidenciam a relação do acordo MEC-USAID com a “Aliança para o progresso”. A Aliança para o Progresso foi criada em

orientação para a produção e distribuição dos livros, além de autorizar a celebração de “contratos, convênios e ajustes entre entidade pública e privada e com autores, tradutores, editores, gráficos e distribuidores e livreiros” (FILGUEIRAS, 2015, p. 91).

Logo após a criação da COLTED foi assinado o convênio MEC/USAID/SNEL, em 06 de janeiro de 1967, de cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais visando disponibilizar 51 milhões de livros ao longo de três anos, que seriam distribuídos gratuitamente às escolas de nível primário e médio, além de estimular o fortalecimento e expansão da indústria editorial de livros técnicos e didáticos. O acordo pretendia promover contratos com editoras buscando aumentar o número de livros disponíveis nos níveis de ensino primário, médio e superior e sua distribuição pela rede comercial (FILGUEIRAS, 2015, p. 90).

A Comissão organizou ainda cursos de capacitação para professores, no sentido de fornecer recursos e técnicas para a utilização dos livros didáticos. A COLTED atuou até 1971, quando cenário político no Brasil ressentia-se do pior momento de repressão empreendido pela ditadura militar; os motivos de sua extinção são ainda obscuros, sendo mais provável que tenha ocorrido uma série de improbidades administrativas que provocaram o final de sua atuação (FILGUEIRAS, 2015, p. 98). Depois da extinção da COLTED, o Programa do Livro Didático retornou ao Instituto Nacional do Livro, que coeditava publicações com as editoras existentes no mercado, em convênios com aproximadamente trinta editoras, resultando em um menor custo de produção. Os livros eram distribuídos para as bibliotecas públicas e essa política teve continuidade com a incorporação do Programa do Livro Didático, reforçando os convênios já firmados pelo Instituto. A análise dos livros ficava a cargo da Comissão de Alto Nível, formada por intelectuais que classificavam as obras que eram publicadas de acordo com os custos previstos para cada edição (FILGUEIRAS, 2015, p. 99). A INL foi responsável pelo Programa até 1976.

Em 1979, a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME)⁸⁵ era a responsável pela execução do Programa do Livro Didático, mantendo o sistema de coedição promovido pelo INL. Somente com a abertura política em 1985, o governo

1961 pelos EUA, no contexto da Guerra Fria, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico mediante a colaboração financeira e técnica na América Latina. (FILGUEIRAS, 2015, p.85-102)

⁸⁵ A Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME -, criada em 1967 pelo decreto-lei 5.327, tinha como finalidade a distribuição de materiais escolares a preço de custos como cadernos, lápis, caneta etc. e editava livros didáticos como atlas, dicionários e algumas obras de consulta. Criada pelo regime militar, destacou-se como uma instituição de incentivo à brasilidade. A incorporação do Programa do Livro Didático somente aumentou seu papel e influência.

promoveria mudanças no Programa, ao permitir que professores e educadores participassem da seleção dos livros didáticos e retirando a participação financeira do Estado na produção material (BRASIL, 1985).

A participação do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) nos convênios firmados com o MEC talvez seja explicada quando observamos as estatísticas sobre a produção de livros didáticos no Brasil. Hallewell, em *O Livro no Brasil*, apresenta dados mostrando que no ano de 1966 havia perto de 25 milhões de exemplares publicados, com um crescimento expressivo a cada ano chegando a quase 135 milhões em 1979. É importante ressaltar que, embora o crescimento não se apresente numa linha contínua, não há decréscimos substanciais para afirmarmos a existência de uma crise na produção dos livros didáticos nesse período. O já citado financiamento da agência norte-americana surtiu efeitos desejados, e logo no início do programa: no intervalo de 1966 a 1973, a produção de livros triplicou; de 25 milhões passou a quase 78 milhões (HALLEWELL, 2005, p.558). Como também constata Hallewell, várias editoras surgiram no período e mesmo aquelas que já atuavam no mercado tiveram um crescimento expressivo diante do fomento do governo federal para o mercado livreiro.

Embora a Ática seja um dos mais conspícuos exemplos de sucesso entre os que se iniciaram no campo dos livros didático após a “revolução de 1964”, a expansão do ensino no Brasil em todos os níveis, a partir daquele ano, e o interesse do governo pelo fornecimento de livros didáticos a alunos carentes estimularam apreciável aumento no número de editoras de livros didáticos e de literatura infantil (HALLEWELL, 2005, p.558).

Hallewell também cita outras editoras que tiveram grande crescimento nessa fase: o Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP), responsável por 30% do mercado até o ano de 1983; a FTD (Frère Theòphane Durand), que editou *A Conquista da Matemática*, cuja venda chegou a seiscentos mil exemplares em 1982; a Editora Moderna, cujo crescimento se tornou expressivo na variedade de títulos publicados — para se ter uma ideia, em 1997 a editora chegou a manter mil e trezentos títulos em seu catálogo; a Atual Editora, com destaque no segmento de livros didáticos para o 2º grau; a Editora Edgar Blücher, especializada no segmento de livros técnicos; Edart Livraria Editora Ltda e a Editora Cortez e Moraes Ltda., esta posteriormente, conhecida como Editora Cortez, que, curiosamente, publicou material de caráter progressista como a

Educação e Dominação Cultural (1981), de Dulce Maria Critelli, e *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos* (1979), de Maria de Lourdes Nosella.

Entretanto, o cenário do mercado editorial não foi somente de adesão aos programas e fomentos do governo federal. Contrariamente ao fluxo das grandes editoras beneficiadas pelas políticas de fomento do MEC, devemos lembrar a luta de resistência de editores como Ênio Silveira⁸⁶. Editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira, sofreu inúmeras perseguições e ataques do governo militar que somaram sete prisões entre 1964 e 1969, várias apreensões de publicações da Civilização Brasileira, suspensão de créditos bancários e até mesmo um incêndio criminoso em sua editora. Silveira sempre manteve sua postura ideológica e não deixou de publicar obras de autores relevantes nas ciências humanas, mesmo nos momentos de dificuldades financeiras. Embora a Editora Civilização Brasileira não transitasse no campo dos livros didáticos, sua trajetória de resistência ao regime permitiu a circulação, ainda que restrita, de obras de pensadores relevantes para a produção acadêmica. Necessário lembrar que Ênio Silveira foi o pioneiro na edição de *O Capital*, de Karl Marx, ainda no período obscuro da nossa história.

O quarto dia do 2º COLE foi dedicado ao tema alfabetização, com a apresentação de várias comunicações e uma mesa-redonda, além de relatos sobre experiências bem-sucedidas com professores de escolas do ensino de 1º grau. Em sua comunicação “Instrumental do alfabetizador”, a professora Geraldina Witter chamou a atenção para as deficiências dos materiais didáticos produzidos no Brasil e, também, para as lacunas existentes na formação dos professores, que, conforme ela, careciam de melhores referenciais teóricos para a atuação em sala de aula. A seu ver, tratava-se de um problema gerador de dificuldades que comprometiam a continuidade do trabalho pedagógico nas séries subsequentes. Ela defendia que os materiais didáticos, além de serem produzidos por equipes interdisciplinares, deveriam ser fundamentados por

⁸⁶Ênio Silveira (1925-1997) foi editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira. Militante do Partido Comunista Brasileiro foi muito perseguido durante o regime militar. Além das sete prisões que enfrentou, assistiu também à destruição do prédio onde funcionava sua editora e apreensão constante de edições inteiras dos títulos que publicava. A Civilização Brasileira publicou inúmeras obras de autores que não eram editados no Brasil (James Joyce, Antônio Gramsci, Lukács, Kafka entre outros), sendo a primeira editora das obras de Marx e Engels no Brasil. Publicou também autores brasileiros como Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder, Francisco Julião, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, Astrogildo Pereira, Rui Facó, Eneida, Antônio Callado, Fernando Sabino, Stanislaw Ponte Preta, Carlos Heitor Cony entre outros. A *Revista Civilização Brasileira*, lançada em 1965, foi uma revista de importante circulação no meio intelectual e se tornou conhecida pelos artigos de autores de esquerda e contrários ao regime. A publicação sobrevive até 1968, quando Ênio Silveira teve seus direitos políticos cassados por dez anos.

pesquisas acadêmicas em educação. Witter havia produzido, em 1976, juntamente com uma equipe do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)⁸⁷, uma cartilha de alfabetização chamada *Cartilha da Amazônia*. A cartilha fora estruturada segundo princípios da teoria de aprendizagem operante, alinhada aos princípios de condicionamento operante de B. F. Skinner, e tinha como ponto de partida o universo da linguagem oral das crianças que, gradativamente, deviam progredir para a assimilação da língua padrão através da modelagem operante⁸⁸.

Em outra comunicação, "Alternativas de alfabetização: Paulo Freire ou MOBREAL?", a professora Gilberta Januzzi⁸⁹ fez uma comparação entre o Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBREAL⁹⁰, implantado em 1968 pelo governo militar, e o método do educador Paulo Freire para alfabetização de adultos. Embora o programa de alfabetização do governo federal reivindicasse a adoção do método freiriano, o que, na verdade, utilizava era uma versão distorcida na qual as palavras geradoras, característica fundamental do trabalho de Paulo Freire, eram selecionadas pelos especialistas do Ministério da Educação e impostas aos alunos sem o debate crítico e conscientizador, etapa essencial no método freiriano. Nos Resumos do 2º COLE, encontraremos as considerações da professora Gilberta Januzzi:

Para Paulo Freire, alfabetizar é conscientizar, ou seja, desvelar a natureza, a realidade, mostrá-la tal qual ela é, penetrando nos elementos que a explicam. Mais ainda, é elaborar projetos concretos de transformação da realidade, partindo para a sua aplicação ou práxis transformadora. Ler, escrever e contar entra como elementos de conscientização, engajamento e mudança de estruturas. O método

⁸⁷ Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia era uma seção do CNPq que desenvolvia pesquisas voltadas para o desenvolvimento da região amazônica. Fazia parte do grupo de pesquisa da *Cartilha do Amazonas*: Warwick Estevam Kerr, na época presidente do INPA, e Ozorio José de Menezes Fonseca, então chefe da seção de micologia da divisão de Medicina do INPA (SOUZA JUNIOR, 2015).

⁸⁸ B.F. Skinner (1904-1990) – psicólogo americano que conduziu trabalhos pioneiros em Psicologia Experimental, precursor do behaviorismo radical. A base de sua teoria é o comportamento operante que descreve o comportamento através de relações entre respostas aos estímulos e o meio ambiente. Modelagem operante é um paradigma da Psicologia experimental e postula que um dado estímulo pode provocar uma dada resposta. A modelagem operante se relaciona ao reforço de respostas adequadas a um determinado estímulo; com o reforço, o sujeito tende a emitir a resposta sempre que o estímulo estiver presente.

⁸⁹ Gilberta Januzzi foi professora da Faculdade de Educação da Unicamp desde 1978. Atualmente está aposentada e atua como colaboradora da faculdade (<http://lattes.cnpq.br/9002479300671370>).

⁹⁰ MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – instituído pelo decreto n. 62.455, de 22 de março de 1968, fazia parte do *Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos* realizado pelo MEC. Embora criado em 1968, a sua efetivação só se deu em 1971. O programa visava a alfabetização da população maior de 15 anos através de cursos especiais com duração de 9 meses. Com o final do regime militar, o MOBREAL passou a ser a Fundação Nacional para educação de jovens e adultos – EDUCAR, que se extinguiu em 1990.

dialogal, por excelência, exige que o educador vá para o momento pedagógico, não com as respostas prontas, mas querendo procurá-la junto com o aluno-povo (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.14).

A leitura do método de Paulo Freire proposta pela expositora procurava respeitar a essência do trabalho do educador, sobretudo naquilo que ele propunha como práxis transformadora. Este aspecto fundamental foi assinalado pela professora Januzzi quando considerou que o “no processo de alfabetização de Freire, o momento chave era a decodificação de uma gravura, a percepção de suas características, que objetivavam, para o analfabeto, a sua própria realidade vivida. Da discussão decorria a mudança de visão do alfabetizando sobre seu papel no mundo, enquanto criador e transformador da cultura” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.15).

Quanto à aproximação entre o método de Paulo Freire e o Mobral, a professora Januzzi discutia questões que, algum tempo depois, em 1981, foram objeto de análise em um artigo de Demerval Saviani, publicado no *Jornal da Educação*⁹¹. No texto de 1981, Saviani expunha os argumentos que diferenciavam a pedagogia de Paulo Freire e o MOBREAL, evidenciando o aspecto político e questionando a finalidade das propostas educacionais implementadas pelo governo. Para ele, a justificativa da incorporação (na verdade, ilusória) do método freiriano pelo programa de alfabetização do MOBREAL constituía um falso argumento: o problema da alfabetização no Brasil era de ordem técnica e não política, decorrendo daí que “a própria técnica utilizada por Paulo Freire [era], em parte, aproveitada pelo MOBREAL e transformada de modo a se destinar a outros objetivos” (SAVIANI, 1981, p.6). A sobreposição do aspecto técnico ao político não era mais que um artifício criado para dissimular os reais objetivos do MOBREAL, que eram, essencialmente, políticos. O MOBREAL havia sido implantado no “clima de fechamento político” do governo Médici e integrava o projeto de “modernização do Brasil” na tentativa de equacionar o alto índice de analfabetismo, um dos grandes problemas da educação no país (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.15). Em termos de resultados concretos, o MOBREAL, a rigor, pouco realizou nos anos de funcionamento. A taxa de analfabetismo decaiu apenas 8% (entre

⁹¹ *Jornal da Educação* – publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). O jornal circulou de 1980 a 1981 com 4 edições.

analfabetos com mais de quinze anos) num período de dez anos⁹², o que significava muito pouco para uma população de analfabetos funcionais que chegava a 53,3% em 1978 (IBGE, 2006, p. 109). Some-se a isso a cruel realidade no ensino de 1º grau, com índices de repetência na 1ª série alcançando, segundo Saviani, o percentual de 60%. O MOBREAL foi, portanto, um programa apenas paliativo e que jamais poderia, por sua natureza política, resolver o problema gritante do analfabetismo no Brasil (SAVIANI, 1981, p.6).

A mesa-redonda “O instrumental do alfabetizador”, também realizada no dia 25 de novembro, contou com a participação de professoras da Faculdade de Educação da Unicamp – Helena C. Lopes de Freitas, como coordenadora do debate, e Silvia Maria Manfredi. Estiveram também na formação da mesa, trazendo seus relatos de experiências sobre práticas pedagógicas de alfabetização e leitura, as professoras Maria Luiza Lana Mattos, Maria Regina Pannuti e Alda Terezinha Beraldo, representando a Escola Criarte, de educação infantil, de São Paulo. Por solicitação da plateia, a professora Gilberta Januzzi foi também convidada para a atividade⁹³.

Em sua comunicação, a professora Silvia Manfredi⁹⁴apresentou uma análise da pedagogia de Paulo Freire, questionando, especialmente, alguns aspectos do trabalho que o educador realizara no início da década de 1960, antes do seu exílio. Um dos pontos abordados foi o real alcance do processo de conscientização do educando através do método, uma vez que a conscientização demanda uma discussão ampla sobre a sociedade e, naturalmente, a relação indivíduo-sociedade. Também tiveram lugar problemas que provinham de aspectos teóricos específicos, como a limitação dos conceitos de *cultura* e *trabalho* utilizados no processo de alfabetização de adultos. A expositora chamava a atenção para as relações estabelecidas através das *palavras geradoras*, procurando ressaltar, principalmente, um contexto político e social mais amplo. Segundo sua concepção, era importante perceber a existência de uma limitação dentro do processo de conscientização política do educando, dada em função de um restrito quadro de referenciais teóricos que permitissem esclarecimento e consciência a respeito das relações sociais e políticas da sociedade capitalista pelo educando.

⁹² Dados retirados de IBGE Series Estatísticas, site: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br> , acesso em 17/10/2016.

⁹³ 2CFR#007- Arquivo sonoro do acervo da ALB.

⁹⁴ Silvia Manfredi é professora aposentada da Faculdade de Educação da Unicamp. Foi pesquisadora do DIEESE e professora da PUC de São Paulo. (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783383U4>)

Manfredi procurou ilustrar os problemas apresentados através da proposta de trabalho de um grupo de educadores da Colômbia que defendia que o método freiriano deveria se pautar por estudos sobre a comunidade dos educandos relacionados ao contexto mais amplo da sociedade. Esse percurso levaria a um processo mais amplo de conscientização do educando, permitindo “o dimensionamento das principais contradições da sociedade e como elas se refletem na comunidade” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.24).

As professoras da Escola Criarte trouxeram ao 2º COLE um relato de experiência sobre o trabalho de alfabetização de crianças bem como a utilização das artes como meio de livre expressão e estímulo à aquisição do conhecimento. A educadora Maria Luiza Lana Mattos⁹⁵ relatou que a escola, situada na cidade de São Paulo, tinha como objetivo “abrir espaço para a criança refletir, elaborar e sistematizar as experiências e vivências que tem dentro e fora da escola, para que se torne sujeito de sua ação e consciente de seu processo de conhecimento”. As práticas pedagógicas referidas eram de inspiração piagetiana e procuravam adequar os conteúdos didáticos a cada fase cognitiva da criança. O trabalho estimulava a espontaneidade e a expressão através das artes, dos jogos e brincadeiras, no intuito de elaborar as representações do real pela criança. A leitura era uma atividade conjunta ao processo de alfabetização e incentivada precocemente, desde a faixa etária de crianças do maternal (2 anos), através, por exemplo, do contato com livros e com a leitura de histórias realizada pelas professoras. Um dos pontos enfatizados pela educadora era a contextualização dos conteúdos como recurso facilitador da compreensão e articulação dos novos conhecimentos com aqueles já adquiridos.

Nesse contexto, cabe recuperar dos acervos sonoros do 2º COLE alguma referência em relação ao histórico da Escola Criarte, fundada em 1972, na cidade de São Paulo, por um grupo de 12 pessoas entre professores e pais de alunos. A proposta inicial da escola vinha ancorada na preocupação de criar um espaço educacional que se diferenciava da escola tradicional. Em face disso, o projeto educacional da Criarte tinha como prioridade o debate contínuo das propostas educacionais entre os professores e pais de alunos, visando à reflexão e construção de uma educação aberta a inovações e experiências coletivas relevantes para a formação dos alunos⁹⁶.

⁹⁵2CFR#012 – Arquivo Sonoro do acervo da ALB.

⁹⁶2CFR#013 – Arquivo Sonoro do acervo da ALB.

A Criarte fazia parte de um segmento de pré-escolas que surgiram na década de 1970 ligadas ao “universo alternativo”, cujas influências descendiam do movimento de contracultura do final dos anos de 1960. O termo "universo alternativo" é utilizado no trabalho de Daniel Revah em "As pré-escolas alternativas" no qual discute a trajetória e sentido que essas escolas tiveram na década de 1970 e 1980 (REVAH, 1995, p.54).

No decorrer dos anos 70 (e prolongando-se nos anos 80), começa a se configurar um vasto campo de iniciativas consideradas “alternativas” e, em geral, assim denominadas porque tinham um caráter não oficial, paralelo (em relação ao Estado e ao mercado) ou próximo à ideia de marginalidade – um fenômeno que, diga-se de passagem, não se restringe ao Brasil (REVAH, 1995, p.54).

Dentro do contexto delimitado por Revah, surgiram em São Paulo várias escolas filiadas ao “universo alternativo”, criadas, em geral, por grupos da classe média e que tinham estreitas relações com as universidades, pois eram professores, intelectuais ou profissionais que frequentaram a universidade. Boa parte dessas pré-escolas alternativas situava-se na zona oeste paulistana, próxima a universidades como a Universidade de São Paulo e a PUC, locais historicamente importantes como espaços de mobilização dos militantes de esquerda, e que, por isso mesmo, eram muito visados pelo aparelho repressor do estado (REVAH, 2006, p. 153). Para Revah, tais escolas se constituíam a partir de uma compreensão que ia além da escola como espaço tradicional de construção de saberes específicos.

Apesar de se tratar de escolas, durante vários anos as questões educacionais foram sobrepujadas por uma outra questão bem mais abrangente, ligada às principais preocupações desse segmento das camadas médias. Nessas pré-escolas, mais do que uma “educação alternativa”, procurava-se gestar uma nova forma de vida, uma vida “alternativa”, isto é, um modo de ser e viver que pretendia que fosse inteiramente diferente do que então predominava. Além das crianças, portanto, os próprios adultos viam-se imersos num processo em que eles estavam se reeducando, avaliando e mudando seu próprio comportamento e valores, mudanças que aos poucos foram compondo um estilo de vida (REVAH, 2006, p. 153).

Em sua comunicação na mesa-redonda “O instrumental do alfabetizador”, a professora Maria Luiza Lana Mattos, da Criarte, buscou ressaltar que tais práticas eram comuns em vários níveis, tanto nas decisões sobre o projeto educacional como na vida

cotidiana escolar. Exemplo disso era a concepção, pelos pais de alunos, de um sistema de rodízio de caronas para o deslocamento dos filhos até a escola e também a organização de refeições coletivas entre as professoras na escola. A forma de constituir um coletivo no interior das escolas, posteriormente, evolui para os formatos de cooperativas de pais e professores, culminando na constituição de várias instituições de ensino nos anos de 1990 (REVAH, 2006, p. 153).

O Encontro Regional sobre Material Didático em Ciências realizado no 2º COLE.

Paralelamente ao 2º COLE, houve o Encontro Regional sobre Material Didático em Ciências, repetindo a experiência de “eventos casados” ocorrida no 1º COLE, dado concomitantemente à 1ª Conferência para Bibliotecários (COBI). Nesse novo evento paralelo, professores que atuavam nas universidades e centros de estudos em ciências apresentaram livros e materiais didáticos nas áreas do Biologia, Física, Química e Geografia, selecionados pela organização do Encontro segundo critérios que consideravam os pressupostos teóricos das propostas pedagógicas e sua aplicabilidade. Fizeram parte da equipe organizadora do Encontro Regional os professores da Faculdade de Educação da Unicamp Décio Pacheco⁹⁷, como coordenador do evento, Hilário Fracalanza e Milton José de Almeida. O propósito da iniciativa era oferecer aos professores de ciências a oportunidade de conhecer materiais didáticos que trouxessem novas propostas de ensino de ciências aos alunos de 1º e 2º graus. As críticas em relação aos materiais existentes na época dirigiam-se, em geral, à forma e concepção dos livros, exigido dos alunos somente a memorização de conteúdos e negligenciando uma reflexão crítica. Para o professor Décio Pacheco os formatos, ditos modernos, dos livros didáticos de Física apresentavam apenas conteúdos e exercícios que “solicitam a memorização, aplicação de fórmulas ou algoritmos”, dificultando a reflexão crítica a respeito dos fenômenos físicos sem a qual não é possível uma compreensão sobre o que seja a ciência. O professor Hilário Fracalanza corroborou essas afirmações, ressaltando que “os livros didáticos existentes na área de Biologia não tinham a preocupação de

⁹⁷ Décio Pacheco é graduado em Física pela USP, foi pesquisador da FUNBEC/IBECC. Professor da FE Unicamp desde 1975, no Departamento de Metodologia de Ensino, aposentou-se em 2001. Faleceu em 2003. (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788349P6> e História da CEPEM – entrevista com Décio Pacheco publicado em Caderno de Física da UEFS, 05(01 e 02): 7-20, 2007)

passar ao aluno o papel da Ciência, além de serem didaticamente pobres” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1980, p.15).

É importante reconhecer o quanto tais questionamentos faziam sentido. Os livros didáticos nas áreas de ciências, naquele momento, apostavam em novos formatos com palavras cruzadas, histórias em quadrinhos, ilustrações, exercícios de completar para serem feitos no próprio livro, etc., mas que exigiam, como destacavam os professores Fracalanza e Pacheco, apenas a memorização dos conteúdos pelo aluno. Somente essas inovações de superfície nos materiais escolares não poderiam suprir as demandas educacionais, pois as condições objetivas do sistema educacional se apresentavam ainda bastante precárias. Basta lembrar que, em 1979, o percentual do orçamento da União destinado à educação era de 5,9%, montante que se encontrava estagnado desde 1974. Ademais, os novos formatos dos livros atendiam, na realidade, as expectativas do mercado editorial que, graças aos convênios com o MEC, através do Programa do Livro Didático, poderiam despejar no mercado, a cada ano, milhões de exemplares. Para o professor Décio Pacheco, o “livro didático deveria ser um livro de leitura” e não um material descartável, pois deveria “compor a biblioteca do aluno para pesquisas posteriores, para que [ele pudesse] ter uma participação ativa no processo de solução de problemas” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 1980, p.15).

O Encontro Regional sobre Material Didático em Ciências trouxe igualmente mostras de trabalhos desenvolvidos em institutos como o Instituto de Física da Universidade de São Paulo, Instituto de Física da Unicamp e outros centros de ciências que desenvolviam materiais e cursos de capacitação para professores como acontecia no CECISP – Centro de Ciências de São Paulo. Do Instituto de Física da USP, o professor Fuad Saad apresentou o *Laboratório Circulante* cujo intuito era o de estimular o aluno a “pesquisar o que ele tem em torno de si, produzir coisas a partir de kits informacionais”. Segundo Saad, era preciso combater o “ensino livresco, abrindo possibilidades para que o aluno [manipulasse] o material científico”, pois o que estava em jogo era o estímulo para que o aluno fizesse “coisas de maneira autônoma e independente” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.32). Na mesma área, o professor Carlos Alberto Lima, do Instituto de Física da Unicamp, apresentou o material didático *Energia: fontes convencionais e não convencionais*, projeto para o ensino de 2º grau em parceria com o MEC. Sobre o projeto, o professor José Carlos V. Mattos, do Instituto de Física da Unicamp, fez uma comunicação na qual explicava que

o material almejava conscientizar os alunos a respeito da situação energética do país e a construção, junto a eles, de uma postura responsável frente aos problemas de energia. Além do livro, havia também um conjunto para experimentos através do qual o aluno poderia, na prática, conhecer diferentes tipos de métodos para geração de energia.

Ressalte-se também a participação de representantes do Centro de Ciências de São Paulo (CECISP) e da Fundação Brasileira para o Ensino de Ciências (FUNBEC) no Encontro Regional sobre Material Didático em Ciências, com a exposição de livros didáticos da série *Ciência Integrada* para o 1º e 2º graus e também de materiais didáticos para o ensino de Física, Química, Biologia e Geografia nos mesmos níveis. O CECISP foi um centro de ciências criado em 1965 pelo MEC e integrava um conjunto de seis centros instalados nos estados de São Paulo, Bahia (CECIBA), Rio Grande do Sul (CECIRS), Pernambuco (CECINE), Rio de Janeiro (CECIRJ) e Minas Gerais (CECIMIG). O convênio de criação do CECISP foi firmado entre o MEC, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e o Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciência (IBECC/São Paulo). A trajetória do CECISP foi inovadora na área do ensino de ciências e estreitamente ligada à atuação do IBECC de São Paulo.

O IBECC foi criado em 1946 no Rio de Janeiro como uma Comissão Nacional da UNESCO, cujo propósito era desenvolver projetos em educação, ciências e cultura. Boa parte dos educadores e cientistas que participaram de sua fundação eram remanescentes do movimento escolanovista liderados pela Associação Brasil de Educação (ABE). Em 1947, foi criada uma comissão presidida pelo sociólogo Antonio Candido para definir a criação da seção de São Paulo. O IBECC/São Paulo foi criado em 1950 com sede na Faculdade de Medicina da USP. O professor Isaías Raw, que também participou da comissão para fundação do instituto, foi o principal articulador das diretrizes do instituto por acreditar que a “experimentação e o método da redescoberta” seriam os “instrumentos fundamentais para o aluno entender os mecanismos para a solução de problemas” (BORGES, 2015, p. 84). Na década de 1950, o professor Isaías Raw empreendeu uma série de atividades através do IBECC/SP como exposições, clubes de ciências⁹⁸, programas sobre ciências na TV Tupi aos domingos, concursos científicos (Cientistas do Amanhã) e feiras de ciências. O professor Raw empreendeu também, em 1952, uma nova linha de produção para o mercado de material

⁹⁸Essas atividades deram origem, em 1960, ao suplemento infantil *Folhinha*, da Folha de São Paulo, que publicava experimentos realizados por crianças de 6 a 9 anos de idade. (BORGES, 2015).

didático que foram os *kits* de ciências, e que se tornaram, posteriormente, uma marca das atividades do IBECC. A atuação do professor foi interrompida em 1969, quando foi aposentado compulsoriamente em consequência do Ato Institucional nº 5 de 1968.

A diretoria do CECISP trabalhava em conjunto com o IBECC/SP e a FUNBEC e suas ações eram orientadas no sentido de fornecer assistência aos professores de ciências. Dentre as tarefas do CECISP, estava: promover seminários e conferências para aprimoramento do ensino de ciências; estimular clubes e feiras de ciências; estimular a formação de associações de professores de ciências; manter biblioteca especializada; realizar convênios com instituições privadas e públicas; oferecer treinamentos para professores nas técnicas de improvisação de materiais para experimentos; editar livros e periódicos sobre ensino de ciências; produzir e distribuir livros e materiais de laboratórios para as escolas do estado (BORGES, 2015, p.162/164).

As inovações produzidas pela CECISP/IBECC/FUNBEC na década de 1960 representaram um aprendizado de novas propostas para o ensino de ciências. O projeto *Ciência Integrada* fazia parte da estratégia do governo no sentido de promover inovações e estimular o trabalho dos professores nas salas de aula. O projeto foi financiado pelo Plano Setorial de 1972-1974 e tinha como público alvo os alunos de 1º grau, cujo princípio era o de fornecer uma visão interdisciplinar da Física, Química, Biologia e Geografia. Efetivamente, os resultados do projeto não surtiram o efeito desejado, pois a realidade das escolas não correspondia às expectativas que os programas impunham. Os professores enfrentavam condições de trabalho bastante adversas, além dos problemas já crônicos de repetência e evasão de alunos, agravados pelos efeitos da repressão política imposta pelo AI-5. No final da década de 1970, o governo desativou vários acordos com os centros de ciências, criando uma crise na continuidade dos trabalhos das instituições. O CECISP atuou em conjunto com a FUNBEC nos anos de 1980 até sua extinção em 1987, pouco depois, em 1989, a FUNBEC encerrou suas atividades.

6. 3º Congresso de Leitura do Brasil: *Lutas pela democratização da leitura no Brasil.*

Em 1981, o 3º COLE foi realizado no mês de novembro e, a partir de então, inaugurou uma periodicidade de 2 anos entre cada congresso. A justificativa para que o

congresso se tornasse bianual atendeu à necessidade de dispor de um tempo maior para a organização de cada evento, permitindo um planejamento mais eficaz na programação das atividades e na seleção dos trabalhos inscritos (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.2).

A terceira edição do COLE trouxe uma nova parceria entre o Departamento de Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da Unicamp e o Centro de Estudos Educação e Sociedade, o CEDES, criado em março de 1979, também por iniciativa de um grupo de professores da Faculdade de Educação da Unicamp, preocupado com a "reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade" (*Educação & Sociedade*, 1979, p.169).

O grupo fundador do CEDES já atuava desde o ano anterior à sua fundação, em iniciativas com o lançamento da primeira edição da revista *Educação & Sociedade* e a organização do I Seminário de Educação Brasileira, realizado em novembro de 1978. Na edição comemorativa de 30 anos da associação, de 2009, a revista *Educação & Sociedade* lembrou em editorial a trajetória do grupo, afirmando que o sucesso da publicação servira de estímulo ao planejamento do centro de estudos e à expansão da revista em âmbito nacional⁹⁹. O grupo se consolidou como associação e suas ações viabilizaram outras publicações que procuravam estimular o debate sobre a educação em diferentes frentes como aconteceu com os *Cadernos do CEDES*, cuja primeira edição é de 1980. Dessa fase, cabe lembrar também o *Jornal da Educação*, que circulou entre 1980 e 1981. Embora com apenas 4 números, o jornal privilegiou as matérias sobre as intensas mobilizações dos professores da rede pública de ensino no país, destacando os debates sobre as políticas públicas educacionais e entrevistas com intelectuais e pesquisadores da educação (CEDES, 2006, p.30). Os *Cadernos do CEDES* e o *Jornal da Educação* nasceram da preocupação em manter um canal de comunicação e diálogo com os professores de 1º e 2º graus que, naquele momento, já haviam se reorganizado em sindicatos e participavam ativamente do processo de redemocratização do país¹⁰⁰.

Tendo em seu grupo fundador professores da Faculdade de Educação da Unicamp – entre os quais Moacyr Gadotti, Mauricio Tragtenberg, Milton José de

⁹⁹ Editorial, *Educação & Sociedade*, vol. 30, nº106, Campinas Jan./Abr. 2009.

¹⁰⁰As greves dos professores da rede pública de ensino em 1978 e 1979 tiveram um papel fundamental dentro do cenário das mobilizações sociais que o país vivia no final da década de 1970 e proporcionaram aos professores da rede pública espaços para o debate sobre questões ligadas à educação e condições de trabalho da categoria.

Almeida, Demerval Saviani, Elizabeth Pompeo de Camargo e Ivany Pino –, o CEDES atuou ainda como uma das entidades organizadoras da I Conferência Brasileira de Educação (I CBE), em 1980, juntamente com a Associação Nacional de Educação (ANDE) e a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Segundo o professor Demerval Saviani, tratava-se de um momento marcado "por um vigoroso movimento organizativo-sindical envolvendo os professores dos três graus" (SAVIANI, 2007, p.402). Em relação à Conferência Brasileira de Educação ele anota:

Essas três entidades (ANDE, ANPED e CEDES) reuniram-se para organizar conjuntamente as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), tendo a primeira se realizado em 1980, sendo seguida de outras cinco, ocorridas em 1982, 1984, 1986, 1988 e 1991. A simples menção dos temas centrais de cada uma delas já permite evidenciar o tipo de preocupação que as norteava: I CBE: A política educacional; II CBE: Educação: perspectiva na democratização da sociedade; III CBE: Da crítica às propostas de ação; IV CBE: A educação e a Constituinte; V CBE: A lei de diretrizes e bases da educação nacional; VI CBE: Política educacional da educação (SAVIANI, 2007, p.402).

A primeira CBE contou com a presença de mais de mil e quatrocentos participantes, conjunto realmente expressivo de profissionais da educação. Destacando a iniciativa daqueles educadores, a revista *Educação & Sociedade* registrou o evento em editorial como iniciativa que revelava a urgência das mobilizações para a redemocratização do país, pois era preciso discutir amplamente os problemas enfrentados pelos educadores no seu cotidiano.

Durante a *I Conferência Brasileira de Educação*, os participantes do painel que discutiu a definição da formação do educador resolveram formar um Comitê que articulasse as atividades dos educadores e educandos visando posicionar-se junto aos centros decisórios. Iniciativas desse tipo, como a do Comitê de Defesa do Ensino Público, poderão contribuir eficazmente no delineamento das soluções dos problemas da educação com a participação dos educadores (CEDES, 1980, p.3).

Em *História das ideias pedagógicas*, o professor Demerval Saviani refere-se a uma segunda fase dos movimentos sociais ligados à educação. Para ele, tratava-se de uma fase de busca de alternativas para os problemas que o sistema educacional enfrentava, uma consequência da política educacional do regime autoritário (SAVIANI, 2007, p.403).

O cenário de crescente mobilização entre os educadores foi, igualmente, verificado durante a edição do terceiro COLE em 1981. Sob o temário geral "Lutas pela democratização da leitura no Brasil", o congresso reuniu 510 participantes, o que significava um crescimento de mais de cem por cento em relação ao número de participantes do 2º COLE¹⁰¹. O número de comunicações de trabalhos sobre questões da leitura também havia aumentado sensivelmente em relação ao congresso anterior¹⁰², com um total de 23 trabalhos de pesquisas desenvolvidas nas universidades e relatos de experiências sobre práticas pedagógicas de alfabetização e leitura (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981). A programação oficial do 3º COLE foi mais extensa e contou com trinta convidados que participaram de três mesas redondas e uma conferência de abertura. É preciso salientar a participação de educadores e pesquisadores de várias regiões do Brasil como de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Sergipe, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, fato que conferia ao congresso o alcance maior de público. Apesar de boa parte dos trabalhos apresentados estar concentrada na região sudeste, o 3º COLE não deixou de privilegiar a diversidade das experiências, como demonstra participação da Faculdade de Humanidades y Ciencias de Montevideo, na figura do professor Ruben Mário Tani que, naquele período, participava de curso de pós-graduação no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp¹⁰³.

Entre as atividades do 3º COLE, a abertura do congresso foi um evento de destaque. O educador Paulo Freire, que proferiu a conferência "A importância do ato de ler", estava de volta ao país, já na condição de docente da Faculdade de Educação da Unicamp. A lei de anistia de 1979¹⁰⁴ havia permitido seu retorno, que, de fato, ocorrera

¹⁰¹ O número de congressistas do 2º COLE foi de 230, segundo dados do artigo "Associação Nacional de Incentivo à leitura, é o plano", publicado no jornal *Correio Popular* de 14/11/1981.

¹⁰² No 2º COLE, foram apresentadas cerca de 10 comunicações, conforme dados dos *Resumos do 2º COLE*. Importante lembrar que os números de comunicações de trabalhos acadêmicos e relatos de experiência devem ser observados relativamente ao período de final dos anos de 1970 e início de 1980 quando as condições de realização de congressos que tinham a especificidade dos COLEs ainda não eram amplamente divulgados e realizados sob condições precárias (tanto em relação à organização dos congressos quanto à participação dos congressistas). Nesse sentido, podemos considerar que o contingente de trabalhos apresentados denota um número expressivo de pesquisas acadêmicas que tiveram como tema a leitura.

¹⁰³ Nos *Resumos do 3º COLE* consta a comunicação "Lecto-escritura e bilinguismo marginalizado", de Ruben Mário Tani da Faculdade de Humanidades y Ciencias de Montevideo, Uruguai, págs. 70 a 84.

¹⁰⁴ Lei de anistia no Brasil – Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979 que concede anistia a todos aqueles que “cometeram” crimes políticos ou conexos com estes, aos que tiveram os direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

em 1980, após 16 anos de exílio. No período de exílio, Freire pôde desenvolver seu trabalho com alfabetização de adultos em instituições de diversos países e ganhou reconhecimento internacional como educador.

Paulo Freire foi considerado pelo regime militar um “traidor da nação”; como consequência, foi preso por duas vezes. Em setembro de 1964, conseguiu asilo político na Embaixada da Bolívia e, no mesmo ano, seguiu para aquele país, onde teve curta permanência, em função do golpe de Estado que depôs o governo eleito de Paz Estensoro. Mediante isso, o educador seguiu para Santiago, no Chile, onde permaneceu e trabalhou durante cinco anos como consultor em educação para instituições do governo ligadas às questões da reforma agrária. No período, escreveu sua obra fundamental *Pedagogia do Oprimido*, publicada no início da década de 1970 em vários países. No Brasil a obra foi editada pela Paz e Terra em 1970. Durante o exílio, Paulo Freire atuou como professor convidado na Universidade de Harvard e também no Conselho Mundial das Igrejas em Genebra, Suíça, onde fundou com outros intelectuais o Instituto de Ação Cultural (IDAC), cujo propósito era o de fornecer subsídios no campo educacional aos países do Terceiro Mundo. Sua atuação no exterior estendeu-se a países como Angola, São Tomé, Cabo Verde entre outros. Freire recebeu inúmeros prêmios, homenagens e títulos de universidades brasileiras e do exterior; entre eles o *Prêmio de Educação para a Paz*, da UNESCO, em 1975, na cidade de Paris¹⁰⁵. O regresso de Paulo Freire ao Brasil, após a lei de anistia, foi marcado por tensões geradas pela resistência de setores mais conservadores ligados ao governo militar. Exemplo disso foram as dificuldades criadas para emissão do seu passaporte, sendo necessário um mandado de segurança para que o órgão público competente emitisse o documento.

O professor Moacyr Gadotti faz um relato importante sobre o regresso de Paulo Freire ao Brasil e sobre sua incorporação ao quadro de docentes da Unicamp. Gadotti conheceu Freire na Universidade de Genebra, onde fazia doutorado, tendo estabelecido com ele uma amizade duradoura.

Voltei ao Brasil no segundo semestre de 1977 para trabalhar na Universidade Estadual de Campinas. Paulo Freire disse-me que, se alguma universidade pública o contratasse, ele também voltaria. Esse desejo não era só dele. Havia muitos brasileiros ligados ao mundo universitário que também tinham interesse na sua volta; portanto, isso

¹⁰⁵ Dados retirados do site: www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia e www.paulofreire.org e www.paulofreire.ufpb.br.

não tardou a acontecer. Em 1978, ainda proibido de voltar ao país, Paulo Freire, por telefone, participou do *I Seminário de Educação Brasileira*, organizado por essa universidade. Não muito tempo depois deste evento, a Faculdade de Educação e o Conselho Universitário indicaram-no para fazer parte do quadro docente. A reitoria com, medo de represálias do regime militar, no entanto, não queria assinar o contrato que acabou ficando meses na gaveta do Reitor. Foi necessário até um "ato público" de professores e alunos da Faculdade de Educação para que o Reitor cumprisse a vontade da comunidade universitária. Assinado o contrato, Paulo voltou do exílio, em 1980. Dom Paulo Evaristo Arns, Chanceler da PUC-SP, sabendo que Paulo estava regressando, pediu à Reitoria da PUC-SP que lhe fizesse o mesmo convite. Ele aceitou e continua trabalhando até hoje na PUC-SP (GADOTTI, 1996, p.70).

É oportuno lembrar um pouco da vivência de Paulo Freire e os momentos que foram decisivos na construção da sua pedagogia do oprimido. Como se sabe, a participação no Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife, no início da década de 1960, marcou as primeiras atuações do educador para, posteriormente, consolidar o que conhecemos hoje como método Paulo Freire de alfabetização. O projeto nasceu na gestão de Miguel Arraes na prefeitura de Recife no início do ano de 1960 e procurava suprir as demandas educacionais de crianças e adolescentes numa cidade onde não havia rede municipal de ensino. Àquela altura, o grupo de idealizadores do MCP, composto por intelectuais comprometidos com questões sociais e políticas, assumiu a concepção de cultura popular como "chave para o trabalho com a população pobre, por meio de escolas para crianças, alfabetização de adultos, praças e núcleos de cultura"¹⁰⁶. Inspirado no movimento francês *Peuple et Culture*¹⁰⁷, explica Germano Coelho¹⁰⁸, o MCP não era um simples órgão ligado à gestão municipal do Recife, mas "um

¹⁰⁶ Sobre o MCP as informações foram retiradas no site: <http://forumeja.org.br/book/export/html/1710>.

¹⁰⁷ *Peuple et Culture* – Foi uma rede de associações de cultura e educação popular na França, fundada no final da Segunda Guerra Mundial e defendia educação e cultura para todas as pessoas e ao longo da vida. Da França expandiu-se para vários países entre eles Bélgica, Alemanha, Itália, Iugoslávia, Argélia e Marrocos. Os fundadores do movimento foram Jeffre Dumazedier, Benigno Cáseres, Legrand, Joseph Rovin. O educador Germano Coelho relata que conheceu Jeffre Dumazedier na França, momento em que conheceu o trabalho do movimento *Peuple et Culture* visitando a *Communauté de Travail Boimondau*, liderada por Marcel Mermoz. Dumazedier é um sociólogo, professor na Sorbonne e pioneiro nos estudos sobre lazer e formação. Em 1963 visitou o Brasil e conheceu o trabalho do MCP no Arraial do Bom Jesus e em outras comunidades do Movimento. Na ocasião, fez doações de livros de sua autoria e discutiu com os membros do MCP as atividades desenvolvidas pelo movimento (COELHO, 2002).

¹⁰⁸ Germano Coelho é advogado, educador foi prefeito da cidade de Olinda em duas ocasiões – 1976 e 1992. Foi fundador e primeiro presidente do Movimento de Cultura Popular (MCP) na década de 1960 e em 1963 assumiu a Secretaria de Cultura e Educação em Recife, na gestão de Miguel Arraes quando investigou e denunciou a violação da soberania do Brasil com os acordos Aliança para o Progresso e o acordo MEC/USAID. Autor do livro *MCP – História do Movimento de Cultura Popular*. (<http://forumeja.org.br>)

movimento em marcha", destinado não somente para crianças e adolescentes, mas também para adultos, e que objetivava ações no campo educacional e cultural com "uma grande meta: elevar o nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho"(COELHO, 2002, p.34).

Logo depois de obter o título de doutor em Educação, pela Universidade Federal de Pernambuco, homologado em 1960, Paulo Freire juntou-se ao grupo, passando a integrar o Conselho Diretor. A participação na organização do movimento foi um caminho natural na sua trajetória como educador. Naquele momento, Freire já era visto como um educador progressista, pois preconizava que a educação de adultos deveria se fundamentar "na consciência da realidade da cotidianidade vivida pelos alfabetizando para jamais reduzir-se num simples conhecer de letras, palavras e frases" (FREIRE, 2006, 36). Seu envolvimento com o trabalho de alfabetização de adultos através do MCP deu-se pelo conhecimento da cartilha *Livro de Leitura para Adultos do MCP*, elaborada pelas educadoras Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes de Godoi, ambas fundadoras do movimento. Tratava-se de um material utilizado na primeira Escola Radiofônica do MCP¹⁰⁹ e que havia merecido elogios do educador Anísio Teixeira¹¹⁰. Em entrevista ao jornal *Metropolitano* do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira ratificou a importância das palavras utilizadas na cartilha como meio facilitador de sentidos e representações mais próximos da realidade dos educandos: "aprender a ler deve ser uma simples transposição de sua linguagem oral para a linguagem escrita". Adiante, evidenciava o "sentido cívico" do trabalho das autoras: "[elas] conseguiram dar-lhe [ao *Livro de Leitura para Adultos do MCP*] um sentido cívico que raia pelo lirismo. As privações, as esperanças e os direitos do brasileiro

¹⁰⁹ A Escola Radiofônica do MCP foi um projeto no qual o conteúdo dos programas de aprendizado era veiculado pelo rádio. Germano Coelho, presidente do MPC naquele período, assinou um convênio com o Sistema de Rádio Educativo (SIRENE) que já havia produzido cartilha e discos com conteúdo educativo. O material do SIRENE não foi utilizado em seu lugar, foi elaborado o Livro de Leitura para Adultos do MPC das educadoras Norma Porto Carreiro Coelho e Josina Maria Lopes de Godoi (COELHO, 2002, p.71)

¹¹⁰ Anísio Teixeira foi educador e um dos precursores da Escola Nova na década de 1930. Foi criador e primeiro dirigente da CAPES em 1951. Deixou a instituição depois do golpe militar. Fundou a UnB juntamente com Darcy Ribeiro. Os projetos dos prédios da universidade são de Oscar Niemeyer. Após a invasão da UnB em 1964, Anísio Teixeira foi afastado e teve seus direitos políticos cassados, mas permaneceu no Conselho Federal de Educação até 1968. Foi encontrado morto em um poço de elevador no prédio onde morava em 11 de março de 1971. As circunstâncias de sua morte permanecem obscuras. A família acredita que sua morte não foi um acidente. Evidências periciais asseguram que sua morte não foi causada pela queda supostamente acidental.
(dados retirados do site: http://www.unb.br/unb/historia/linha_do_tempo/60/index.php).

tecem e entretecem aquelas frases lineares e singelas e fazem do aprender a ler uma introdução à liberdade e ao orgulho de viver” (TEIXEIRA, 1962, 159).

Certamente, o *Livro de Leitura para Adultos do MCP* inspirou o trabalho de Freire, conduzindo-o, de forma concreta, a uma práxis política através da educação. Segundo Moacyr Gadotti, as primeiras experiências do método freiriano foram realizadas em Angicos, no Rio Grande do Norte em 1963. Os resultados obtidos foram impressionantes, com cerca de 300 trabalhadores rurais alfabetizados em 45 dias (GADOTTI, 1996, p. 94). Os resultados do método proporcionaram a Paulo Freire a oportunidade de organizar o Plano Nacional de Alfabetização em 1964, a convite do presidente Goulart e do Ministro da Educação e Cultura Paulo de Tarso Cunha Santos. A perspectiva era de que os círculos de cultura, instalados nas comunidades carentes de Pernambuco fossem multiplicados no território nacional com uma previsão inicial de 20 mil círculos na primeira etapa e uma estimativa de 2 milhões de trabalhadores a serem alfabetizados através do método. O golpe militar em abril de 1964 interrompeu a implementação do Plano Nacional de Alfabetização e reprimiu as mobilizações existentes no interior do MCP.

A participação de Paulo Freire na abertura do 3º COLE, em 1981, se deu em um momento bastante tumultuado da história da Unicamp. Naquele ano, a comunidade universitária, num processo de discussão ampla e democrática, havia chegado a uma lista com 17 candidatos ao cargo de Reitor. Paulo Freire foi o primeiro indicado da lista. Porém, ela foi vetada pelo então governador "biônico" Paulo Maluf que, em represália, substituiu parte dos diretores que compunham o Conselho Diretor da universidade, sob a alegação de que aqueles diretores não eram titulares de cátedra, requisito previsto no regimento interno da universidade (ADUNICAMP, 2002, p. 14). O recurso gerou a intervenção do governo estadual nos institutos da universidade com a deposição de seus respectivos diretores e a imposição de diretores nomeados pelo governador. Configurou-se uma grave crise que manteve a comunidade universitária mobilizada contra a intervenção do governador Maluf, ação claramente de violência contra a legitimidade de um processo democrático de discussão e votação da lista de candidatos à reitoria. Em seu discurso de abertura do COLE, Paulo Freire fez uma referência à crise que a universidade vivia e aos riscos permanentes de retrocesso político impossíveis de serem ocultados pelo que os governantes chamavam “abertura política”: *“Fazer uma semiabertura... eu tenho até medo de usar essa palavra e que não seja punido já... A*

*Unicamp acreditou nessa história [abertura política] e está sendo punida severamente*¹¹¹.

“A importância do ato de ler” foi o título da conferência de Paulo Freire no 3º COLE. Nela, o educador fez um relato sensível de sua experiência como leitor e aprendiz de primeiras letras.

Ao ensaiar escrever o texto que trata da importância do ato de ler eu me senti levado – e até gostosamente – a “re-ler” momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo. Ao ir escrevendo este texto ia “tomando distância” dos diferentes momentos em que o ato de ler veio se dando na minha experiência existencial. Primeiro, a “leitura” do mundo, do pequeno mundo em que me movia, depois, a leitura da palavra, a leitura da palavra que nem sempre, ao longo da minha escolarização, foi a leitura da *PALAVRAMUNDO*” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.3).

Paulo Freire propõe uma noção de leitura mais ampla e, talvez, próxima daquilo que se poderia considerar uma prática social. Na conferência “A importância do ato de ler”, ele abre a possibilidade de se compreender a leitura como uma forma de entendimento da realidade que nos cerca: “língua e realidade se prendem dinamicamente (...) [e] a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica na percepção das relações entre texto e contexto”. Freire também apresentava em sua fala a noção de *palavramundo*, a língua que nos leva a entender as relações que se estabelecem ao nosso redor e, portanto, a conscientização da realidade na qual estamos inseridos. No pensamento freiriano a noção é fundamental para que o processo de alfabetização seja um processo conscientizador, através de uma prática renovadora e também conscientizadora. As palavras que servem de recursos à alfabetização têm o propósito de relacionar o contexto do qual foram retiradas e, portanto, devem pertencer ao universo do educando.

Este movimento dinâmico é um dos aspectos centrais, para mim, do processo de alfabetização. Daí que sempre tenho insistido em que as palavras que organizam o programa de alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real língua, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas da

¹¹¹ Arquivos sonoros 3CFR#001 – Abertura do 3º COLE, conferência de Paulo Freire.

significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador. A pesquisa do que se chamava de universo vocabular nos dava assim as palavras do POVO, grávidas do mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são representações da realidade (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.6).

A experiência de Paulo Freire no exílio permitiu configurar outras perspectivas que se somariam às questões básicas expostas na sua obra *Pedagogia do Oprimido* de 1970. Suas reflexões sobre educação tiveram espaço para diálogos com outros saberes e outras ciências – configurando, assim, uma preocupação transdisciplinar em relação às questões educacionais – e alcançaram sua versão mais acabada no livro *Pedagogia da Esperança*, editado em 1992. Trata-se de uma obra que, segundo Freire, "é um reencontro com a pedagogia do oprimido", pois, através de uma revisão crítica, ele recuperou referências ainda pertinentes nos anos de 1990: "as tramas, os fatos, os debates, projetos, experiências, diálogos de que participei nos anos 70, tendo a *Pedagogia do Oprimido* como centro, me parecem tão atuais quanto outros a que me refiro dos anos 80 e de hoje", diz o autor em *Pedagogia da Esperança* (FREIRE, 1992, p. 10).

As concepções de transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, que marcaram a segunda fase dos trabalhos de Paulo Freire, foram essenciais para compreensão das questões educacionais. (GADOTTI, 1996, p. 102). Na Faculdade de Educação da Unicamp, entre os anos de 1987 e 1988, Freire já trabalhava a concepção de interdisciplinaridade, juntamente com outros pesquisadores do instituto interessados em projetos de educação popular. As discussões do grupo foram sintetizadas em *Na escola que fazemos* de 1988, livro escrito em colaboração com os professores Débora Mazza e Adriano Nogueira¹¹². Tais reflexões foram fundamentais para sua atuação como Secretário da Educação na cidade de São Paulo entre 1989 a 1990, na gestão de Luiza Erundina, quando implementou o plano para reorientação curricular do ensino municipal. As mudanças planejadas fizeram parte do projeto de interdisciplinaridade e visavam proporcionar a "vivência de uma realidade global que se inscreve nas

¹¹²Débora Mazza é professora da Faculdade de Educação Unicamp. Em 1988 era orientanda de Paulo Freire na pós-graduação, mestrado. Adriano Nogueira é professor da UNINOVE e IFMG, foi orientando de Paulo Freire (1980 – 1984)

experiências cotidianas do aluno, do professor e do povo e que, na escola tradicional, é compartimentalizada e fragmentada" (GADOTTI, 1996, p. 103).

O pensamento de Paulo Freire encontrava ressonância em muitas demandas criadas em torno do processo de redemocratização do país, especialmente no campo educacional, no qual as mobilizações dos educadores procuravam colocar em evidência os problemas enfrentados no dia a dia da sala de aula.

Cabe lembrar, como bem colocou a professora Barbara Freitag, que a reforma do ensino de 1º e 2º grau de 1971 provocou o acentuou o problema da desigualdade social com a exclusão de grande parte da população do ensino superior, proporcionando, em níveis duvidosos, apenas a formação até o ensino médio. O acesso da população trabalhadora ao ensino superior passou a depender das possibilidades financeiras de cada indivíduo e não seria errôneo afirmar que o mesmo acontecia em relação ao ensino de 1º grau, uma vez que, de forma geral, a política educacional visava o estímulo e subsídio do capital privado em detrimento de programas sociais voltados para a expansão de vagas de 1º grau pelo Estado (FREITAG, 1980, p.98). Somente a educação discutida no âmbito político seria uma direção para a busca de alternativas que pudessem responder aos problemas emergentes que se agravaram após quase duas décadas de ditadura.

Os debates realizados durante o 3º COLE foram fortemente marcados pelas preocupações no âmbito político que se alinhavam às concepções e a própria atuação do educador Paulo Freire. É possível considerarmos que os debates do COLE evidenciavam um contexto vivenciado pelo país naquele momento e que o congresso se pautava também pela busca de propostas para a elaboração de políticas públicas em educação, que pudessem, de fato, ser inclusivas e democráticas, e que visassem a uma formação de melhor qualidade da população brasileira. O temário "Lutas pela democratização da leitura" possibilitava a reflexão nesse sentido, trazendo debates que compunham um cenário sobre os problemas vinculados à leitura e o acesso ao livro em várias instâncias da vida educacional e cultural. A mesa-redonda intitulada "Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura no Brasil" girou em torno das políticas públicas de incentivo à leitura e a coordenadora dos trabalhos da mesa, Tania Rodrigues Mendes, fez alguns questionamentos em relação ao tema. Para ela, a multiplicação de ações individuais que buscassem a facilitação do acesso ao livro e à leitura, visando à melhoria da formação dos alunos e, ao mesmo tempo, ao

estabelecimento de uma política pública de incentivo à leitura era uma urgência. Porém, essa tarefa exigia um esforço coletivo em razão das dificuldades que se colocavam.

O debate em busca de uma política concreta para a democratização da leitura objetiva não só apontar as enormes restrições existentes hoje em nossa sociedade, mas também e, fundamentalmente, trocar experiências e descobrir as possibilidades que se apresentam em nossa prática cotidiana, a fim de tentarmos encontrar as formas mais viáveis para conduzirmos uma ação conjunta pelo desenvolvimento do hábito de leitura, e pela ascensão à leitura crítica da maioria marginalizada de sua fruição (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.7).

A professora Tania questionava ainda a concepção de leitura que permeava um senso comum que se criou, e cuja origem estava nos valores da cultura dominante fartamente veiculada na nossa sociedade, produzindo uma "cegueira" em relação "às possibilidades de aproveitamento dos aspectos positivos dos hábitos de leitura presentes na população" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.7).

A mesa redonda "Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura no Brasil" foi composta por convidados que representavam vários segmentos da sociedade, como o editor e proprietário da Editora Brasiliense Caio Graco da Silva Prado, a escritora Laura Constância de A. A. Sandroni, diretora da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), Luis Augusto Milanesi, professor da Escola de Comunicação e Arte (ECA) da Universidade de São Paulo, a professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e presidente da Associação de Professores de Língua e Literatura (APLL) Suzy Sperber, o representante do Centro de Memória Sindical Luís Firmino de Lima¹¹³ e Antonina Silveira, representante do Centro Pastoral Vergueiro.

¹¹³Tania Rodrigues Mendes é bibliotecária. No período do 3º COLE ocupava o cargo de bibliotecária na Fundação Getúlio Vargas (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978).

Caio Graco Prado (1931 – 1992) filho do historiador Caio Prado Junior e foi editor da Editora Brasiliense. A Editora Brasiliense foi fundada em 1943. O grupo de fundadores foi formado pelo historiador Caio Prado Jr, pelo escritor Monteiro Lobato, Arthur Neves da Companhia Editora Nacional e a escritora Maria Jose Dupré que cedeu sua casa para funcionamento da primeira sede da editora (www.editorabrasiliense.com.br)

Laura Constância A. de A. Sandroni, escritora, foi diretora do FNLIJ até 1984. Integrou a lista para o prêmio Hans Christian Andersen por duas vezes. Desde 2006 é membro honorário do IBBY (<http://www.fnlij.org.br>).

Luis Augusto Milanesi, professor da Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, com ênfase na área de informação e cultura (<http://lattes.cnpq.br/0678354314290677>).

Suzy Sperber professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. No período de realização do 3º COLE era presidente da Associação de Professores de Língua e Literatura (APLL). (<http://lattes.cnpq.br/3549874708098615>)

Caio Graco, representante da Editora Brasiliense, considerou que a democratização da leitura seria antes de tudo a democratização da cultura e o livro, como objeto cultural, deveria ter maior alcance por ser considerado o "mais democrático e democratizante dos meios de comunicação" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.9). Defendeu ainda que o mercado editorial, apesar da crise econômica, mantinha-se aquecido, e a coleção *Primeiros Passos* que a Editora Brasiliense lançara pouco tempo antes do COLE seria um exemplo disso. Cabe lembrar que a referida coleção foi um marco na história recente do mercado editorial brasileiro, com um acervo que atingiu 44 títulos e uma estimativa de venda de um milhão de exemplares projetada para os doze meses que se seguiram ao lançamento. Além da *Primeiros Passos*, havia a coleção *Tudo é História e Cantada Literária* que foram, igualmente, sucesso em vendas. Ambas as coleções traziam um encarte onde cada leitor podia traçar seu perfil e o resultado dessa enquete a respeito do universo de leitores mostrou que 40% eram jovens na faixa de 16 a 25 anos, a maioria já no mercado de trabalho, e sem vínculo com instituições de ensino. Embora existissem índices favoráveis à saúde das editoras, o perfil dos leitores da Brasiliense representava, na verdade, uma realidade específica não permitindo uma generalização dos dados. Não é impossível que parte desse percentual de jovens tivesse ido para o mercado de trabalho e interrompido sua formação educacional; às vezes até sem completar os ciclos básicos do ensino formador.

De qualquer forma, o cenário de otimismo no mercado editorial referido por Caio Graco existia e era confirmado por Laura Sandroni, da Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, também convidada da mesa redonda. Sandroni apresentou dados estatísticos do Sindicato Nacional Editores de Livros (SNEL), referentes ao período de 1973 a 1978, indicativos de que a produção editorial de literatura infantil no Brasil atingira 29 milhões de exemplares e 3500 títulos publicados. Embora os números pudessem apresentar uma realidade promissora, Laura Sandroni a relativizava, lembrando que, apesar do aumento, ainda havia, em função do poder aquisitivo da população, uma elitização do mercado editorial; fato que se estendia também ao mercado editorial da literatura infantil e juvenil. O baixo poder aquisitivo de grande parte da população influía de forma direta no desenvolvimento do hábito da leitura,

Luis Firmino de Lima foi fundador do Sindicato dos Têxteis de São Paulo e membro de Centro de Memória Sindical (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978).

tanto quanto outros fatores que eram determinantes para a formação de leitores e que, segundo Sandroni, estavam na base do sistema educacional do Brasil. Exemplos consistentes eram a má formação escolar e a carência de bibliotecas adequadas para os alunos. Além disso, era preciso considerar a má formação dos professores na área de literatura infantojuvenil, o que ocasionava a má orientação em relação às indicações de leitura para os alunos.

Noutra direção, mas complementar, o debate proposto pela mesa redonda "Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura no Brasil" trouxe representantes de associações de trabalhadores cujos pontos de vista corroboravam as impressões a respeito dos fatores que contribuía para o distanciamento entre leitor e livro. A precariedade da formação escolar imposta à grande maioria da população, o baixo poder aquisitivo e a falta de tempo para o lazer e descanso da classe trabalhadora figuraram como fatores impeditivos elencados para o desenvolvimento do hábito de leitura entre as classes trabalhadoras. Nesse sentido, lembrou a professora Susy Sperber, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, convidada da mesa redonda, tratava-se de questões mediadas em *Cultura de massa e Cultura Popular*, da pesquisadora e professora Ecléa Bosi¹¹⁴, da Universidade de São Paulo, que representa um trabalho pioneiro sobre o tema leitura.

O propósito do trabalho de Ecléa Bosi, desenvolvido em 1970, foi o de verificar o alcance dos textos impressos (os livros, os jornais e as revistas) entre um contingente de trabalhadoras urbanas de uma fábrica na periferia da cidade de São Paulo. O conjunto de entrevistadas que deu suporte às reflexões e análises, e que totalizava 52 indivíduos, era composto, em sua maioria, por jovens trabalhadoras oriundas da zona rural com escolaridade primária (curso primário completo)¹¹⁵. De acordo com o estudo, 81% das entrevistadas afirmavam ler revistas dirigidas ao público feminino¹¹⁶; além desse tipo de publicações foram citadas as revistas de histórias em

¹¹⁴Ecléa Bosi (1936-2017) foi professora emérita do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Seus trabalhos em Psicologia Social são referência principalmente em temas sobre cultura e memória. A professora Ecléa Bosi é autora de *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*, obra na qual faz um estudo que resgata o passado através das memórias e testemunhos de pessoas idosas; de *Cultura de Massa e Cultura Popular – leituras operárias*; de *Velhos Amigos* e de *O Tempo vivo da Memória*. Ecléa Bosi faleceu recentemente, a 10 de julho de 2017 (<http://lattes.cnpq.br/9885451043461871>).

¹¹⁵ Curso primário refere-se às primeiras quatro séries do ensino fundamental.

¹¹⁶ Revistas chamadas pela autora de sentimentais: *Capricho*, *Grande Hotel*, *Sétimo Céu*, *Contigo*, *Noturno*, *Ilusão*, *Romântica*, *Melodias*, *Romance Moderno*, *Êxtase*, *Supernovelas*.

quadrinhos¹¹⁷ e, em menor escala, as revistas com conteúdo voltado para conhecimentos específicos, como religião e atualidades¹¹⁸; dos jornais existentes no período, 67% das entrevistadas afirmavam ler jornais como *Folha de São Paulo*, *Notícias Populares* e *Diário da Noite* e, em relação à leitura de livros, 62% das entrevistadas afirmavam que liam livros relacionados a conteúdos sobre vida afetiva e educação sexual. As leituras, em sua maioria, não eram atividades habituais, mas leituras esparsas ou "saltuária", como a autora denominou. Note-se que, do universo pesquisado, somente 29% das entrevistadas declararam ler habitualmente jornais e revistas. Outro dado interessante apontava que 40% dos impressos eram adquiridos na porta da fábrica e somente 20% eram aquisições feitas em livrarias. O estudo de Ecléa Bosi mostrava, principalmente, o "isolamento social" do trabalhador, devido, de forma geral, a fatores que limitavam qualquer acesso ao lazer, especialmente as longas e intensas jornadas de trabalho; a dificuldade de transporte; a moradia distante; a falta de centros recreativos e culturais e, particularmente, o salário gasto, quase que na totalidade, com a sobrevivência da família (BOSI, 1977, p.9).

Esse conjunto de fatores, segundo Bosi, era potencializado em relação às mulheres trabalhadoras, que enfrentavam condições mais adversas de trabalho do que os homens. Com menor remuneração em relação eles, era considerada mão de obra de menor qualificação e, por isso, as tarefas destinadas a trabalhadoras eram de natureza repetitiva e monótona. As trabalhadoras eram também submetidas a regimes de trabalho sem incentivos como promoções e planos de carreira, enfim, todo um conjunto de condições adversas que se agravava com o acréscimo das tarefas domésticas que impunham à mulher uma jornada dupla de trabalho. A pesquisa desenvolvida por Ecléa Bosi elegeu a investigação do hábito de leitura entre as operárias paulistanas, pois ler um "jornal, revista e livro exigem do consumidor certa opção inicial", existindo, na verdade, "um mínimo de volição do indivíduo no ato de aproximar-se de uma banca de jornal, examinar o material exposto e comprar um determinado impresso"; gesto que expressa uma "cadeia de decisões", as quais se mostram mais definidas e com determinada motivação do que a "recepção em fluxo dos programas de televisão e de rádio" (BOSI, 1977, p.9).

¹¹⁷ Pato Donald, Mickey, Riquinho.

¹¹⁸ Revistas de conhecimento foram elencadas como *Pais e Filhos*, *Conhecer*, *Ele e Ela*; Revistas Religiosas – *Seara*, *Lição Bíblica*; Revistas de Atualidades – *Manchete*, *Realidade*, *O Cruzeiro*.

Susy Sperber acrescentou ainda em sua comunicação novas reflexões, procurando ler criticamente a visão utilitarista da leitura associada ao supérfluo: contrariamente ao que ocorre com a TV – é associada ao lazer mais fluido e com menor exigência física do trabalhador (sobretudo porque o aparelho já está ligado) depois de um turno de trabalho –, o livro é um objeto "caro e quase proibido" e a leitura uma "fuga do cotidiano, do trabalho". O senso comum era fruto de uma concepção elitizada da leitura; logo, a democratização da leitura deveria passar, antes de tudo, pela "desmitificação do que seja ler", pois ler seria um ato "tão natural e necessário como ver, é um aprendizado tão automático quanto viver". Susy Sperber lembrou também o relato de Paulo Freire na conferência de abertura do COLE a respeito de seu aprendizado da leitura ter ocorrido antes mesmo das primeiras letras na escola, no quintal de sua casa, aprendendo a "ler o mundo" – nesse sentido, a leitura seria "um fazer inesgotável e interminável", relacionado com o aprendizado do mundo e "dos arquétipos", que "é mito, magia, fantasia, mistério", contrapondo à lógica cartesiana aplicada nas práticas pedagógicas da escola, onde a cultura popular e a linguagem oral não se constituem em matéria para o aprendizado formal (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.12). Em última instância, a professora procurou questionar aspectos que dizem respeito à condição do professor como leitor e responsável pelo processo de aprendizagem da leitura.

Quem lê? Consta que o aluno não lê. Consta que o operário lê pouco, por falta de tempo e de dinheiro. E o professor? O professor lê? Através de um levantamento que fiz na Alta Paulista, soube que o professor quase não lê. Ler está associado a trabalho, para ele. João Wanderley Geraldi propôs um currículo para o 2º nível do 1º grau, que consiste, fundamentalmente, em completar, em um tempo dado, uma certa quantidade de leituras aos alunos. E descobriu-se – e os professores aplicaram o currículo proposto – que eles mesmos, professores não liam ou liam muito pouco (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.15).

As razões para isto estariam nas condições de trabalho dos professores: a necessidade de trabalhar em várias escolas para receber um salário suficiente à sobrevivência; a falta de recursos para comprar livros, fruto do arrocho salarial que a categoria sofreu ao longo dos anos. Assim como os trabalhadores das indústrias, o professor seria um operário da instrução, como afirmava Susy Sperber. Tudo isso dificultava o desenvolvimento do hábito da leitura, compondo um cenário complexo

para a formulação de alternativas que pudessem democratizar a leitura. Ainda assim, era inegável a urgência de alternativas não só aos problemas relativos à leitura, mas, igualmente, ao que a educação fosse vista como uma necessidade na formação da consciência cidadã.

Voltamos ao ato de ler, em que é visto como ver, que é igual a conhecer, igual a pensar, que equivale a ter-se e que depende da memória. Em última instância, ler é um registro do presente que se fixa e que cria um lastro de memória que permitirá leituras mais densas. A memória é individual, mas seu registro se dá na memória plural, coletiva, que, nas atuais circunstâncias do sistema, se quer apagar para que não haja parâmetros para a leitura do mundo (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.15).

As condições adversas enfrentadas pelos trabalhadores fizeram parte dos relatos de dois representantes de entidades ligadas aos movimentos sindicais e sociais: Antonina Silveira, do Centro Pastoral Vergueiro, e Luís Firmino de Lima, que representou o Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

Luís Firmino de Lima considerou que as políticas educacionais no país seriam a grande causa do desinteresse da população pela leitura, uma vez que o Brasil sempre enfrentara o problema das altas taxas de analfabetismo, crônico e sem perspectivas de melhoras. Outra dificuldade apontada foi o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores. Para os trabalhadores, a leitura estaria restrita aos jornais dos sindicatos e federações distribuídos nas portas de fábricas. Lima também sugeriu que uma das formas de sensibilizar a população e o governo sobre a questão da leitura seria organizar uma grande campanha visando ao acesso da população a objetos culturais. Em sua perspectiva, o ato de ler significava "acesso à cultura e, com ele, a possibilidade de organização, consciência, vínculo e exercício de pensamento e crítica" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.12).

Importante anotar que o Sindicato dos Têxteis de São Paulo sediava, naquele momento, o Centro de Memória Sindical, inaugurado em 1980, e cuja proposta era constituir um lugar para resguardar as memórias dos movimentos sindicais no país. O acervo inicial destinado ao Centro de Memória era composto de documentos, impressos e gravações de depoimentos dos líderes sindicais dos movimentos de trabalhadores, principalmente de São Paulo, no final da década de 1970. De acordo com Carolina Maria Ruy, atual diretora do Centro, os primeiros registros dos depoimentos de

líderes dos movimentos sindicais de metalúrgicos no ABC paulista foram reunidos por um grupo de jornalistas no intuito de publicar uma pequena edição com o título *A greve na voz dos trabalhadores*. O material reunido – gravações e transcrições de entrevistas – foi arquivado e, posteriormente, com o acúmulo de outros materiais (jornais, boletins, panfletos, documentos de sindicatos, etc.), foi formalizada a fundação do Centro de Memória Sindical, a 14 de junho de 1980, com o apoio de 10 sindicatos¹¹⁹. Iniciativas como essa demonstram o nível de organização dos movimentos dos trabalhadores em certos setores, conscientes de que a ascensão de um movimento sindical autônomo e livre representaria uma posição de resistência às forças contrárias à organização dos trabalhadores, como, por exemplo, as intervenções do governo nos sindicatos ao final da década de 1970. Eram formas de marcar o avanço nas mobilizações sociais, que constituíam, assim, uma base ampla em prol da redemocratização do país. O novo sindicalismo, surgido das greves dos metalúrgicos de 1978 a 1980, principalmente, na região do ABC paulista, representou um movimento de "descontentamento popular massivo e organizado com relação ao regime", que se estrutura em "base organizacional cada vez mais sólida, contrária à estrutura sindical oficial que havia servido por tanto tempo para oprimi-los" (KECK, 2010, p.66). A nova ampliação nas mobilizações populares criou espaços para a confluência de muitos setores já mobilizados pela oposição ao governo. Em 1982, foi fundado o Partido dos Trabalhadores, formado, em essência, pelos trabalhadores ligados ao sindicalismo e políticos de oposição, intelectuais, estudantes e setores da Igreja Católica.

É relevante lembrar a militância de representantes do clero em oposição ao regime autoritário, sobretudo ao denunciar os abusos de poder praticados pelos militares em nome da ordem social e, igualmente, ao lutar em defesa dos direitos humanos, especialmente as condições vividas pelos presos políticos submetidos a torturas e violências inomináveis nas prisões. O cardeal Dom Paulo Evaristo Arns foi um dos nomes mais importantes nas lutas contra os abusos praticados pelos militares e na luta pelos direitos humanos. Ainda no início dos anos de 1970, nos anos mais cruéis da ditadura, sob o general Garrastazu Médici, D. Paulo lutava pelos direitos humanos,

¹¹⁹ Carolina Maria Ruy é a atual diretora do Centro de Memória Sindical, entrevista concedida ao site do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, publicado no site: <http://metalurgicos.org.br/noticias/centrodememoriasindicalpreservaahistoriadostrabalhadores/>.

denunciando mortes e desaparecimento de presos políticos¹²⁰. Em 1975, já arcebispo de São Paulo e atuando ativamente no movimento pela anistia — iniciado pelo Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini¹²¹ —, protagonizou um dos episódios mais emblemáticos da resistência aos crimes da ditadura no Brasil: a celebração do culto ecumênico em memória do jornalista Wladimir Herzog, preso, torturado e morto nas dependências do DOI-CODI.

A Igreja Católica, através dos trabalhos de evangelização nas paróquias de bairros, criou um importante espaço na luta de resistência contra a ditadura. Em torno das paróquias locais, em muitas regiões, havia o esforço de formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)¹²² que facilitaram a organização da população, visando resguardar seus direitos e lutar por melhorias das condições da localidade.

¹²⁰ Dom Paulo não se intimidou diante da repressão do regime militar. Demonstrou grande tenacidade quando defendeu Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia, contra as investidas do governo para expulsá-lo do país. Cabe lembrar que Dom Pedro Casaldáliga foi também um dos primeiros clérigos a sair em defesa dos direitos humanos, com militância em favor das comunidades da região do Araguaia. Na carta *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, de 1971, denunciou as negociatas que o governo implantou através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para aquisições de terras da região amazônica a serem exploradas por grandes indústrias com generosos incentivos fiscais. Como consequência das aquisições de terras pelos proprietários de grandes indústrias, os moradores locais foram expulsos das terras sem qualquer direito ou garantias.

¹²¹ Movimento Feminino pela Anistia criado por 8 mulheres em 1975 e liderado por Terezinha Zerbini, advogada que abrigou clandestinamente vários políticos perseguidos durante a ditadura. O MFPA fez um manifesto no qual recolheu 16 000 assinaturas principalmente em Porto. No final de 1977, a estimativa de exilados políticos era de 10 mil pessoas. Em 1978 foi formado o Comitê Brasileiro pela Anistia já com a adesão de várias entidades e políticos. (KECK, 2010)

¹²² Comunidades Eclesiais de Base – As Comunidades Eclesiais de Base foram formadas em torno da paróquia local e reuniam pessoas da comunidade para discutir os problemas locais. Frei Beto, em seu livro sobre as Comunidades Eclesiais de Base, explica a formação e finalidade: "são comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80 mil comunidades eclesiais de base, congregando cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas" (BETTO, 1986, p. 8).

A mobilização em torno das CEBs criou movimentos populares autônomos como o clube de mães, Movimento contra a Carestia, defesa dos posseiros e seringueiros, loteamentos clandestinos, movimentos pela causa indígena entre outros. O Movimento contra a Carestia, iniciado em 1973, foi um exemplo da forte repercussão do trabalho de organização das CEBs. Em 1977, o Movimento tinha o apoio de mais de 100 bairros da Grande São Paulo, dos clubes de mães, de líderes estudantis das universidades de São Paulo, da Associação de Médicos Sanitaristas, de organizações regionais do partido MDB, da Pastoral Operária, da Frente Nacional do Trabalho, Movimento de Mulheres pela Anistia entre outros. Em 1978, houve um grande encontro realizado na Praça da Sé em São Paulo, em frente à Catedral da Sé, para marcar a finalização do documento em que mais de um milhão e trezentas pessoas assinaram o

Ao lado das Comunidades Eclesiais de Base, havia também os centros pastorais ligados à Ordem Dominicana, que congregavam, em muitas ocasiões, atividades de evangelização da comunidade local e ações em defesa dos direitos humanos. Muitos dos centros pastorais eram ligados aos movimentos de trabalhadores e incorporavam às suas ações as bandeiras de lutas das categorias. Dentre os centros pastorais, o Centro Pastoral Vergueiro, em São Paulo — hoje denominado Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro — era uma instituição de referência, não somente pela relevância da luta de resistência contra o regime como por constituir um importante acervo documental.¹²³ Originariamente, o CPV foi instalado na Comunidade Cristo Operário¹²⁴, onde, desde a década de 1940, os frades dominicanos conduziam um trabalho de evangelização junto aos operários que se reuniam no Círculo Operário do Ipiranga. Paula Salles Ribeiro, em sua dissertação de mestrado apresentada à PUC/SP em 2013, destaca a atuação dos frades e dos colaboradores nas comunidades de bairro de São Paulo como forma de intervenção, sobretudo, política:

Eram forças resistentes e combatentes naquele ambiente de terror e de exploração capitalista, em que o suposto "milagre econômico" estava no auge, e a ditadura militar fazia fortes investidas também na educação, com o Mobral, impondo aos brasileiros uma cultura militar, conservadora e retrógrada. Aqueles resistentes, herdeiros das

documento. Na ocasião a polícia reprimiu a população com violência utilizando da força para dispersar a manifestação. (KECK, 2010, p.76).

¹²³Fundado em 1973, o CPV teve, dentre suas formas de atuação, a preservação da "memória de resistência e organização popular". De acordo com o portal cpvsp.org na web, "Na década de 1970 e 1980, o CPV apoiou a organização de movimentos independentes de governos, Estado, partidos políticos, entidades religiosas, que buscassem a construção da consciência de classe e uma sociedade igualitária, sem exploração. O CPV estava voltado para setores de oposições sindicais urbanos e rurais, de São Paulo e outros estados, grupos de alfabetização e supletivo, pastorais, grupos de bairros. A atuação era engajada e o acervo é resultado dessas ações e relações" (In: <http://www.cpvsp.org.br/cpv.php>, acesso em 20/12/2016). Cabe também lembrar que, naquele momento, os esforços do frei Giorgio Callegari e de Vitor Petrucci, voluntário egresso do curso de Química da Universidade de São Paulo, foram fundamentais para a constituição do acervo do CPV.

¹²⁴ Comunidade Cristo Operário foi construída em um terreno na Avenida Vergueiro, zona sul de São Paulo, onde funcionava o Círculo Operário do Ipiranga. O trabalho de evangelização entre os operários permitiu a criação da Comunidade de Trabalho Unilabor que veio a se ampliar e agregou na década de 1960 artistas modernistas, intelectuais, estudantes e militantes de esquerda. As atividades desenvolvidas pela Comunidade tinham como preocupação a conscientização do trabalhador através do trabalho coletivo que se refletia nas artes, educação e a vivência da administração de uma cooperativa da comunidade. Artistas, arquitetos, designers e paisagistas se reuniram em torno da proposta e construíram o conjunto arquitetônico da Comunidade Cristo Operário, considerado um importante patrimônio cultural de São Paulo, pois possui a Capela Cristo Operário que é considerada a única capela modernista de São Paulo, além de um painel do artista plástico Alfredo Volpi, jardins construídos pelo paisagista Burle Marx e móveis projetados pelo designer Geraldo Barros. A Comunidade Cristo Operário foi tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e tem proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2002. (SALLES, 2013, p. 30 a 32).

experiências do MEB (Movimento de Educação de Base) e de Paulo Freire, pretendiam mudar aquela realidade, com uma atuação educativa transformadora, que, apesar de ser considerada uma via "demasiadamente lenta" para alguns, foi bastante difundida nos bairros de periferia de São Paulo, formando e conscientizando muitos militantes que fariam toda a diferença num momento posterior. Esse trabalho de educação foi um dos componentes do "trabalho de base" ou "trabalho formiguinha", como era chamado, apoiado no trabalho de conscientização, formação de quadros, que não causou grande impacto imediato como as ações nos grupos guerrilheiros, porém, tornou-se um componente fundamental e decisivo, pois agregou forças para, no final da década de 1970, constituir um movimento massivo (SALLES, 2013, p.37).

A criação do CPV resultou de uma iniciativa de frades dominicanos, entre os quais estava frei Giorgio Callegari¹²⁵, em colaboração com estudantes, professores, profissionais liberais e militantes de partidos de esquerda. O histórico de lutas de frei Giorgio Callegari inclui sua prisão, em 1969, pela operação policial "Batina Branca", sob o comando do delegado Sergio F. Paranhos Fleury, do DOPS. A acusação que gerou sua prisão era de que os frades dominicanos forneciam suporte à Aliança Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella. Frei Tito de Alencar¹²⁶ e frei Betto também se encontravam entre os dominicanos que foram encarcerados naquele momento. Após sair da prisão, frei Giorgio Callegari tentou continuar seus trabalhos nas comunidades pastorais, mas foi expulso do país em 1974, quando já atuava na direção

¹²⁵ Frei Giorgio Callegari – frei dominicano nascido na Itália em 5/11/1936, formou-se em Sociologia e, em 1966, veio para o Brasil. Atuou nas comunidades lutando pela volta da democracia e seu trabalho dentro da Igreja estava alinhado à Teologia da Libertação (SALLES, 2013).

¹²⁶ Em 1970, frei Tito ganhou a liberdade e foi incluído na lista de presos políticos que foram trocados pelo embaixador da Suíça Giovanni Bucher, sequestrado pela VPR. No governo Médici, frei Tito foi banido do país, seguindo para o Chile e, depois, para a Itália e França. Em Paris, foi acolhido pelos frades dominicanos e recebeu tratamento médico e psiquiátrico. Em 1974, frei Tito cometeu suicídio aos 28 anos. O psicanalista francês Jean-Claude Rolland, que cuidou de frei Tito em seu exílio, participou de uma conferência no Brasil em 2011 e relatou o sofrimento causado pelo trauma das torturas que frei Tito sofreu na prisão: "No serviço de emergência, onde na época eu era chefe da clínica, me ligaram um dia para pedir se eu poderia ver, em emergência, um residente do Convento de La Tourette, um padre estrangeiro que se recusava há dias voltar para seu quarto e vagava na floresta adjacente sem beber nem comer nem dormir. Chegaram então os três dominicanos acima citados (Roland Ducret, Xavier Plassat e François Génuyt), acompanhando um homem vestido de sua ordem, com rosto lívido, os olhos fixos no chão e perdidos, o corpo desabitado por qualquer vida. O diagnóstico de um estado melancólico hiperagudo era evidente, não era necessário recorrer a uma entrevista que o mutismo absoluto do paciente tornava impensável. Então eu decidi interná-lo. Nunca desaparecerá de mim a imagem estupefaciente que se apresentou a nós: levamos até seu quarto, ele nos seguiu com a resignação de um condenado à morte. Mal tinha entrado, apertou-se contra a parede, mãos no ar como se fôssemos seus assassinos. O assentamos na cama, uma enfermeira entregou-lhe os neurolépticos destinados a atenuar seu terror, ele os recebeu como um veneno que iria por fim aos seus dias (...)" In: "Tratar, testemunhar", palestra proferida por Jean-Claude Rolland no V Colóquio da Associação Primo Levi, em 18/06/2011, publicado na AGEMT – *Agencia de Jornalismo Online Mauricio Tragtenberg*, endereço: <http://agemt.org/?p=827>.

do CPV. As acusações que motivaram a expulsão foram a sua prisão por envolvimento com a subversão (em 1969), sua ligação com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e alguns documentos que mantinha consigo¹²⁷. Após a expulsão de frei Callegari do país, o CPV manteve seus trabalhos de organização do acervo, tendo, a partir de então, frei Romeu Dale como responsável (SALLES, 2013, p. 38). Hoje, o CPV possui um acervo com mais de 100 mil documentos diversos, 77 mil periódicos, 12.500 livros, 550 fitas cassetes gravadas, originários de doações e colaborações de pessoas e instituições como centros de pesquisas de universidades, sindicatos, arquivos públicos, entidades religiosas e empresas da área de comunicação.

Antonina Silveira¹²⁸, funcionária do CPV e sua ativa colaboradora desde o final da década de 1970 participou da mesa redonda "Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura no Brasil" no 3º COLE, com uma comunicação sobre a democratização da leitura e o desenvolvimento do hábito da leitura. Para ela, a perspectiva de democratizar a leitura no Brasil prescindia de dois aspectos fundamentais: a divulgação da produção literária das classes populares e a apropriação da leitura por essas classes a partir de literatura de seu interesse. A produção literária destinada às classes populares eram produções menores e de qualidade sofrível – o que ela chamou de "lixo cultural" –, vendidas em edições de baixo custo. Serviam apenas para manter as classes populares num eterno estado de alienação, por não apresentarem um mínimo de qualidade que permitisse algum conhecimento ou reflexão por parte do leitor. Já publicações de baixo custo não deveriam ser sinônimo de produções de menor qualidade, mas uma possibilidade de oferecer publicações de qualidade com preços acessíveis. Em função disso, lembrava que a Editora do CPV procurava fomentar a produção de livros e impressos de baixo custo e de boa qualidade. Dados apresentados pela convidada mostravam que o CPV produzia, naquele período, cerca de 300 títulos

¹²⁷ Tratava-se do relatório "Projeto de despesas e manutenção do Centro Pastoral Vergueiro". Para mais informações sobre o assunto, vide: SALLES, Paula R. *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro Pastoral Vergueiro* (São Paulo/SP, 1973 – 1989), dissertação de mestrado, Pontifícia Católica de São Paulo, 2013. Pouco tempo depois, frei Callegari retornou clandestinamente ao Brasil para continuar seu trabalho nos bairros periféricos. Ao final da década de 1970, fundou o Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima – CEPE – localizado no litoral de São Paulo. Para informações sobre o CEPE – Centro Ecumênico de Pesquisas e Estudos Frei Tito de Alencar Lima, vide: <http://www.cepe.org.br/index.html>.

¹²⁸ Antonina Silveira era funcionária do CPV desde o final da década de 1970. A equipe da qual fez parte organizou o acervo e o Departamento de Publicações do CPV. Nesse período, o acervo da instituição passou por uma reestruturação na organização dos documentos, na produção e recolha de materiais produzidos nos movimentos sindicais – documentos, impressos, etc. Isso contribuiu para que a instituição se tornasse, com o passar dos anos, um centro de memória dos movimentos sindicais. Além das pesquisas documentais, o CPV publicou várias obras a preços populares. (SALLES, 2013).

de livros e revistas que eram vendidos para a comunidade da Pastoral, com tiragem para cada título entre 3 a 5 mil exemplares por mês. O preço para venda das publicações não poderia passar de 40 cruzeiros por exemplar, pois o poder aquisitivo do trabalhador não permitia um preço maior. Com relação a esse parâmetro, os exemplares da coleção *Primeiros Passos* da Editora Brasiliense, embora considerada uma edição de menor custo, estaria acima da capacidade de compra do trabalhador, pois o preço estimado seria de 180 cruzeiros cada exemplar. Outro fator que dificultaria o acesso da população viria na linguagem utilizada na maior parte das produções literárias e acadêmicas, havendo, por isso, a necessidade da utilização de uma linguagem de fácil compreensão. Como exemplo, Antonina Silveira citava a edição em quadrinhos sobre a história do Brasil editada pelo CPV¹²⁹.

Os debates da primeira mesa-redonda do 3º COLE colocavam em evidência a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade da população acerca dos hábitos de leitura. Dados gerais como índices de vendas de livros e edições publicadas não seriam suficientes para compor uma realidade sobre os hábitos de leitura da população, especialmente se o interesse considerasse as camadas da população que não tinham recursos para o acesso aos objetos culturais. O debate em torno da democratização da leitura, tema fundamental do 3º COLE, somente teria sentido se o acesso aos objetos culturais que fazem parte da formação do hábito de leitura, o livro e outros impressos, fosse também democratizado. Ao lado disso, a leitura, concebida no senso comum como parte do lazer da população, concorria com outros veículos de comunicação de massa que se mostravam mais persuasivos e imperativos, como os programas transmitidos pelas grandes emissoras de TV e que veiculavam, em geral, conteúdos que nada contribuía para um enriquecimento cultural da população.

Tais aspectos e temas estiveram presentes nas discussões realizadas na mesa redonda "Leitura e Classe Trabalhadora", sob a coordenação do professor Moacyr Gadotti e realizada no terceiro e último dia do congresso. Entre os convidados da mesa estavam o professor e pesquisador Octavio Ianni, Luis Schwarcz, à época editor da Editora Brasiliense, o escritor e jornalista Sergio Caparelli, o sindicalista Francisco Caravante, representando do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Durval A. Ferreira

¹²⁹ 3CFR#001 - Arquivos Sonoros do acervo da ALB. OBS: a comunicação de Antonina Silveira não está publicada nos Resumos do 3º COLE.

de Carvalho, representante do Sindicato de Metalúrgicos de Campinas, e Álvaro Caropreso¹³⁰, jornalista e diretor do jornal *Movimento*.

Os representantes dos sindicatos que participaram da mesa corroboraram muitas das posições defendidas anteriormente por outros expositores a respeito do hábito de leitura entre as classes trabalhadoras. Reafirmaram, sobretudo, que aos trabalhadores restavam as publicações de baixa qualidade – nomeadas anteriormente "lixo cultural" por Antonina Silveira –, revistas e jornais sensacionalistas, romances de bolso com conteúdo pasteurizado (como *Sabrina*, *Julia* etc.), ou seja, edições de segunda linha e com baixo preço para consumo. Embora as condições existentes fossem adversas para o desenvolvimento do hábito de leitura de grande parte da população, houve um tipo de publicação, como lembramos já de passagem, que marcou a prática de leitura entre trabalhadores das indústrias, os jornais produzidos pelos sindicatos. Distribuídos gratuitamente e ofereciam informações sobre os movimentos e as reivindicações da categoria cumprindo seu papel ao oferecer informações que

¹³⁰Octavio Ianni formou-se em Ciências Sociais pela USP e integrou o corpo de assistentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Aposentado compulsoriamente pelo AI-5, foi professor da PUC de São Paulo e pesquisador do CEBRAP. Em 1997, foi reintegrado ao quadro de professores da USP, mas por conflitos internos na FFLCH decidiu transferir-se para a UNICAMP onde recebeu o título de Professor Emérito. Foi considerado um dos mais importantes sociólogos no Brasil ao lado de Florestan Fernandes. Faleceu em 04 de abril de 2004 (<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoao/octavio-ianni>). Luís Schwarcz trabalhou na Editora Brasiliense desde 1978 onde foi editor e diretor da empresa. Em 1986 fundou a Editora Companhia das Letras junto com a esposa Lilia Moritz Schwartz e em 1990 o grupo empresarial da família Moreira Salles adquiriu 33% das ações da Companhia das Letras (HALLEWELL, 2005, 662).

Sergio Caparelli foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da PUC do Rio Grande do Sul, além de jornalista e escritor de literatura infantil e juvenil. Foi vencedor de quatro edições do Prêmio Jabuti – 3 de literatura infantil e um de Ciências Humanas. (MELO, RAHDE, 1997, p.179).

¹³⁰ Francisco P. G. Caravante nasceu em 22/10/1942 e entrou para a Petrobrás em 1971. Em 1972, com o início das atividades da Refinaria de Paulínia, ali serviu como petroleiro. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Petroleiros de Campinas em 1973 junto com Jacó Bittar (prefeito de Campinas de 1988 a 1992 e fundador do PT). Esteve no sindicato até 1983 quando foi cassado. Aposentou-se em 1992 (dados retirados de <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/a-militancia-sindical-da-petrobras-97758>)

Durval A. Ferreira de Carvalho foi metalúrgico e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas na gestão de 1978 a 1981. Exerceu o cargo de Secretário Municipal durante a gestão do prefeito Antônio da Costa Santos em Campinas (dados de <http://www.campinas.sp.leg.br/comunicacao/noticias/2014/titulo-de-cidadao-campineiro-sera-entregue-nesta-terca-feira>)

Álvaro Caropreso é jornalista e foi colaborador do jornal *Movimento*. Autor do livro *Eleições do Brasil pós-64* juntamente com Raimundo Pereira e Jose Carlos Ruy. Na época do fechamento do *Movimento* exercia o cargo de diretor do jornal. Recentemente, em 2016, a Unicamp presta homenagem aos membros da comunidade que sofreram violência durante o regime militar em função da militância política em prol da redemocratização do país. Entre os homenageados está Álvaro Caropreso, seu nome foi inscrito na placa em homenagem às vítimas do regime militar que pertenciam à comunidade universitária e instalada ao lado da placa que reproduz a ata de lançamento da pedra fundamental de fundação da Unicamp em 1966 (<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/03/18/com-placa-unicamp-homenageia-vitimas-da-ditadura-militar>)

contribuíam para a formação política e cidadã do trabalhador. Outra prática assinalada pelos representantes de sindicatos participantes da mesa-redonda, referia-se à aquisição de jornais e impressos do circuito comercial compartilhados pelo grupo de trabalhadores, expediente que possibilitava a leitura dos jornais de grande circulação.

Francisco Caravante procurou, em sua intervenção, lembrar a realidade de trabalhadores que, em sua maioria, enfrentavam longas jornadas, recebendo salários que não atendiam às suas necessidades básicas. Para ele, tratava-se de uma realidade concreta que lhes impunha um lazer limitado, invariavelmente associado aos programas de TV. Nesse sentido, retomava as reflexões de Ecléa Bosi sobre os hábitos de leitura entre operárias de São Paulo. Caravante lembrava ainda o fato de que, em razão da censura sobre os veículos de comunicação, tudo o que era veiculado vinha, em larga medida, distorcido; pouco correspondendo à verdade (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.44). Evidentemente, tratava-se de uma realidade muito desfavorável, sobretudo se considerarmos que, ao longo dos anos, a televisão continua sendo o mais poderoso veículo de comunicação (com qualidade duvidosa) entre a população.

Diante desses elementos, o professor Octavio Ianni fez uma análise na qual procurou acrescentar novos ângulos de observação. Para ele, a importância das lutas operárias no sentido de conquistar sua emancipação política e social era inegavelmente legítima e necessária; no entanto, as mudanças reclamavam também um processo de aquisição de novos elementos culturais, ou seja, uma nova maneira de pensar e agir. Desse ponto de vista, o professor chamava a atenção para um movimento dinâmico e dialético em relação à cultura popular, que incorporava elementos da cultura burguesa ao patrimônio cultural existente das classes populares.

Ocorre que a emancipação da classe operária, em termos sociais, econômicos e políticos, compreende, também, a sua emancipação cultural. Toda atividade da classe operária, na fábrica e fazenda, cidade e campo, envolve tanto a sua cultura como a cultura burguesa. Na casa e igreja, assembleia e comunidade, sindicato e partido, a atividade operária implica a produção e reprodução de ideias, noções, explicações. O reconhecimento das condições de vida, bem como a sua crítica, tem muito a ver com a língua, educação, leitura, informação, debate (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.46).

Segundo Ianni, a organização dos operários se constitui na "dialética entre passado e presente", na qual se forma uma "teia das condições da consciência real e

possível". É necessário reconhecer o patrimônio cultural das classes populares, patrimônio que compõe um "universo de linguagens, representações, imagens, ideias, noções, explicações que obviamente constitui um acervo fundamental". Esse universo da cultura popular faz parte da história social e cultural da população e a questão da leitura estaria implicada nesse contexto cultural – para que a leitura se realizasse, seria preciso que seu conteúdo tivesse uma ressonância entre seus leitores. Toda aquisição, segundo ele, poderia vir a se tornar uma prática ou uma "força social", mas desde que ela pudesse "ressoar no seu modo de viver, pensar e atuar". Todo novo conhecimento somente se efetivaria "se [respondesse] e [correspondesse] aos elementos e articulações culturais inerentes às condições de vida e trabalho" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.46)¹³¹.

A análise do professor Octávio Ianni trazia uma nova perspectiva a respeito da questão da leitura sob a luz da concepção de cultura popular. A mescla de elementos da cultura burguesa a uma cultura própria e de tradições das classes populares seria definida pelo movimento dialético que permitiria a incorporação de novos elementos aos elementos já existentes ou até o reconhecimento do antagonismo entre esses elementos culturais, pois, segundo Ianni, muitas vezes "uma aparece no espelho da outra" e seu reconhecimento possibilitaria "tornar qualquer nova aquisição cultural em prática, em força social" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.46). A noção de cultura popular implica a compreensão de uma cultura amalgamada e produzida dialeticamente, mas que mantivesse sua distinção e propriedade. É justamente nesse pensamento dialético que o alcance dos textos e o ato de ler deveriam ser compreendidos.

¹³¹ Importante anotar que as concepções do professor Ianni se referem ao momento de mudanças na sociedade brasileira naquele momento. Catani, em artigo, explica que as preocupações de Ianni se dirigem aos movimentos revolucionários, especialmente, na América Latina, e as mudanças culturais que ocorrem em decorrência dos movimentos. Segundo Catani, na obra *Revolução e Cultura*, expõe essas preocupações: "[...] a análise desses problemas ajuda na explicação das revoluções, bem como levanta tópicos importantes para o estudo das ciências sociais, das artes, da filosofia, dos movimentos sociais e dos partidos políticos. Segundo o autor, "toda revolução abre novos problemas de cunho cultural, ao mesmo tempo em que recoloca as implicações culturais das lutas sociais passadas. Além de abrir perspectivas novas, cada revolução redescobre o passado e o presente " (CATANI, 1985, p. 9). Uma das ideias centrais desta obra é a de que, nas ocasiões revolucionárias, a cultura também acaba sendo colocada em xeque, simultaneamente com as condições sociais, econômicas e políticas. A partir dessa perspectiva, vários aspectos da história cultural dos países latino-americanos podem ser examinados: "civilização, barbárie e exotismo; a revolução burguesa e a questão nacional; as relações da ciência, arte e filosofia com os movimentos da sociedade; o compromisso e a distância entre o intelectual e as lutas sociais; as diferenças e as relações entre cultura 'erudita' e 'popular'; o romance da tirania; a transformação das ideias em forças sociais; a cultura do socialismo; a contribuição das revoluções de base operário-camponesa para a teoria da revolução socialista" (p. 9/10)" (CATANI, 1985)

Embora a concepção de cultura popular, como a do professor Ianni apontasse para uma perspectiva mais ampliada sobre o tema leitura, o COLE também contou com comunicações voltadas aos materiais escolares, sobretudo aos textos escolares que se destinam ao aprendizado da leitura, visando analisar questões relativas aos aspectos culturais dos conteúdos trabalhados nas escolas. De acordo com os Resumos do 3º COLE, podemos identificar quatro pesquisas que consideraram o contexto cultural dos alunos como determinante no processo de aprendizagem: dois deles se referindo à questão da linguagem utilizada pelos materiais escolares e outros dois voltados aos recursos utilizados nas atividades destinadas à leitura desenvolvidas junto a bibliotecas municipais.

Em relação à primeira abordagem, a linguagem utilizada pelos materiais escolares, a pesquisa intitulada "Processo de elaboração de uma cartilha", de autoria de Denise Costa Lima da Rocha e Maria da Conceição Maia Rebouças, ambas da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, apresentou um projeto de pesquisa realizado pela Secretaria de Educação de Sergipe, cujo propósito foi a elaboração de uma cartilha de alfabetização para alunos da zona rural daquele estado. Como um dos suportes principais, as autoras realizaram um levantamento extenso em dois municípios localizados na zona rural do estado de Sergipe, abordando diversos aspectos como informações socioeconômicas dos alunos, estudo socioeconômico, político e cultural da região e levantamentos sobre questões relacionadas aos materiais didáticos utilizados, universo vocabular dos alunos e temas que pudessem contemplar os interesses, problemas e necessidades da comunidade local. Uma segunda comunicação que demonstrou a mesma preocupação foi o trabalho intitulado "A identificação e o uso de palavras em livros didáticos", de Sarita Maria Afonso Moysés, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O interesse de Sarita Moysés estava voltado à verificação de como o universo vocabular apresentado nos textos dos livros didáticos na área de Comunicação e Expressão da 2ª série do 1º grau era assimilado. Os resultados mostravam o descompasso entre a linguagem utilizada nos livros e a realidade vivenciada pelos alunos, que prejudicava o desempenho dos alunos, pois grande parte demonstrava não assimilar os significados de palavras utilizadas nos livros.

As comunicações "Animação sociocultural" de autoria de Alzira A. Schubsky¹³² e "Atividades de animação de leitura" de Ligia Morrone Averbuck¹³³ trouxeram novas práticas de leitura associadas aos aspectos culturais e que buscavam ampliar o ato de ler a uma ação contínua de discussão e conscientização a respeito da realidade vivenciada pelo leitor. Na comunicação "Atividades de animação de leitura", Ligia Averbuck apresentava métodos que procuravam "dinamizar e aprofundar a leitura, através de práticas ativas, de discussões e outras técnicas de grupo"; eram técnicas com o objetivo de estimular a discussão dos textos selecionados de acordo com seus interesses e realidade (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.51). As atividades contavam com a participação do animador sociocultural cuja função principal era mediar os debates; sua tarefa consistia em organizar e trazer informações ou elementos para a discussão de modo que a reflexão se tornasse um processo de esclarecimento e de conscientização política e social de cada indivíduo. As comunicações de Alzira Schubsky e Ligia Averbuck integravam o projeto Centro de Leitura, promovido pela Delegacia do Ministério da Educação e Cultura no Rio Grande do Sul e pela PUC do Rio Grande do Sul. O projeto organizou, junto às bibliotecas públicas e as salas de leitura do estado, os Centros de Leitura que se constituíam como núcleos de "dinamização cultural" e reuniam "membros interessados da comunidade para oferecer condições materiais para a discussão crítica e o lazer" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.51).

Na comunicação "Centro de Leitura: exigência social e resposta comunitária", da professora da PUC do Rio Grande do Sul Regina Zilberman¹³⁴, podemos encontrar as razões e princípios nos quais o projeto dos Centros de Leitura se apoiou. Segundo Zilberman, as atividades eram organizadas por grupos de voluntários que promoviam o debate entre os membros do grupo, priorizando as preferências literárias e interesses dos participantes, pois eram esses os critérios que podiam

¹³² Alzira A. Schubsky integrou o projeto Centro de Leitura organizado pela Delegacia do Ministério da Educação e Cultura e PUC do Rio Grande do Sul (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.51)

¹³³ Ligia Morrone Averbuck foi professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, 68).

¹³⁴ Regina Zilberman é professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No período de realização das primeiras edições dos COLEs atuava como professora na PUC do Rio Grande do Sul. Dedicou-se aos estudos e pesquisas em literatura, especialmente, à literatura infantil e literatura rio-grandense. É autora de Literatura Infantil Brasileira: História & Histórias juntamente com a prof^a Marisa Lajolo em 1984, livro que se tornou referência no tema. Além dele, Regina Zilberman publicou Leitura em crise na escola: as alternativas do professor (1981), Ensino da Literatura no segundo grau (1986), entre outros (<http://lattes.cnpq.br/4665308843785788>).

determinar as escolhas em relação ao acervo, atividades, frequência e especificidades dos encontros para cada grupo. Assim, os Centros de Leitura pretendiam ser uma "resposta espontânea e coletiva da comunidade aos problemas culturais que a inquietam de perto" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.49).

O projeto começou a ser implantado no início do ano de 1981, através da formação de um grupo com 40 orientadores, no qual atuavam bibliotecários e funcionários de bibliotecas. Esses orientadores eram responsáveis pelos Centros de Leitura distribuídos em 15 cidades no estado do Rio Grande do Sul e instalados em bibliotecas públicas de cada cidade participante (DIÁRIO DO POVO, 1981, p.5). O trabalho de organização das bibliotecas participantes foi coordenado pela Biblioteca Pública do Estado e a capacitação dos profissionais foi organizada por profissionais da área de biblioteconomia, psicólogos e professores da PUC do Rio Grande do Sul (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.52-55). De acordo com a reportagem publicada no jornal *Diário do Povo*, 50% dos Centros de Leitura projetados já estavam em funcionamento e outros 25% encontravam-se em fase de implantação; o restante ainda enfrentava dificuldades financeiras e burocráticas para sua organização e implantação (DIÁRIO DO POVO, 1981, p.5). A experiência do projeto Centro de Leitura, do Rio Grande do Sul, trazia de forma concreta uma metodologia para a construção de espaços para leitura em bibliotecas públicas, constituindo locais que representavam a oportunidade de agregar pessoas em torno da leitura e reconduzir um sentido e experiência da leitura esquecidos. Importante lembrar que o tema e a perspectiva sobre os espaços das bibliotecas, especialmente as bibliotecas escolares, configuraram uma preocupação entre os educadores e bibliotecários já desde o primeiro COLE em 1978. Como podemos notar no 3º COLE o tema viria já com novas abordagens e propostas para a reflexão sobre a formação de espaços que possam contribuir para a formação do hábito de leitura.

Alguns trabalhos apresentados durante o 3º COLE traziam referências às concepções que remontam a experiência inovadora do projeto do Departamento de Cultura, em meados da década de 1930, implementado pelo escritor Mario de Andrade quando estava à frente do departamento, em particular à concepção de bibliotecas como lugar do conhecimento e cultura e o bibliotecário como agente difusor do hábito da

leitura¹³⁵. Na comunicação intitulada "Leitura e cultura popular", Sonia Mara S. Gonçalves da Silva, da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, definiu o papel do bibliotecário como o de um "intelectual orgânico que vai desenvolver um trabalho de conscientização se articulando com as classes populares, orientando as leituras, organizando recortes de jornais que sejam de interesse da classe" (CONGRESSO DE LEITURA, 1981, p.117).

¹³⁵ A criação do Departamento de Cultura de São Paulo se deu pelo Ato nº 861 de 30 de maio de 1935. Idealizado por um grupo de intelectuais de São Paulo, liderados por Mário de Andrade, o Departamento visava criar estruturas que facilitassem o acesso da população aos bens culturais. Segundo Antônio Candido, o projeto visou "não apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas" (CANDIDO In: DUARTE, 1985). Mário de Andrade foi o primeiro diretor e também responsável pela Divisão de Expansão Cultural, onde estruturou e dinamizou as salas de concerto, o Teatro Municipal e criou a Discoteca Pública, sob a direção de Oneyda Alvarenga. A contribuição de Mário de Andrade para o Departamento foi, por inúmeros motivos, de suma importância. Estudioso e pesquisador da cultura popular, ele recolheu uma extensa coleção de canções folclóricas (fruto de suas pesquisas pelos estados do nordeste brasileiro) e as destinou ao acervo da Discoteca Pública. Como chefe da divisão de Expansão Cultural, instituiu as sessões gratuitas de cinema, dos concertos de música erudita e popular, óperas e peças de teatro com o propósito de facilitar o acesso da população, especialmente às camadas mais populares. A Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura mobilizou especial atenção de Mário de Andrade e de seus colaboradores. Rubens Borba de Moraes, intelectual de sólida formação acadêmica e bibliófilo, consolidou o plano de estabelecimento de uma rede de bibliotecas públicas na capital paulista. Além de organizar projetos de bibliotecas que oferecessem acesso à população dos bairros e da periferia de São Paulo, Rubens Borba de Moraes incorporou a Biblioteca Pública Municipal, já existente, à Divisão de Bibliotecas, e, como metas do projeto cultural e educacional do Departamento, foram criadas a Biblioteca Infantil, a Biblioteca Circulante e as Bibliotecas Populares. A criação da Biblioteca Infantil se deu em 14 de abril de 1936 e ficou sob a responsabilidade de Lenyra Camargo Fraccaroli até 1961, quando se aposentou. A Biblioteca Infantil foi instalada, inicialmente, na Rua Major Sertório, centro de São Paulo, e contava com atividades como hora do conto, sessões de cinema, sala de jogos, sala de revistas, coleções de moedas e selos. O escritor Monteiro Lobato foi um ativo participante das atividades da Biblioteca Infantil e, estimulado pelo projeto, comparecia à Biblioteca para contar histórias para as crianças. Posteriormente, a Biblioteca Infantil, em homenagem ao escritor, adotou seu nome. Uma das realizações importantes da Biblioteca Infantil, e que vale a pena ser lembrada, era a produção de um pequeno jornal, *A Voz da Criança*, feito pelos pequenos leitores. A frequência da Biblioteca contava com grande público, e, com o aumento da participação do público infantil, foi necessário transferir suas instalações para outro local até que, em 1950, a Biblioteca ganhou uma sede definitiva. A experiência da Biblioteca Infantil foi muito bem sucedida, permitindo que outras bibliotecas infantis pudessem ser projetadas. Segundo Paulo Duarte, constava do projeto original dos Parques Infantis a instalação de bibliotecas para as crianças nos parques infantis criados na cidade (DUARTE, 1985). A finalidade das bibliotecas populares era oferecer suportes para "orientar o povo em suas leituras, um serviço cultural destinado a promover cursos de vulgarização e conferências e a formar associações de caráter educativo" (DUARTE, 1985, p.75).

Dessa forma, desenhou-se um projeto cuja finalidade maior era a difusão da cultura como meio para a formação cidadã. Por essa razão, Mário de Andrade afirmava que as bibliotecas populares seriam "necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira", pois acreditava que a "disseminação no povo do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz da vontade própria, menos indiferente à vida nacional" (ANDRADE, 1957, p. 3). Podemos considerar que o Departamento de Cultura foi muito mais que uma instância de gestão pública; foi, para todos os efeitos, uma instância aglutinadora e difusora da cultura e, segundo Antônio Candido, "[feita] para pesquisar, divulgar e ampliar ao máximo a fruição dos bens culturais, – desde o requinte dos quartetos de corda até o incentivo às manifestações folclóricas, desde a pesquisa sociológica e etnográfica até a recreação infantil pedagogicamente orientada" (CANDIDO, in: DUARTE, 1985).

Ana Maria Cardoso de Andrade, da Universidade Federal de Minas Gerais, em sua comunicação "Reflexões sobre leitura e biblioteca", fez referência a Mário de Andrade, corroborando a importância do papel das bibliotecas e o alcance dos serviços bibliotecários junto à população, afirmando que as bibliotecas deveriam proporcionar um espaço de convivência junto às comunidades, desvincilhando-se do seu caráter elitista para oferecer serviços que possam contribuir para a educação da comunidade, "privilegiando sua condição de centro cultural e científico" (CONGRESSO DE LEITURA, 1981, p.91).

Na comunicação "Leitura no Brasil: seus problemas fundamentais", Sonia Maria T. de Hanai, também da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos defendeu a importância das bibliotecas escolares assumirem a condição de espaços dinâmicos, e não somente espaços onde os livros são acumulados. Para ela, as bibliotecas escolares deveriam ser instâncias facilitadoras do desenvolvimento da leitura junto aos alunos e o bibliotecário deveria assumir seu papel como agente social de mudanças; alguém que proovesse orientações de leituras facilitasse o desenvolvimento do hábito de leitura entre alunos (CONGRESSO DE LEITURA, 1981, p.57).

Além das comunicações citadas, outros trabalhos apresentados no 3º COLE fizeram referência às bibliotecas escolares como meio para o desenvolvimento do hábito de ler entre alunos e a necessidade de se instalar um maior número de bibliotecas nas escolas. Na maioria dessas comunicações, dois aspectos obtiveram consenso: 1) a necessidade de expansão do número de bibliotecas escolares; 2) os impedimentos criados pelo poder público em relação à disponibilidade de recursos que frustravam essa potencial expansão.

Um exemplo de como o encolhimento das verbas públicas para a educação produz, invariavelmente, consequências negativas para a qualidade do ensino, o que parece ser um problema crônico no Brasil, veio na comunicação "Implantação de bibliotecas escolares – relato de uma experiência", de Maria Helena Werneck, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Em sua comunicação ela trouxe um exemplo sobre o projeto para implantação de bibliotecas escolares que tivera início em 1977 no Rio de Janeiro. Embora o projeto tivesse definido detalhadamente o plano de implantação de bibliotecas escolares para escolas do 1º grau, ele não pôde ser encaminhado em razão da falta de recursos do Estado para esse fim (CONGRESSO DE LEITURA, 1981, p.96-101). A crise da leitura, principal questão apontada pelos

debatedores do 3º COLE, configurava um cenário realmente complexo e com muitas variáveis. Essa predominância estava de certa forma, prevista pelos organizadores do congresso que nele viram uma instância capaz de estimular a reflexão a respeito de alternativas para o problema e o próprio tema geral – "Lutas pela democratização da leitura no Brasil" – apontava essa perspectiva.

A mesa redonda "A formação do leitor infantil", realizada no segundo dia do 3º COLE, elegeu a perspectiva da literatura infantil como base para a reflexão acerca das lutas pela democratização da leitura, relacionando-a às condições que se apresentavam para a formação do pequeno leitor. A professora Regina Zilberman, que coordenou a mesa, deu início aos trabalhos apresentando um cenário das condições econômicas e políticas do país, cenário que se constituiu como ponto de partida para a discussão do problema da formação literária da criança. No seu ponto de vista, o "milagre econômico", propalado por muitas vozes, teria produzido, na realidade, um "aumento vegetativo dos consumidores prováveis de bens culturais". Para ela, o problema da expansão do ensino público em razão da reforma instituída em 1971 e os programas de incentivo à leitura e popularização do livro eram pontos importantes tanto para debater as iniciativas propagandeadas pelo poder público em prol da educação e da cultura quanto para o próprio debate a respeito da formação literária da criança. Havia, sem dúvida, o crescimento da produção e oferta de livros; entretanto, essa verdade não estava livre de contradições: afinal, nem sempre a expansão do mercado significa ganhos reais no que diz respeito às necessidades de ensino das crianças.

Em suma, discutir a formação do leitor infantil não significa tão-somente constatar uma crise da leitura, decorrente da evasão dos leitores após uma certa faixa etária. O tema suscita, antes de mais nada, uma tomada de posição relativamente ao sentido da ação de ler, já que está associada a ela um elenco de contradições, oriundo da organização específica da sociedade brasileira, de um lado, e da sociedade burguesa, de outro. E será esta via de reflexão que poderá abrir caminhos para a proposição de um novo modelo de intercâmbio entre a criança e o livro, segundo o qual ter-se-á meios eventualmente de suplantar os desvios que, também a nós, adultos, produzem conflitos e incertezas (CONGRESSO DE LEITURA, 1981, p.33).

Também sob essa perspectiva, a professora Ligia Morrone Averbuck alertava para o fato de que a expansão e oferta dos bens culturais não significava uma solução para a crise da leitura; ou seja, "o aumento da massa de leitores [era] apenas um suporte físico para a expansão da cultura, já que [persistiam] as desigualdades para a

apropriação da cultura" e, portanto, apenas "o aumento do número de leitores não [significaria] a democratização do hábito da leitura". Por sua vez, a escola representaria a instância que reproduz modelos sociais e, como tal, seria necessário repensar seu papel, pois "a crise da leitura é uma crise da escola e aponta as dúvidas quanto à sua viabilidade como difusora de padrões culturais e sua possibilidade de preencher espaços sociais" (CONGRESSO DE LEITURA, 1981, p.36).

A exposição da professora Marisa Lajolo, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, trouxe abordagens complementares sobre a questão da crise da leitura, destacando uma rede de relações complexas que envolviam o problema. Segunda ela, a expansão desordenada do número de alunos da rede de ensino e a falta de capacitação dos professores "puseram nas mãos da indústria editorial o que, quando e como ler", o que significava criar um hábito de consumo de livros e não de leitura. A escola tinha se tornado um espaço para o *marketing* estratégico das editoras e, também, dos escritores, que, para manter o mercado, acabavam ocupando os espaços escolares com assessoria pedagógica patrocinada pelas editoras. O livro, dentro dessa lógica, passaria a ser um mero objeto de consumo apresentado numa vitrine cultural com "fortes marcas de sua classe de origem". Marisa Lajolo defendia uma concepção da leitura como exercício da crítica, desmistificada e reincorporada a uma prática de leitura que tivesse o sentido lúdico, pois considerava que "reaprender a linguagem do prazer, reconhecê-la e desenvolvê-la é uma forma de resistência a uma concepção utilitária (burguesa) de leitura". Acrescentava ainda que seria necessário maior número de pesquisas sobre leitura e sobre a história do livro no Brasil para a compreensão de um contexto histórico que permitisse sair da "esfera da experiência pessoal, da estratégia milagrosa, da solução autoritária" (CONGRESSO DE LEITURA, 1981, p.39).

Outra convidada da mesa foi a professora Maria Antonieta A. Cunha¹³⁶, representando a Livraria e Editora Miguilim¹³⁷. Em sua exposição, ela abordou a crise da leitura e os problemas das publicações dedicadas às crianças, ressaltando a falta de

¹³⁶ Maria Antonieta A. Cunha foi titular da Secretaria da Cultura de Minas Gerais, presidente da Fundação Cultural de Belo Horizonte, professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, escritora e editora (CUNHA, 2015).

¹³⁷ Livraria e Editora Miguilim foram fundadas em 1980, em Belo Horizonte, por um grupo de professoras descontentes com a qualidade das publicações para crianças naquele período. Publicou autores como o premiado Bartolomeu Campos Queiroz e Terezinha Alvarenga, autora da premiada obra infantil *A mãe da mãe da minha mãe*. Segundo Hallewel, 34 editoras brasileiras produziam livros para crianças no final dos anos de 1970: um terço delas lançava mais de dois títulos por ano e apenas três editoras publicavam exclusivamente literatura infantil: Salamandra, Miguilim e Verbo (HALLEWEL, 2005, p.696).

profissionais especializados em publicações infantis no Brasil, lacuna que comprometia a qualidade das edições publicadas. Em geral, as editoras que tradicionalmente publicavam obras para o público adulto começavam também a investir no setor infantil e juvenil e, pela pouca experiência na área, cometiam erros na produção de livros para crianças. As livrarias, da mesma forma que as editoras, precisariam adaptar seu espaço para receber crianças e oferecer uma variedade maior de títulos. Cabe notar o trabalho desenvolvido pela Livraria Miguilim cuja finalidade era atender o público infantil através de atividades lúdicas, dispondo de acervo variado em literatura infantil. A Miguilim também oferecia atendimento aos pais, professores e bibliotecários, com orientações sobre as escolhas de obras e a organização de espaços para leitura; além disso, mantinha espaço para troca de livros entre os leitores, promovia feiras de livros infantis e campanhas de doações de livros para as escolas no estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO 3 - SÍTIO CARREGADO DE MEMÓRIAS MÚLTIPLAS: fundação da ALB e as artes de fazer

1. Fundação da Associação de Leitura do Brasil (ALB) em 1981.

A criação da Associação de Leitura do Brasil foi decidida em assembleia com a participação dos congressistas do 3º COLE realizada no salão nobre da PUC de Campinas nos dias 13 e 14 de novembro de 1981. Os debates da assembleia deram continuidade às pautas discutidas durante o congresso e resultaram no consenso sobre a importância de uma instância como a ALB, que articulasse e divulgasse, sobretudo para os professores e para os demais profissionais ligados à educação, os trabalhos e pesquisas sobre leitura desenvolvidos em várias regiões do país. Essa disposição de dar continuidade aos trabalhos dos Congressos de Leitura já estava sendo gestada desde a primeira edição do COLE. Os participantes puderam manifestar suas impressões sobre o congresso e tecer sugestões para o próximo evento através de uma enquete realizada pelos organizadores do congresso, como aponta o Relatório de Avaliação: “[pela] criação de uma comissão que dê continuidade aos trabalhos iniciados, na forma de assessoria aos professores e bibliotecários” e “[pela] divulgação periódica de pesquisas realizadas na área de leitura” (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1978).

A Associação de Leitura, como foi denominada no Relatório de Avaliação, seria constituída pelos participantes do congresso e sua finalidade básica organizar e promover ações que viessem a compor um programa em prol da leitura. O Relatório destacava ainda algumas atividades relacionadas pelos congressistas e poderiam fazer parte da agenda da futura associação.

- a. Publicação de uma revista especializada;
- b. Organização de congressos e seminários;
- c. Pesquisas sobre leitura;
- d. Implantação de bibliotecas escolares;
- e. Cursos de atualização.

A proposta de criação da Associação de Leitura incluía ainda a constituição de um Centro de Leitura e, embora, o Relatório não detalhasse a proposta de criação das duas instâncias – a Associação de Leitura e o Centro de Leitura –, pudemos apurar, através dos documentos que compõem o acervo da pesquisa, alguns indícios que remontam à origem das propostas. Dentre esses documentos consultados está o plano

bienal do Departamento de Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da Unicamp (DEME) para o biênio 1978-1979, detalhando alguns projetos referentes às propostas de criação de uma associação de leitura e do Centro de Leitura. O plano bienal definia diretrizes das atividades do DEME, objetivando a pesquisa, a docência e a prestação de serviços à comunidade local, ou seja, o esforço conjunto de professores e alunos de graduação e pós-graduação da Faculdade para desenvolver atividades de pesquisas e facilitar a divulgação do conhecimento científico. Resultado das discussões entre os professores do Departamento realizadas durante o ano de 1977, o plano bienal projetava a criação de dois programas para duas grandes áreas de atuação dos docentes: a formação profissional dos graduandos e o estudo sobre os materiais didáticos produzidos no país. Um dos aportes foi o Programa Material Didático (PROMADI), cujo interesse estava voltado às questões sobre o material didático produzido no país, envolvendo aspectos da produção, análise e avaliação. Os objetivos do PROMADI foram estabelecidos no plano bienal da seguinte forma:

- a) Formar especialistas, em nível de pós-graduação, em produção, análise e avaliação de comunicação e divulgação de conhecimento científico, especialmente de material didático para o ensino de 1º, 2º e 3º graus;
- b) Pesquisar estratégias e criar sistemas que viabilizem a diminuição do intervalo de tempo entre a produção de conhecimento científico original e a comunicação, divulgação e consumo desse mesmo conhecimento;
- c) Constituir acervo de material didático para o ensino de 1º, 2º e 3º graus e de pesquisas relativas à produção, análise e avaliação de comunicação e divulgação de conhecimento científico veiculado por material didático (FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UNICAMP, 1978-1979).

A defasagem de conteúdos que não atendiam às expectativas e necessidades dos alunos das escolas de 1º e 2º grau, provocando uma série de problemas no processo de aprendizagem, estava em primeiro plano. Em vista disso, foram empreendidos vários projetos de pesquisas contemplando diferentes disciplinas do currículo escolar como matemática, geografia, ciências. A leitura era também objeto de estudo no projeto "Análise das atividades de leitura na Universidade: um levantamento das atitudes e interesses do aluno universitário frente à leitura enquanto facilitadora de aprendizagem e objeto de lazer", coordenado pelo professor Ezequiel Theodoro da Silva e que se encontrava em desenvolvimento desde o ano de 1977. Ao que tudo indica, o interesse

pelo tema leitura no interior do DEME era uma forma de aglutinar outras pesquisas e abranger áreas de conhecimento que poderiam estabelecer um diálogo voltado à percepções dos problemas educacionais, em especial as dificuldades relacionadas às práticas pedagógicas envolvendo materiais didáticos. Em outras palavras, os obstáculos que se apresentavam em relação aos materiais didáticos utilizados nas escolas do país tinham na sua base um problema anterior: a maioria dos alunos não desempenhava tarefas básicas como ler e escrever. Dessa forma, seria imprescindível que os pesquisadores que se dedicavam ao problema do material didático se voltassem, igualmente, às questões relativas à leitura.

A atuação do professor Ezequiel Theodoro da Silva¹³⁸ na Faculdade de Educação foi decisiva para constituir um campo de pesquisas do tema leitura. Seus estudos sobre o tema no programa de mestrado da University of Miami, nos Estados Unidos, e que resultaram na sua dissertação "Um inventário informal sobre leitura para avaliar a compreensão e habilidade de alunos do 1º grau de escolas públicas brasileiras", de 1973. Em 1975, passou a integrar o corpo docente da Faculdade de Educação da Unicamp, dando continuidade aos seus trabalhos sobre leitura e formação de leitor. Em 1979, doutorou-se pela PUC de São Paulo com a tese "Uma reflexão sobre o ato de ler", orientada pelo professor Joel Martins¹³⁹.

As preocupações do trabalho acadêmico do professor Ezequiel ajudaram a promover reflexões sobre o tema e aglutinaram pesquisadores com diferentes abordagens e perspectivas de análise, dentre eles estava o professor James Patrick Maher¹⁴⁰, cuja formação acadêmica no campo das teorias de comunicação social fora desenvolvida em universidades norte-americanas. Na Faculdade de Educação da Unicamp, Ezequiel e James Maher desenvolveram várias pesquisas sobre hábitos de

¹³⁸ Sobre o professor Ezequiel Theodoro da Silva foi consultado seu currículo lattes, plataforma do CNPq. Endereço: <http://lattes.cnpq.br/5571627844646706>, acesso em 01/02/2017.

Entrevista com o professor Ezequiel T da Silva, IN: *Revista Profissão Docente online* – Dossiê Temático Leitura e Formação de Professores, Uberaba, v. 12, n. 26, p. 115-119, jan./jul. 2012. (acesso em 20/01/2017).

¹³⁹ Joel Martins (1920-1993) teve formação superior em Pedagogia e Filosofia na USP e implantou o programa de pós-graduação no Sedes Sapientiae da PUC de São Paulo. Pouco antes de sua morte, ocupou o cargo de Reitor da instituição. Na década de 1950, trabalhou no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (INEP/SP) que, naquele período, teve como diretor o professor Fernando Azevedo. Atuou como especialista em vários programas internacionais na UNESCO e OEA. Foi professor emérito da Faculdade de Educação da Unicamp (SAVIANI, 2005).

¹⁴⁰ James Patrick Maher foi professor da Faculdade de Educação da Unicamp. Concluiu o doutorado pela Bowling Green State University, Estados Unidos em 1976 e o mestrado pela State University of New York, ambos na área de comunicação social. Atuou como docente na FE Unicamp desde 1975, falecendo no ano de 2009 (<http://lattes.cnpq.br/1686494737559251>).

leitura entre alunos universitários e do ensino de 1º e 2º graus e publicaram muitos artigos sobre o tema¹⁴¹. Seus trabalhos tornaram-se referências para outros trabalhos na década de 1970 e início de 1980.

No artigo científico "O enigma da leitura no Brasil: afinal, quando começaremos a desvendá-lo?", publicado na revista *Cadernos de Pesquisas* de 1977, os autores debatem um panorama geral da leitura e apontaram dificuldades no processo de aprendizagem da leitura que resultavam no sofrível desempenho de alunos em relação às habilidades de leitor. O quadro era de apreensão, pois aquela realidade que se apresentava entre os alunos de 1º e 2º graus, repetia-se, no geral, no ensino superior. Para os autores, a leitura era "um meio de aquisição de novos significados", constituindo-se prática essencial para qualquer área do conhecimento, permitindo o exercício do debate, da socialização e da crítica e evitando o consumismo passivo que os veículos de comunicação impunham à população. O artigo ressaltava ainda que um dos fatores que poderiam estar na base dos problemas da leitura, em especial no ensino de 1º e 2º graus, relacionava-se à qualidade da formação dos professores, que se ressentiam de um repertório teórico mais adequado para desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de desenvolver aspectos fundamentais do ato de ler. Conforme Ezequiel Theodoro e James Maher havia naquele momento no Brasil apenas 27 pesquisas sobre o tema leitura e essa constatação evidenciava a necessidade de maiores incentivos para a área, especialmente às pesquisas que se dedicassem aos níveis do ensino de 1º e 2º grau; estudos sobre o processo de aprendizagem da leitura poderiam fornecer recursos mais sólidos para as práticas pedagógicas que os professores utilizavam em sala de aula, assim, era necessário que os conhecimentos produzidos nas universidades deveriam constituir matéria-prima para o trabalho pedagógico nas escolas. Insuficiência de trabalhos acadêmicos e a dificuldade na divulgação dos

¹⁴¹ Prof. James Maher fez parte do projeto "Análise das Atividades de Leitura na Universidade: Um Levantamento das Atitudes e Interesses do Aluno Universitário", coordenado pelo prof. Ezequiel Theodoro da Silva em 1977 e também do projeto "Atitudes de Leitura: Construção de Um Instrumento para Determinar as Atitudes de Leitura de Alunos de 1º e 2º Graus", projeto que coordenou juntamente com o professor Ezequiel Theodoro da Silva em 1981.

Artigos publicados como resultado dos projetos de pesquisa: MAHER, James Patrick; SILVA, Ezequiel Theodoro da. "Desenvolvimento de uma Escala para Determinar Atitudes de Leitura". *Educação e Seleção*, v. 8, p. 54-71, 1983; MAHER, James Patrick; SILVA, Ezequiel Theodoro da. "Uma análise de alguns instrumentos voltados ao estudo do comportamento de leitura". *Ciência e Cultura* (SBPC), v. 34, n.7, p. 928-933, 1982; MAHER, James Patrick; SILVA, Ezequiel Theodoro da. "Releitura da Leitura". *Educação* (UFAL), v. 26, p. 23-33, 1978; MAHER, James Patrick; SILVA, Ezequiel Theodoro da. "O Enigma da Leitura no Brasil". *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), v. 26, n.9, p. 88-91, 1978.

resultados das pesquisas agravavam ainda mais a "problemática da leitura", como os autores denominam.

Dessa maneira, podemos supor que a motivação para a organização dos Congressos de Leitura foi orientada por convicções de que a universidade deveria ofertar conhecimentos e orientações em relação às práticas pedagógicas para os profissionais da educação formadora. Os pesquisadores poderiam conhecer melhor a realidade desses profissionais e desenvolver conhecimentos facilitadores do cotidiano das escolas.

Já na primeira edição do COLE, podemos encontrar uma resposta a esse chamado. O evento teve forte repercussão entre professores e profissionais participantes que manifestaram impressões positivas em relação ao congresso e aos debates que ali tiveram lugar. A avaliação positiva entre os participantes possibilitou trazer para a pauta de discussões do congresso a proposta de criação da Associação de Leitura e o Centro de Leitura, que, num primeiro momento, significaria a reafirmação da importância do tema, ratificando o desejo de organização dos profissionais em torno de uma bandeira tão necessária para a educação. Esses sentidos atribuídos à organização da ALB podem ser observados na fala do professor Ezequiel durante a mesa redonda comemorativa aos 30 anos da entidade realizada durante o 18º COLE em julho de 2012.

Nos idos de 1978, em ares e tempos pesados de ditadura, desafiamos o sistema implementado o 1º COLE, que buscava assentar e "colar" outras preocupações a respeito da realidade educacional brasileira. Apontar para outras visões e concepções da leitura que não fossem do "sentido: marche!" Ideológico, autoritário e monovalente que os coturnos e as baionetas nos impunham naquele período tão sufocante. Houve uma resposta calorosa dos educadores ao nosso evento, dando a entender que as convicções e as ordens unidas dos quartéis se contrapunham ao desejo por democracia no país – ia-se desenhando então outra leitura de realidade nas retinas de muitos educadores brasileiros. Em 1979 repetimos o COLE, aglutinando mais vozes em torno da insatisfação, do protesto e da denúncia; reforça-se naquele ano um horizonte mais nítido de construção de uma sociedade com outras possibilidades de exercício do poder, em direção contrária, antagônica, contraposta ao "sentido: marche!" autoritarista. Em 1981, pudemos ver que o movimento social já não mais acompanhava o rumo único imposto pela ditadura com o seu bater de calcanhares e de continências. Trouxemos Paulo Freire de volta para abrir o 3º COLE em 1981 e nos fazer acompanhar pelo seu modo de conceber a leitura da vida, da palavra e do mundo. Juntamos sonhos e esperanças, trabalhando à revelia dos donos do poder, fundamos, no mesmo ano, a ALB com o objetivo maior de lutar pela democratização da leitura no Brasil (SILVA, 2012).

A fala do professor Ezequiel destacou o contexto de lutas no qual a ALB foi criada; a convicção de lutar pela "democratização da leitura no Brasil", como registrou a ata de assembleia por ocasião da criação da Associação de Leitura do Brasil, em 1981. O objetivo geral foi vinculado às ações que a nova entidade deveria promover para o "desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre diversos aspectos da leitura" e a "veiculação, por diferentes meios e procedimentos de comunicação das atividades executadas pelos grupos regionais e/ou pessoas interessadas" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p.122)¹⁴².

No sentido de concretizar os primeiros trâmites legais da ALB, foi constituído um comitê que teve como tarefa conduzir as deliberações aprovadas em assembleia. O Comitê Provisório foi eleito pela assembleia e contou com os seguintes membros: o professor Ezequiel Theodoro da Silva; Leonídio Balbino da Silva, editor da Livros Irradiantes S/A; Lilian Lopes Martin da Silva, professora da Faculdade de Educação da Unicamp; Marli Pinto Ancassuerd, professora do Centro Universitário Fundação Santo André; Mary Fátima de Lacerda Mendonça, professora da Universidade Federal de Goiás; Olga Molina, professora da Faculdade de Educação da USP; as bibliotecárias Raquel Maria de Almeida Prado e Regina Celi de Souza; e Mariza B. Teixeira Mendes¹⁴³. O Comitê tinha como tarefas iniciais a elaboração do

¹⁴²As primeiras tarefas destinadas à entidade foram: viabilizar ações para estimular a organização bem como a implantação de grupos regionais de pesquisas e coordenar seus trabalhos.

¹⁴³ Leonídio Balbino da Silva (1936 -) natural de Alagoas. Em 1959 fundou uma distribuidora de livros e em 1965 fundou a Editora Livros Irradiantes S/A.

Lilian Lopes Martin da Silva é professora da Faculdade de Educação da Unicamp desde 1982 e atualmente está aposentada. Participou da organização dos COLEs desde sua primeira edição. Fundadora da ALB, fez parte da diretoria da entidade em várias gestões e em diferentes funções. Nos primeiros congressos atuou na organização geral dos eventos, sendo responsável pela edição dos Resumos e Anais. Faz parte, desde o início, do corpo editorial da revista *Leitura: Teoria e Prática* editada pela ALB. Foi coordenadora do grupo de pesquisas ALLE (Alfabetização, Leitura e Escrita), e também do Fórum do Magistério, evento promovido pela ALB em parceria com a Faculdade de Educação da Unicamp. Atualmente coordena o projeto Associação de Leitura do Brasil - ALB: Memórias que integra o grupo de pesquisa ALLE/AULA.

Marli Pinto Ancassuerd, professora do Centro Universitário Fundação Santo André desde 1971, trabalhou com temas sobre educação, principalmente em políticas públicas e educação de jovens e adultos. Atualmente está aposentada e colabora com o grupo de pesquisas GEPEJA (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos) da Faculdade de Educação da Unicamp. Autora do livro *Pedagogia da Memória* e organizou a coletânea *Brincar com palavras* ambos publicados pela editora Porto de Ideias.

Mary Fátima de Lacerda Mendonça, professora aposentada da Universidade Federal de Goiás. Atuou na UFG desde 1981 na área de Linguística.

Olga Molina, atualmente professora aposentada da Faculdade de Educação da USP. Na época de fundação da ALB já atuava na instituição como docente. Foi vice-presidente da ALB na gestão da diretoria provisória e nas gestões de 1984-1985 e 1986-1987.

Estatuto da ALB, a organização das eleições da primeira diretoria da ALB (gestão a partir de 1982), a organização do 4º COLE em 1982 e a organização da primeira revista sobre leitura. A primeira sede da ALB foi alocada em caráter provisório na Faculdade de Educação da Unicamp, funcionando nas dependências do Departamento de Metodologia de Ensino.

2. Artes de fazer: Os Congressos de Leitura do Brasil e a fundação da Associação de Leitura do Brasil.

Os Congressos de Leitura foram decisivos para a criação da Associação de Leitura do Brasil, pois cada edição era um espaço privilegiado de debates sobre a leitura bem como uma iniciativa aglutinadora de pesquisadores, professores e profissionais interessados no tema. As motivações do grupo que concebeu e organizou os COLEs poderiam, num primeiro momento, ser mais restritas que abrangentes; todavia, o tempo e os acontecimentos se encarregaram de demonstrar o contrário: desde logo, o congresso acabou por produzir uma grande ressonância e, a cada edição, o tema motivador do evento provocava intensa movimentação entre os educadores. Os COLEs foram relevantes não somente pelos debates sobre a leitura, mas porque eram também inovadores em seu formato. A iniciativa de prover um espaço para reflexão e discussão sobre o tema leitura aliada a eventos como a Feira do Livro inaugurou uma chancela que, ao longo do tempo, viria a se tornar referência distintiva. Muito do formato do COLE pode ser compreendido através do Projeto Feira do Livro elaborado para a primeira edição do evento em 1978, e cujo objetivo fundamental era promover a literatura brasileira junto à população local como meio de incentivo à leitura.

Cabe lembrar que algumas das motivações que conduziram a ideia dos COLEs tiveram origem nos textos do escritor Osman Lins, especialmente em sua obra *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*. Lins era um crítico contundente das produções didáticas destinadas aos alunos da rede de ensino e expunha, em seus

Raquel Maria de Almeida Prado, bibliotecária, professora da PUC de Campinas desde 1971 até sua aposentadoria.

Regina Celi de Souza é bibliotecária.

Mariza B. Teixeira Mendes publicou um artigo intitulado "Encontro entre alunos de 1º grau e escritores infante-juvenis", na revista *Leitura: Teoria e Prática*, nº 1, de 1983. À época era professora de 1º e 2º graus na cidade de Bauru, São Paulo.

Obs: Os dados apresentados no pequeno currículo de cada membro do comitê provisório foram retirados dos documentos do acervo da ALB e dados de currículos publicados na Plataforma Lattes do CNPq.

textos, a convicção de que "um povo avesso à leitura" é "um povo surdo à sua própria alma". O escritor procurava evidenciar em suas críticas a importância da literatura na formação dos alunos por considerá-la um "produto do espírito humano"; ao escritor caberia a função essencial de interpretar o "ato de viver". Era sob esse ponto de vista que concebia suas opiniões, muitas vezes ácidas, aos modelos pedagógicos. Para Lins o grande problema dos materiais didáticos na área de Comunicação e Expressão estaria no fato de que eles renegavam a literatura a um segundo plano, pois não faziam mais do que apresentar, e de forma superficial e pasteurizada, autores e obras da literatura através somente de trechos mais representativos. Em suas palavras, os brasileiros "nunca [teriam] a sorte de estudar em compêndios feitos com inteligência, sensibilidade, respeito e zelo e, principalmente, por mestres que conheçam e amem a nossa literatura". Assim, o destino da imensa maioria dos alunos seria o desconhecimento de grandes e importantes autores da literatura através de suas obras (LINS, 1977, p. 76).

Foram posturas e ideais como esses que inspiraram o projeto Feira do Livro, fazendo de Osman Lins, conforme relatou o professor Ezequiel T. da Silva na sessão de encerramento do 1º COLE, o inspirador para a realização do Congresso de Leitura do Brasil e Feira do Livro.

(...) telefonei para o Osman Lins, antes de sua morte e disse a ele:

– Olha Osman, a gente vai precisar de muita ajuda de você.

Havia lido Problemas inculturais brasileiros (Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros) e dali surgiu a ideia da Feira do Livro e do Congresso de Leitura. E ele falou:

– Ezequiel você vai ter muitas dificuldades pra organizar isso (...) o planejamento e estruturação de um projeto é fácil, mas a execução desse projeto(...) você vai aprender muita coisa.¹⁴⁴

Osman Lins faleceu em 8 de julho de 1978, pouco antes da realização do 1º COLE, fato lamentável que frustrou a expectativa dos organizadores. De qualquer forma, é importante o registro de suas contribuições inspiradoras para a idealização do congresso. Ao amigo Ezequiel não faltou os conselhos de dificuldades inerentes à organização de um evento como aquele e que foram e rememoradas no encerramento do COLE. De certa forma, resumiam a árdua tarefa da organização do evento e o sentido fundamental do aprendizado de "ler as pessoas".

¹⁴⁴ 1CFR#008 – Arquivo Sonoro do acervo ALB.

*A primeira coisa que aprendi organizando a Feira do Livro e o Congresso de Leitura, as atividades e tudo mais, em termos de leitura foi exatamente ler as pessoas. Eu acho que esse tipo de leitura é a melhor possível. Quer dizer, como é que você, numa relação interpessoal, prevê quando você pode contar com as pessoas e quando você não pode contar com elas.*¹⁴⁵

A organização do 1º COLE, da Feira do Livro e do 1º COBI foi fruto de muito trabalho e tenacidade¹⁴⁶; especialmente quando considerado o problema crucial dos recursos financeiros, cuja maior parcela vinha das taxas de inscrições dos congressistas¹⁴⁷, tornando o COLE um evento cuja existência dependia em grande parte do autofinanciamento. Eram recursos importantes para a confecção de materiais de divulgação do evento (cartazes, programação, etc.); o pagamento de despesas de viagem e hospedagem dos convidados; as despesas diversas do congresso (certificados para os congressistas, documentos, alimentação, decoração, etc.); em especial, a remuneração dos orientadores de leitura que atuaram junto ao público durante todo o evento. Finalizado o congresso, demandas como os custos de impressão dos Resumos do 1º COLE, enviados para os congressistas como parte do material do congresso, exigiram fontes alternativas de recursos como o Banco do Estado de São Paulo¹⁴⁸.

A experiência do 1º COLE foi fundamental para que se chegasse a um formato satisfatório tanto do Congresso quanto da Feira do Livro e que pudesse servir de base aos eventos posteriores. Cabe notar que o bem-sucedido formato de organização do 1º congresso tem, guardadas as devidas proporções, se repetido nas edições atuais. Como já referimos, foi instituída uma marca para o COLE que se tornou sinônimo de espaço de reunião e encontros democráticos entre educadores e profissionais ligados à

¹⁴⁵ idem

¹⁴⁶ Equipe de organização dos COLEs: 1º COLE: Ezequiel T da Silva (FE Unicamp); Lilian Lopes Martin da Silva (FE Unicamp); Hilário Fracalanza (FE Unicamp); Lucia Helena Menezes Negri Nilson (Secretaria de Cultura de Campinas); Eurídice Palma Stecca (Secretaria de Cultura de Campinas); Carlos Braggio (Secretaria de Cultura de Campinas);

1º COBI: Maria Alves Ravacchio; Maria Ângela Pisoni; Vânia Lando de Carvalho (todas da Associação de Bibliotecários de Campinas)

2º COLE: Ezequiel T. da Silva (coordenador – FE Unicamp); Helena Lopes de Freitas (FE Unicamp); Lilian Lopes Martin da Silva (FE Unicamp); Rosália Maria Ribeiro (FE Unicamp); Silvia Manfredi (FE Unicamp); Vania Lando de Carvalho (Associação de Bibliotecários de Campinas).

3º COLE: Ezequiel T da Silva (coordenador – FE Unicamp); Ana Lucia Maia Bonatto; Dorotéa Cuevas Fracalanza (FE Unicamp); Eloisa de Mattos Hofling (FE Unicamp); Helena Costa Lopes de Freitas (FE Unicamp); Hilário Fracalanza (FE Unicamp); Lilian Lopes Martin da Silva (FE Unicamp); Maria Cristina Malta Pretti (IB Unicamp); Vania Lando de Carvalho (Associação de Bibliotecários de Campinas).

¹⁴⁷ 1CFR#008 – Arquivos Sonoros do acervo da ALB.

¹⁴⁸ Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) foi uma instituição financeira pública do estado de São Paulo fundada em 1909. Em 2001 foi incorporado ao banco privado Santander. O Banespa foi responsável pela edição das primeiras edições dos Resumos dos COLEs.

leitura. Segundo o professor Wanderley Geraldi, o COLE "é um evento efetivamente democrático, de e para professores de todos os níveis de ensino"; "aberto às falas e escutas [onde] soam bem as vozes dos professores com suas vivências e suas preocupações, como soam bem as vozes supostamente mais informadas e conformadas aos moldes da academia"¹⁴⁹.

O sentido de espaço democrático, referido pelo professor Geraldi estava já constituído na primeira edição do COLE, quando os trabalhos do congresso foram conduzidos sem as formalidades comuns aos congressos acadêmicos. O 1º COLE inovava, como já fazia supor abertura do evento conduzida por uma criança¹⁵⁰ que convidava a todos para integrar os trabalhos. Aos participantes das mesas-redondas e aos comunicadores, houve a informação de que deveriam fazer sua apresentação informalmente. Esse estímulo teve a intenção de retirar qualquer sentido de hierarquia ou subordinação dentro do congresso, algo bem-vindo e almejado, e que exprimia o esforço do exercício democrático.

Cabe lembrar aqui algumas noções propostas por Michel de Certeau que tornam a compreensão do percurso de constituição do COLE mais nítida, proporcionando uma melhor percepção dos objetivos do grupo organizador do evento. Retomamos a noção de *tática* relativa aos "modos de fazer", que configuram as operações do "caçador furtivo". Esses alteram e manipulam a ordem estabelecida, das estratégias: "Chamarei de tática a ação calculada ou a manipulação de relações de força quando não se tem algum 'próprio', ou melhor, quando não se tem um lugar próprio e, portanto, quando estamos, conforme já apontou Clausewitz a propósito das táticas e estratégias, dentro do campo do outro" (CERTEAU, 1985, p. 17).

Inicialmente, podemos depreender dos movimentos empreendidos pelo grupo organizador do 1º COLE/Feira do Livro/1º COBI as formas estabelecidas para ocupar o espaço destinado ao evento, ou seja, a democratização do espaço constituído e a democratização das relações que se estabeleceram dentro desse espaço, regra fundamental para a realização do evento. Esses recursos filiam-se às *táticas* utilizadas

¹⁴⁹ "Por trás do COLE", mensagem do professor João Wanderley Geraldi na mesa redonda "Sentidos da ALB", mesa em comemoração aos 30 anos da Associação de Leitura do Brasil (ALB) em 17 de julho de 2012, 18º COLE, Faculdade de Educação da Unicamp. (acesso no site: <https://www.fe.unicamp.br/ead/galerias/1477>).

¹⁵⁰ A abertura do congresso foi feita por uma criança identificada como Davide Braggio que fez um pequeno discurso convidando a todos para os trabalhos do congresso. A informação consta no artigo do jornal *Diário do Povo*, de 24/09/1978, intitulado "Os textos da Mentira".

para criar o singular, o particular e, assim, alterar a ordem imposta. Ao lado do esforço para a democratização das relações e do espaço, podemos considerar a Feira do Livro como uma forma facilitadora de acesso ao livro entre os participantes do congresso e a própria população da cidade de Campinas; esse recurso se alinhava às *táticas* para democratização da leitura, objetivo primordial do projeto elaborado pelo grupo organizador. A facilitação do acesso ao livro como forma de democratizar a leitura viria através de atividades culturais capazes de estabelecer uma aproximação do leitor com o circuito do livro: a facilitação para aquisição de livros e atividades para suscitar as disposições do leitor para a leitura. Exemplos dessas atividades vêm dos estandes organizados para a troca, doações e aquisição de livros e das sessões de autógrafos e lançamentos de livros de autores brasileiros; além dos estandes da Feira de Livros, os debates realizados no congresso com a participação de editores e escritores proporcionaram a aproximação do leitor com a produção e circulação do livro.

O projeto da Feira do Livro e o 1º COLE possibilitaram a consolidação do formato do evento. O formato se repetiu nas edições posteriores, consolidando o propósito inicial do grupo organizador e aglutinando maior número de pessoas a cada edição. As *maneiras de fazer* ou *arte de fazer* inauguraram um espaço possível para o debate sobre o tema leitura e, a cada edição do congresso, foram se adaptando segundo as circunstâncias e as expectativas do público participante. Mas vale insistir que a continuidade e, diga-se, sua longa duração, veio da permanência do sentido de democratizar o espaço e os debates que impulsionaram a realização e organização do evento, sentido esse que, como já foi dito, veio a se tornar uma chancela da ALB.

Outro aspecto a ser considerado em relação àquele momento de construção das bases do COLE é o propósito dos organizadores em garantir a presença e participação de professores do ensino de 1º e 2º grau nos eventos. Desde a primeira edição, as ações de divulgação do congresso eram marcadas por especial atenção em relação à rede pública de ensino. Uma dessas ações vinha da distribuição de convites e formulários para inscrições nas escolas públicas da cidade e região¹⁵¹, corroborando a

¹⁵¹ De acordo com os documentos do acervo de pesquisa, pudemos colher informações a respeito da divulgação do evento. No primeiro COLE, os convites foram feitos pelos orientadores de leitura que visitavam as escolas e forneciam material sobre leitura. Foram 110 escolas visitadas (Projeto Feira do Livro). Segundo o professor Ezequiel T da Silva, em relato durante a sessão de encerramento do 2º COLE, a divulgação do 2º COLE foi feita com a distribuição de convites para as escolas através das Diretorias de Ensino de Campinas, mas se constatou pouco eficiente. Houve reclamações em relação a pouca divulgação do evento entre os professores, o que ocasionou uma baixa frequência da categoria. Do 3º COLE não constam relatórios ou informações sobre a divulgação do evento em específico; existem

perspectiva de que a participação dos professores da rede de ensino era o objetivo prioritário do grupo organizador. O esforço em priorizar uma relação mais próxima entre as produções acadêmicas e as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores em sala de aula dava ao COLE a condição de um fórum para a mediação dos interesses pedagógicos dos profissionais da educação em relação à leitura. Nesse sentido, favorecer a participação de professores poderia trazer para as discussões aspectos práticos do processo de aprendizagem; ao lado disso, havia também o propósito de privilegiar uma camada de profissionais que, ao longo da nossa história educacional, quase nunca tinha voz nas discussões dos problemas da educação. Acreditamos que essa foi uma *astúcia*¹⁵² essencial para democratizar os debates sobre a leitura. Naquele período, no final da década de 1970, os debates sobre problemas tão agudos do ensino ampliariam de forma substancial a importância das discussões iniciadas nos COLEs.

Cabe lembrar, que os professores da rede pública de ensino de São Paulo foram protagonistas de importantes mobilizações nos anos de 1978 e 1979 e que contribuíram para a luta pela redemocratização do Brasil. Em 1978, a assembleia que deliberou pela greve da categoria contou com dois mil professores e, durante a paralização, houve participação de grande parte da categoria na capital de São Paulo e a mobilização de várias cidades do interior. Na capital, a greve contou também com a adesão dos professores da rede municipal de ensino que, da mesma forma, reivindicavam melhoria nas condições de trabalho. O movimento tomou vulto com o apoio da população e dos estudantes que, contrariando as posições de diretores e coordenadores pedagógicos contra as condições de ensino que recebiam nas escolas. Além das forças diretamente envolvidas com a categoria, houve apoio de outras entidades e sindicatos e, igualmente, dos estudantes das entidades das universidades paulistas. A greve, uma das mais longas da história da categoria com quase um mês de duração, conquistou o aumento salarial reivindicado pela categoria, além disso o movimento foi fundamental para traçar rumos e diretrizes, possibilitando a recomposição da diretoria da APEOSP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Em 1979, a nova diretoria da APEOSP trouxe para a liderança vozes mais combativas, alinhadas às lutas pelas melhorias das condições de trabalho, e

registros em documentos sobre o 3º COLE indicando a presença de 510 pessoas no congresso das quais grande parte seria de professores.

¹⁵² *Astúcia* – Michel de Certeau refere-se ao termo como "dar um golpe": "A arte de "dar um golpe" é o senso de ocasião" O termo deriva do tratado Da Guerra de Clausewitz e delimita a arte do fraco (CERTEAU, 2012, p. 95)

que se opunham às políticas intervencionistas do governo estadual, sempre pautado pelos interesses do governo federal. Naquele mesmo ano, a greve dos professores ganharia outra dimensão com a adesão dos servidores públicos do estado. Em meio às retaliações e repressões do governo de Paulo Maluf, os professores demonstraram grande perseverança na luta pelos seus direitos, principalmente na capital do estado, onde havia o maior número de profissionais e onde se formou o comando geral do movimento.

Em Campinas, onde a participação dos professores nos movimentos do final de 1970 foi também significativa, antes mesmo da deflagração da greve na capital em 1978 já havia forte mobilização dos professores na cidade. Já na ocasião, os estudantes do Colégio Culto à Ciência manifestaram apoio aos professores através de uma carta na qual denunciavam as más condições de ensino que recebiam na rede estadual (JOIA; KRUPPA, 1995, p. 23). O forte engajamento dos professores da cidade permitiu a continuidade do movimento e possibilitou a organização de um dos centros regionais que garantiam a sustentação das lutas da categoria no estado de São Paulo (RIBEIRO, 1984, p. 244).

A realização dos primeiros COLEs coincide com o período de lutas reivindicatórias dos professores da rede pública de ensino, o que contribuiu para que os debates que tiveram lugar nos congressos fossem permeados por um aspecto político mais vigoroso. A tendência à politização das experiências resultava de circunstâncias reais experimentadas naquele momento por toda a sociedade e o professor fazia parte desse cenário. Não se pode negar também que sendo a educação, antes de tudo, um ato político, seria esperado que um evento como o COLE correspondesse à relevância daquele momento. Por isso, o tema leitura despertava o interesse dos participantes do congresso não apenas pelos aspectos pedagógicos do problema, mas também pela vinculação aos aspectos sociais, políticos e econômicos da vida e da sociedade.

É importante ressaltar que, ao longo das edições do COLE, sempre houve atenção para a interação entre as expectativas do público e a organização do congresso. As enquetes realizadas no final de cada edição do congresso visavam colher dados que avaliassem a qualidade do evento e sugestões para edições futuras. Referenciais teóricos sobre a leitura, aspectos sociológicos e políticos da leitura, temas sobre a instituição escolar, aspectos teóricos sobre a alfabetização, temas voltados para os meios de comunicação e sobre a constituição e função das bibliotecas em relação à leitura,

sobretudo as bibliotecas escolares, e muitos outros serviam de referência para a organização dos conteúdos do congresso. Desde o primeiro evento, o COLE se pautou por esse processo de evolução dos temas e chegou à terceira edição com uma programação mais ampla e robusta, contando com a participação de profissionais de várias regiões do país. Podemos observar que a primazia à participação dos professores definiu muitas escolhas do grupo organizador do evento e pôde, posteriormente, encontrar na fundação da ALB um lugar para continuidade do diálogo aberto e multifacetado sobre leitura¹⁵³.

Outro aspecto que demonstra as formas de organização e de trabalho estabelecidas nos COLEs e Feira do Livro diz respeito à remuneração dos serviços prestados pelos colaboradores do evento. Na primeira edição, embora os recursos financeiros fossem escassos, os orientadores de leitura foram remunerados pelos serviços prestados; essa prática foi constante nas edições posteriores e permanece até hoje¹⁵⁴. A medida sempre foi muito importante para delimitar uma relação ética que considerasse o mérito do trabalho dos estudantes, uma vez que os orientadores de leitura tiveram uma atuação importante na condução das atividades culturais da Feira do Livro e também nas atividades do congresso, formando uma equipe de apoio competente e necessária ao evento. Nas edições posteriores do COLE, essas equipes, que, inicialmente, cumpriam o papel de orientadores de leitura, passaram a ser, de fato, equipes de apoio técnico, compondo grupos maiores e que forneciam suporte geral para o evento.

Também em relação aos convidados houve a preocupação ética do reconhecimento profissional. A equipe organizadora oferecia um pró-labore aos professores, escritores e pesquisadores e profissionais de editoras e escritores que participavam de conferências, mesas-redondas e comunicações de pesquisas. A remuneração dos convidados obedecia à mesma lógica de trabalho destinada aos estudantes que colaboraram durante o evento.

¹⁵³ Consciente das dificuldades enfrentadas pelos educadores, o grupo organizador dos COLEs garantia a participação dos professores sem prejuízos de suas atividades profissionais por meio de certificados de participação, preocupação que foi verificada em vários registros (sonoros) do acervo de pesquisa que trazem informações sobre o fornecimento de certificações que garantiam aos professores participantes o abono das faltas do período do congresso.

¹⁵⁴ Os dados foram retirados de: Feira do Livro/1º COLE dados do Projeto Feira do Livro; 2º COLE, dados do Relatório de Prestação de contas do 2º COLE.

O conjunto de ações empreendidas pelo grupo organizador dos COLEs e Feira do Livro compõe um quadro de práticas que se estabeleceram e foram determinantes, para ampliar e consolidar os COLEs e Feira do Livro no final dos anos de 1970. A ampliação do número de participantes e dos conteúdos dos debates dos congressos legitimou-os e permitiu que os congressistas e o grupo organizador do evento deliberassem a criação da Associação de Leitura do Brasil já no 3º COLE. São, a nosso ver, esforços configuradores da *arte de fazer*, que inaugurou um espaço de discussão sobre o tema leitura. Esse conjunto de operações pôde evoluir para a criação da ALB que, na prática, significava uma instância que garantiria a continuidade dos propósitos cristalizados nas discussões sobre o tema leitura.

3. Os cartazes dos COLEs e Feira do Livro

Os organizadores dos COLEs divulgavam os congressos costumeiramente através da mídia e de cartazes produzidos especialmente para cada evento. Estes acabaram se tornando o meio mais usual de divulgação, o que era bastante comum, em razão de sua funcionalidade. A coleção de cartazes produzidos ao longo das vinte edições do COLE compõe hoje um acervo iconográfico em que se verifica as variadas facetas que o tema leitura suscitou em períodos distintos da história do COLE. Consideramos oportuna uma breve descrição e análise das peças relativas aos primeiros congressos, tanto no sentido de enriquecer as memórias dos congressos quanto no que diz respeito à verificação da evolução dos debates no interior dos eventos.

Pela criatividade expressa na composição e pelos atributos inerentes a uma forma de comunicação que resiste ao tempo (e que, em certas circunstâncias, alcança o status de arte), os cartazes dos COLEs eram forma de divulgação eficiente e também um canal de comunicação dinâmica com o público-alvo. Afixados nos institutos da Unicamp, nas escolas públicas, nas instâncias de administração escolar (diretorias e delegacias de ensino), bibliotecas, livrarias e em locais onde os potenciais participantes poderiam visualizá-los, acabaram se transformando também em *souvenirs* e para alguns. Na linguagem técnica o cartaz é, por definição, "um objeto afixável" em locais públicos "a partir da qual é capaz de atrair o olhar distraído de um transeunte" (SAMARA, 2010, p.9). O cartaz moderno ou pôster, denominação que considera os detalhes de valor estético presentes numa peça, pode constituir-se como fonte de pesquisa que retrata especificidades de um momento histórico, como por exemplo os cartazes utilizados em

movimentos sociais e políticos, ou mesmo as campanhas publicitárias que exploram comportamentos ou fatos específicos. Trata-se de um formato que, ao contrário de ser recente, surgiu com o advento da litografia já no final do século XVIII, mas que foi considerado meio importante da publicidade somente no final do século XIX. Naquele período que o pintor francês Henri Toulouse-Lautrec, a exemplo do amigo Jules Cheret, pintor e litógrafo, inovou as maneiras de comunicação com o público, principalmente de Paris, através de cartazes que promoviam os cabarés e teatros do bairro boêmio de Montmartre. Os cartazes produzidos por Toulouse-Lautrec, com seu traço inconfundível, eram arte comunicativa e alegre, que dava vida e movimento aos motivos representados, especialmente o ambiente dos cabarés que ele também frequentava assiduamente. Seu estilo serviu de inspiração ao *Art Nouveau* que definiria o design na arquitetura, a arte decorativa desde o final do século XIX. Com Cheret e Toulouse-Lautrec, a modalidade ganhou outra dimensão na publicidade transformando-se em peças principais da propaganda e/ou divulgação de informações importantes à população. Também no início do século XX, especialmente antes da II Guerra Mundial, os cartazes foram importantes peças da publicidade pela capacidade de impacto com que atraíam o interesse. No decorrer do século XX, ganharam elementos novos e sofisticados por meio de novas técnicas da comunicação visual.

Os cartazes eram a maneira mais imediata, e de menor custo, para a divulgação dos COLEs, embora o congresso e a Feira do Livro tivessem no jornalismo impresso um meio também eficiente. Parte da divulgação era realizada também pelos jornais locais, principalmente *Diário do Povo* e o *Correio Popular*, que publicavam repetidamente reportagens sobre os eventos. As inserções nos jornais locais eram bons canais de comunicação com o público em geral, pois traziam notícias quase diárias sobre os COLEs – programação geral do congresso, entrevistas com convidados, destaques sobre as atividades culturais da Feira do Livro. Por ocasião da terceira edição do COLE, alguns jornais de circulação nacional, como a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* tiveram o evento em sua pauta. Mas os cartazes continuavam a ser um atrativo especial. Com sua linguagem peculiar e as mensagens mais específicas, eram um convite à leitura e à reflexão sobre o ato de ler e seus desdobramentos. Essas mensagens podem ser observadas nos cartazes produzidos para cada tipo de evento – COLE e Feira do Livro – e que projetavam expectativas diferentes em função da natureza de cada evento.



FEIRA DO LIVRO (1978)



FEIRA DAS FEIRAS (1979)

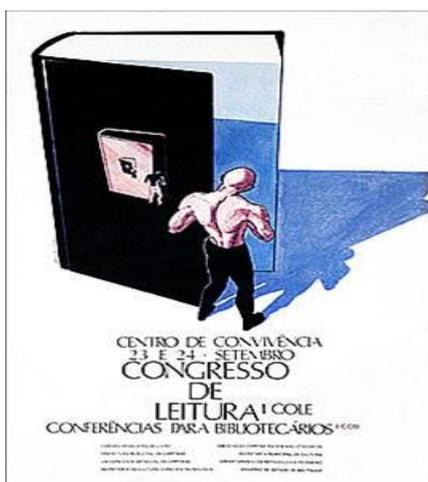
As ilustrações dos cartazes que promoviam a Feira do Livro eram convites lúdicos à leitura e à aquisição de livros. Na primeira Feira do Livro¹⁵⁵, em 1978, o cartaz trazia um garoto que comprara tantos livros quanto pudesse carregar consigo sob o peso dos volumes, que nem parece sentir, o personagem está sorridente. Era uma forma descontraída de chamar a atenção para a leitura e convidar o público a adquirir os títulos de sua preferência. Já na Feira das Feiras¹⁵⁶, em 1979, pela proposta mais plural — com a realização de várias feiras paralelas à Feira do Livro (do sorvete, do verde, do artesanato, etc.) —, o cartaz de divulgação apresentava como motivo um carrinho de feira repleto de produtos que remetiam àqueles ofertados nos diversos estandes da Feira.

No ano de 1981, a Feira do Livro foi realizada paralelamente ao 3º COLE em proporções menores do que as anteriores. Alguns jornais, como o *Correio Popular* e *Folha de São Paulo*¹⁵⁷, chegaram a divulgar que não haveria a Feira do Livro naquela edição. Todavia, os registros sonoros que compõem o acervo da pesquisa indicam o contrário; houve, sim, a Feira do Livro, com os tradicionais estandes de livreiros. Pressupõe-se, então, que, no 3º COLE, ela tivesse dimensões mais modestas do que as que tiveram lugar nos eventos anteriores e que o evento de 1981 reservou maior atenção ao desenvolvimento do próprio congresso.

¹⁵⁵ Cartaz da 1ª Feira do Livro foi feito pelo ilustrador Paulo Nilson.

¹⁵⁶ Projeto gráfico de Darius Augustus Corbett Jr.

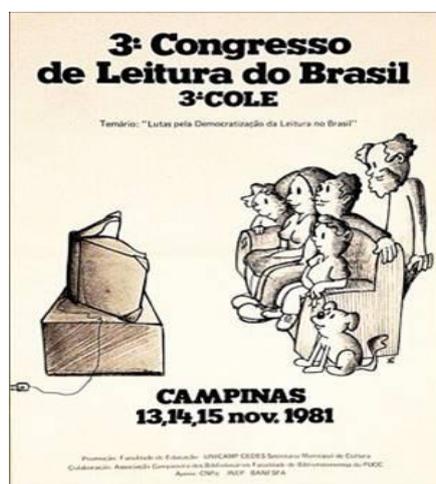
¹⁵⁷ "Paulo Freire abre o Congresso de Leitura", artigo do *Correio Popular*, 13/11/1981, p. 9. "O 3º Congresso de Leitura será iniciado hoje", artigo na *Folha de São Paulo*, 13/11/1981, p. 23.



1º COLE



2º COLE



3º COLE

Como se pode observar, além do caráter informativo, havia na concepção dos cartazes dos COLEs o interesse de abordagens distintas e peculiares do tema leitura para cada edição do congresso. As ilustrações permitiam veicular um propósito sobre o tema leitura e, de forma mais sutil, a manifestação de anseios suscitados pela reflexão sobre os livros e a leitura.

O cartaz do 1º COLE¹⁵⁸ trazia a figura de um homem abrindo um livro gigantesco, com proporções bem maiores do que as dele. A representação pode indicar um mundo apresentado pelos livros, um mundo amplo para quem deseja alcançá-lo.

¹⁵⁸ Autoria do ilustrador Paulo Nilson.

Não deixa de ser também uma reverência aos saberes da nossa cultura e o reconhecimento da experiência acumulada que eles, os livros, podem proporcionar. A imagem sugerida pela ilustração de que os livros são o mundo pode ser uma alusão a imaginários consagrados como a lendária Biblioteca de Alexandria; ou seja, a biblioteca como um espaço onde se acumulam livros que representam, na verdade, a reunião de todos os saberes que o homem produziu, materializado na forma de manuscritos e dispostos em um único lugar. No texto *Discretas esperanças - reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*, a professora Olgária Matos cristaliza exemplarmente essa impressão arquetípica da Biblioteca de Alexandria.

Livro e biblioteca dizem respeito à criação de um espaço comum para a apreensão e preservação da memória escrita, das aventuras do pensamento e de suas experiências. Seu arquétipo: a Biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.) cuja finalidade era menos a difusão filantrópica e educativa do saber na sociedade e mais reunir, como um tesouro, todos os escritos do mundo conhecido, no coração mesmo do palácio do rei, palácio (e biblioteca) ocupando um bairro inteiro. Rolos de *papyrus* ocupavam as “estantes”, acessíveis a uma elite de doutos e letrados que leem, conversam, trabalham e, eventualmente, ensinam nas galerias e salas adjacentes. A exemplaridade da Biblioteca de Alexandria, de acordo com Christian Jacob, reside menos na monumentalidade arquitetural que na decisão, tanto política como intelectual, de reunir em um mesmo espaço todos os livros do mundo, presentes ou pretéritos, gregos e bárbaros (MATOS, 2006, p.7).

A ilustração no cartaz do 1º COLE trazia também um jogo de luz e sombra como meio e exposição talvez de um detalhe especial: a capa da do livro que se abre como a porta, remetendo a uma metáfora cujo significado é aquele que vê o livro e a leitura como convites para entrada em um mundo de revelações surpreendentes. A figura colocada em perspectiva, com a abertura da porta/livro em uma série infinita, representaria a infinidade de reflexões que se abriria pelo livro e, igualmente, pelos debates a respeito da leitura. A ilustração significava, de certa forma, uma disposição para a descoberta do novo. Podemos ainda considerar, como um dado implícito, o fato de que os próprios organizadores do COLE não traziam certezas ou expectativas concretas para os debates que se realizariam.

O cartaz do 2º COLE¹⁵⁹ procurou enfatizar a multiplicidade de aspectos que envolviam os problemas da leitura; uma abordagem motivada pelos debates realizados na primeira edição do congresso. A ilustração, apresentada em cores neutras sobre um fundo preto, remete a um personagem que se movimenta em um labirinto. Talvez perdido e sem conseguir enxergar – há um par de óculos, quase imperceptível, posto no centro inferior do desenho –, procura pela saída em meio aos muitos livros abertos que formam o sistema de corredores. O labirinto, como metáfora, pode remeter ao mito de Teseu. Na mitologia, Teseu enfrenta o Minotauro e, depois de matá-lo, consegue sair do labirinto por meio de um stratagema muito simples: havia levado consigo a ponta do fio de um novelo de lã que sua amada Ariadne forneceu e que seria desenrolado pelo labirinto até o Minotauro; assim, ele não se perderia no caminho de volta. A mesma ideia do labirinto de livros pode ser reconhecida na *Biblioteca de Babel*, de Jorge Luís Borges.

O universo (que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no centro, cercados por balaustradas baixíssimas. De qualquer hexágono, veem-se os andares inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. Vinte prateleiras, em cinco longas estantes de cada lado, cobrem todos os lados menos dois; sua altura, que é a dos andares, excede apenas a de um bibliotecário normal. Uma das faces livres dá para um estreito vestíbulo, que desemboca em outra galeria, idêntica a primeira e a todas (BORGES, 2001, p.516).

Podemos considerar que essa ideia tenha inspirado o autor da ilustração. A alusão ao universo de livros constituindo um labirinto desafiador parece claro. No cartaz, o personagem que aparece em meio aos livros que formam o labirinto sugere um gesto com os braços erguidos que poderíamos considerar como satisfação ou alegria causada pelos livros ou, ao mesmo tempo, de aflição, um pedido de socorro em meio a tantos saberes, o que nos remete ao clima geral do momento de realização do 2º COLE. Como já foi dito, a multiplicidade de abordagens sobre os problemas da leitura já se configurava após os debates da primeira edição do congresso. A segunda edição poderia assinalar um momento de aprofundamento dessas discussões. Por isso a ilustração, segundo a professora Lilian Lopes Martin da Silva, fundadora da ALB e membro do grupo de organizadores dos primeiros Coles, seria uma alusão à "situação (de perdição?)

¹⁵⁹ Autoria de Darius Augustus Corbett Jr.

dos professores" que foram "chamados a construir uma educação diferente, nova" assumindo a "responsabilidade cada vez maior pela escolarização de segmentos da população até então excluídos" (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

A preocupação dos professores da rede de ensino era um dado concreto e os debates que tinham lugar nos COLEs significariam um alento para o enfrentamento dos problemas no cotidiano da sala de aula. Por outro lado, a imagem poderia mostrar também que o 2º COLE seria um fórum aberto para os debates sobre a leitura com seus múltiplos aspectos e o labirinto que se formou através das reflexões seria um esforço de todos na busca de alternativas que apontassem para soluções do problema da leitura no contexto educacional do país. É possível mesmo que a sensação dos educadores, naquele momento, fosse a de estar perdidos em um labirinto de problemas e aflitos para achar uma saída, mas, como Teseu, prontos para fazer do conhecimento que leva à obtenção da técnica a melhor maneira de superar os obstáculos.

Comparado aos cartazes das edições anteriores, o cartaz do 3º COLE¹⁶⁰ apresentou uma mensagem mais direta, objetivando pôr em evidência o tema do congresso "Lutas pela democratização da leitura". A ilustração, com humor crítico e inteligente, representava uma cena corriqueira da família média – filho, filha, pais e avô, sem faltar a presença do cãozinho de estimação – presos aos encantos hipnóticos da televisão. No entanto, a sutileza do ilustrador apontava outra dimensão ao transfigurar o aparelho de televisão em livro; ou seja, o livro como objeto cultural teria a mesma força de sedução e persuasão que a TV. Observamos que a mensagem trazia desde o significado mais imediato do incentivo ao consumo do livro como a reafirmação da leitura como opção prazerosa de lazer saudável, de estímulo à convivência, de aproximação de gerações; enfim, tudo aquilo que representava o oposto dos meios de comunicação de massa, interessados na robotização das pessoas, no condicionamento da sociedade e nos lucros exorbitantes proporcionados pela disseminação do lixo cultural. Não há dúvidas de que o cartaz do 3º COLE veiculava uma mensagem politizada e, sobretudo, fundada na percepção crítica do papel dos objetos de cultura e dos reais efeitos dados pela cultura de massa. Devemos lembrar que a participação do educador Paulo Freire nessa edição do congresso caminhou na mesma direção e em muito contribuiu para a politização dos debates na educação. De certa forma, o cartaz de divulgação do 3º COLE antecipou essa disposição.

¹⁶⁰ Autoria do projeto gráfico é de Darius Augustus Corbett Jr.

As mensagens contidas nos cartazes dos COLEs e das Feiras foram importantes não somente para o objetivo imediato de divulgação do evento como também serviram à síntese das preocupações e objetivos que o grupo organizador definira. Ao mesmo tempo em que era importante divulgar essas informações para um público – o que, potencialmente, traria para as discussões do congresso experiências e um conjunto de conhecimentos relevantes para situar as questões pertinentes à leitura –, havia também um propósito de produzir uma identidade para os congressos. Dessa forma, os cartazes não só materializaram os objetivos dos COLEs como também, e num plano mais subjetivo, sintetizaram as expectativas do próprio grupo organizador. Na mesma medida, procuravam assumir-se como um chamado para a mobilização em torno dos problemas da leitura. Essa *tática* delimitava, num primeiro momento, o campo de ação em prol da democratização da leitura direcionada para um público específico, uma *astúcia* que, no seu conjunto de práticas, permitiu configurar as bases que serviram de alicerces para os COLEs e a própria ALB.

Cabe lembrar que as práticas empreendidas pelo grupo organizador compreendiam ainda um caráter ético das práticas cotidianas definidas por Michel de Certeau e que visa à recusa de ser identificado com a ordem imposta, ou seja, a "vontade histórica de existir" com ações que direcionam e configuram uma identidade própria e uma maneira de fazer singular (CERTEAU, 1985, p. 3). Entre os três elementos que compõem as práticas cotidianas, segundo Certeau, o caráter estético estaria justamente na síntese das práticas empreendidas pelo grupo que constituiu um formato de evento, um determinado público e as relações que se estabeleceram dentro desse espaço. Um último elemento que compõe as práticas cotidianas diz respeito ao caráter polêmico que é definido como "uma maneira de lutar contra o mais forte", isto é, "constitui sempre uma arte de pessoas fracas tendo em vista reencontrar, através da utilização das forças existentes, um meio de se defender ante a posição do mais forte" (CERTEAU, 1985, p. 6). Este elemento pode ser atribuído às ações que foram empreendidas para a mobilização de pessoas e que culminaram na organização de uma instância que conduziu as diretrizes em prol da democratização da leitura. A reunião de pessoas em torno de uma bandeira como a leitura significava a resistência a uma ordem imposta – às políticas equivocadas implantadas pelo governo militar – e a luta pelas transformações necessárias que se faziam urgentes naquele período. O momento de realização dos primeiros COLEs e a fundação da ALB coincide com as lutas pela

redemocratização do país e, portanto, a mobilização em torno de reivindicações e mudanças no campo educacional era, concretamente, a orientação necessária para as mudanças em direção à democracia.

CAPÍTULO 4 - ATIVIDADE CRIADORA DOS PRATICANTES DO ORDINÁRIO: Estatutos não-autoritário e os primeiros desafios da ALB.

1) O Comitê Provisório da Associação de Leitura do Brasil e as primeiras ações.

A fundação da ALB se deu a 14 de novembro de 1981, data oficializada pelos registros de cartório. O comitê provisório foi criado na assembleia de fundação¹⁶¹, ocorrida durante o 3º COLE e teve entre as tarefas assumidas elaborar os Estatutos da entidade visando a constituir as normas reguladoras do funcionamento e organização da associação e os trâmites legais para sua "existência jurídica"¹⁶². As duas primeiras reuniões do comitê tiveram lugar na Livraria Ler Bem, no centro de Campinas, e sua pauta principal foi o primeiro esboço dos Estatutos da entidade; além disso, havia a preocupação de implementar outras medidas necessárias objetivando a consolidação da ALB, dentre as quais a organização das eleições da primeira diretoria, as diretrizes para do 4º COLE e a publicação da primeira revista sobre leitura. Todavia, o comitê assumiu que a tarefa mais urgente seria a elaboração, ainda que provisória, dos Estatutos, para atender as providências jurídicas dea registro da entidade em cartório¹⁶³. Na verdade, tratou-se de um desafio para o grupo, tendo em vista a inexperiência dos membros do comitê na elaboração desse tipo de documento, o que demandou pesquisas e estudos de documentos similares que servissem de base para as finalidades de uma entidade como a ALB.

O esforço maior do grupo foi no sentido de incorporar os objetivos da ALB, conforme estabelecidos nas Assembleias Gerais anteriores e delinear os órgãos administrativos e consultivos da entidade de modo a incorporar os grupos regionais de pesquisas e estudo. Lentamente, discutindo o teor, a sequência e as implicações de cada artigo, parágrafo e inciso, o grupo foi corporificando o Estatuto Provisório da ALB e ao final da tarde do dia dezoito de dezembro estava pronto um primeiro esboço de proposta estatutária.¹⁶⁴

¹⁶¹ As assembleias dos congressistas do 3º COLE foram realizadas nos dias 13 e 14 de novembro de 1981, no salão nobre da PUC de Campinas. A fundação da ALB foi oficializada no dia 14 de novembro durante os trabalhos da assembleia.

¹⁶² Ata da primeira reunião do comitê provisório, 18/12/1981, p. 01. O processo do trâmite jurídico da associação iniciou-se em 08 de maio de 1982 sendo oficialmente em 08 de junho de 1982 com a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

¹⁶³ Ata da primeira reunião do comitê provisório, 18/12/1981, p. 01.

¹⁶⁴ Idem, p. 02

Os Estatutos provisórios esboçaram os traços essenciais de organização, em especial, estabelecendo as normas para regular as instâncias de decisões previstas pelo documento. De acordo com os Estatutos, a ALB constituía-se como uma entidade sem fins lucrativos composta pelas seguintes instâncias administrativas: uma diretoria eleita pelos associados em assembleia geral; um Colegiado de Representantes formado por membros dos grupos de pesquisas regionais e um Conselho Consultivo composto por 20 membros efetivos da ALB. A entidade, a princípio, passaria a ser responsável pela promoção e organização do Congresso de Leitura (COLE) e de um seminário anual de leitura, preferencialmente regional, que contaria com a participação dos grupos de pesquisas de cada região do país. Além disso, a entidade selava o compromisso de publicar uma revista sobre leitura e outros impressos de igual interesse.

Quanto aos Estatutos provisórios da ALB, seriam ainda submetidos a aprovação dos associados numa assembleia prevista para a quarta edição do COLE em 1983. Entretanto, o comitê provisório conduziu decisões necessárias para viabilizar algumas ações prioritárias antes mesmo da posse da diretoria efetiva. Entre essas decisões, registradas em ata a 18 de dezembro de 1981, estavam a indicação de uma diretoria provisória com respaldo jurídico para o encaminhamento burocrático de atividades como a quarta edição do COLE e a publicação da revista sobre leitura¹⁶⁵. A diretoria provisória foi constituída com indicações dos membros do comitê provisório da seguinte forma: como presidente da diretoria foi indicado o professor Ezequiel Theodoro da Silva; para vice-presidente, a professora Olga Molina; para o cargo de primeiro tesoureiro foi indicado o editor Leonídio Balbino da Silva; para segundo tesoureiro, a professora Lilian Lopes Martin da Silva; como primeiro secretário, a indicação foi para a professora Raquel Maria de Almeida Prado; para segundo secretário, a professora Marli Pinto Ancassuerd¹⁶⁶. A primeira mudança na diretoria provisória ocorreu em abril de 1982, quando o editor Leonídio B. da Silva comunicou seu afastamento do cargo de primeiro tesoureiro; em seu lugar foi indicado o professor Hilário Fracalanza, da Faculdade de Educação da Unicamp, e que desde a primeira edição do COLE, em 1978, já colaborava e participava da organização dos eventos.

¹⁶⁵ A indicação da diretoria provisória da ALB consta nos Estatutos provisórios da ALB, no capítulo VIII - Das disposições transitórias, p. 15

¹⁶⁶ Ata da primeira reunião do comitê provisório, 18/12/1981, p.02.

Entre as instâncias de caráter consultivo¹⁶⁷, o Colegiado de Representantes assumia a competência de analisar e julgar as finanças por meio de balancetes divulgados pela diretoria, atribuição que se estendia igualmente às diretrizes administrativas da entidade. Em caráter de exceção, foi atribuída ao Colegiado a tarefa de eleger os membros que assumiriam os cargos vagos de direção. A composição do Colegiado viria de membros dos grupos regionais de pesquisas, indicados por decisão de cada grupo de pesquisa e, assim constituiria um foro de consultas e debates sobre as questões financeiras, contratos, negócios e programas de atividades a serem realizados através da diretoria. Coube ainda ao Colegiado, quando necessário, propor medidas e ajustes para tais questões. Cabe lembrar que todas as sugestões presentes no relatório elaborado pelo Colegiado passariam pela assembleia de associados da ALB.

O primeiro Colegiado foi formado, em caráter interino, por indicação da diretoria provisória. Devido ao fato de que a ALB, em processo de constituição, não tinha claro o quadro geral de grupos de pesquisas existentes no país, não sendo possível, naquele momento, indicar nomes de representantes previsto nos Estatutos¹⁶⁸. Como sugestão para compor o Colegiado foi decidido que seriam considerados os nomes de seis pessoas de diferentes regiões do país que participaram das discussões da assembleia do 3º COLE e se prontificaram a auxiliar a organização da infraestrutura da entidade. Uma carta-convite foi enviada para cada um dos representantes regionais na qual se explicitava a finalidade do Colegiado e a importância da participação de seus membros. A iniciativa teve duplo objetivo: num primeiro momento, a divulgação dos objetivos da entidade em diferentes regiões, incentivando o estabelecimento de núcleos regionais; em segundo, a participação dos representantes nas decisões dos rumos da ALB, auxílio essencial para a consolidação da entidade¹⁶⁹. O primeiro Colegiado, como consta no primeiro Informativo¹⁷⁰ da diretoria provisória da ALB foi formado por seis pessoas: Laís Mignon da Costa Velho, do Rio de Janeiro; Maria Antonieta Antunes Cunha, de

¹⁶⁷ Os Estatutos da ALB previam duas instâncias de caráter consultivo: Conselho de Representantes e Conselho Consultivo.

¹⁶⁸ Ata de reunião do comitê provisório, 23/03/1982

¹⁶⁹ Carta convite para formação do primeiro Colegiado de Representantes da ALB – correspondência expedida pela diretoria provisória da ALB em 15/04/1982 – documento digitalizado pag 13/14 do pdf.

¹⁷⁰ *Informativo ALB*, publicação da entidade de setembro de 1982 com a finalidade de informar os associados sobre o desenvolvimento dos trabalhos da diretoria provisória.

Belo Horizonte; Elói Barreto¹⁷¹, de Salvador; Glécia Benvindo Cruz, do Recife; Maria Luiza Lima do Vale, de Teresina e Diva Zandomenego¹⁷², de Florianópolis.

A importância da participação dos professores da rede de ensino não foi negligenciada durante a elaboração dos Estatutos da ALB. O Conselho Consultivo foi escolhido como a instância adequada a essa participação e definiu a função do Conselho "atender diferentes consultas da Diretoria e divulgar os trabalhos da ALB" (ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL, 1982, p.12). O Conselho seria formado por 20 membros efetivos¹⁷³ indicados pela Diretoria com a apreciação do Colegiado de Representantes. A composição acomodaria professores dos níveis de ensino de 1º e 2º graus e pré-primário, além de estudantes universitários e do ensino de 2º grau. Havia a previsão da participação de outros segmentos na constituição do Conselho Consultivo como editores de livros, bibliotecários e livreiros, com dois membros para cada segmento. Dessa maneira, o Conselho seria uma instância com a participação de diversos segmentos que poderiam debater e sugerir sobre temas de interesse para a ALB. Com a finalidade de tornar o Conselho efetivamente representativo, procurou-se atender os segmentos que tradicionalmente já participavam dos Congressos de Leitura, visando, especialmente, à maior representatividade de professores de todos os níveis de ensino permitindo, num primeiro momento, uma ampla discussão sobre as questões de interesse da entidade. Além disso, haveria maior amplitude na divulgação dos objetivos e das ações da ALB em prol da leitura.

Como entidade criada democraticamente, os Estatutos da ALB previam que a assembleia geral dos associados, realizada bianualmente para o período em que o Congresso de Leitura era realizado seria a "instância maior de discussão e debate sobre os rumos a serem seguidos pela ALB"¹⁷⁴. Quaisquer mudanças estatutárias eventualmente necessárias, incluindo-se a possibilidade de dissolução da própria associação, obrigava-se ao aval da assembleia geral dos associados.

¹⁷¹ Elói Barreto foi professor da Universidade Estadual Feira de Santana, Bahia. Atualmente é membro honorário do Comitê de ética em pesquisas envolvendo seres humanos – CEPS da Universidade Estadual de Feira de Santana (lattes:http://buscav.cnpq.br/buscav/#/espelho?nro_id_cnpq_cp_s=8207735767151593)

¹⁷² Diva Zandomenego, professora da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1972, foi subcoordenadora do Núcleo de Pesquisa de Ensino de Português – Língua Estrangeira – NUPLÉ do Departamento de Letras da UFSC. Atualmente está aposentada. (dados: <http://lattes.cnpq.br/6028244332309341>)

¹⁷³ Membro efetivo – entendemos por membro efetivo o associado da ALB.

¹⁷⁴ Estatutos da Associação de Leitura do Brasil, 1982, p.04

A finalização dos Estatutos da ALB permitiu o registro da entidade em 21 de maio de 1982, que foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 08 de junho de 1982. A medida formalizava a diretoria provisória que passou a responder oficial e legalmente pela entidade.

Em junho de 1982, a diretoria enviou aos associados, juntamente com os Resumos do 3º COLE, os extratos dos Estatutos da ALB que serviram de base para o trâmite legal da entidade¹⁷⁵. Em carta, explicava que os Estatutos da ALB seriam publicados na íntegra no número zero da revista *Leitura: Teoria & Prática* a ser publicada pela ALB no segundo semestre de 1982¹⁷⁶. A revista trouxe realmente os Estatutos da ALB, acompanhados da recomendação de que os associados considerassem a importância de uma leitura atenta e minuciosa do documento para que, em assembleia geral a ser realizada durante o 4º COLE, a proposta pudesse ser discutida e votada, permitindo assim a redação final do documento¹⁷⁷. Cabe lembrar os esforços do grupo organizador no sentido de alcançar um Estatuto que espelhasse as deliberações da assembleia que criou a entidade. No primeiro Informativo da entidade, de setembro de 1982, a diretoria fez um relato sobre a experiência do grupo na elaboração do documento.

Imagine um grupo de seis pessoas (Comitê Provisório) revendo a legislação e diversos exemplares de estatutos não-autoritários. O desejo de acertar, de recuperar as aspirações estabelecidas nas Assembleias dos dias 13 e 14/nov/1981, comandou este "estafante" trabalho. Depois, os detalhes do escrevente (do cartório de registro): por duas vezes tivemos que re-escrever partes do estatuto a fim de contentar a burocracia do cartório. Valeu o suor: enfim publicados os extratos dos Estatutos da ALB no Diário Oficial!¹⁷⁸

Como parte das ações para divulgação da nova entidade, foi decidido que representantes da diretoria provisória participariam de congressos e eventos acadêmicos visando promover a ALB e angariar novos associados. A ampliação do quadro de associados era necessária para que a ALB se consolidasse como entidade e se firmasse

¹⁷⁵ Na assembleia realizada durante o 3º COLE ficou decidido que cada participante inscrito no Congresso de Leitura teria participação como associado na nova entidade. Na carta que acompanhou os Resumos do 3º COLE para cada participante do Congresso há essa explicação.

¹⁷⁶ Carta aos participantes do 3º COLE de junho de 1982. (Documento do arquivo de correspondências expedidas da ALB)

¹⁷⁷ Estatutos da Associação de Leitura do Brasil, In: Revista *Leitura: Teoria & Prática*, nº zero, novembro de 1982, p. 43.

¹⁷⁸ *Informativo ALB*, setembro de 1982, p. 01.

financeiramente para prosseguir com os projetos que acalentava. Daí a interpretação de que alguns eventos que ocorreriam no ano de 1982 fossem de interesse para divulgação da nova entidade; entre eles a II Conferência Brasileira de Educação (II CBE), que ocorreria em junho, em Belo Horizonte; a 34ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, edição sediada em Campinas no mês de julho; a Bienal Internacional do Livro em São Paulo, no mês de agosto. Cada evento contaria com a participação de representantes da diretoria da ALB cuja presença permitiria trazer ao público participante informações sobre a nova entidade.

2) A participação da ALB na II Conferência Brasileira de Educação.

As edições da Conferência Brasileira de Educação (CBE) marcaram uma etapa da história da educação no Brasil que configuram o momento da redemocratização e do processo de abertura política do país. Reunindo educadores de todo o país, a primeira edição da Conferência, em 1980, caracterizou-se pelo amplo debate dos problemas enfrentados pelos educadores que, em grande parte, eram resultados das reformas educacionais impostas pelo regime militar configurando um processo de alienação de qualquer participação ou discussão mais ampla dos setores envolvidos no campo educacional, em especial, os professores e alunos. No documento final do evento as entidades envolvidas em sua organização – ANDE, ANPEd, CEDES e CEDEC¹⁷⁹ – manifestaram o otimismo em relação às perspectivas de um redirecionamento nas mobilizações no campo educacional que apontam para uma integração de perspectivas em torno dos problemas das políticas educacionais¹⁸⁰. Já na segunda edição da Conferência, em 1982, o evento pôde significar o "fortalecimento e continuidade da articulação de segmentos da sociedade civil na luta pela efetivação da educação democrática" (ANDE, ANPEd, CEDES, CEDEC, 1982). A comissão organizadora composta pelos representantes das associações que deram origem ao ciclo de conferências avaliava que poderia ser um momento oportuno de avançar nas discussões iniciadas na primeira edição, enfatizando "nas propostas de ação e na articulação

¹⁷⁹ Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) é um centro de pesquisas fundado em 1976 que se dedica aos "estudos da realidade brasileira nas dimensões locais e internacionais e à sua vocação de espaço plural de debates". Publica a revista Lua Nova, desde 1984, e Cadernos CEDEC e promove eventos em conjunto com instituições e centros de pesquisas de universidades como a Universidade de São Paulo com a qual mantém um convenio de cooperação.

¹⁸⁰I Conferência Brasileira de Educação, Documento Final, São Paulo, 03/04/1980.

dinâmica entre ambas: organização e ação" (ANDE, ANPEd, CEDES, CEDEC,1982). Foi com essa disposição que o evento se realizou em Belo Horizonte nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais no período de 10 a 13 de junho de 1982.

O convite feito à ALB para participação na II CBE foi formalizado pela professora Ivany Pino, da Faculdade de Educação da Unicamp e uma das fundadoras do CEDES, que integrava a comissão organizadora da Conferência e propunha à diretoria a organização de dois painéis sobre o tema leitura¹⁸¹. A sugestão foi recebida com interesse pela diretoria provisória que, entre suas ações, buscava a aproximação com outras entidades com interesses e preocupações comuns, entre elas o Centro de Pesquisas Literárias da PUC do Rio Grande do Sul bem como a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil¹⁸². Um dos fatores que contribuíram para a parceria vinha do fato de que as duas entidades marcaram participações já no 3º COLE em 1981. Naquele período, o Centro de Pesquisas Literárias da PUC do Rio Grande do Sul¹⁸³, estava sob a coordenação da professora Regina Zilberman que havia participado do 3º COLE. Vera Teixeira de Aguiar, professora e pesquisadora do Centro de Leitura em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, também havia participado do congresso.

Outra parceria com a ALB para os trabalhos da II CBE foi dada com a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, instituição fundada em 1968, e que, desde então, empenhava-se na difusão da leitura e da literatura junto a crianças e jovens através de projetos de alcance nacional. Um importante projeto da Fundação era o Salão da FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens, no Rio de Janeiro; uma feira de livros dedicada à literatura infanto-juvenil. A FNLIJ foi criada como a seção brasileira do *International Board on Books for Young People*, a IBBY, instituição com sede na Suíça

¹⁸¹ Ata de reunião da diretoria provisória, 26/03/1982.

¹⁸² Efetivamente a parceria se deu com as duas instituições. A Associação de Professores de Língua e Literatura do Estado de São Paulo (APLL) foi contatada, mas não demonstrou interesse na participação conjunta. Ata de Reunião do Comitê Provisório, 26/3/1982, p.04.

¹⁸³ O Centro de Pesquisas Literárias foi fundado em 1977 e sua finalidade era a realização de pesquisas teóricas e de campo sobre temas relacionados à literatura infantil e juvenil e à literatura sul-rio-grandense. No início dos anos de 1980, o Centro reunia em diversas publicações um grupo expressivo de pesquisadores da área, além de promover palestras, cursos, seminários e cursos de formação para professores da rede de ensino. O Centro mantinha vários grupos de pesquisas em várias áreas como a literatura infantil, ensino da literatura na escola, leitura no currículo escolar, literatura regional do estado do Rio Grande do Sul e a literatura brasileira (vide: Aguiar, Vera Teixeira, Centro de Pesquisas Literárias: Metas e realizações, IN: *Letras Hoje - Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa*, v. 18, n. 3, 1983, p. 9 – 16). Além disso, era responsável pela publicação do periódico *Cadernos de Pesquisa em Literatura*, editada pelo programa de Pós-graduação da PUC do Rio Grande do Sul. (a publicação consta como revista do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC do Rio Grande do Sul, seu catálogo traz publicações até o ano de 2010).

cujo intuito era reunir profissionais ligados à literatura infantil em todo o mundo¹⁸⁴. As ações da FNLIJ sempre foram no sentido de promover a leitura através de publicações, cursos, seminários, pesquisas e incentivo ao hábito da leitura. Laura Constância A. A. Sandroni foi uma das fundadoras, esteve à frente da diretoria da entidade até o ano de 1984. No COLE de 1981, Laura Sandroni esteve presente como convidada da mesa "Em busca de uma política concreta para o desenvolvimento da leitura no Brasil". Além dela, outra pesquisadora da instituição, Rejane Carvalho de França participou do 3º COLE apresentando o trabalho "Biblioteca infantil: espaço criador de integração comunicatória". A reunião das duas entidades, FNLIJ e o Centro de Pesquisas Literárias, junto à ALB permitiu que pesquisadores e profissionais das duas instituições passassem a fazer parte do quadro de colaboradores da ALB em publicações, COLEs, seminários e eventos promovidos ao longo dos anos.

A proposta formulada pelas três entidades para a II CBE envolveu a apresentação de dois painéis, um simpósio e uma comunicação específica para divulgação da ALB¹⁸⁵. Da pauta, apenas o simpósio não foi efetivado; a comunicação que, segundo os Anais da II CBE, constou como reunião da Associação de Leitura, teve

¹⁸⁴ *International Board on Books for Young People (IBBY)* foi fundado em 1953 com sede em Zurique na Suíça. A instituição possui mais de 70 seções nacionais em países como Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Austrália, Brasil entre outros. Jella Lepman, escritora e jornalista alemã foi a principal articuladora da instituição. Através de sua iniciativa em 1952 organizou em Munique na Alemanha, uma reunião que ficou denominada de *International Understanding through Children's Books*, com vários profissionais ligados às questões sobre leitura e o livro. Lepman foi também fundadora da Biblioteca Juvenil Mundial de Munique na Alemanha, em 1946. Desde 1983, a Biblioteca Juvenil está abrigada no Castelo de Blumenburg. O grupo de fundadores do IBBY criou uma rede internacional de pessoas que se empenharam em promover a leitura entre as crianças, acreditando que as leituras de obras de qualidade poderiam beneficiar a formação humanista dos jovens. A instituição criou o prêmio Hans Christian Andersen, de reconhecimento internacional, para autores e ilustradores de obras infantis e juvenis que tiveram um conjunto de trabalhos relevantes para a literatura infanto-juvenil. Entre os premiados constam brasileiros como as escritoras Lygia Bojunga Nunes, em 1982, e Ana Maria Machado, em 2000. Entre os ilustradores está o brasileiro Roger Mello premiado em 2014. A seção brasileira da IBBY, a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, foi fundada em maio de 1968, por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP – e contou com o apoio de instituições como o Sindicato Nacional de Editores de Livros, a Associação Brasileira do Livro, União Brasileira dos Escritores, Câmara Brasileira do Livro, Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Rio de Janeiro. Entre as pesquisas realizadas pela instituição destacamos a pesquisa "Por uma Política Nacional de Difusão da Leitura", iniciada em 1983, e forneceu suporte para o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER – em 1991. As ações da FNLIJ se estendem em frentes para a formação de bibliotecas públicas infantis, como a Biblioteca Infantil e Juvenil Maria Mazzetti, de 1979, criada na Casa Rui Barbosa no Rio de Janeiro (<https://www.literacyworldwide.org/about-us/our-story>).

¹⁸⁵ Proposta para apresentação de painéis da ALB/FNLIJ/CPL para a II CBE entregue à professora Ivany Pino, da Faculdade de Educação da Unicamp, 10/05/1982. Esta proposta está arquivada entre as correspondências recebidas pela ALB, do ano de 1982.

Em ofício da comissão organizadora do II CBE enviado à ALB, em 31/05/1982, a proposta de apresentação dos painéis da ALB foi aprovada, comunicando a data da apresentação juntamente com anexo sobre orientações sobre a apresentação.

lugar no final da tarde de 11 de junho de 1982¹⁸⁶. Naquela oportunidade, o professor Ezequiel apresentou um histórico da entidade e as ações desenvolvidas pela diretoria provisória. Na reunião, foram recolhidas várias propostas e sugestões de atividades para serem desenvolvidas pela ALB. As preocupações que se delinearam durante a reunião foram no sentido de consolidar a entidade, num primeiro momento, com a expectativa de atuação dos representantes regionais¹⁸⁷ para a organização dos núcleos de pesquisas e desenvolvimento de atividades que beneficiassem os professores da rede de ensino da região como cursos e seminários. Outra preocupação foi em relação à *Leitura: Teoria e Prática*, primeira publicação da ALB, solicitando contribuições dos associados para a revista, uma delas foi a sugestão de inserções de temas específicos discutidos por especialistas em artigos especiais. O grupo considerou também que a tarefa de recolher as contribuições para a revista poderia ser delegada aos representantes regionais. Podemos considerar que a reunião foi uma oportunidade de discutir formas de estruturar o trabalho já empenhado pela diretoria provisória e consagrar o apoio e a colaboração da FNLIJ e do Centro de Pesquisas Literárias à ALB.

Conforme consta dos anais da II CBE, a comunicação promovida pelos membros da ALB teve como interface painéis cujo tema foram os aspectos da leitura no contexto educacional. Um dos painéis trazia como título "Democracia, Educação e Leitura", o que indicava a reflexão sobre a leitura associada ao contexto político e econômico daquele momento; a discussão propunha um debate em torno dos anseios pela volta da democracia e das esperanças por soluções para problemas agudos da educação, temas que constituíam um pano de fundo para a reflexão sobre a democratização da leitura e dos bens culturais para toda a sociedade. Daquela comunicação participaram a professora Regina Zilberman como coordenadora; o professor Ezequiel T. da Silva, como representante da ALB, no exercício do cargo de presidente da entidade, e Maria Antonieta Antunes da Cunha, representante da FNLIJ. O segundo painel intitulado "Leitura e currículo escolar brasileiro" propunha a reflexão acerca dos programas curriculares desenvolvidos nas escolas e o papel reservado para a leitura no desenvolvimento dos alunos. A comunicação envolvia, sobretudo, as várias concepções de leitura nas práticas de ensino e aprendizagem, materiais didáticos e suas

¹⁸⁶ Estiveram presentes na reunião da ALB: Regina Zilberman, Glória Maria F. Pondé, Vera Teixeira Aguiar, Sonia Lucia de A. da Silva, Maria José de Moura, Maria Luiza Lima do Vale e Ezequiel T. da Silva. (*Informativo ALB* 01, setembro de 1982).

¹⁸⁷ Refere-se aos representantes regionais convidados a participar do Conselho de Representantes da ALB pela diretoria provisória.

particularidades bem como as metodologias utilizadas no que se refere às práticas de leitura. As expositoras do painel foram a professora Vera Teixeira de Aguiar do Centro de Pesquisas Literárias; Glória Fialho Pondé, representante da FNLIJ, e Alice Vieira, professora da Faculdade de Educação da USP que também representou a ALB.

A proposta dos temas desenvolvidos pelos painéis apresentados durante a Conferência se alinhava ao tema geral do evento, "Educação: perspectivas na democratização da sociedade", cujo propósito era enfatizar os debates em torno das perspectivas colocadas naquele momento, que permitiam reflexões a respeito das sobre as alternativas necessárias para a recomposição democrática do país em todas as instâncias da sociedade. Importante lembrar um momento marcante da II Conferência Brasileira de Educação, dado pelo *Manifesto aos participantes da II CBE*, um documento redigido pela organização do evento, cujo intuito era o de uma tomada de posição em relação ao momento que o país atravessava, e que exigia dos educadores uma reflexão aprofundada acerca dos novos desafios que se colocavam no campo educacional.

É exatamente este o novo desafio histórico: ao mesmo tempo em que reconhecemos estar no final de um ciclo em que o autoritarismo, o mandonismo e a falta de oportunidade de participação popular prevaleceram; é neste momento – e como fruto de nossa ação cotidiana de resistência, de protesto, de inconformismo – que são gestadas as condições para a construção da nova sociedade democrática.

Não é por acaso, portanto, que 1982 é para os educadores o ano da educação, pública e gratuita. A proposta "educação: um direito de todos e um dever do Estado" deve ser a "palavra de ordem" que nos una acima das dissensões (ANDE, ANPEd, CEDEC, CEDES, 1982).

A segunda edição da Conferência reuniu um número expressivo de participantes, 1910 inscritos ao todo. Quanto ao público presente ao evento, a estimativa é de que tenha atingido 2200 pessoas circulando diariamente pela Conferência. De acordo com a programação do II CBE houve a realização de treze simpósios, integralmente voltados aos debates que procuravam envolver os setores da sociedade que lutavam em prol da democracia, como era o caso dos professores, educadores, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas e artistas (CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1980).

O evento marcou o cinquentenário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*¹⁸⁸, publicado em 1932, que representa um marco na história da educação brasileira e trazia como signatários educadores como Fernando Azevedo, seu principal articulador, Anísio Teixeira, Afrânio Coutinho, Cecília Meirelles, Paschoal Lemme

¹⁸⁸ *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, publicado em 19 de março de 1932 em vários órgãos da imprensa brasileira, em especial, o jornal *O Estado de São Paulo* cujo proprietário, Júlio de Mesquita, foi signatário do *Manifesto*. Redigido pelo educador Fernando Azevedo, o documento foi assinado por 26 educadores renomados no campo educacional entre eles Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Cecília Meirelles, Delgado de Carvalho, Roquete Pinto, Paschoal Lemme. O documento expunha a necessidade de um amplo processo de renovação do sistema educacional brasileiro. Segundo a professora Diana Vidal, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, o texto apresentava basicamente três propósitos: 1) Defesa dos princípios de "novos ideais da educação" necessários para a modernização do sistema educacional: "além da laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da coeducação, o *Manifesto* propugnava pela escola única, constituída sobre a base do trabalho produtivo, tido como fundamento das relações sociais, e pela defesa do Estado como responsável pela disseminação da escola brasileira"; 2) O documento criava um "personagem coletivo: *os pioneiros da escola nova*"; 3) O *Manifesto* dirigia críticas às ações governamentais realizadas no campo educacional e propunha a mudança urgente do sistema educacional por não atender às demandas das transformações necessárias para a modernização do país. Vidal aponta que "ao descaracterizar as investidas anteriores na arena educacional (concebida como escola tradicional ou mesmo como vazio de ações), o texto se produzia como marco fundador no debate da educação brasileira". Esses propósitos inscritos no documento não eram sem razão, o texto trazia à público as disputas pela condução das políticas do Ministério da Educação e Saúde criado pouco antes em 1930. Os apontamentos procuram delimitar as razões pelas quais o *Manifesto dos Pioneiros* se tornou uma referência na história da educação brasileira. O *Manifesto* representava, segundo a autora, um posicionamento dos intelectuais liberais, em sua maioria filiada ao Partido Democrático, que, naquele momento, eram críticos em relação aos rumos traçados pelo governo de Getúlio Vargas, depois do Golpe de 1930. A publicação do *Manifesto* meses antes da eclosão do movimento revolucionário de 1932 fazia do documento um manifesto político: "a defesa da descentralização do sistema educacional confluiu aqui com os anseios pelo federalismo abraçado pelas elites paulistanas". Assim, o documento afirma o propósito político do grupo de intelectuais num programa de reforma educacional. No *Manifesto* podemos observar: "Em lugar dessas reformas parciais, que se sucederam, na sua quase totalidade, na estreiteza crônica de tentativas empíricas, o nosso programa concretiza uma nova política educacional, que nos preparará, por etapas, a grande reforma, em que palpitará, com o ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação" (*O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932*). Ainda que o *Manifesto* representasse um movimento de cunho político numa determinada conjuntura política é preciso lembrar que o documento trazia as propostas da Educação Nova que definia os princípios básicos da educação democrática. Consta no documento: "A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a 'hierarquia democrática' pela 'hierarquia das capacidades', recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. [...] A seleção dos alunos nas suas aptidões naturais, a supressão de instituições criadoras de diferenças sobre base econômica, a incorporação dos estudos do magistério à universidade, a equiparação dos mestres e professores em remuneração e trabalho, a correlação e continuidade do ensino em todos os graus e a reação contra tudo que lhe quebra a coerência interna e a unidade vital, constituem o programa de política educacional, fundada sobre a aplicação do princípio unificador que que modifica profundamente a estrutura íntima e a organização dos elementos constitutivos do ensino e dos sistemas escolares" (*O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*, Revista HISTEDBR, online, Campinas, n. especial, p.188-204, ago.2006, site:http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf).

(VIDAL, Diana G., 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate, In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set.2013, endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>).

entre outros. A participação do professor Paschoal Lemme¹⁸⁹ no II CEB constava do programa, mas o educador não pôde comparecer ao evento. Paschoal Lemme enviou uma carta aos participantes da CEB, documento que se tornou um registro privilegiado da memória do evento.

Na carta, o educador, que sempre militou em favor da educação democrática reivindicada já no *Manifesto dos Pioneiros*, assinalava os desastrosos resultados impostos à estrutura educacional pelos dezoito anos de autoritarismo e as graves e desfavoráveis condições às quais a população fora submetida ao longo do período, resultantes de um projeto de poder alheio aos interesses e às necessidades da nação. Paschoal Leme lembrava o agravamento e aprofundamento da desigualdade social no Brasil claramente visíveis nas altas taxas de mortalidade infantil e nas estatísticas que sobre camada expressiva de trabalhadores que recebiam um salário ínfimo e incompatível com a dignidade humana – pelo menos 25 milhões e 800 mil trabalhadores recebiam menos que um salário mínimo representando quase 20% da população do país. Some-se a isso, como lembra o professor Lemme, uma alarmante realidade da população infantil: das quarenta milhões de crianças desassistidas na América Latina, em estado de negligência, semiabandono ou abandono, 20 milhões

¹⁸⁹ Paschoal Leme (1904 – 1997) foi professor e administrador na rede de ensino. Em 1926, associou-se à Associação Brasileira de Educação (ABE) e dois anos mais tarde ingressou na equipe de direção de Fernando Azevedo na Instrução Pública do Distrito Federal, período no qual as mudanças instituídas pela reforma educacional idealizada pelo professor Azevedo já estavam em curso. A Reforma instituída na gestão de Fernando Azevedo trouxe a reorganização da carreira de magistério quanto aos salários, aposentadoria, demissões e instituiu o concurso público para a carreira (foi implementado também para outros cargos). Inspirado pelos preceitos pedagógicos da Escola Nova, a reforma procurou trazer práticas pedagógicas que tiveram como ponto central o processo de aprendizagem da criança com a valorização do livro para a construção do conhecimento, laboratórios, cinema etc. Embora Fernando Azevedo tenha se afastado da diretoria da Instrução Pública com a Revolução de 1930, Paschoal Lemme continuou a trabalhar na instituição. Em 1931, Anísio Teixeira foi nomeado diretor do órgão público e foi responsável pela reforma mais significativa da educação do Distrito Federal reestruturando as instâncias administrativas e técnico-administrativas o que permitiu, em 1933, a criação do Departamento de Educação. Em 1935, o Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal foi transformado na Secretaria de Educação e Cultura (PAULILO, 2009, p. 442). Paschoal Lemme participou das transformações implementadas e com a criação da Secretaria de Educação, passou a desempenhar papel relevante à frente de divisões que se dedicavam à educação de adultos. Em suas palavras, a reforma implementada por Anísio Teixeira foi o momento mais significativo da tentativa de se colocar em prática os princípios que nortearam o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932. Em 1935, Anísio Teixeira foi forçado a deixar o cargo de Secretário acusado de ser comunista e subversivo (momento de fechamento da Aliança Nacional Libertadora por Vargas em repressão ao levante comunista em 5 de julho de 1935), em razão de suas relações com o então prefeito da capital Pedro Ernesto, que se alinhara à ANL. Paschoal Lemme deixa também a Secretaria e volta à suas funções de professor. Foi preso por questões políticas permanecendo no presidio durante 1 ano e 4 meses, entre 1936 e 1937. Em 1939, aprovado em concurso, começou a trabalhar no INEP na equipe de Lourenço Filho. Trabalhou ainda no Museu Nacional e no Instituto Nacional do Cinema Educativo, INCE. O educador foi autor da *Carta Brasileira de Educação Democrática*, aprovada pela IX Conferência Nacional de Educação, em 1945, promovida pela Associação Brasileira de Educação. (FÁVERO, 2004).

eram brasileiras e dentre esse contingente 2 milhões de menores viviam em efetivo estado de abandono. As estatísticas rememoradas pelo educador traziam outro dado da realidade brasileira bastante grave: dois terços das famílias brasileiras não tinham condições financeiras para garantir a provisão básica de alimentos para a família, o que gerava altos índices de desnutrição infantil, um problema que já se tornara crônico no país.

No documento que enviou aos participantes da II CEB, Paschoal Lemme não deixou de se ater à realidade da educação no país, de índices igualmente alarmantes e que expunham um cenário quase catastrófico. Dentro da situação geral das crianças brasileiras em idade escolar, bastaria lembrar que quase 90% das crianças com menos de 7 anos estavam excluídas do atendimento de nível pré-escolar; na 1ª série do 1º grau, o índice de reprovação e evasão escolar chegava a 60%. Na carta, o educador demonstra um sentimento agudo de inconformismo diante das injustiças sociais faz um apelo aos professores no sentido de que assumam a tarefa de se repensar a educação em seu aspecto mais fundamental que é a natureza "político-social" da educação, contrariamente, aos debates que consideravam a educação como uma questão "de natureza apenas pedagógica, de didática, de metodologia ou de técnica de ensino" (LEMME, 1982, p.19). Paschoal Lemme fez questão de lembrar aos destinatários de sua carta a "definição inspiradora" de concepção de educação democrática que fora apresentada na *Carta Brasileira de Educação Democrática*, durante o IX Congresso Brasileiro de Educação, em Goiânia, promovida pela Associação Brasileira de Educação em 1945.

Educação democrática é aquela que, fundada no princípio da liberdade e no respeito à pessoa, assegura a expressão da personalidade, proporcionando a todos igualdade de oportunidades, sem distinção de raças, classes ou crenças, na base da justiça social e da fraternidade humana, indispensáveis a uma sociedade informada pelo espírito de cooperação e consentimento. Por isso mesmo, a educação democrática exige, distribuição do poder econômico não estabeleça nem antagonismos e nem privilégios. (LEMME, 1982, p.20)

Necessário também lembrar o registro da ratificação das palavras de Paschoal Lemme pelo professor Florestan Fernandes em carta lida na abertura do evento. Florestan Fernandes corrobora a importância histórica das mobilizações da classe trabalhadora como a "garantia civil de uma nova evolução criadora (e, se esta for

impossível, de uma autêntica guerra civil regeneradora)". Dessa perspectiva, reiterava que a tarefa dos educadores, naquele momento, era de se colocar em "uma posição independente e crítica" para que pudessem "dar um salto qualitativo revolucionário para acompanhar o processo histórico desencadeado pelo novo sentido da autoafirmação como classe dos trabalhadores"¹⁹⁰. A tarefa destinada aos educadores configurava-se complexa, pois a necessidade de se repensar a educação naquele momento representava examinar com profundidade princípios da formação cidadã que se almejava para a sociedade e planejar ações que pudessem provocar o rompimento de estruturas e valores no sistema educacional já tão corrompido pelas políticas públicas que mantinham como meta a exclusão de grande parte da população. Essa, sem dúvida, não seria uma tarefa das mais simples.

3) A 34ª Reunião Anual da SBPC realizada em Campinas.

A Reunião Anual da SBPC, promovida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, constituiu-se, ao longo de sua existência, um fórum de debates a reunir pesquisadores de todas as áreas das ciências bem como representantes de sociedades científicas nacionais e internacionais visando à "difusão dos avanços das ciências nas diversas áreas do conhecimento"¹⁹¹ e o debate sobre as políticas públicas na área de ciência e tecnologia. Após sua fundação em 1948¹⁹², os encontros anuais

¹⁹⁰ O professor Florestan Fernandes, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo não pode comparecer na II CBE e enviou uma carta aos participantes da Conferência que foi lida na sessão de abertura.

¹⁹¹ Reunião Anual da SBPC, dados retirados do site; www.sbcnet.org.br, acesso em 22/03/2017.

¹⁹² Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência fundada em 8 de julho de 1948. A iniciativa partiu de um grupo de professores formado por Paulo Sawaya, professor da cátedra de Fisiologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP; José Reis, pesquisador e professor do Instituto Biológico de São Paulo; e Maurício Rocha e Silva, pesquisador e professor do Instituto Biológico de São Paulo que viram a necessidade de criar uma associação para o progresso da ciência inspiradas no modelo americano e inglês que se desenvolviam naquele período. Na primeira diretoria eleita em assembleia, a presidência foi ocupada pelo professor Jorge Americano, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; para o cargo de vice-presidente foi designado o professor Maurício Rocha e Silva; como secretário geral da entidade foi nomeado o professor José Reis e como tesoureiro, o professor Paulo Sawaya. No final do primeiro ano de atividades, a entidade reuniu 265 sócios e já promovia várias palestras e conferências de pesquisadores renomados. A revista *Ciência e Cultura* cuja primeira edição data do início do ano de 1949, foi um dos primeiros empreendimentos da diretoria eleita, e, passadas quase sete décadas, continua ainda a circular, em versão impressa e edição on-line. Também em 1949, teve início o ciclo das Reuniões Anuais, evento de maior porte que congregava cientistas do país e do exterior objetivando debater os problemas e temas de interesse da comunidade científica. Desde as primeiras reuniões, além da especificidade de cada tema escolhido como objeto do debate, havia a preocupação de vincular os conhecimentos científicos produzidos à realidade social e política do país. As Reuniões Anuais agregavam grande número de participantes trazendo para a entidade um número expressivo de sócios. Logo na 2ª Reunião Anual, em 1950, o número de sócios já chegava a mais de 700 e desde então, a

tornaram-se referência na agenda de encontros científicos e acadêmicos no Brasil. Cabe lembrar o papel da SBPC na divulgação das ciências e, em especial, a atuação da entidade em defesa do desenvolvimento da ciência em momentos marcantes da história do país, pautando-se pela "manutenção de elevados padrões de conduta científica, combatendo a pseudociência ou a meia-ciência" e assumindo "atitude definida e ativa de combate no sentido de assegurar, contra possíveis incompreensões, a liberdade de pesquisa, o direito do pesquisador aos meios indispensáveis de trabalho, à estabilidade para realização de seus programas de investigação, ao ambiente favorável à pesquisa desinteressada", objetivos básicos constituídos por ocasião da fundação da SBPC (CADERNOS SBPC, 2004, p. 35).

A primeira Reunião Anual da SBPC foi realizada em Campinas, no período de 11 a 15 de outubro de 1949. As diversas sessões do congresso tiveram lugar no Instituto Agrônomo de Campinas, no Centro de Ciências, Letras e Artes e na Sociedade de Medicina e Cirurgia e delas participaram 104 congressistas com 86 trabalhos¹⁹³. A sessão de abertura do evento foi realizada no Centro de Ciência, Letras e

entidade tem crescido ano a ano, chegando a 18 mil sócios. Entre os cientistas de renome que colaboraram para o crescimento da entidade podemos citar o educador Anísio Teixeira, o professor Aziz Ab'Saber, a professora Carolina M. Bori, o professor Crodowaldo Pavan, professor Ênio Candotti, professor José Goldemberg entre outros. (SBPC,2004).

¹⁹³ O Instituto Agrônomo de Campinas foi fundado como Imperial Estação Agrônoma de Campinas em 1887 por D. Pedro II. Sua finalidade era desenvolver pesquisas e recursos para a agricultura e a justificativa para a instalação da instituição em Campinas veio do fato da cidade alcançar a cifra de 15% da produção cafeeira do país no final do século XIX. O primeiro diretor do Instituto Agrônomo de Campinas foi o químico austríaco Franz J. W. Daefert. No período de 1924 a 1942, o Instituto Agrônomo passou por transformações importantes sob a gestão de Theodureto Leite de Almeida Camargo, engenheiro agrônomo formado pela Escola Politécnica de São Paulo. Theodureto proporcionou a ampliação do pessoal técnico do IAC, modernizou os laboratórios, renovou o acervo da biblioteca e implantou campos de estudos e seções específicas de pesquisas como a seção de genética visando à seleção e melhoramentos de plantas. Um dos pesquisadores da seção de genética foi Carlos Arnaldo Krug, especialista em genética e citologia pela Universidade de Cornell dos Estados Unidos, que ocupou a presidência do Instituto em 1949. Carlos Krug foi também sócio fundador da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e um dos incentivadores da realização da 1ª Reunião Anual da entidade em Campinas.

Instituto Biológico, inicialmente designado Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, foi criado em dezembro de 1927, pouco tempo depois dos cafezais do estado de São Paulo terem sido atacados por uma praga no ano 1924. À época, a Secretaria de Agricultura do Estado instituiu uma comissão de combate formada pelos pesquisadores Arthur Neiva, Ângelo da Costa Lima e pelo engenheiro agrônomo Edmundo Navarro. O sucesso da campanha foi decisivo para que as autoridades criassem uma instituição de pesquisa visando à defesa sanitária da agricultura. Entre os pesquisadores de renome que atuaram no Instituto estavam José Reis e Henrique da Rocha Lima, ambos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência juntamente com o professor Paulo Sawayá

O Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (CCLA), fundado a 31 de outubro de 1901, figurou desde então como espaço de debate intelectual, científico e cultural junto à comunidade campineira. No início do século XX, o CCLA reuniu políticos republicanos, intelectuais e cientistas de renome do Brasil, em especial os pesquisadores que fundaram a Imperial Estação Agrônoma de Campinas que, posteriormente, viria a se tornar o Instituto Agrônomo de Campinas. Figuram entre os fundadores do

Artes com as conferências dos professores Eduardo Braun Menendez, secretário geral da Associação Argentina para o Progresso da Ciência, e Gleb Wataghin, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Vários pesquisadores e professores universitários, cujos trabalhos se destacavam no cenário nacional ampliaram o alcance e a representatividade do evento. Simpósios como: 1) “Recursos Minerais”, com palestras de Othon Leonardos, professor do Museu Nacional, Cel. Bernardino de Mattos, representante do Conselho Nacional do Petróleo; e de Octávio Barbosa, geólogo e professor da Escola Politécnica de São Paulo; 2) “Genética e aperfeiçoamento de plantas úteis”, cuja mesa foi presidida por Carlos Arnaldo Krug, presidente do Instituto Agrônomo de Campinas; 3) “Genética de populações e conceito de espécie” com conferências dos professores André Dreyfus e Crodowaldo Pavan, da Universidade de São Paulo tiveram lugar no evento. O evento contou com a presença de cientistas já de renome como Carlos Chagas Jr, Paulo Sawaya, Paulo Galvão, Oto G. Bier entre outros, além de eventos paralelos como o Seminário de Estatística, organizado pelo Instituto Agrônomo de Campinas e o Instituto Biológico de São Paulo¹⁹⁴.

Em julho de 1982, trinta e quatro anos após a realização da primeira edição da Reunião Anual da SBPC, Campinas voltou a abrigar o evento, que teve a presidência do professor Crodowaldo Pavan, um dos participantes do evento fundador em 1949¹⁹⁵. Com exceção da sessão de abertura e instalação dos trabalhos do congresso que tiveram lugar no Centro de Convivência de Campinas, região central da cidade, a 34ª edição da

CCLA o escritor Coelho Neto, o primeiro presidente civil da República Manoel Ferraz de Campos Salles, os republicanos Francisco Glycério, Jorge Miranda, Cesar Bierrenbach, Theodoro Sampaio, o compositor Alberto Nepomuceno, a escritora Adelina Lopes de Almeida, o naturalista Barbosa Rodriguez, Olavo Bilac, Ruy Barbosa, o jurista Sylvio Romero, o médico Nina Rodrigues, etc.(TAKAMATSU, 2011).

¹⁹⁴Não há dúvida de que a 1ª Reunião Anual tenha alcançado as expectativas dos organizadores e, igualmente, projetado a entidade como um espaço de relevância para os debates e divulgação dos conhecimentos científicos. Nesse sentido, e como resgate da memória da SBPC, cabe lembrar um dado curioso exposto na conferência de abertura da X Reunião Anual da SBPC em 1958, comemorando os dez anos da Reunião, o professor Maurício Rocha e Silva faz um breve relato a respeito da primeira edição do evento: Na realidade, a Reunião foi um sucesso completo. O programa de uma semana de apresentação de trabalhos foi realizado à risca, com mínimo de faltas. [...] Historicamente, a Reunião de Campinas foi a primeira do gênero, realizada na América do Sul e teve como visitante de honra, o representante da Associação Argentina, Eduardo Braun Menendez, que esteve presente a quase todas as sessões, tomando parte nas discussões e realizando uma conferência "Liberdade de Pesquisa" na sessão inaugural. Tivemos ainda como hospede de honra, na primeira Reunião Anual de Campinas, o fundador da Física Experimental no Brasil, Gleb Wataghin, que discorreu na sessão inaugural sobre a "Origem do Universo". (CADERNOS SBPC, 2004, p. 40).

¹⁹⁵ Em 1949, o professor Crodowaldo Pavan já pertencia ao quadro docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e atuava como assistente do professor André Dreyfus, um dos fundadores da Universidade de São Paulo e pesquisador renomado na área de genética. A palestra do professor Pavan na 34ª Reunião Anual da SBPC teve como tema a genética e as espécies.

Reunião Anual da SBPC concentrou as atividades na Unicamp em diversos institutos e faculdades.

A da 34ª Reunião Anual da SBPC em Campinas, propiciou à ALB, ainda nos momentos iniciais de sua trajetória, a oportunidade de maior contato com pesquisadores de diversas partes do país e ampliação do diálogo com vários segmentos da ciência, da pesquisa científica e da comunidade universitária. Dessa forma, a diretoria provisória da ALB considerou que a ocasião era também uma oportunidade de mobilização dos associados da entidade bem como de divulgação de seus programas e políticas de atuação. A Reunião Anual poderia também configurar um novo canal de comunicação entre os congressistas e a ALB, permitindo, inclusive, novas adesões à entidade¹⁹⁶.

Concomitantemente aos trabalhos da SBPC, ocorreu no dia 08 de julho de 1982, a reunião dos associados da ALB na Faculdade de Educação da Unicamp¹⁹⁷ e que teve como pauta de reunião as discussões sobre os Estatutos da entidade, a recolha de contribuições para a revista *Leitura: Teoria & Prática* e para a organização do 4º COLE previsto para o ano seguinte, o planejamento e organização de seminários regionais e a discussão das estratégias de divulgação da ALB. Uma das preocupações da diretoria relacionava-se ao propósito de formar grupos de pesquisas regionais; entretanto, o pequeno número de associados adiou as expectativas de efetivar a criação desses núcleos de pesquisas. Todavia, foi possível discutir entre os participantes da reunião algumas propostas para divulgação e consolidação da entidade. Num primeiro momento, o grupo debateu a perspectiva da entidade estabelecer uma relação de proximidade com outras associações que compartilhavam o interesse pela leitura visando ao intercâmbio e ao fortalecimento das ações em prol da leitura¹⁹⁸.

Cabe notar que, naquele momento, havia no Brasil duas associações que compartilhavam interesses sobre o tema leitura, uma sediada no Rio Grande do Sul e outra no Distrito Federal. Em toda a América Latina, constavam seis associações todas

¹⁹⁶ A sugestão de realizar a reunião de associados durante a 34ª Reunião Anual da SBPC foi feita na reunião da ALB realizada na II CBE (*Informativo ALB 01*, setembro de 1982)

¹⁹⁷ Convocatória nº 01, carta enviada aos associados para convocação de reunião em 08/07/1982, na Faculdade de Educação da Unicamp, sala 38, às 16 hs. (Arquivo de correspondências expedidas, ano 1982.). Na reunião do dia 08 de julho foi registrada a presença de 16 associados: Olga Molina, Lilian Lopes M. da Silva, Alcebíades Luizan, Else Benetti Marques Válio, Sílvia M. Hilkner, Maria Jose C. Gomes, Maria Lucia de S. D'Alessandro, Norma L. Leite, Emília Amaral, Carmen Lucia T. Cunha, Nelsina Rita de Almeida, Sylvania B. Terzi, Ezequiel T. da Silva, Mariza T. B. Mendes, Helly F. Ferley, Doralice C. b. Soares.

¹⁹⁸ Ata de reunião da diretoria provisória, 26/06/1982, p.9 e 10

vinculadas ao *International Reading Association (IRA)*¹⁹⁹. A ALB vislumbrava na aproximação com outras instituições congêneres a possibilidade de fortalecer os trabalhos e as ações em prol da leitura, reforçando e realinhando a importância do tema no contexto educacional. Daí a preocupação da diretoria provisória quanto à importância de estabelecer maior proximidade com associações que perseguissem objetivos similares bem como a vinculação da entidade a uma instituição reconhecida internacionalmente como a *International Reading Association (IRA)*. Cabe, entretanto, lembrar, que não poderia ser uma adesão tácita. Tanto que, ao longo dos anos de 1982 e 1983, a diretoria debateu sobre essa questão em reuniões ponderando os benefícios e dificuldades que estariam envolvidos na filiação da ALB a uma organização internacional. Os questionamentos estariam em torno das condições que facilitariam a consolidação da ALB como entidade, mas isso pressupunha também uma relação de dependência e mesmo de subordinação à instituição, tendo em vista as exigências do protocolo para filiação com orientações específicas em relação aos objetivos, estatutos etc²⁰⁰. Ao lado desses questionamentos, havia a inquietação dos membros da diretoria em traçar diretrizes que permitissem a construção de uma identidade para a ALB, levando-se em conta as especificidades que faziam parte do momento político e social do Brasil. Essas questões, que podem ser observadas nas atas de reuniões da diretoria²⁰¹, resultaram no consenso entre os membros da diretoria provisória de que a ALB deveria consolidar uma orientação própria e o objetivo maior seria "o estabelecimento de uma instituição de cunho nacional"²⁰².

Na reunião de associados da ALB realizada durante o encontro da SBPC foi também debatida a questão a respeito da realização de seminários regionais. Contudo, houve um consenso de que seria necessário, num primeiro momento, formar os núcleos de pesquisas regionais e estabelecer uma estrutura mínima para a organização e

¹⁹⁹ *International Reading Association (IRA)*, hoje conhecida como *International Literacy Association (ILA)* foi criada em 1956 visando ao estímulo e criação de programas de incentivo à leitura. A organização tem sede nos Estados Unidos e conta com 70 mil membros e 1250 associações afiliadas. O nome da associação foi alterado em 2015 depois de reflexões e discussões entre os associados e conselhos sobre seus rumos. A instituição tem por objetivo criar uma rede internacional de profissionais ligados à alfabetização por acreditar que toda a fundamentação da leitura está no processo de alfabetização. Dessa forma, a instituição passou a promover a alfabetização através de pesquisas, programas de incentivo para educadores e professores, cursos, publicações etc.

²⁰⁰ Carta recebida do IRA, 31/05/1983

²⁰¹ Ata de reunião da diretoria provisória, 26/02/1983. As discussões sobre a filiação da ALB ao IRA são registradas em atas posteriores com informes sobre as correspondências trocadas entre as entidades (Atas de reuniões de 30/4/1983 e 18/06/1983).

²⁰² Idem.

divulgação dos seminários; além disso, a viabilização desses núcleos viria como suporte para que a ALB pudesse desenvolver atividades de interesses em várias regiões do país. Um aspecto relevante projetado para os seminários regionais dizia respeito à necessidade de atenderem uma pauta que respondesse às preocupações mais imediatas dos associados da entidade, e que oferecessem aos professores da rede pública de ensino cursos de capacitação e atualização capazes de ofertar recursos pedagógicos para a atuação em sala de aula e estratégias que visassem um melhor desempenho dos alunos em relação à leitura. Outro tópico debatido na reunião dos associados dizia respeito à organização e planejamento do 4º COLE a ser realizado no ano 1983, projeção que preservava o intervalo de dois anos entre os congressos. Dentre as sugestões de temas para o 4º COLE estava "a televisão como concorrente da leitura". O tema seria uma tentativa de vincular as discussões do congresso às preocupações em relação ao veículo de comunicação de grande poder persuasivo que era a televisão. No sentido de facilitar a participação dos professores das redes de ensino público e privada, ponderou-se que o congresso deveria ser realizado no período de férias escolares, facilitando a resolução do problema de justificação do período de participação no congresso. Na avaliação da diretoria provisória a reunião dos associados da ALB teve resultado positivo embora contasse com um número restrito de associados. As propostas debatidas foram importantes para o encaminhamento das atividades da ALB e, sobretudo, reforçavam as diretrizes para a consolidação da entidade.

Ao constituirmos a memória de um período tão relevante para a história recente do país, é importante observar detalhes que se incorporaram no tempo, mas que, em sentido geral, têm sua importância para a composição do momento que desejamos compor. Como já foi dito anteriormente neste trabalho, o momento de criação da ALB coincidiu — ou, mesmo, derivou — de um período de intensa mobilização da comunidade universitária e que, dentre outras reformas, reivindicava um amplo processo democrático de consulta para a reestruturação da universidade.

No período de realização da 34ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 1982, a comunidade universitária da Unicamp ainda mantinha a mobilização pela institucionalização da universidade, fato que gerava atenção maior e mais repressiva do governo estadual em relação às manifestações públicas na universidade. Um incidente envolvendo o estudante paraibano Josino Reinhault ilustra essas disposições e o acirramento dos ânimos. Logo nos primeiros dias da Reunião Anual, soldados da

Polícia Militar do Estado de São Paulo prenderam Josino, acusando-o de afixar faixas com conteúdo político nos prédios da universidade. O estudante foi solto horas depois, mas Romeu Tuma, então delegado geral do DEOPS, chamou a atenção do Reitor da Unicamp, o professor Aristodemo Pinotti, em relação à ilegalidade das propagandas políticas de partidos clandestinos. Dentre os “partidos clandestinos” apontados pelo delegado Tuma, estava o Partido Comunista do Brasil (PCdo B) cuja bandeira estava afixada na área onde a secretaria geral do evento fora instalada. A reação da diretoria da SBPC frente à intervenção gerou polêmica. O professor Crodowaldo Pavan, presidente da instituição, solicitou a retirada da bandeira, determinando que, caso não houvesse entendimento através do diálogo, a possibilidade de encerramento da Reunião Anual antes do prazo previsto não estava descartada (FOLHA DE SÃO PAULO, 1982, p.17). A reação da diretoria da SBPC suscitou dúvidas em relação ao posicionamento político da entidade; alguns segmentos da imprensa chegaram a acusar a diretoria da entidade de alinhamento com o governo militar. Em resposta e, através de reiteração pública noticiada pela Folha de São Paulo, o professor Pavan marcou posição de que a SBPC não mantinha qualquer vínculo político com o regime militar, pois a entidade sempre fora "completamente autônoma e independente" e "sempre saiu em defesa da intelectualidade e jamais admitiu arbitrariedades para com o pensamento", seu compromisso único é de "colocarmos nossa inteligência e pessoal a serviço da ciência e do país" (FOLHA DE SÃO PAULO, 1982, p.17).

Cabe, entretanto, lembrar que o incidente não era apenas um fato isolado. As tensões que tiveram lugar durante a Reunião Anual eram resultado do processo de intervenção sofrido pela universidade no ano anterior e que, na mesma medida, resultara de ações repressivas contra a comunidade universitária reivindicando a reestruturação e a institucionalização da Unicamp.

Era consenso entre a comunidade universitária e as forças democráticas da sociedade que a institucionalização da universidade significava um importante passo para o desenvolvimento de uma instituição sólida, com estatutos que amparassem uma estrutura organizacional democrática sem o jugo paternalista e centralizador na qual a universidade fora criada na década de 1960²⁰³. As lutas pela institucionalização da

²⁰³ A Unicamp foi fundada oficialmente em 05 de outubro de 1966, em cerimônia que contou com a presença do então presidente da República Marechal Humberto Castelo Branco. Em 1965, foi criada a Comissão Organizadora da Universidade de Campinas visando ao estudo e formação de institutos da universidade. Naquele período havia apenas a Faculdade de Medicina em funcionamento. A referida

Unicamp já integravam a pauta de discussões das associações de classe da comunidade universitária no final da década de 1970, além, evidentemente, das reivindicações de melhorias nas condições de trabalho e a regulamentação trabalhista dos funcionários da instituição. A Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp) e a Associação dos Servidores da Unicamp²⁰⁴ (Assuc) tiveram papel decisivo no processo de sua institucionalização e, com a adesão dos estudantes ao movimento, puderam efetivar uma mobilização histórica dentro da universidade.

A terceira diretoria da Adunicamp assumiu em 1979 propondo principalmente o encaminhamento de debates sobre a institucionalização da Unicamp. Criada em 1966, a Unicamp ainda mantinha um estatuto provisório: suas instâncias decisórias – como o Conselho Universitário e as congregações – não estavam instituídas, sendo provisoriamente exercidas por um Conselho Diretor e outros órgãos colegiados; os mecanismos de sucessão, seja do reitor ou dos diretores das unidades, eram mal definidos e as carreiras docentes e dos funcionários careciam de regulamentação. Por isso, a Adunicamp, juntamente com outros setores da Universidade – funcionários e alunos – iria desenvolver uma intensa luta para consolidar regras estáveis e consensuais, isto é, institucionais que pudessem reger o cotidiano da Unicamp (ADUNICAMP, 1991, p.34).

Em outubro de 1981, a comunidade universitária assumiu a organização de uma consulta democrática visando à eleição de candidatos que comporiam a lista sêxtupla ao cargo de Reitor. A lista teve o nome do educador Paulo Freire em primeiro lugar. Entretanto, o Conselho Estadual de Educação elaborou um parecer que considerava ilegal o processo de consulta e declarou como irregular a situação de oito professores que faziam parte do Conselho Diretor. Essa foi a justificativa do governador Paulo Maluf para implementar um processo de intervenção na universidade que exonerou oito diretores de institutos e impôs outros nomes de confiança do governo

Comissão foi formada pelos professores Zeferino Vaz, que se tornaria o primeiro Reitor da Unicamp, Paulo Gomes Romeu e Antônio Augusto Almeida. O principal objetivo da fundação da universidade seria o de implantar na região de Campinas centros avançados de pesquisas, visando à modernização da tecnologia existente no país. O professor Zeferino Vaz chegou a se reunir com empresários da região para definir as demandas que os centros de pesquisas poderiam atender. Logo após a fundação da universidade, foi autorizada a instalação dos institutos de Biologia, Física, Matemática e Química, além das Faculdades de Engenharia de Alimentos, Ciências e Enfermagem e o Colégio Técnico. As instalações dos institutos foram construídas em uma gleba de 30 alqueires doada pela família Almeida Prado (<http://www.unicamp.br/unicamp/node/64>).

²⁰⁴ A Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc) surgiu na década de 1960 como associação de funcionários que visava o convívio e recreação dos funcionários da universidade. Somente após a promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu o direito de organização de sindicatos de funcionários no serviço público, a Assuc pode ser transformada em sindicato. Em 23 de junho de 1991, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (<http://www.stu.org.br>).

estadual. Outra medida punitiva foi a exoneração dos funcionários da universidade que participaram do movimento e que pertenciam ao quadro de direção da Assuc. Naquele momento, a comunidade universitária reagiu com vigor. Não havia disposição da comunidade em transigir às pressões impostas pelo governo estadual; pelo contrário, havia sim, determinação em dar prosseguimento à intensa mobilização. Em assembleia, com mais de 4 mil participantes, em outubro de 1981, decidiu-se pela manutenção do "estado permanente de mobilização" (CORREIO POPULAR, 1981, p.9). Em artigo publicado no jornal *Correio Popular* de Campinas, o professor Maurício Tragtenberg, da Faculdade de Educação da Unicamp, analisou os desdobramentos da crise.

O movimento de reação à intervenção foi unitário: funcionários, alunos e professores reagiram a ela. A população de Campinas apoiou a resistência à intervenção, aclamando os que realizaram a passeata pela cidade sob o signo "Vá à rua, a Unicamp também é sua".

No entanto, o que o movimento contra a "intervenção" teve de ganhos pode ser perdido pela negociação. A negociação constitui o momento mais delicado que passa o movimento.

De hoje em diante a luta na Unicamp se dará sob o signo da tentativa de esvaziamento do movimento pela Reitoria que conta com o término do ano letivo a seu favor, para desmobilizar alunos e professores. Outra técnica de esvaziamento consistirá em negociar através de personalidades "ilustres" do meio universitário, negando às entidades representativas qualquer reconhecimento (TRAGTENBERG, 1981, p.5).

As negociações exigidas pelo impasse foram conduzidas pela Comissão de Negociações composta por representantes de todas as categorias da comunidade universitária. Na pauta de reivindicações estava a discussão e definição do processo de institucionalização da universidade, a reintegração dos funcionários demitidos e a demissão dos diretores nomeados pelo governo estadual. A Reitoria acabou cedendo a algumas questões como a exoneração dos interventores nomeados pelo governo e solicitou aos membros de cada instituto que indicassem um diretor substituto. A nomeação do novo Reitor da universidade sofreu reveses quando o Conselho Diretor, manipulando a lista dos nomes de candidatos, colocou o nome do professor José Aristodemo Pinotti, da Faculdade de Ciências Médicas, em primeiro lugar. O governador Paulo Maluf nomeou o professor Pinotti ao cargo de Reitor logo em seguida. Essa decisão criou uma cisão interna na mobilização dos professores, pois uma parcela da categoria apoiava a nomeação, acreditando que o professor Pinotti seria capaz de dialogar com os setores da universidade para recompor e reestruturar a

instituição. Todavia, essa visão não era compartilhada pela totalidade da categoria, que via na indicação um artifício criado para conter os avanços democráticos da universidade. Entre as vitórias conquistadas pela comunidade universitária estava a readmissão dos 14 funcionários desligados com a intervenção do governador Maluf. O professor Pinotti, de fato, iniciou a reestruturação da universidade, mas, somente no governo seguinte essas transformações puderam ganhar corpo sob a gestão de Franco Montoro, eleito pelo voto direto em 1982.

4. A 7ª Bienal Internacional do Livro e o III Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil.

A sétima edição da Bienal Internacional do Livro foi realizada no período de 19 a 29 de agosto de 1982, no Pavilhão da Bienal do Parque do Ibirapuera em São Paulo. A edição contou com 147 estandes de várias editoras, com exposição de cerca de 70 mil títulos e uma projeção de público de mais de 500 mil pessoas. Segundo Mário Fittipaldi, presidente da Câmara Brasileira do Livro e membro da comissão organizadora do evento, a 7ª edição foi denominada como a "Bienal da Afirmação" em função dos índices de produção e vendas do mercado editorial naquele momento, demonstrando que o setor respondera satisfatoriamente à crise econômica no final do regime militar²⁰⁵. Relativamente a isto, o presidente da CBL associava o cenário

²⁰⁵ A Câmara Brasileira do Livro foi fundada em São Paulo, a 20 de setembro de 1946, por um grupo de editores e livreiros, visando à divulgação e promoção do livro no país. Em 1948, a CBL promoveu o 1º Congresso de Editores e Livreiros do Brasil e reuniu editoras (ao todo, 56 casas), livrarias, agências literárias, gráficas e sindicatos. Em 1951, a CBL organizou a 1ª Feira Popular do Livro, na Praça da República em São Paulo, buscando introduzir no país eventos como as tradicionais feiras de livros que existiam na Europa. Em 1961, houve uma parceria da CBL com o Museu de Arte de São Paulo para a realização da 1ª Bienal Internacional do Livro e das Artes Gráficas, evento que se repetiu em 1963 e 1965. Em 1970, foi realizada a 1ª Bienal Internacional do Livro organizada pela CBL, reunindo um número expressivo de editoras e que contou com um público significativo. Em 1996, a Bienal passou a ser realizada na Expo Center Norte. Somente em 2006 passou a funcionar no espaço de exposições do Anhembi, também na cidade de São Paulo. Desde a década de 1960, a CBL participa de feiras no exterior representando o setor editorial do Brasil. Em 1971, a CBL organizou o primeiro estande brasileiro na Feira de Frankfurt e, passada mais de uma década, a organização do evento elegeu o Brasil como tema geral e reservou uma área de 2200 metros quadrados para exposição de livros publicados no Brasil. Na ocasião, vários escritores, artistas e intelectuais brasileiros estiveram presentes em reuniões do evento principal e em mostras paralelas. Cabe também lembrar que foi a CBL que, em 1957, instituiu o Prêmio Jabuti dedicado àqueles que se destacam em várias categorias ligadas ao livro — escritores, ilustradores, editores, jornalistas entre outros. Autores como Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Celso Furtado, João Cabral de Melo Neto, Antônio Candido, Dalton Trevisan, Celso Lafer, Milton Santos, Mário Chamie, Ruth Rocha figuram na lista de agraciados com o Prêmio Jabuti. A 7ª edição da Bienal Internacional do Livro, em 1982, no trigésimo sexto ano de existência da CBL, contou com a participação de 527 editoras, tanto nacionais quanto estrangeiras. Entre os selos estrangeiros, que, ao todo, representaram 18 países, havia casas editoriais de Portugal, da França, Espanha, Inglaterra, Suíça,

favorável do mercado editorial ao processo de abertura política vivido no país naquele momento, e que proporcionava ao público consumidor o contato com obras antes censuradas pelo regime. De fato, essas expectativas otimistas foram corroboradas pela sétima edição da Bienal Internacional do Livro, especialmente quando consideramos a presença de um público estimado em 700 mil pessoas, o que representou um crescimento de quase 50% em relação ao evento anterior e um volume de vendas que chegava a 85 milhões de cruzeiros, o que representava quase o dobro do volume de vendas da edição de 1980 (FOLHA DE SÃO PAULO, 1982, p.63).

Todavia, a recomposição desse panorama sobre a sétima edição da Bienal Internacional do Livro — que representa também a trajetória da Câmara Brasileira do Livro, marcada pela militância em prol do livro e da leitura — seria lacunar se verificamos apenas os números que compuseram seu sucesso comercial. A sétima edição da Bienal Internacional do Livro teve uma programação cultural marcada por comemorações significativas na literatura brasileira como a celebração de 80 anos da primeira edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; o aniversário do poeta Carlos Drummond de Andrade completara 80 anos no dia 31 de outubro daquele ano; os 60 anos da Semana de Arte Moderna de 1922. O lançamento de uma edição *fac-similar* da primeira edição de "A menina do nariz arrebitado", produzida a partir do exemplar original que pertencia ao empresário e bibliófilo José Mindlin, marcou as comemorações pelos cem anos de nascimento de Monteiro Lobato; além disso, a produção e trajetória do escritor foi um dos temas eleitos para estudos e discussões nos grupos de trabalho do III Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil, uma das atividades paralelas desenvolvidas na Bienal. O aniversário de 70 anos de Jorge Amado e seus cinquenta anos de atividade literária (seu romance de estreia, *O país do carnaval*, é de 1931) motivaram uma exposição que reuniu mais de 600 reproduções das capas de edições de seus livros publicados em vários países, destacando-se, por exemplo, a edição italiana de *Terras do sem fim*, de 1949, acompanhada de uma sobrecapa assinada por Pablo Picasso²⁰⁶. Houve também a mostra de fotografias

Alemanha Ocidental e Oriental, Moçambique, México entre outros. Para informações sobre o evento em questão, vide "Mês do livro em São Paulo: duas Bienais com exposições, palestras e prêmios", In: O Globo, 31/07/1982.

²⁰⁶ Dados retirados do catálogo do acervo da Fundação Casa de Jorge Amado, p. 305. (Fundação Casa de Jorge Amado: catálogo do acervo de documentos/ Myriam Fraga, apresentação, Salvador, BA: Fundação Casa Jorge Amado, 2009)

intitulada *Reportagem incompleta*, com acervo de autoria da esposa do escritor, a escritora Zélia Gattai²⁰⁷.

Um aspecto importante a se considerar nesse painel de homenagens à história da cultura brasileira no século XX é o reconhecimento dos ícones da cultura nacional que destoavam do senso nacionalista difundido por duas décadas de regime militar. A homenagem feita ao escritor Jorge Amado, por exemplo, cuja militância política no Partido Comunista Brasileiro foi de grande importância, seria impensável alguns anos antes. Esse mesmo tom dissonante e de questionamento pode ser observado no III Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil que teve como tema "Literatura e Ideologia" e realizou mesas-redondas com convidados como o educador Paulo Freire, após exílio de mais de vinte anos²⁰⁸.

A Associação de Leitura do Brasil marcou sua presença na sétima Bienal Internacional do Livro, representada pelo professor Ezequiel Theodoro da Silva como coordenador de um dos grupos de estudo do III Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil. A ALB também ocupou um estande ofertado à entidade no Pavilhão da Bienal²⁰⁹. Embora já amadurecida pelas experiências anteriores dos COLEs e das Feiras do Livro, a Bienal representou um novo desafio à capacidade de mobilização tanto da diretoria da ALB, ainda naquele momento uma diretoria

²⁰⁷ "É a Bienal Internacional do Livro em São Paulo", In: O Globo, 19/08/1982.

²⁰⁸ O Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil foi realizado em parceria com a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil no período de 16 a 19 de agosto. A proposta geral era aprofundar o estudo sobre a literatura infantil e juvenil e, para esse fim, foram organizados grupos de estudos que contemplaram subtemas como a análise das obras em literatura infantil e juvenil; os aspectos visuais das obras infantis; literatura e educação com ênfase nos problemas e propostas voltados para a formação do leitor infantil. Lembrando o centenário do escritor Monteiro Lobato, um grupo de estudos sobre a história da literatura infantil no Brasil ocupou-se da produção literária infantil do escritor. Os trabalhos nos grupos previam aulas expositivas do coordenador de grupo, o desenvolvimento do tema proposto e, posteriormente, um debate. Cabe notar que, em evento paralelo à 5ª Bienal Internacional do Livro, em 1978, teve lugar a primeira edição do Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil. O evento foi realizado pela comissão organizadora da Bienal em parceria com a FNLIJ e registrou a participação de delegações da Argentina, Bolívia, Venezuela e de El Salvador. A segunda edição foi realizada em 1980 com participações de escritores brasileiros, argentinos, bolivianos e uruguaios. Os encontros e seminários sobre literatura infantil e juvenil aconteciam desde a década de 1970 com a participação das seções nacionais da IBBY da América Latina. O primeiro encontro registrado foi realizado na Venezuela, em 1973, que sediava a associação Banco del Libro, primeira seção IBBY na América Latina, criada em 1960, com a participação de Ruth Vilella, uma das fundadoras da FNLIJ. Em 1978, o 14º Congresso da IBBY foi realizado no Brasil na cidade do Rio de Janeiro com a organização da FNLIJ com a participação de mais de 400 pessoas e marcou o primeiro evento da IBBY fora do continente europeu. (Seção *Notícias 9, FNLIJ*, setembro de 2013, site: <http://www.fnlij.org.br>, acesso em 20/01/2017)

²⁰⁹ Por meio de um ofício da Bienal Internacional do Livro enviado à ALB em 02 de junho de 1982, a comissão organizadora oficializou o convite ao professor Ezequiel para coordenar os trabalhos de um dos grupos de estudos do Seminário e, visando contribuir para a divulgação da entidade, ofertou o espaço no Pavilhão. Arquivo de correspondências recebidas, ofício Bienal Internacional do Livro, de 02/06/1982.

provisória, quanto dos sócios e dos diversos colaboradores, como podemos depreender das discussões dos membros da diretoria provisória registradas nas atas das reuniões que antecederam a Bienal. A constituição de uma equipe que garantisse o funcionamento do estande durante todo o período da Bienal (ao longo de uma semana) foi um desses desafios; outra demanda veio da logística necessária para o funcionamento do estande — mobiliário, decoração, material impresso e de divulgação; enfim, todo um conjunto de ações exigidas para a ocupação de um espaço em evento tão grandioso. Uma das soluções que viabilizaram a participação da entidade veio da parceria com a Editora Lisa Livros Irradiantes, do editor Leonídio Balbino da Silva²¹⁰, membro participante da fundação da ALB, que permitiu a impressão de folhetos de divulgação da ALB e fichas de inscrição para a adesão de novos associados. Também foi possível a constituição de um acervo de edições sobre o tema leitura, com destaque para títulos como *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*, organizado por Regina Zilberman reunindo autores como Marisa Lajolo, Lígia Morrone Averbuck, Hakira Osakabe, Ezequiel Theodoro da Silva, alguns dos quais associados da ALB. Também constavam do acervo ofertado no estande da ALB as edições dos Resumos dos Congressos de Leitura do Brasil²¹¹. Os cartazes das três edições do COLE serviram como material de divulgação do evento e como decoração do estande.

O ritmo intenso e o grande fluxo de visitantes da Bienal Internacional requisitaram esforços para que o estande da entidade cumprisse o cronograma do evento. Na avaliação da diretoria²¹², a participação da ALB fora positiva, considerando alguns aspectos como a divulgação dos propósitos da entidade para um público mais abrangente e que possibilitou a distribuição de 4 mil folhetos sobre a entidade. Também em relação às aquisições de livros expostos no estande o saldo foi positivo. *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor* alcançou uma procura que ultrapassou o 100 exemplares. Embora a participação tenha alcançado números positivos havia, entre os membros da diretoria, uma dúvida sobre a eficácia da divulgação da entidade. Independentemente de seu caráter cultural, a Bienal era um evento voltado ao aspecto comercial da atividade editorial; as atividades culturais realizadas visavam muito mais a atrair o público para o evento do que propriamente estabelecer um foro de debates a

²¹⁰ Leonídio Balbino da Silva participou da fundação da ALB, em 1981, e fez parte do Comitê Provisório como tesoureiro até abril de 1982.

²¹¹ Ata de reunião da diretoria provisória, 31/07/1982.

²¹² Ata de reunião da diretoria provisória, 02/10/1982.

respeito de tema de relevância em relação ao livro e à leitura. Por essa razão, algumas opiniões dos membros da diretoria provisória questionavam a participação, da entidade julgando não ser a forma de divulgação necessária para a entidade naquele momento. A avaliação da diretoria, embora contasse com um saldo positivo, apontava outra dificuldade enfrentada durante o evento em função da localização do estande da ALB. Localizado no final da exposição, dificultava o interesse e disposição dos visitantes, pois a maioria chegava exaurida no final da exposição. Esse seria um dos aspectos negativos apontados em artigo publicado na *Folha de São Paulo* do dia 30 de agosto de 1982 cujo objetivo era um balanço das atividades da Bienal. Crítico do artigo da Folha expunha os interesses e uma hegemonia das editoras de grande porte. De acordo com o jornal, até mesmo a organização espacial do evento estava pautada por estratégias comerciais agressivas. Exemplo disso viria dos estandes destinados às grandes editoras ficarem localizados no início do Pavilhão. Isto, claro facilitava a visita do público, enquanto as editoras de menor projeção no mercado ocupavam estandes mais distantes, cujo acesso dos visitantes era sempre dificultado

(...) mas enquanto os expositores instalados no início do circuito anunciavam bons resultados comerciais, os que ficaram da metade para o fim mostravam desânimo: "já vi gente passar por aqui até com sapato na mão, de tanto cansaço. A turma fica desesperada com a extensão da feira (...) quanto a nós ficamos com um movimento que mal dá para pagar as despesas".

A disposição do pessoal da Moderna (Editora) – estande 3 – e da Ática – estande 30 – era diferente. Na primeira, Maria Cecília Campos se dizia até surpresa com tanto sucesso, especialmente na linha infantil e juvenil. Na segunda, Vera Helena reconheceu que o movimento dobrou (FOLHA DE SÃO PAULO, 1982, p.21).

5. O 1º Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo, o primeiro evento regional da ALB.

O 1º Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo que resultou de uma parceria entre a ALB e a Universidade de Passo Fundo foi realizado no período de 12 a 15 de abril de 1983, na cidade de Passo Fundo. O evento representou a primeira incursão da diretoria da ALB na organização e apoio de atividades regionais significando uma importante experiência da entidade no sentido de consolidar um dos objetivos fundamentais da entidade: a criação de grupos regionais de pesquisa. O interesse vinculava-se à preocupação da diretoria para constituir de um panorama dos

problemas enfrentados pelos educadores em várias regiões do país, procurando criar condições para promover ações que permitissem o debate e a busca de alternativas para os problemas específicos de cada região, além de permitir a multiplicação de ações em prol da leitura, por meio de uma rede de agentes alinhados à democratização da leitura no país. Naquele momento, a entidade não havia, efetivamente, consolidado os grupos regionais de pesquisa, muito embora tivesse constituído o Conselho de Representantes da ALB com alguns representantes regionais em caráter temporário. O evento a ser realizado na cidade de Passo Fundo seria a primeira experiência concreta nesse sentido, pois, segundo constava entre as informações que chegaram até a diretoria da ALB, havia o interesse de professores da rede de ensino da região em aprofundar os estudos sobre o tema leitura²¹³. A proposta de organizar o Seminário tomou forma com o apoio dos professores da Universidade de Passo Fundo; coube à ALB o planejamento e organização do evento e um dos esforços imediatos foi o da mobilização de educadores da região para o debate e reflexão em torno das questões sobre o tema leitura, privilegiando o panorama local. O primeiro contato entre a diretoria da ALB e o grupo de docentes da Universidade de Passo Fundo veio por intermédio da professora Tania K. Rösing, integrante do quadro docente da Universidade e também associada da ALB²¹⁴. Consolidada a parceria, a primeira divulgação do evento veio através do *Informativo ALB*, nº 1, de setembro de 1982, na seção denominada "Desafios pela frente"²¹⁵.

A organização e planejamento das atividades do 1º Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo demandaram reuniões e uma série de correspondências entre a diretoria interina da ALB e a comissão de professores da Universidade²¹⁶. As discussões incluíam as demandas de encaminhamento do evento, como a obtenção de suporte financeiro, a divulgação do evento e a organização de atividades como mesas-redondas, atividades em grupos de trabalhos, plenária geral dos

²¹³ *Informativo ALB* nº 01, setembro de 1982, p. 13.

²¹⁴ Em ata de reunião de 02/10/1982 consta o registro foi feita pelo professor Ezequiel T da Silva de que a associada Tania Rosing comunicara a realização do Seminário Regional. Tania Rösing é professora da área de Letras da Universidade de Passo Fundo desde 1971 e principal idealizadora e organizadora da Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo, evento criado em 1981. O evento reunia escritores, educadores, artistas e representa um espaço de "movimentação cultural permanente" para discutir "o embasamento teórico de ações realizadas na dimensão do ensino-pesquisa-extensão sintonizado".

²¹⁵ No comunicado, a diretoria ressaltava que o evento seria a primeira experiência fora da cidade de Campinas e que, portanto, contava com o apoio dos associados. *Informativo ALB*, nº 1, setembro de 1982, p. 13.

²¹⁶ As atas de reuniões da diretoria da ALB referem-se ao período de outubro de 1982 a março de 1983

participantes, sessões de comunicações de trabalhos em pesquisas, etc. Entre os representantes daquela comissão, que estiveram em Campinas para participar de reuniões com a diretoria da ALB, estavam os professores Gaston Higert e Eldon Henrique Mühl ambos professores da Universidade de Passo Fundo. Foi também definida pelos organizadores do Seminário a pauta do evento: as questões da análise do ato de ler e escrever sob a "ótica de experiências de vida de indivíduos e grupos", e o debate em torno da questão da leitura como fundamento para a produção textual, visando ao "intercâmbio de experiências entre participantes de diferentes regiões do país" e o estímulo à criação de grupos de pesquisas regionais sobre o tema. Com o tema "Ler e escrever – atos de libertação", o evento buscava aprofundar o estudo sobre a leitura e escrita no campo educacional e social²¹⁷. De sua programação constavam atividades que visavam ao estabelecimento de um diálogo entre diferentes campos do conhecimento permitindo através de um debate plural, a construção de práticas pedagógicas adequadas à realidade do sistema educacional da região. Entre as atividades, realizaram-se quatro mesas-redondas que tinham como tema as questões da leitura e da escrita no campo político, pedagógico e literário. A primeira "Leitura Crítica versus Leitura Alienante", coordenada pelo professor Moacyr Gadotti, contou com a participação da professora Elli Benincá, da Universidade de Passo Fundo, e do professor Ezequiel Theodoro da Silva. A mesa-redonda coordenada pela professora Regina Zilberman promoveu o debate a respeito do texto literário e o ensino da Língua Portuguesa e teve como participantes a professora Marisa Lajolo, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, e a professora Lígia Cademartori Magalhães, da PUC do Rio Grande do Sul. Outras duas mesas foram dedicadas às questões da produção textual vinculada à leitura; uma delas, intitulada "A Leitura como base para a produção textual", coordenada pelo professor e autor de livros infantis Samir Curi Meserani e contou com a participação dos professores Henrique Manuel Ávila, da Universidade de Passo Fundo, e da professora Lúcia Helena Santagostino, da Faculdade Educacional de Bauru. A última mesa do evento debateu a questão da avaliação da leitura e da produção textual e contou com a coordenação do professor Haquira Osakabe; nela estiveram como convidados o professor Gaston Hilgart, da Universidade

²¹⁷ Programação I Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo, publicado na Revista Leitura: Teoria e Prática, nº 1, abril de 1983, p. 53.

de Passo Fundo, a professora Mary A. Kato, da PUC de São Paulo, e o professor Alcir Pécora, do Instituto dos Estudos da Linguagem da Unicamp.

Na programação oficial do Seminário de Passo Fundo, havia também sessões de grupo de trabalhos — que procuravam aprofundar dos debates relativos às questões da leitura e escrita e privilegiando experiências e dificuldades enfrentadas pelos educadores da região — e sessões de comunicação realizadas no período noturno e reservadas à apresentação de trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores presentes ao evento. Os resultados alcançados pelos grupos de trabalho foram transcritos em relatórios e apresentados numa plenária geral realizada ao final do evento, em sessão presidida pela professora Olga Molina, vice-presidente da ALB. Na plenária, foram aprovadas várias moções encaminhadas por vários segmentos como os professores de 1º e 2º graus, do ensino superior e os estudantes universitários. As moções, no geral, reivindicavam melhorias das condições de ensino nas escolas, na universidade e, sobretudo, melhorias e recursos para o desenvolvimento do hábito de ler entre os alunos de 1º e 2º graus.

A participação da diretoria da ALB em eventos como o 1º Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo, somada, sobretudo, à experiência acumulada nos COLEs, colocou a entidade como uma instância que viabilizava as iniciativas para o incentivo não somente da leitura, mas também de ações no campo educacional. O sucesso de ações como essas conferiram à ALB um maior apoio assim como a constituição de relações institucionais mais consolidadas tanto na academia, sobretudo na Unicamp, como nas agências públicas de fomento voltadas ao ensino e à pesquisa. Tais vias de apoio tiveram importante participação na realização do evento de Passo Fundo. Destacamos, entre as iniciativas da diretoria da ALB, a viabilização de recursos junto ao CNPq para custeio das diversas despesas do evento, assim como a empresa aérea Varig que financiou as passagens aéreas aos membros da diretoria e convidados e também os impressos de divulgação do Seminário²¹⁸.

²¹⁸ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações concedeu recursos que foram destinados também para o pagamento de pró-labore dos convidados que participaram do Seminário. A exemplo do que ocorrera no 3º COLE, a comissão organizadora do evento recebeu verbas para as despesas do congresso. (Ata de reunião da diretoria provisória, 11/10/1982). A empresa aérea Varig contribuía com passagens aéreas para convidados para os COLEs desde sua segunda edição. A divulgação da ALB durante o Seminário foi também uma atividade de importância dentro das propostas do evento e foi realizada através de material de divulgação e das fichas de inscrição para novos associados que foram centralizados em espaço específico para a promoção da entidade. Além do material de divulgação foram expostos alguns títulos de

É importante salientar a contribuição essencial da ALB que se deu não somente na organização das atividades, mas na mobilização de pesquisadores e professores participantes. O Seminário de Passo Fundo pôde contar com a presença de pesquisadores, educadores e acadêmicos como Moacyr Gadotti, Marisa Lajolo, Haquira Osakabe e Samir Cury Meserani. Ressaltamos que a ALB também representou uma instância de rearticulação de grupos de educadores e pesquisadores que, juntos, haviam protagonizado iniciativas de pesquisas voltadas à leitura, às questões práticas da educação e a projetos cujo intuito era o de contribuir para a ampliação das possibilidades de pesquisadores, educadores e educandos. Exemplo disso virá do grupo de pesquisa da PUC de São Paulo que, em meados dos anos 1970, reuniu pesquisadores e professores universitários, alguns dos quais viriam a ser membros ativos da ALB e importantes colaboradores para a afirmação e desenvolvimento dos COLEs²¹⁹. Dessa forma, vemos as relações entre os protagonistas da história de construção da ALB e pessoas que, adiante, se uniram a esses esforços nasceu de experiências e interesses comuns construídas ao longo do tempo. As preocupações que nortearam o estabelecimento da entidade foram construídas através de experiências compartilhadas e representaram o embrião das motivações fundantes da entidade.

No final do mês de abril de 1983, a diretoria provisória da ALB avaliou positivamente o papel da entidade no Seminário de Passo Fundo, especialmente em função do pioneirismo da experiência. Na ocasião, o professor Hilário Fracalanza, que ocupava o cargo de tesoureiro da ALB, defendeu que o papel da diretoria da ALB deveria ser o de oferecer suporte para a organização de eventos regionais, incentivando

livros e também o número zero da *Revista Leitura: Teoria e Prática*, lançada em janeiro de 1983, que propiciou uma divulgação da ALB com maior alcance entre o público do Seminário. A Revista Leitura: Teoria e Prática número zero tem na sua capa a data de novembro de 1982, mas de acordo com o Informativo ALB número 2, de abril de 1983, a Revista Leitura foi lançada em janeiro de 1983.

²¹⁹ Coordenado pela professora Elza Miné da Rocha, o grupo de pesquisa da PUC-SP e constituído por linguistas e teóricos da literatura com experiências no ensino de redação e leitura. Faziam parte do grupo Ana Maria Marques Cintra, Samir Curi Meserani, Ezequiel Theodoro da Silva e Lucia Helena Ferraz de Santagostino. O objetivo inicial da pesquisa era o problema concreto enfrentado pelos professores dos cursos de nível superior no que diz respeito ao baixo desempenho apresentado pelos alunos universitários em habilidades básicas como a leitura e escrita. A questão crucial que a pesquisa procurava responder era "por que os alunos entram na universidade sem a capacidade desenvolvida de ler, compreender e, sobretudo, de escrever textos de modo coerente e claro?", como anota Lúcia Santaella em *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal — aplicações da hipermídia*. O 1º Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo reuniu parte da equipe de pesquisa da qual a professora Lucia Santaella também participou cujos pesquisadores vem contribuindo com seus trabalhos desde a primeira edição dos COLEs e, após a fundação da ALB, contribuíam igualmente para a consolidação da entidade. Para informações sobre o grupo de pesquisa, vide SANTAELLA, Lucia, *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal — aplicações da hipermídia*, São Paulo: Editora Iluminuras, 2001, particularmente na Introdução "Breve relato de uma longa história" ("Onde tudo começou") p.13.

a autonomia dos grupos regionais. A professora Olga Molina lembrou uma intervenção da professora Marisa Lajolo durante palestra proferida no Seminário de Passo Fundo, especialmente seu entusiasmo em relação ao trabalho da ALB na promoção de eventos como aquele, ratificando a importância de que todos os participantes da entidade trabalhassem pela sua ampliação e desenvolvimento²²⁰. Alguns meses depois, em outubro de 1983, a revista *Leitura: Teoria e Prática*, em editorial assinado pela diretoria, destacou a realização do evento como uma demonstração do grande interesse dos educadores "em buscar conhecimentos e debater questões a fim de incrementar as suas ações no campo da comunicação e expressão". O editorial assinalava ainda a participação de aproximadamente 950 pessoas no Seminário de Passo Fundo, público originário de várias regiões do Brasil; e destacava a aprovação da moção de criação de um núcleo regional da ALB em Passo Fundo, fato que, por si, demonstrava que "os educadores [passavam] a compartilhar a luta da ALB pela democratização da leitura através de uma prática mais consequente em diferentes contextos" (*LTP*, 1983, p.2).

6. A revista *Leitura: Teoria & Prática*, primeira publicação da ALB.

Leitura: Teoria e Prática, primeira publicação da ALB, teve sua primeira edição, designada de número zero, em novembro de 1982. Inaugurava-se então uma linha editorial de uma das mais duradouras publicações do gênero no país, cujo objetivo era estimular a reflexão e o debate sobre as questões da leitura e do livro contemplando variados aspectos que envolviam o tema, visando, sobretudo, à divulgação de trabalhos acadêmicos e experiências de práticas pedagógicas de professores e educadores relacionadas ao universo da leitura. Contemplando um objetivo previsto nos Estatutos da ALB — em consonância com a realização dos COLEs e dos seminários regionais de leitura, o que configurava três diretrizes para as ações da entidade em prol da leitura —, a revista *Leitura: Teoria e Prática* foi desde o início o principal meio de comunicação entre a entidade seus associados.

A proposta de uma publicação que cumprisse os objetivos almejados e que, em especial, atendessem às expectativas dos professores de 1º e 2º graus, principal camada de público pretendido, exigia muitos debates e reuniões para a definição do formato e de conteúdos que se somariam às pautas já acordadas consensualmente, como

²²⁰ Ata de reunião da diretoria provisória da ALB, 30/04/1983.

a compilação das três edições dos COLEs, considerados uma fonte relevante para a revista²²¹. A proposta inicial para a revista, discutida pela diretoria provisória, veio da professora Lilian L. Martin da Silva. O esboço trazia alguns dos conteúdos para a edição da revista projetando um editorial, elaborado pela diretoria provisória da ALB e que ressaltasse a linha editorial da publicação; artigos específicos que resgatassem os conteúdos das mesas-redondas, comunicações e/ou conferências dos COLEs; artigo sobre uma pesquisa já finalizada em nível de pós-graduação; artigo sobre pesquisa em andamento no nível de pós-graduação; resenha de livro e informes gerais. Dessa discussão em reunião da diretoria²²², resultou a aprovação do esboço para as primeiras duas edições da revista *LTP*, cujos números foram designados como de número zero, com lançamento em novembro de 1982, e a de número um, cuja publicação foi prevista (e realizada) para o primeiro semestre de 1983. Cabe lembrar, que as contribuições dos associados bem como de outros profissionais da educação foram também consideradas nas discussões sobre os conteúdos das revistas; a diretoria da ALB, que formava também o conselho editorial da *LTP*, sempre procurou recolher contribuições dos associados em reuniões ou solicitar através das correspondências enviadas aos associados para que a revista pudesse refletir o espírito democrático pela qual a entidade se orientou.

A primeira edição de *Leitura: Teoria e Prática*, prevista para o mês de novembro de 1982, mas que efetivamente veio a público em janeiro de 1983, foi publicada pela Editora Mercado Aberto, do Rio Grande do Sul²²³. No *Informativo ALB* (nº 1) de setembro de 1982, a diretoria da ALB antecipava brevemente a experiência da primeira publicação da ALB, ratificando o compromisso de estabelecer uma relação de proximidade e transparência entre os associados da entidade e as decisões da diretoria provisória.

²²¹ O trabalho de recuperação dos conteúdos dos congressos que viriam compor a pauta da revista demandava a minuciosa tarefa de ouvir e transcrever as falas das conferências, mesas-redondas e comunicações preservadas em rolos de gravações feitas durante os COLEs. A pré-seleção desses conteúdos era coordenada pelas professoras Olga Molina e Marli Ancassuerd, ambas integrantes da diretoria da ALB.

O arquivo sonoro que compõe o acervo da ALB possui a reprodução desses áudios já digitalizados e catalogados. O material passou por trabalho de decupagem e encontra-se registrados em fichas que trazem informações detalhadas sobre o conteúdo dos áudios.

²²² Ata de reunião da diretoria provisória da ALB, 26/06/1982.

²²³ *Informativo ALB* nº 2, abril de 1983.

O Comitê Provisório (sic) ficou com a tarefa de criar e editar o veículo de comunicação da ALB. Travamos diversas discussões a respeito da estrutura da revista, analisamos o formato e diagramação de outras revistas especializadas, verificamos vantagens e desvantagens de diferentes editoras, consultamos professores de 1º e 2º graus sobre o título pensado para a revista, etc... Decidimos publicar *Leitura: Teoria e Prática* pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre – uma editora pequena, meio deslocada do centro, mas oferecendo as vantagens que procurávamos e com um bom sistema de distribuição em nível nacional.²²⁴

O educador Paulo Freire, que participara da terceira edição do COLE em 1981, foi o primeiro entrevistado pela revista *LTP*²²⁵. Na entrevista, Freire discorreu sobre o significado do ato de ler, o sentido da leitura como meio relevante para a educação libertária, a respeito da experiência do exílio e do retorno ao Brasil em 1982. Ao lado da entrevista, numa seção intitulada "Artigos", a revista *LTP* trouxe a transcrição da mesa-redonda a "Divulgação da cultura no Brasil" realizada no 1º COLE, coordenada pelo professor Demerval Saviani e com a participação dos professores Moacir Gadotti e Milton José de Almeida, do ativista cultural e produtor de teatro Carlos Braggio, representante da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Campinas e, posteriormente, diretor da pasta, e de Walter Esteves Garcia, do Conselho Editorial da Editora Cortez. Do material recuperado dos COLEs pela edição zero da revista *LTP* havia também a conferência do professor Moacir Gadotti proferida no encerramento do 2º COLE, em 1979, sob o título "O que é ler? (ou Pedagogia da Leitura versus Pedagogia da Censura)". Na mesma seção, a revista trouxe dois artigos sobre o tema leitura: "Ler: será possível (e necessária) uma definição?", de Olga Molina, e "O menino maluquinho – uma leitura a serviço da leitura", de Francisca Nóbrega. No primeiro artigo, a professora explorava diversas concepções a respeito do ato de ler, com intuito de mediar algumas questões sobre a fruição da leitura. Já no segundo texto, Francisca Nóbrega, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trazia uma análise de "O Menino Maluquinho", do escritor e cartunista Ziraldo Alves Pinto, destacando questões sobre as práticas pedagógicas da leitura de textos da

²²⁴ *Informativo ALB*, nº1, setembro de 1982.

²²⁵ "A importância do ato de ler" foi publicada em 1981 pelas editoras Cortez e Autores Associados, no volume 4 da coleção "Polêmicas do nosso tempo"; uma edição ampliada com mais dois outros ensaios do autor ("Alfabetização de adultos e bibliotecas populares — uma introdução" e "O povo diz a sua palavra ou a alfabetização em São Tomé e Príncipe"). FREIRE, Paulo, *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*, São Paulo, 1989. Como já referido, a conferência pronunciada no COLE de 1981 e publicada em forma de ensaio oito anos depois se tornou um clássico referendado nos estudos sobre educação, cultura e política no Brasil.

literatura infantil. Os artigos de Molina e Nóbrega expressavam diferentes enfoques sobre o tema leitura, ampliando as possibilidades para os debates em torno da questão. A edição zero de *LTP* procurou recompor também as disposições que marcaram os primeiros COLEs, sobretudo aquelas de cunho político e social que tiveram lugar nas mesas-redondas e conferências para além das especificidades do tema leitura no campo pedagógico.

Conforme foi proposto no esboço da revista, a primeira edição trazia a seção "Pesquisa" que fez a divulgação de trabalhos acadêmicos de interesse dos educadores, especialmente, aqueles que tinham como finalidade estimular a reflexão sobre as práticas pedagógicas vinculadas ao hábito de leitura. Na edição número zero foram publicados dois trabalhos que atendiam especificamente o campo de interesse: um, de Maria Helena Andrade Magalhães, professora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado "Leitura recreativa na escola de 1º grau", e outro, "O significado da leitura na escola", da professora Lilian Lopes M. da Silva, derivado de uma pesquisa ainda em andamento na ocasião. O primeiro texto fora desenvolvido a partir de informações sobre a leitura recreativa implementada nas escolas de 1º grau de Belo Horizonte, enquanto o segundo investigava os problemas que configuravam a crise da leitura, buscando analisar aspectos do processo de aprendizagem da leitura em uma amostra de alunos da 8ª série do 1º grau de escolas públicas de Campinas. Os textos tinham por base as referidas pesquisas e buscavam reflexões a respeito do esforço de se repensar o lugar da leitura no currículo escolar ou ainda o esforço de delimitação da leitura no cotidiano das práticas pedagógicas existentes naquele período. Uma consequência natural diante de um panorama caótico que se instalara em um sistema educacional fruto do regime de exceção que provocara um processo de desgaste e deterioração da educação por anos, principalmente nos níveis básicos.

Outra seção de destaque na pauta da *LTP* era a seção "Atualização". Voltada a informações sobre capacitação profissional para professores e educadores, a seção trouxe na edição zero, uma resenha de autoria de Raquel Maria de Almeida Prado, membro da diretoria da ALB, sobre *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*, livro organizado pela professora Regina Zilberman e publicado pela editora Mercado Aberto em 1982. Além das resenhas de "Atualização", a revista contava também com a seção "Divulgação", composta de informes sobre livros de interesse dos

professores, em especial aqueles voltados à leitura. A obra *A importância do Ato de ler*, de Paulo Freire, apareceu como obra recomendada na seção “Divulgação” no nº zero de *LTP*. Além da atualização de seus leitores em relação aos títulos importantes que chegavam ao mercado livreiro, “Divulgação” também se ocupava de informes sobre associações e instituições que militavam pela causa da leitura e do livro. Na edição zero, a coluna trouxe um breve texto de Laura Constância de Austregésilo de Athayde Sandroni que apresentava a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil²²⁶, assinalando ações da entidade que dirigia em prol da leitura.

A primeira edição da revista *LTP* também contemplou o propósito de divulgação de trabalhos acadêmicos voltados ao tema leitura, buscando sempre vincular a iniciativa a problemas enfrentados pelos educadores em suas escolas. Tal interesse foi referido no editorial da edição zero, que colocava a revista como “um veículo de comunicação e o intercâmbio entre aqueles que se preocupavam com os problemas de leitura em nosso país”. A *LTP* almejava ser um “fórum de debates” a “todos aqueles que desejam lutar pela democratização da leitura no contexto brasileiro através de um trabalho coletivo e transformador” (*LTP*, 1982, p.2). Dessa forma, suas seções organizavam o tema principal – leitura e o livro – em temas específicos, sempre articulados com um conjunto de referenciais teóricos que permitiriam uma reflexão do leitor sobre o tema em si, mas também a respeito dos recursos pedagógicos que os educadores poderiam lançar mão no cotidiano escolar. Ademais, informes acerca das publicações voltadas à leitura e ao livro bem como as instituições alinhadas a essas preocupações possibilitavam uma visão ampliada das instâncias de mobilização em prol da leitura. Era, de fato, um conjunto de informações que despertava nos educadores um sentimento de pertencimento e alento, sobretudo quando consideramos tratar-se de profissionais que, no geral, trabalhavam anonimamente em suas salas de aula, desdobrando-se na busca de soluções para problemas já crônicos da grande maioria dos alunos, particularmente o baixo desempenho em relação à leitura e as consequências daí

²²⁶ Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, seção brasileira da IBBY, foi fundada em maio de 1968, por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e contou com o apoio de instituições como o Sindicato Nacional de Editores de Livros, a Associação Brasileira do Livro, União Brasileira dos Escritores, Câmara Brasileira do Livro, Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Rio de Janeiro. Entre as pesquisas realizadas pela instituição destacamos a pesquisa “Por uma Política Nacional de Difusão da Leitura”, iniciada em 1983, e forneceu suporte para o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER – em 1991. As ações da FNLIJ se estendem em frentes para a formação de bibliotecas públicas infantis, como a Biblioteca Infantil e Juvenil Maria Mazzetti, de 1979, criada na Casa Rui Barbosa no Rio de Janeiro. A FNLIJ participou da II CBE em parceria com a ALB em 1982 em dois painéis sobre o tema leitura. (vide sobre II CBE)

advindas. Nesse sentido, a revista *LTP* cumpria uma pauta especialmente vinculada às reivindicações de professores que participaram dos COLEs, mas, ao mesmo tempo, colocando-se como via de comunicação e união de esforços.

O número zero de *LTP* chegou aos associados da ALB através dos correios juntamente com uma carta na qual a diretoria incluía um histórico das ações implementadas até aquele momento pela entidade; além disso, o documento trazia o balancete anual da associação e a agenda para o ano de 1983. No *Informativo ALB* nº 2, a diretoria dava notícias do trabalho de distribuição da revista, tarefa que ficara a cargo de uma pequena equipe composta por membros da diretoria e alguns funcionários contratados²²⁷.

Quem está acostumado a enviar cartas de forma esporádica talvez nunca tenha imaginado o "suor" envolvido na remessa de 600 correspondências. Foi um dia inteiro de trabalho, enchendo os envelopes, checando os endereços, colando etiquetas, batendo os carimbos, carregando os pacotes, transportando para os correios, selando...²²⁸

A passagem nos oferece uma ideia geral do trabalho empreendido pela diretoria provisória que, desprovida de equipamento, pessoal e com recursos limitados, assumiu tarefas extenuantes. No referido *Informativo ALB*, a diretoria solicitava ainda a compreensão dos associados em relação aos custos e esforços dispendidos pela diretoria para encaminhar as ações da entidade, ações essas que demandavam, essencialmente, recursos financeiros. Assim seria imprescindível a compreensão dos associados em relação à renovação das anuidades, recursos que compunham a projeção financeira para o cumprimento das atividades do ano seguinte; sobretudo, a continuidade da publicação da *Leitura: Teoria e Prática*. Assim, a busca de recursos financeiros para a manutenção da publicação configurava um desafio permanente naquele momento e exigia empenho da diretoria provisória na busca por soluções, incluindo vários pedidos de apoio financeiro a agências de fomento nacionais e até mesmo a instâncias internacionais²²⁹. Dentre as soluções projetadas para a manutenção da revista estava o encaminhamento

²²⁷ Ata de reunião da diretoria, 07/01/1983.

²²⁸ *Informativo ALB*, nº 02, 1983

²²⁹ De acordo com os dados recolhidos através do acervo de correspondências da ALB, a diretoria encaminhou pedidos de apoio financeiro para a revista *Leitura: Teoria e Prática* para o Centro Regional para el fomento del libro em America Latina y Caribe, instituição intergovernamental apoiada pela UNESCO; à UNESCO através do diretor geral da instituição; ao IRA, International Reading Association. Em relação ao pedido de apoio de agencias nacionais foram encaminhados pedidos para o CNPq, CAPES.

de proposta para uma coedição com o Instituto Nacional do Livro, entidade que mantinha, entre suas ações, o sistema da coedição de livros visando à diminuição dos custos de produção do livro. Embora a diretoria da ALB tivesse mantido negociações com a instituição, houve consenso entre os membros da diretoria pela manutenção da publicação a cargo da Editora Mercado Aberto, particularmente, diante da perspectiva de apoio financeiro da agência de fomento do CNPq, o que, certamente, permitiria maior autonomia da diretoria em relação às decisões sobre a revista.

Com apoio do CNPq e de recursos próprios, a ALB publicou a segunda edição da revista *LTP* que chegou ao público em abril de 1983, destacando-se, em especial na edição de número 1, a orientação basilar pela qual a publicação foi constituída: a veiculação de experiências bem-sucedidas de práticas de leitura. Já no editorial da edição, deixava-se claro a proposta de dar continuidade ao aprofundamento das questões sobre leitura e escola "buscando alimentar a crítica da prática e instigar a prática da crítica".

Nesse sentido, é nosso interesse recuperar e divulgar os trabalhos que veiculem *as experiências vivas de leitura* [itálico no original] pensadas e realizadas a partir do contexto escolar. (...)
Acreditando que a teoria surge e se desenvolve a partir da reflexão crítica sobre a prática vivida, a nossa intenção é a de fazer circular um número máximo de depoimentos e relatos relacionados com resultados de experiências diversas no campo da leitura, escolar ou não. Isto porque há uma necessidade concreta de conhecermos as formas pelas quais diferentes pessoas enfrentam o desafio (*LTP*, 1983, p.2).

Uma das experiências publicadas que traziam resultados positivos veio de Mariza B. Teixeira Mendes, então professora da rede de ensino do 1º grau na cidade de Bauru. Empenhada em aproximar seus alunos do mundo da literatura, a professora Mariza havia promovido vários encontros dos estudantes com os autores que lia. Os encontros acabaram se transformando em eventos maiores na cidade aglutinando várias escolas da cidade e promovendo o desenvolvimento do hábito da leitura entre os alunos da cidade. Iniciado em 1979, os encontros mobilizaram escritores que, naquele período, já eram consagrados, em especial, os autores da literatura infantil e juvenil como Ruth Rocha e Ana Maria Machado. Outra experiência merecedora destaque na 2ª edição da revista *LTP* vinha da Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil pelo relato

"Como despertar o prazer da leitura", da professora Glória Maria Fialho Pondé²³⁰. O artigo de Glória Pondé trazia a síntese de um projeto interdisciplinar sobre o desenvolvimento do hábito de ler entre alunos da 8ª série do 1º grau, de escolas públicas do Rio de Janeiro, numa interface que envolvia professores de disciplinas como Artes Plásticas, Ciências, Estudos Sociais, entre outros²³¹. Ao lado dos dois relatos sobre experiências de incentivo às práticas de leitura, havia um artigo do escritor norte-americano Roger Rosenblat ("Você se importa de me emprestar um livro?"), originariamente publicado no jornal *The Time*²³². Nele, o escritor Rosenblat partia de um fato usual entre os amantes da leitura — o empréstimo de livros —, mas que, para muitos, configura um dilema atroz. Com tiradas bem humoradas, o artigo discute a questão inconciliável entre o altruísmo de compartilhar "tesouros" de nossas estantes com amigos e o sentimento de perda a cada empréstimo feito.

Os relatos das experiências de leitura e o artigo de Rosenblat ofereciam aos leitores uma fruição da leitura que se distanciava um pouco do tom acadêmico produzido pela primeira edição. As ilustrações que acompanham os textos, em geral, desenhos bem humorados sobre o tema do texto, traziam um tom peculiar à revista que produzia uma distinção em relação aos formatos convencionais das publicações especializadas. O próprio formato físico da revista *LTP*, que desde o nº 0 adotara as dimensões 23 x 23 centímetros, também era uma forma de distinguir o periódico.

As características de *LTP* como o próprio formato, os conteúdos que procuravam cumprir uma pauta de objetivos da entidade e o próprio público que a revista almejava são questões vinculadas à concepção formulada pela diretoria provisória naquele momento. Os pressupostos básicos que nortearam as escolhas da diretoria da ALB para a concepção da revista foram rememorados em artigo da professora Lilian Lopes M. da Silva, da Faculdade de Educação da Unicamp, fundadora e membro da diretoria da ALB, intitulado "A Revista Leitura: Teoria e Prática e o

²³⁰ Glória Maria Fialho Pondé (1948 – 2006) foi professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretora da Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil entre 1984 e 1986, sucedendo Laura Sandroni. Formada em Letras especializou-se em literatura brasileira com enfoque na literatura infantil (www.fnlij.org.br).

²³¹ O trabalho de Glória M. Pondé foi também objeto para a apresentação no painel "Leitura e Currículo escolar brasileiro", no II CBE, em 1982. O painel "Leitura e currículo escolar brasileiro" foi um dos painéis apresentados no II CBE por representantes da ALB e FNLIJ em 1982.

²³² *The Time*, 05 de abril de 1982. O artigo para a edição da revista *LTP* contou com a tradução da professora Maria da Glória Bordini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

professor – um leitor em formação"²³³. *LTP*, segundo a autora descreve, foi desde o início uma revista "com seções bem delineadas, os textos arrumados em duas ou três colunas, encabeçados por títulos em letras grandes, ladeados por pequenas chamadas indicativas das seções a que os textos pertenciam". A professora Lilian esclarecia ainda que a publicação foi inspirada na *Revista da ANDE*²³⁴, da Associação Nacional de Educação (ANDE), e seu objetivo era alcançar um público de professores do 1º e 2º graus da rede de ensino. Daí também a preocupação se distinguisse dos periódicos científicos e/ou acadêmicos disponíveis naquele momento, buscando um formato que atendesse o “desejo de descolamento do veículo do mundo eminentemente acadêmico, identificado a uma minoria elitizada de profissionais, tão distantes dos professores que buscávamos [a diretoria da ALB e o conselho editorial da revista] encontrar" (SILVA, 1998, p.148). Segundo a professora Lilian, tratava-se de uma escolha essencial para alcançar os leitores pretendidos. Cabe lembrar que o editorial da revista *LTP* número zero, já expressava o desejo de alcançar a categoria de professores como seus leitores preferenciais. Por isso uma homenagem à categoria, a revista publicara a entrevista com Paulo Freire.

Abrimos espaço, neste número, para a entrevista com o educador Paulo Freire, figura maior daquela luta e desejamos homenagear, através dele, as centenas de educadores anônimos que, na prática cotidiana, batalham para que o nosso povo possa ascender à leitura da palavra impressa (*LTP*, 1982, p.2).

A revista *LTP* visava reunir e congregar educador e profissionais vinculados às questões sobre a leitura e o livro e, em especial, os professores, em prol da democratização da leitura. São profissionais que, em sua maioria, já haviam participado das edições dos primeiros COLEs e garantiram, dentro da entidade, uma instância de representação nas decisões da entidade através do Conselho Consultivo. Logo, tratava-se de um leitor com um histórico que incluía um protagonismo na história da ALB, convidado, naquele momento, a trabalhar pela consolidação dos objetivos da entidade.

²³³ O texto da professora Lilian faz parte do livro publicado pela ALB em parceria com a Editora Mercado Aberto *Leitura do Professor*, organizado por Marildes Marinho e Ceris Saete Ribas da Silva. O livro é resultado do 1º Encontro sobre "Leituras do Professor" realizado durante o 11º COLE em 1997 na qual profissionais e pesquisadores debateram sobre a formação do professor, a representação que se faz do professor e os materiais didáticos e de capacitação destinados ao professor.

²³⁴ Revista da ANDE, publicação da Associação Nacional de Educação, entidade fundada em 1979. A revista foi uma proposta da entidade que serviria como uma ponte entre o trabalho acadêmico produzido pelas universidades e a categoria de professores de 1º e 2º graus. A revista circulou de 1981 a 1995.

Este aspecto relevante foi ressaltado na reconstituição da memória da revista proposta no artigo da professora Lilian.

(...) podemos dizer que o leitor concebido por nós para o veículo que inaugurávamos e a quem nos dirigíamos no editorial era, em especial, o professor. Um professor que julgávamos preocupado, que afirmávamos estar anônima e cotidianamente empenhado na luta pela democratização da leitura, a quem desejávamos nos associar naquele momento e a quem prestávamos homenagem. Nosso modo de dizer os professores, tanto nos estatutos quanto no editorial é permeado de imagens fortes do profissional disposto a engajar-se, do cidadão em processo de organização/mobilização, de alguém que, a despeito do isolamento e da falta de reconhecimento, agia em favor da leitura (SILVA, 1998, p. 148).

Sob essa perspectiva, é possível entender que o formato proposto por *LTP* não se configurava apenas como um critério estético, antes disso, apresentava uma proposta de interatividade com seus leitores. A publicação almejava um efetivo diálogo com seus leitores que atingisse uma realidade concreta, contrária ao “mundo eminentemente acadêmico, identificado a uma minoria elitizada de profissionais, tão distantes dos professores” (SILVA, 1998, p. 148). Podemos dizer que a revista propunha uma pauta concreta de interatividade, procurando reunir os referenciais teóricos produzidos pela academia e as vivências concretas de práticas pedagógicas no desenvolvimento do hábito da leitura no intuito de proporcionar uma reflexão ao leitor desejoso de uma prática pedagógica vinculada aos problemas reais que experimentava. Nesse sentido, o formato editorial de *LTP* se preocupou em apresentar, por exemplo, além das ilustrações, pequenos “textos-comentários” ou epígrafes que visavam a uma breve síntese do conteúdo de cada artigo da revista. Conforme a professora Lilian, um expediente que cumpria a tarefa de chamar a atenção do leitor para pontos essenciais, “funcionando como uma espécie de adiantamento, para o leitor, das questões que ali seriam tratadas, das opiniões que deveriam ser compreendidas” (SILVA, 1998, p. 148). Tal recurso, presente em especial nos primeiros números do periódico configurava um *protocolo de leitura*, noção utilizada pelo historiador Roger Chartier cujo propósito é o de nortear a leitura do texto e definindo uma prática de leitura para um suposto leitor. Assim, os textos da revista *LTP* eram destinados a leitores que “[pareciam] ser, antes de tudo, leitores que precisam ser tomados pelas mãos, a quem se precisa guiar” (SILVA, 1998, p. 153). Como podemos perceber, o protocolo de leitura assinalava os pontos

essenciais do debate e da reflexão através de uma linguagem mais ágil e formada por imagens que direcionavam o leitor aos propósitos dos textos.

A terceira edição da publicação, lançada em outubro de 1983, segue os propósitos já delineados consolidando a linha editorial que visava o debate das questões sobre a leitura e o livro. Os textos publicados procuravam equilibrar conteúdos teóricos e relatos de experiências positivas de professores do ensino básico compondo um panorama que pudesse oferecer recursos para as reflexões sobre práticas pedagógicas que estimulassem o hábito da leitura entre alunos. A terceira edição trouxe para os leitores uma entrevista com a escritora Ruth Rocha que procurava fomentar o debate sobre a literatura infantil e a formação de leitores nas primeiras séries do ensino, tema recorrente nos debates dos primeiros COLEs. O relato da escritora oferecia uma visão do seu trabalho de criação, além de assinalar a importância da leitura na infância. Valorizando o olhar infantil sobre a realidade, a escritora afirmava que suas histórias infantis partiam de fatos corriqueiros na vida de uma criança para estimular os questionamentos e a curiosidade sobre a realidade que a cerca. Além da entrevista que oferecia a visão do escritor em relação à leitura, a edição trouxe artigos cujo referencial teórico abordava aspectos ideológicos e sociais da questão da leitura e do acesso ao livro. Dentre os artigos publicados destacamos o artigo "Os meios de comunicação de massa e o hábito de leitura", do professor José Marques de Melo, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, que trata dos problemas decorrentes da crise da leitura e a influência dos meios de comunicação de massa no desenvolvimento do hábito de ler. A reflexão do autor propõe o debate acerca dos problemas da crise da leitura no país vinculada aos problemas sociais e econômicos que o país atravessava naquele momento, ou seja, a crise da leitura seria fruto das condições econômicas e sociais desiguais impostas para grande parte da população. Completando a série de artigos sobre o tema leitura, a edição da revista trouxe também contribuições com relatos de experiências sobre a formação de leitores e estímulo da leitura entre alunos do ensino de 1º e 2º graus. Nessa edição, a professora Vânia Maria Resende, da Universidade de Uberaba, relatava sua experiência sobre um projeto que coordenou numa escola da rede municipal de ensino de Uberaba, entre alunos de 5ª a 8ª séries do 1º grau. A ênfase do projeto foi de integrar textos literários no universo de outros saberes como a Matemática, Geografia, Artes etc. para estimular a leitura como instrumento essencial para a aquisição de conhecimento. O conjunto de artigos oferecia ao leitor

elementos que permitiam o restabelecimento da importância da leitura assim como repensar as práticas de leitura difundidas entre os alunos.

Curiosamente, a edição trazia também uma bibliografia especializada sobre o tema leitura, realizada por Arlete Ivone Pitarello, funcionária da biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp, a pedido da diretoria provisória da ALB. Eram artigos de pesquisas publicados em periódicos nacionais e internacionais disponíveis na biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp. A divulgação da bibliografia pode ser considerada uma inovação por ser uma matéria incomum em publicações destinadas ao grande público; o que se pretendia era permitir que os leitores da revista pudessem alcançar conteúdos sobre o tema leitura produzidos nas universidades e, assim, estimular os estudos sobre o tema. Esse propósito pode ser observado nas três edições da revista LTP, sob a responsabilidade da diretoria provisória da ALB, publicando as pesquisas acadêmicas como aqueles apresentados nos COLEs ou de eventos como a II CBE e o III Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil, nos quais a entidade pôde reafirmar seus propósitos²³⁵.

7. O 4º Congresso de Leitura do Brasil (COLE), primeiro congresso realizado pela ALB.

O 4º Congresso de Leitura do Brasil foi realizado no mês de novembro de 1983 na Escola Estadual Culto à Ciência²³⁶, localizado no centro de Campinas.

²³⁵ Foram publicados na revista: o trabalho "Leitura: fatores que interferem na compreensão de textos no ensino de 1º grau", de autoria das professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Lígia Morrone Averbuck, Myrna Biel Appel e Rosa Maria Hessel Silveira, apresentado em sessão de comunicação no 3º COLE em 1981. Os trabalhos apresentados no II CBE pela ALB, FNLIJ e CPLL foram: "Leituras no 2º grau" de autoria de Alice Vieira, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, publicado na edição de número 1 da revista LTP e "A leitura nos currículos oficiais" de Vera Teixeira de Aguiar, professora da PUC do Rio Grande do Sul, publicada no número 2 da revista LTP. Ainda na revista nº 2 da LTP foi publicado o trabalho da professora Lígia Morrone Averbuck, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado "Leitura e ideologia" apresentado no III Seminário Latino-americano de Literatura Infantil e Juvenil, realizado durante a 7ª Bienal Internacional do Livro em São Paulo.

²³⁶ Escola Estadual Culto à Ciência, antigo Colégio Culto à Ciência fundado em 1873 para formação secundária de meninos de famílias tradicionais da elite agrária da região. O Colégio foi fundado pela Sociedade Culto à Ciência formada em parte por membros da Loja Maçônica Independência na qual atuava fazendeiros, políticos, comerciantes e intelectuais da região entre eles estavam Manuel Ferraz de Campos Salles (presidente do Brasil de 1898 a 1902), Francisco Glicério (Ministro da Agricultura de 1890 a 1891), Joaquim Egídio de Souza Aranha (visconde e marquês de Três Rios foi político de destaque do Partido Liberal), Jorge Krug (político de Campinas). O Colégio Culto à Ciência foi uma instituição de destaque na região e conhecida pela excelência do ensino secundário, entre seus alunos esteve Santos Dumont na turma de 1879. Em função de uma crise financeira o Colégio foi fechado em

Organizado pela ALB, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Campinas e com a participação do Centro de Leitura da Faculdade de Educação da Unicamp, coordenado pelo professor Ezequiel Theodoro da Silva.

Relativamente ao 4º COLE, coube à ALB, principal promotora do evento, o planejamento e organização do congresso, as questões referentes ao aporte financeiro e a estrutura e organização dos trabalhos do evento. Quanto à busca de apoio financeiro, a diretoria provisória da ALB empenhou-se, desde o início de 1983, em contatos com instituições públicas como o Banco Banespa e instituições privadas como Banco Noroeste, além da busca de recursos junto ao CNPq. Os aportes financeiros obtidos foram fundamentais para despesas gerais do congresso como o aluguel do espaço físico, material de divulgação, custos gráficos com material de apoio, fichas para as inscrições de trabalhos e participação do congresso, produção do material destinado aos congressistas (pastas com impressos do congresso, caneta, bloco de notas e resumos dos trabalhos²³⁷), impressão dos resumos dos trabalhos etc.

O planejamento das atividades teve início em meados de 1983, ocasião em que a diretoria enviou um pequeno questionário aos associados com o intuito de recolher colaborações e sugestões²³⁸. A partir da pesquisa, foram apurados os temas relevantes e o tema geral, o período mais adequado para a realização do evento e as sugestões de conferencistas a serem convidados²³⁹. A data de realização do congresso ficou estabelecida para o mês de novembro de 1983 e o tema geral escolhido foi "Leitura na sociedade democrática: do discurso à ação" que representava um convite aos educadores para participarem de um amplo debate visando "estabelecer diretrizes para uma política de desenvolvimento da leitura em diferentes segmentos da sociedade" (LTP, 1983, p.55). A escolha do tema significou também uma tomada de posição da diretoria provisória da ALB em relação ao momento histórico, um momento propício para o debate de propostas concretas para a democratização da leitura. Tais perspectivas

1890 e reaberto em 1896 como Ginásio Estadual de Campinas através da intervenção de Campos Salles à época governador de São Paulo.

²³⁷ Os recursos obtidos junto ao Banco Banespa foram destinados para a impressão dos resumos dos trabalhos; lembrando que a instituição já colaborava, desde a primeira edição do COLE, com recursos para as edições dos Resumos dos COLEs.

²³⁸ O questionário foi enviado juntamente com o *Informativo ALB*, nº 1, em setembro de 1982. (dados retirados do *Informativo ALB*, nº 2, abril de 1983 e da revista *LTP*, nº 01, abril de 1983, p. 52)

²³⁹ A compilação das respostas da pequena enquete ficou a cargo das professoras Olga Molina e Marli Ancassuerd, membros da diretoria provisória; posteriormente, as responsáveis apresentaram os resultados compilados em reunião que encaminhou as primeiras definições da organização do congresso (Ata de reunião da diretoria provisória, 26/02/1983)

da diretoria provisória já haviam sido anunciadas no editorial do número 2 da revista *LTP* cujo título do artigo assinalava a importância do debate de propostas concretas para a democratização da leitura, "compromisso com a mudança, com a transformação" (*LTP*, 1983, p.2)

A passagem do discurso à ação ocorre por meio da organização dos trabalhos, dos atos daqueles indivíduos e grupos que também percebem sérios problemas na realidade da leitura em nosso país. A ALB nasceu com a intenção de ser um organismo mediador entre a teoria e prática da leitura – a relativa "agitação" na área já demonstra o desvelamento de diferentes horizontes de mudanças.

(...) Modéstia à parte, já somos reconhecidos como um significativo "destacamento de luta" dirigido por uma clara visão teórica capaz de aglutinar esforços para a transformação do cenário da leitura em nosso país (*LTP*, 1983, p.2).

Tais colocações vinham em momento oportuno. O país assistia ao esgotamento do regime autoritário e a perspectiva da redemocratização do país, mas no plano educacional o quadro geral era de desalento, em especial, na rede pública de ensino. Nesse sentido, a diretoria da ALB alinhava-se às alternativas para os problemas da educação. Como bem demonstra o *Edital de Abertura - 4º Congresso de Leitura do Brasil*, cuja leitura pública se deu na sessão inaugural do congresso pelo professor Ezequiel T. da Silva em 12 de novembro de 1983. Através do documento a diretoria buscava reiterar seus principais propósitos e convocava educadores, bibliotecários, pesquisadores e profissionais ligados às questões da leitura e do livro para elaboração de alternativas que pudessem compor um programa de diretrizes para uma política de desenvolvimento da leitura. O documento assinalava ainda os problemas mais críticos no campo educacional e que faziam parte do cotidiano profissional da grande maioria dos educadores.

(...) Outro aspecto a ser colocado diz respeito à segmentação existente entre os diferentes níveis de ensino: pré-escola, 1º grau, 2º grau e Universidade. O que se observa é uma compartimentalização entre esses diferentes graus de escolaridade, resultando em drásticas consequências para a formação do leitor e para o desenvolvimento do gosto da leitura.

Em que pese algumas significativas exceções, ainda permanece uma forte discrepância entre a pesquisa sobre o fenômeno da leitura e as práticas exercidas nas escolas e nas bibliotecas. A formação dos professores para a orientação da leitura também se coloca como um problema. Os atuais currículos de leitura geralmente são elaborados sem critérios objetivos gerando insatisfações para os alunos. As bibliotecas escolares praticamente inexistem e as autoridades educacionais estão postergando *ad aeternum* o problema.

Percebemos que a problemática da leitura apresenta-se como uma "soma de carências", o que avoluma sobre o que fazer para os envolvidos e solicita o estabelecimento de prioridades. Por outro lado, se a leitura for tomada como um processo fundamental de acesso ao conhecimento e, por isso mesmo, como um mecanismo de combate à ignorância e à alienação, vemos que a situação se transforma num real desafio para os educadores e a todos aqueles profissionais preocupados com a mudança. As questões sobre a relação da leitura, escola, biblioteca certamente merecerão destaque especial nas discussões a serem travadas nesses quatro dias de Congresso²⁴⁰.

O *Edital* assinalava ainda que a importância da leitura, celebrada em discursos que promoviam a educação humanista e o desenvolvimento cultural da sociedade era quase um "senso comum irrefutável", no entanto, a realidade não corroborava o discurso por isso, eram necessárias alternativas que respondessem às demandas e urgências da educação que atendessem a um programa de formação de leitores mais críticos e conscientes, inclusive entre professores.

Em confronto a essa imensa idolatria pelo livro, propagandeada através de um discurso do tipo mais-sonho-que-realidade, levanta-se um quadro social cujas determinantes históricas efetivamente transformam as frases bonitas num sonho quase inatingível. Mais, especificamente, existe um vácuo entre a teoria e a prática, entre o discurso e a ação, principalmente em função das condições concretas de acesso ao livro e da produção da leitura por parte do povo brasileiro. A transformação desse vácuo parece estar diretamente relacionada à conquista de uma democracia plena para a nossa sociedade, o que exige, concomitantemente, uma mudança profunda na estrutura da educação brasileira. Quais os mecanismos de luta a serem utilizados pelos professores e bibliotecários, visando essa mudança? Que tipos de mobilização podem ser efetuados a fim de restaurar o real significado da leitura numa sociedade como a nossa? Como a partir de condições presentes nos órgãos de cultura (como a escola e a biblioteca) formar leitores críticos?²⁴¹

Os questionamentos propostos visavam ao resgate do papel da leitura no campo educacional, mas como prática relevante para o restabelecimento de uma educação formadora e digna. Acreditando na importância dos suportes teóricos produzidos nas universidades como uma via de acesso para a reflexão a respeito das práticas pedagógicas mais fundamentadas e conscientes, a diretoria reiterava uma militância em prol da práxis que resultava do debate sobre as bases teóricas dos

²⁴⁰Edital de Abertura - 4º Congresso de Leitura do Brasil, In: *Resumos do 4º COLE*, 1983, p. 3

²⁴¹Edital de Abertura - 4º Congresso de Leitura do Brasil. In: *Resumos do 4º COLE*, 1983, p. 4

problemas que envolvem a leitura e o livro. Cabe lembrar que esse posicionamento foi o fundamento da linha editorial da revista *LTP*, sedimentando uma disposição existente desde as primeiras edições dos COLEs. Através do *Edital*, que era quase uma moção, a ALB conclamava todas as associações e entidades que militam em prol da leitura a reunir esforços para o debate em torno de um programa de diretrizes para uma política de desenvolvimento da leitura no Brasil. Com esses propósitos, a quarta edição do COLE promoveu uma programação na qual possibilitou a reunião de educadores e pesquisadores que, em sua maioria, militavam em entidades e instituições vinculadas às lutas por melhoria do ensino alinhadas ao desenvolvimento de ações em prol da leitura e do livro. Dentre as instituições que marcaram presenças nos debates estavam a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil e o Centro de Pesquisas Literárias do Rio Grande do Sul, que já desenvolviam trabalhos em parceria com a ALB. Outras entidades foram convidadas a participar do congresso como a Associação de Professores de Língua e Literatura de São Paulo²⁴², a Associação de Professores de Língua e Literatura do Rio Grande do Sul, a Associação Internacional de Leitura Conselho Brasil Sul²⁴³, a Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOSP), a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a Academia Campineira de Letras. Os representantes das entidades participaram da mesa-redonda "Debate entre as entidades e associações ligadas à questão do ensino e da leitura" sob a coordenação da professora Olga Molina, vice-presidente da ALB, onde puderam apresentar as ações que desenvolviam.

O debate sobre políticas públicas para o desenvolvimento da leitura teve lugar na mesa-redonda "Subsídios para uma política de leitura", coordenada por Maria Alice Barroso, bibliotecária da Biblioteca Nacional. A mesa envolveu representantes de entidades com reconhecido trabalho na área como a Fundação Nacional de Literatura Infantil e Juvenil, na ocasião representada por Laura Sandroni, à época diretora da

²⁴² Associação de Professores de Língua e Literatura (APLL) foi fundada em 1978 durante as atividades da 30ª Reunião Anual da SBPC, seu propósito é dar apoio à docência e pesquisa nas áreas de literatura e língua bem como promover a troca de experiências entre professores dos três níveis de ensino. Em 1980 a entidade publica o primeiro número da *Revista Linha D'Água*, publicação que reúne entrevistas, artigos, resenhas, relatos de experiências e outros textos de professores dos 3 níveis de ensino (o endereço eletrônico da associação é: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/apll/historico.html>)

²⁴³ Associação Internacional de Leitura Conselho Brasil Sul (ALBS) é uma associação filiada à International Reading Association (IRA). A associação foi fundada em 1979, em Porto Alegre, por um grupo de educadores interessados em trazer para a Região Sul do país os estudos sobre leitura objetivando capacitar os alunos do curso de Educação da Região. Naquele momento, em 1983, contava com 150 sócios que atuavam em variadas áreas profissionais (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1983).

instituição que ajudara fundar em 1968. Em sua comunicação, Sandroni assinalou que uma política da leitura deveria estar voltada para as escolas, pois considerava que a formação de leitores deve ter início logo nas primeiras séries escolares. Dentre as iniciativas defendidas pelos expositores estava a proposta de criação de maior número de bibliotecas escolares, suficientes para atender as demandas dos alunos. Nesse sentido, a comunicação da bibliotecária Zilá Mamede²⁴⁴, representante da Biblioteca Pública Câmara Cascudo da Fundação José Augusto, localizada em Natal, trouxe contribuições através de relatos sobre o trabalho desenvolvido pela Biblioteca, empenhada em oferecer os recursos materiais para os alunos de 1º e 2º graus das escolas de Natal. Já a professora Nelly Novaes Coelho²⁴⁵, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ateu-se às diretrizes voltadas às políticas de distribuição de livros para as escolas, defendendo a redução de custos dos livros e reivindicando que um programa de leitura deveria ser pensado em diferentes campos de atuação, "convergindo para a relação essencial aluno/texto" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1983, p.30). Uma das áreas, segundo a professora, que merecia ser repensada com vistas à formação do leitor entre alunos era a capacitação do professor já nos cursos de formação para o magistério; outra medida que produziria resultados mais imediatos entre os alunos seria a criação de disciplinas de 1º e 2º graus destinadas à leitura e, num terceiro momento, o trabalho conjunto das escolas e bibliotecas para a formação do leitor.

A reflexão sobre um programa de diretrizes para a leitura não poderia prescindir da discussão política sobre a questão. Nesse sentido, foi realizada uma mesa-redonda dedicada ao ensino da leitura intitulada "Comunicação e Expressão: o ensino da leitura" e coordenada pela professora Magda Becker Soares²⁴⁶, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A mesa contou com a participação

²⁴⁴ Zilá da Costa Mamede (1928 – 1985), poetisa e bibliotecária. Foi responsável pela reestruturação da biblioteca central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte onde se encontra acomodado seu acervo pessoal com objetos, livros e cartas. Foi a primeira diretora da Biblioteca Câmara Cascudo vinculada à Fundação José Augusto em Natal (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1983).

²⁴⁵ Nelly Novaes Coelho ensaísta, crítica literária e professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nos anos de 1980, seu interesse por literatura infantil propiciou a criação de uma cadeira sobre o tema no curso de letras da USP. Posteriormente, tornou-se titular da cadeira. É autora dos livros: *Literatura Infantil: Teoria, análise, didática* (1981); *Crítico de Literatura Infantil e Juvenil Brasileira* (1983); *Panorama Histórico da Literatura Infantil/Juvenil* (1984) (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787893P6>).

²⁴⁶ Magda Becker Soares professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Autora do livro *Letramento e alfabetização: as muitas facetas, Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos entre outros* (<http://lattes.cnpq.br/8530550473275266>).

das professoras Ligia Chiappini M. Leite, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Eni Orlandi, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp e Miriam Lemle da Universidade do Rio de Janeiro. O ponto central era a questão do ensino da leitura inserido num sistema educacional elitizado e baseado em valores e preceitos que pertencem a uma elite dominante, impondo à educação a finalidade de perpetuar um sistema de valores que desqualifica as classes menos privilegiadas. O debate procurou chamar a atenção para dois fatores relacionados às práticas educacionais e à leitura como parte dessa realidade: de um lado, a necessidade de questionamento em relação aos referenciais sedimentados no sistema educacional, visando, sobretudo, à sua reformulação, especialmente no que se refere ao ensino da leitura; de outro, a consideração das reais necessidades dos alunos no que diz respeito à formulação de um programa de leitura capaz de atender democraticamente a todos. Como se vê, a tônica do debate estava dada pela politização dos problemas da educação, sem a qual qualquer intervenção não se constituiria em uma real alternativa, especialmente para as classes menos privilegiadas. As intervenções da professora Ligia Chiappini ilustram alguns aspectos que foram objeto de preocupação dos expositores da mesa, particularmente o fato de que as definições teóricas sobre a leitura não eram, por si, a solução dos problemas mais graves que os professores enfrentavam nas salas de aula. Logo, era preciso avançar na discussão política sobre as práticas pedagógicas, uma seara na qual se evidenciaria também o lugar das contradições de classes sociais, ou seja, o processo de ensino-aprendizagem ou a relação entre professor e aluno não poderia ser pensado de forma isolada, mas sim como um processo diretamente afetado pelas contradições de classes inerentes à sociedade capitalista.

Tratar da democratização da leitura é tratar de manuais didáticos, de escolha de livros e de métodos; tratar com amplitude política a questão educacional é descer simultaneamente à concretude do trabalho da sala de aula. (...)

Se há algo que aprendi nestes meus quinze anos de magistério e nestes quase 7 anos de APLL (Associação de Professores de Língua e Literatura, da qual fui uma das fundadoras e vice-presidente entre 79 a 81) é que, enquanto tudo se passa em nível de definições teóricas e das intenções políticas, estamos de acordo entre nós e, no limite, até com muitas formulações oficiais. Mas, quando passamos daí para o trabalho de todo dia é que a tarefa se revela mais árdua, é que as diferenças ideológicas aparecem de fato, é que apreendemos a duras penas a flagrar a nossa resistência à democracia que tanto apregoamos (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1983, p.10).

Tais colocações configuravam de forma um pouco mais subjetiva, um quadro angustiante do professor que buscava uma atuação, no plano político, visando à transformação das relações existentes na educação. Entretanto, esses questionamentos necessariamente deveriam passar pela crítica ao capitalismo e à produção de condições desiguais para a população, ou seja, as relações no interior das escolas são também produto das contradições geradas pelo modo de produção capitalista. Embora as discussões sobre essas questões tivessem um lugar de destaque as mudanças efetivas na educação estavam ainda distantes da realidade. Ainda assim, os debates realizados na 4ª edição do COLE tratavam os problemas da educação da leitura e do livro num plano razoavelmente mais objetivo. Reivindicações como a capacitação de professores, introdução de disciplinas no currículo escolar que tivessem como objetivo incentivar a leitura entre os alunos, a criação de mais bibliotecas escolares significava uma perspectiva não somente para o desenvolvimento e incentivo à leitura, mas também para um ensino de melhor qualidade. Ou seja, o debate estabelecido estava longe de negligenciar o direito às condições básicas para um trabalho mais digno dos professores e uma formação igualmente mais digna para os alunos.

Os participantes do 4º COLE puderam também participar dos grupos de trabalho realizados durante o congresso. Os temas propostos para discussão em grupos procuraram contemplar diferentes aspectos dos problemas da leitura divididos em quatro grandes áreas: leitura na escola; leitura na sociedade democrática; a leitura e Comunicação e Expressão; a leitura e a biblioteca. Na sessão de encerramento alguns grupos puderam apresentar o resultado das discussões, embora a maioria não houvesse sistematizado em um relatório final as discussões das quais participara. Ainda assim, nos foi possível recuperar, através dos arquivos de áudio do acervo da ALB, algumas sugestões apresentadas; dentre elas, as que apontavam soluções visando à facilitação do acesso ao livro e, conseqüentemente, a ampliação do acervo das bibliotecas públicas e escolares, a criação de meios e instrumentos para a eficácia do ensino da leitura nas escolas e a criação de bibliotecas escolares com condições mínimas de funcionamento²⁴⁷. Na sessão de encerramento do congresso foram aprovadas algumas moções que ressaltaram a importância da parceria da ALB com instâncias de caráter público — como as Secretarias de Cultura e da Educação de Campinas — no sentido de viabilizar ações mais efetivas em prol da leitura.

²⁴⁷ 4C FK7# 014ª - Arquivos Sonoros do acervo da ALB.

Realizado, como já assinalado, nas dependências do Colégio Culto à Ciência, o 4º COLE, diferentemente das edições anteriores, não compartilhou o espaço do Centro de Convivência de Campinas com a Feira das Feiras, cuja proporção havia se ampliado consideravelmente. A comissão organizadora havia incluído na programação da Feira maior variedade de exposições (artes plásticas, meio ambiente, culinária, étnico) e espetáculos de música brasileira. Artistas locais e artistas de projeção nacional, principalmente músicos e intérpretes da música popular brasileira, estiveram no evento ao longo de todo o período. Houve também concurso literário, com premiação para o gênero conto, e um concurso de charges promovido pela imprensa local. Outra novidade foi uma mostra de ciências que contou com estandes temáticos, entre os quais o de astronomia e o de informática. Com seu formato ampliado a Feira ganhou projeção de evento destacado no calendário cultural da cidade, merecendo cobertura da imprensa local. Entidades como o SESC, a FUNAI, a Câmara Brasileira do Livro também participaram da Feira das Feiras, como colaboradoras, do evento, além, é claro, da tradicional parceria entre a Prefeitura de Campinas e a Faculdade de Educação da Unicamp²⁴⁸.

8. 1983, ano de eleição para a diretoria da ALB (biênio 1984-1985).

Em 1983, foi realizada a primeira eleição para a diretoria da ALB. O processo constituiu um importante passo para a consolidação da entidade. Previsto nos Estatutos da ALB, o processo eleitoral elegeria uma diretoria que ficaria à frente da entidade por um período de dois anos. A cada edição do COLE, em assembleias ordinárias realizadas durante o evento haveria a posse dos eleitos. A primeira diretoria eleita responderia pelo biênio de 1984 e 1985 e em acordo com as diretrizes estatutárias, as inscrições das chapas concorrentes poderiam ser constituídas livremente entre os associados apresentando também um programa de gestão. A diretoria provisória da ALB convocou os associados a participar do primeiro processo eleitoral através do

²⁴⁸ A coluna “Viver”, do jornal *Diário do Popular*, em sua edição de sexta-feira, destacava em manchete os atrações e as proporções da Feira das Feiras: "Muitas expressões culturais numa ‘Super-Feira’. De quebra, Clementina", In: *Diário Popular*, coluna Viver, 04/11/1983, p. 13. No ano de 1983, o professor Ezequiel Theodoro da Silva, da Faculdade de Educação da Unicamp, foi diretor de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, sendo o principal articulador do evento Feira das Feiras. Embora existisse ainda a parceria entre a Secretaria e a Faculdade de Educação da Unicamp, a imprensa local — *Correio Popular* e *Diário do Povo* — destacava apenas o trabalho da Secretaria Municipal.

Informativo ALB, nº 2, em abril de 1983. No intuito de resguardar a transparência do processo, constituiu um comitê eleitoral formado pelas associadas Ana Lucia Maia Bonato²⁴⁹ e Lenice Mendes Quintella. Os critérios de seleção respeitaram a disponibilidade dos associados para a tarefa, o fato de não ser membro de chapas que concorreriam às eleições e associados que residiam em Campinas, visto que as cédulas de votação seriam encaminhadas para a sede da ALB²⁵⁰. Cumpridas essas formalidades, as inscrições de chapas concorrentes ficaram abertas até o mês de junho e a apuração dos votos foi realizada em outubro de 1983.

Em junho de 1983, em reunião ordinária, a diretoria provisória decidiu, por consenso, concorrer às eleições, mantendo a mesma formação em relação aos cargos ocupados provisoriamente²⁵¹. A iniciativa justificada pela continuidade do trabalho desenvolvido até então e do entendimento de que as ações implementadas para a consolidação da entidade haviam sido bem-sucedidas; entre elas o aumento do quadro de associados, a realização de eventos como o I Seminário Regional de Leitura e Redação de Passo Fundo, as participações em eventos para divulgação da ALB. O debate sobre as decisões do grupo foram registrados na ata da reunião de diretoria do dia 27 de julho de 1983, onde constam também as propostas de gestão.

A atual diretoria resolveu candidatar-se conservando os membros nos cargos em que se encontram atualmente com a seguinte plataforma: Continuar na luta pela democratização da leitura do Brasil e pelo estabelecimento de políticas de desenvolvimento da leitura com a participação concreta de diferentes segmentos da sociedade civil. Como proposta de trabalho se firmou o seguinte:

1 – consolidar a ALB da seguinte maneira:

a – organizando o cadastro de associados com a definição de áreas de interesse e trabalhos desenvolvidos ou em desenvolvimento (remessa das informações aos associados);

b – formação do Colegiado de Representantes;

c – formação do Conselho Consultivo.

2 – realizar novos seminários regionais de leitura incentivando a criação de grupos de estudos e pesquisas;

3 – publicar os Cadernos de Leitura contendo experiências na área, organizadas segundo temas específicos;

4 – realizar o 5º Congresso de Leitura do Brasil em local decidido na assembleia do 4º COLE;

²⁴⁹ Ana Lucia Maia Bonato, bibliotecária membro do Conselho Regional de Biblioteconomia.

²⁵⁰ Ata de reunião 07/01/1983.

²⁵¹ A diretoria provisória foi assim composta: presidente, Ezequiel T. da Silva; vice-presidente, Olga Molina; 1º tesoureiro, Hilário Fracalanza; 2º Tesoureiro, Lilian Lopes Martin da Silva; 1º Secretário, Raquel Maria de Almeida Prado; 2º Secretário, Marli Pinto Ancassuerd. (Atas de reuniões do Comitê Provisório, 17 e 18 de dezembro de 1981)

5 – continuar a edição dos números subsequentes (3,4,5,6) da revista *Leitura: Teoria e Prática*.²⁵²

A primeira eleição da ALB contou apenas com a chapa inscrita pelo grupo da diretoria provisória. A apuração dos votos foi realizada na reunião ordinária da diretoria de 15 de outubro de 1983 e o resultado oficial da eleição 111 votos para a chapa inscrita das 200 cédulas eleitorais enviadas para os associados²⁵³. Como previsto, a posse da diretoria se deu durante a assembleia geral da ALB no dia 15 de novembro de 1983 ao final do 4º COLE. A eleição do grupo que havia composto a diretoria provisória ratificava o encaminhamento das ações empreendidas até aquele momento, além de conferir liderança em relação à tarefa de conduzir o crescimento e consolidação da entidade. Efetivamente, devemos considerar que o grupo que ocupou a direção provisória da ALB e, posteriormente, atuou como a primeira diretoria eleita, empreendeu ações positivas em várias frentes de interesse da associação, fazendo-a reconhecida, e para além do meio acadêmico, como instância relevante nos debates sobre a leitura e, sobretudo, em relação às questões da educação. Com a eleição de 1983, a continuidade dos trabalhos e o empenho do grupo permitiram a abertura de novos espaços para o debate das questões vinculadas à leitura e ao livro em diversas regiões do país e, conseqüentemente, o aumento de pesquisas na área. O grupo eleito esteve à frente da direção da entidade até o ano de 1987 e podemos dizer que sua atuação consolidou um conjunto de ações identificado com a luta pela democratização da leitura o que conferiu também uma identidade única para a ALB.

²⁵² Ata de reunião de diretoria, 27/07/1983.

²⁵³ Cabe lembrar que as cédulas eram enviadas em forma de aerogramas, à época um meio de comunicação muito útil, que era disponibilizado pelos serviços dos Correios para facilitar a postagem das respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1) A democratização da leitura, uma palavra de ordem

Neste trabalho, procuramos evidenciar fatos que marcaram o percurso de criação e fundação da ALB e também ressaltar as formas pelas quais o grupo de fundadores pôde efetivamente constituir a associação. A narrativa à qual nos propusemos, e cujo suporte veio do acervo documental da entidade, permite, a nosso ver, algumas possibilidades de interpretação a respeito dos caminhos trilhados e a reconstituição de parte das motivações que resultaram na construção da ALB. Sendo os principais pontos dessa reconstituição delineados pela cronologia de fatos enlaçados ao cenário político e social do momento em que a entidade surgiu, buscamos uma narrativa que procurou pôr em relevo questões que estiveram amalgamadas à história do país e à própria história da ALB. Isto nos conduziu a observar mais de perto a mobilização de profissionais em torno da "democratização da leitura"; as concepções sobre leitura admitidas naquele momento; as concepções teóricas (e práticas) a respeito do papel da leitura na escola e na vida da sociedade; enfim, o panorama de visões e concepções existentes naquele momento, cenário através do qual a entidade se desenvolveu. Evidentemente, não consideramos que as reflexões que aqui propostas permitam, por si, conclusões definitivas a respeito do tema explorado; ainda assim, cremos que talvez ofereçam caminhos para a compreensão de um processo que merece ser contado.

Ao longo de nosso texto, buscamos mostrar o quanto o momento da fundação da ALB coincidia com um momento relevante da história do país e, igualmente, da própria história da educação no Brasil. O final dos anos de 1970 – período do processo de abertura política – foi um período que exigiu da sociedade ativa participação nas lutas por uma sociedade mais justa, com garantias às liberdades individuais e condições de vida mais dignas para a população. Os diversos segmentos mobilizados foram decisivos no que diz respeito ao cenário político, e, como já procuramos afirmar, os educadores não estiveram alheios ao chamado — seja nas lutas por melhorias de condições de trabalho, seja na reivindicação de maior participação nos processos decisórios a respeito dos rumos da educação no país. Nossa breve análise apesar de não negligenciar um conjunto de referências ideológicas e de posicionamentos políticos inerentes a todo processo histórico, procurou destacar as razões, no geral simples, pelas quais um contingente de pessoas se reúne e organiza movimentos

reivindicatórios. Foi nesse sentido que procuramos enxergar o surgimento de movimentos sociais das camadas populares, que ganharam força e evidência pela forma espontânea de organização, reivindicando, como outras correntes, melhorias em relação às condições mínimas de vida e dignidade como moradia, saneamento, luz, educação, saúde etc. É justamente nesse sentido que direcionamos nossa atenção a alguns aspectos do percurso de construção da ALB, especialmente as razões pelas quais educadores e profissionais interessados nas questões sobre a leitura se reuniram para criar a entidade. Referindo-se aos movimentos que eclodiam já em meados dos anos de 1970 em São Paulo, o sociólogo e professor Eder Sader assinalou a heterogeneidade desses movimentos, mas que, igualmente, representava a "heterogeneidade constitutiva da estrutura social", motivo pelo qual induzia à "reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais" (SADER, 1988, p. 199). Sader procurou ressaltar a especificidade de cada um desses movimentos sociais, que, segundo seu ponto de vista, traziam como característica principal a diversidade e a pluralidade, sem que a autonomia fosse posta de lado:

Os movimentos sociais tiveram que construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque eles eram ignorados nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de carência (SADER, 1988,199).

Não há dúvida de que os movimentos representassem uma "modalidade particular de elaboração de experiências vividas pelos trabalhadores" (SADER, 1988, p.199), como afirma o autor; por isso mesmo, a autonomia se transformava em requisito fundamental para a mobilização, manifestando então a condição do "sujeito de sua própria história" (SADER, 1988, p.311). Foi a partir dessa categoria de análise que procuramos uma direção que auxiliasse a compreensão do processo de construção da ALB, em especial a forma pela qual surgiu a mobilização em torno das questões sobre o tema leitura. Ao longo do trabalho, procuramos assinalar, e recorrentemente, a palavra de ordem da associação – “democratização da leitura” –, legenda que o grupo organizador dos COLEs (e que, posteriormente, criaria a ALB) propunha naquele momento, mas como recusa à ordem imposta. Foi, a propósito, essa “recusa” que estimulou a possibilidade de reunir um contingente expressivo de pessoas em torno das ações em prol da leitura, ideal intensamente presente desde as primeiras edições dos

COLEs. No percurso de constituição da ALB ressoaram as vozes dos movimentos sociais que eclodiram naquele contexto; nele a leitura surge, imersa no cenário complexo da educação, como um objetivo concreto capaz de prover melhorias na educação. Foi dessa forma que educadores, em especial os professores que atuavam na rede de ensino público, puderam aderir prontamente às causas da ALB, como profissionais que vivenciavam no seu cotidiano o problema mais agudo em relação à leitura: seus alunos simplesmente não sabiam ler e escrever.

É desse panorama que consideramos a atenção voltada aos primeiros COLEs, que, ao nosso ver, constituíram-se como fórum onde profissionais de educação que enfrentavam uma realidade cotidiana bastante adversa puderam debater problemas comuns e encontrar alternativas no âmbito coletivo. Sob essa perspectiva, entendemos que a iniciativa de constituição da ALB resultou, igualmente, da necessidade de uma instância de organização e encaminhamento das demandas de uma classe específica, garantindo também a representatividade do conjunto. Tais referenciais puderam lançar luz sobre a associação e sobre sua constituição dentro de um contexto histórico específico particularmente no que diz respeito à aglutinação de profissionais de diferentes segmentos, com diferentes experiências e formação, mas signatários das mesmas expectativas. Por isso, procuramos, ao longo do trabalho, ressaltar ao duplo sentido que os COLEs e, por extensão, do programa da ALB, teriam: o de conagração e, ao mesmo tempo, de reunião de interesses em prol da leitura. Almejamos demonstrar que o tema leitura produzia, a cada passo dado nos congressos (e depois pela ALB), o interesse de diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento – da literatura, da linguística, da pedagogia, das ciências, da história etc. –, mas que eram, sobretudo, educadores empenhados em fazer da leitura a principal via para restaurar a integridade no ensino no Brasil. Por isso, a convicção de que a multiplicidade que unifica tenha sido um aspecto preponderante para a constituição da ALB e também dos congressos, ambos promotores ações objetivando defender os interesses coletivos.

O pressuposto de que a diversidade de ações que o grupo de organizadores dos primeiros COLEs e da ALB empreendeu tenha sido fundamental para a mobilização do contingente de pessoas que se uniu em torno da agenda proposta por ambos é um dos pontos essenciais deste trabalho. A bandeira da “democratização da leitura” legitimou-se, não há dúvidas, como núcleo de um processo ou como síntese de um programa.

Entretanto, a legenda em si não seria suficiente para dar corpo às ações exigidas no plano concreto. Por isso, procuramos destacar, a partir da narrativa aqui organizada, que foi preciso um conjunto de ações positivas para que tanto a mobilização de pessoas quanto os propósitos em torno da democratização da leitura se tornassem, de fato, meios de realização. É nesse sentido, e com amparo naquilo que Michel de Certeau nomeou “caráter ético”, que a democracia estendida ao campo da leitura representou a recusa contra uma ordem imposta e a afirmação dos anseios dos educadores. Podemos considerar que as operações realizadas pelo grupo de organizadores dos congressos foram fundamentais na construção da associação. Dentre as séries de operações realizadas pelo grupo, já destacamos que o formato que uniu o congresso a um evento cultural, a Feira do Livro, propiciou condições mais espontâneas para a participação dos educadores e profissionais de outras áreas de atuação. Procuramos demonstrar que as atividades culturais da Feira do Livro se voltavam a uma forma de adesão mais informal e democrática. Pela pluralidade, visava-se sempre contemplar interesses comuns a vários grupos distintos, mas com atenção a questões específicas como, por exemplo, a facilitação aos professores da rede pública de ensino para que participassem ativamente dos eventos. Igualmente, lembramos as enquetes promovidas entre os participantes dos COLEs visavam pela autocrítica, ao aperfeiçoamento do congresso.

Tal conjunto de práticas que favoreceu o sucesso dos COLEs e, igualmente, a criação da ALB — e que, num primeiro momento, representou as *táticas* necessárias para a criação de um *espaço praticado* — sedimentou-se, como procuramos definir, como uma *maneira de fazer*, conforme a conceituação de Michel de Certeau. Foram ações que permitiram inaugurar um lugar – a ALB – e criar um “espaço praticado” conferindo uma identidade à entidade. Nesse sentido, Pierre Mayol²⁵⁴, nos estudos sobre o bairro em *A Invenção do Cotidiano*, caracteriza as práticas culturais como algo “decisivo para a identidade de um usuário ou um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2011, p.40). As *artes de fazer* ou as *maneiras de fazer* do grupo fundador da ALB foram necessárias para estabelecer uma identidade para a associação; identidade esta aliada a outros elementos que viriam com as ações promovidas no período de sua consolidação.

²⁵⁴ Pierre Mayol é professor da Universidade de Paris 8, chefiou o setor de pesquisas do Ministério da Cultura em 1999. (site: <https://www.librairiedialogues.fr/personne/pierre-mayol/580394/>)

A consolidação da entidade por meio da elaboração dos Estatutos; a criação da revista *Leitura: Teoria e Prática*; a edição do 4º COLE; a realização do Seminário Regional de Passo Fundo; as formas de divulgação da entidade; as eleições para a diretoria foi o conjunto de atividades desenvolvidas que permitiu delinear um perfil para a ALB. Acreditamos que as práticas instituídas pela diretoria provisória configuraram *estratégias* que permitiriam ocupar o *lugar* instaurado, em especial, a elaboração dos Estatutos que normatizou a vida da entidade. Nesse ponto, referimo-nos às *estratégias*, definidas por Certeau, que "[postulam] um lugar próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta" CERTEAU, 2012, p.45). São *estratégias* que, no âmbito da ALB, permitiram ações de consolidação da entidade e que pretenderam assegurar os objetivos básicos pelos quais a entidade foi criada. Tais *estratégias* foram expostas com certa minúcia em momento específico do trabalho no qual tentamos explicitar as operações realizadas pelo grupo em atividades como o primeiro seminário regional realizado em Passo Fundo, a preocupação de assegurar a participação dos associados nas decisões e planejamento de atividades – em consulta por carta, em reuniões convocadas pela diretoria ou pelas enquetes enviadas para os associados –, as atividades para a divulgação da entidade, etc. O que procuramos ressaltar em relação a elas é que eram formas concretas de consolidação da associação. Como sabe o leitor deste trabalho, o grupo que integrou a diretoria provisória foi eleito, em 1983, para a gestão do biênio 1984-1985, e permaneceu à frente da entidade até 1987. Prioritariamente, deu continuidade ao trabalho de consolidação da associação através, por exemplo, dos seminários regionais, no final de 1984, na cidade de Teresina. O 1º Seminário sobre Leitura e Ensino na Universidade Federal de Piauí foi realizado entre 12 e 14 de dezembro daquele ano. Os debates, profícuos e abrangentes, tiveram como pauta-base os problemas que professores e alunos enfrentavam em relação à leitura e ao acesso às bibliotecas, atendo-se, igualmente, às reivindicações em prol da melhoria dos serviços de bibliotecas, da ampliação de oferta de cursos de capacitação de professores e de meios que garantissem acesso às informações sobre os estudos sobre o tema leitura, além de diversas sugestões de atividades que valorizavam a leitura. Esses seminários regionais garantiram a efetivação de grupos regionais de pesquisas e a constituição efetiva do Conselho de Representantes da ALB, instância de natureza consultiva prevista nos estatutos. Outra realização da diretoria foi a constituição do Conselho Consultivo, instância que abriga

as várias categorias de profissionais, em especial, os representantes de professores de todas as séries escolares, e que possui caráter consultivo nos encaminhamentos da entidade²⁵⁵.

Quanto à revista *Leitura: Teoria e Prática*, destacamos a importância da publicação no capítulo 5, especialmente a projeção que o periódico alcançou dentro de sua área de interesse. Desde sua primeira edição, a linha editorial, inaugurada pela diretoria provisória, privilegia a divulgação de artigos de interesse sobre referenciais teóricos da leitura e experiências positivas de professores e profissionais, propiciando a sua continuidade chegando hoje à 69ª edição, além de obter classificação no Qualis Periódico da CAPES, a LTP cumpriu e continua cumprindo seu papel. A diretoria organizou e editou também os *Cadernos de Leitura da ALB*²⁵⁶, publicação temática com edições em 1985 e outra em 1986, esta última já integrava as realizações da segunda gestão do grupo. Podemos considerar que as ações do grupo que esteve à frente da diretoria da entidade por três gestões compuseram um modelo gestor eficiente e produtivo, transformando-se em referência para as administrações posteriores.

2) Algumas considerações sobre concepções de leitura que circulavam nos COLEs.

O amplo debate e a reflexão a respeito da leitura constituíram a pauta dos COLEs desde as primeiras edições. Hoje já são vinte eventos ao longo de 39 anos. Elegemos como objeto de atenção para este trabalho as primeiras edições dos congressos, muito em função do interesse dado pelo contexto histórico que os abrigou. Ao longo do texto, procuramos ressaltar que os primeiros COLEs buscavam privilegiar a discussão a respeito dos problemas da educação tanto no campo pedagógico como no plano político, especialmente em função do necessário questionamento a um sistema educacional calcado em um modelo autoritário imposto pelo regime militar a partir de 1964. A pauta da necessidade de renovação das práticas pedagógicas no processo educacional era uma constante dos COLEs e a leitura configurava-se como um dos

²⁵⁵ Atal da assembleia bianual ordinária da ALB, 01/09/1985.

²⁵⁶ Os *Cadernos da ALB* foram produzidos em parceria com a Editora Mercado Aberto e tiveram duas edições em 1985 e 1986. Essas publicações reúnem artigos de pesquisadores convidados sobre um tema relacionado à leitura. O primeiro Caderno (1985) organizado pela professora Regina Zilberman e reúne artigos sobre o ensino da literatura voltado para as práticas pedagógicas no 2º grau. A segunda publicação (1986) organizada pelo professor Ezequiel Theodoro da Silva reúne artigos sobre o tema “biblioteca”.

pontos centrais da atualização das práticas pedagógicas. Dados gerais dos congressos apontam um contingente expressivo de pesquisadores de diferentes áreas como a Psicologia, a Linguística, a Literatura e a Pedagogia em pesquisas relacionadas ao tema leitura contribuíram para a pluralidade dos congressos²⁵⁷.

A primeira edição reuniu dez trabalhos de pesquisa, a maioria desenvolvida na Unicamp; apenas dois trabalhos estavam vinculados a outras instituições: um deles à PUC de São Paulo — *As Belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*, de Maria de Lourdes Nosella e "Cultura hoje, linguagem no plural", Fundação Educacional de Bauru, e de autoria de Lucia Helena Sant'Agostino.

Com a presença de pesquisadores de outras instituições além da Unicamp, o 1º COLE ganhou visibilidade como um fórum aglutinador, por garantir a pluralidade de ideias e espaços democráticos para o debate. A segunda edição do congresso, em 1979, cristalizou esse perfil ao garantir espaço a pesquisadores de universidades como a USP, PUC de São Paulo e de instituições como a Fundação Carlos Chagas. A edição reuniu trabalhos cuja ênfase estava voltada às questões sobre alfabetização, considerada pelos educadores o ponto central dos problemas da leitura. Nas sessões de comunicação, a edição do congresso inaugurou também um espaço para a apresentação de relatos de professores que promoviam experiências positivas de leituras com seus alunos.

O 3º COLE, em 1981, alcançou 21 comunicações e constitui um grande avanço nos debates sobre o tema leitura, tanto na quantidade como na qualidade dos trabalhos. Destacou-se, naquela edição, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com vários trabalhos sobre o tema leitura. Entre as experiências trazidas pela PUC-RS estava a dos Centros de Leitura implantados naquele estado. Como fizemos constar, o 3º COLE tornou-se também uma referência especial, em função da assembleia de fundação da ALB. A crescente participação de pesquisadores nos COLEs pode ser verificada já na quarta edição do evento, que contou com 34 trabalhos

²⁵⁷Os trabalhos analisavam as questões sobre leitura sob diferentes referenciais teóricos e eram apresentados em sessões de comunicações. O total de trabalhos de pesquisas apresentados nas sessões de comunicações, nas primeiras quatro edições do COLE, foi de 74 trabalhos de pesquisa que se distribuíam em produções acadêmicas de universidades brasileiras de várias regiões, projetos educacionais implementados por instituições públicas e relatos de experiências na área de leitura em instituições de ensino. Considerando as limitações e condições daquele período (limitações na divulgação de congressos, condições para a participação dos profissionais, limitações às pesquisas, o tema leitura como objeto de pesquisas, etc) o número de trabalhos apresentados nos congressos podem ser considerados proporcionalmente expressivos. Como mérito dos COLEs, podemos considerar um espaço para a reunião de pesquisadores e trabalhos sobre o tema leitura, além de congregar diferentes áreas do saber.

inscritos²⁵⁸. Além de pesquisadores de universidades paulistas, houve a participação de pesquisadores de universidades da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

O conjunto de trabalhos das quatro primeiras edições do COLE ratifica o interesse teórico diversificado em relação à pesquisa voltada aos problemas da leitura, além de estudiosos da pedagogia e da psicologia, pesquisadores da literatura, linguística e da biblioteconomia se voltavam para o tema. Esse conjunto de estudos teóricos, como confirmado por nossa pesquisa no acervo da ALB e dos COLEs, além de conter um amplo espectro epistemológico de vários campos do conhecimento, também se torna relevante pela variedade temática, incluindo trabalhos cujo interesse contempla desde a investigação de questões mais teóricas sobre os processos de aprendizagem relacionados à leitura e à escrita até as práticas pedagógicas que poderiam estimular a leitura entre os alunos. As atenções dadas às práticas pedagógicas e as formulações teóricas a respeito da aprendizagem da leitura, em última instância, às formulações teóricas sobre a alfabetização, permeavam também outras questões muito concretas e que não deixaram de ser objeto, ao mesmo tempo, de atenção e crítica naquele momento. Referimos às permanentes barreiras e dificuldades existentes no afastamento de grande parcela da população — mais ostensivamente, aquela parcela de classes marginalizadas — do direito à educação e do acesso aos bens de cultura e de conhecimento: falta de bibliotecas escolares adequadas como também de bibliotecas públicas para a população quando nos referimos às questões sobre a leitura, mas são também problemas recorrentes em relação ao acesso dos bens culturais no geral para grande parte da população. Acreditamos que o contato mais estreito dos pesquisadores com uma realidade educacional tão preocupante produziu neles o interesse pelas ações práticas que pudessem se constituir uma pauta de recursos para o desenvolvimento da leitura, como a constituição de bibliotecas escolares e de serviços que pudessem contribuir para a formação de leitores, temas que tiveram atenção em diversos trabalhos desenvolvidos na área de Biblioteconomia. Dentro do universo da leitura, por exemplo, as contribuições de pesquisadores da área da Literatura se desdobravam em duas direções: uma que congregava os interesses sobre a Literatura infantil e juvenil e outra interessada na formação do leitor e o papel da Literatura nesse processo.

²⁵⁸Dentre os trabalhos apresentados havia cinco relatos de experiências de projetos de incentivo à leitura entre alunos de 1º e 2º graus.

Cabe também notar que, no acervo relativo aos primeiros COLEs, os trabalhos que procuravam definir o conceito de leitura estavam em grande parte vinculados às bases teóricas da Psicologia, ancorados mesmo nessa metodologia de investigação teórica. A noção que se evidenciava com maior frequência nos referidos trabalhos era aquela que definia a leitura como um conjunto de habilidades necessárias para a decodificação de códigos e símbolos escritos, sendo, portanto, um processo cognitivo, cujo desenvolvimento dependia de fatores internos (biológicos) e externos (ambientais) ao indivíduo. Tal noção permeava vários estudos sobre a leitura apresentados nos congressos, e, como exemplo, podemos destacar algumas comunicações de trabalhos no 1º COLE, em 1978, como a “Releitura da Leitura”, dos professores da Faculdade de Educação da Unicamp, Ezequiel Theodoro da Silva e James Maher e a comunicação "Alguns fatores geradores dos distúrbios de aprendizagem" apresentada por um grupo de psicólogos da Clínica de Psicologia e Fonoaudiologia de Campinas; da segunda edição do congresso, destacamos trabalhos da professora Geraldina Witter, intitulado "Instrumental alfabetizador: formação e pesquisa básica" na qual as referências teóricas são de inspiração do behaviorismo de Skinner. São alguns estudos que apresentam concepções teóricas e metodológicas da Psicologia, concepções estas vinculadas à noção de desenvolvimento. Para ilustração ressaltamos o estudo de Silva e Maher (1978), "Releitura da Leitura" cuja concepção sobre leitura refere-se aos pesquisadores norte-americanos Guy L. Bond e Miles A. Tinker²⁵⁹ que destacavam importância do desenvolvimento de habilidades cognitivas necessárias ao reconhecimento dos símbolos escritos ou impressos. Desse pressuposto a leitura envolve a capacidade de interpretação e aquisição de novos significados, pois "o processo de leitura envolve não só a aquisição de ideias, mas também contribuições feitas pelo leitor através da interpretação e avaliação das ideias, bem como a reflexão sobre essas ideias" (Guy L. Bond e Miles A. Tinker)²⁶⁰ Silva e Maher (1978) afirmavam que o desenvolvimento do hábito de ler proporcionaria a aquisição de conhecimentos e a formação de indivíduos mais críticos e conscientes ao passo que corroboravam a importância dos referenciais teóricos como suporte das práticas

²⁵⁹ A referência do trabalho utilizada pelos prof Ezequiel T da Silva e James Maher em "Releitura da Leitura": BOND, G. L. e TINKER, M. A. Reading difficulties: Their diagnosis and corrections, Appleton, New York, 1957.

Guy L. Bond (1904 – 1980), psicólogo educacional que se dedicou ao estudo da leitura e alfabetização.
Miles A. Tinker (1893 - 1977) foi um estudioso sobre a legibilidade da impressão e a leitura do impresso.

²⁶⁰ Idem apud Releitura da leitura"

pedagógicas que visavam ao estímulo da leitura já no processo de alfabetização. A perspectiva que os autores propunham em relação à leitura reafirmava noções de psicologia que remetiam à aquisição de novos padrões de comportamento através do desenvolvimento das habilidades cognitivas. Tais posicionamentos configuraram um momento na educação com fortes influências das ciências na compreensão de fenômenos do comportamento humano; influências essas que não demoraram a alcançar as concepções e propostas pedagógicas no campo da leitura²⁶¹.

Dentro da perspectiva psicológica, vamos encontrar trabalhos como o da professora Ana Luiza Smolka²⁶², intitulado "Literatura como instrumento de alfabetização", apresentado no 2º COLE, em 1979. A comunicação da professora, centrada em sua experiência na Escola Comunitária de Campinas, trouxe também uma visão inspirada em teorias da Psicologia, pressupondo que a alfabetização fosse um processo que integrava todo o desenvolvimento da criança, praticamente desde o berço até quase a vida adulta. Essa visão, cujo suporte descendia das teorias psicolinguísticas, situando a criança "no centro do processo, levando em conta as experiências que ela vive e que ela relata, valorizando a linguagem produzida pela criança" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1979, p.17). Cabia, então, ao professor o papel de agente que assegurasse o desenvolvimento das crianças em suas várias fases, observando e propondo formas para que assimilem os novos elementos e saberes. A autora defendia ainda que a literatura deveria ser o meio fundamental para a formação do leitor, pois permitia, nos exercícios com os alunos, a utilização da linguagem oral e escrita durante a leitura dos textos literários, exercícios que permitem à criança a consciência do processo de comunicação²⁶³.

Embora os trabalhos sobre leitura e o processo de aprendizagem da leitura estivessem, em muito, ancorados nos conhecimentos da Psicologia, não podemos deixar de anotar outros domínios que, igualmente à Psicologia, tiveram evidente importância

²⁶¹ Podemos notar que a noção de desenvolvimento é bastante utilizada para fundamentação dos trabalhos sobre leitura: o desenvolvimento de habilidades para o aprendizado da leitura e desenvolvimento do hábito de ler, noções que remetem a padrões de comportamento.

²⁶² Ana Luiza B. Smolka, professora da Faculdade de Educação da Unicamp. No período de realização do 2º COLE era professora da Escola Comunitária de Campinas. Logo em seguida, em 1979, passa a integrar o corpo docente da FE da Unicamp. É autora do livro *A criança na fase inicial da escrita: alfabetização como processo discursivo* (1999), *A linguagem e o outro no espaço escolar* (2003), *Leitura e Desenvolvimento da Linguagem* (2010) entre outros (<http://lattes.cnpq.br/0714157996169290>)

²⁶³ O trabalho da professora Smolka apresentava os referenciais do socioconstrutivismo e os processos cognitivos da criança. A noção de desenvolvimento também permeia essas noções no processo de construção do conhecimento.

para o tema leitura, em especial, a Linguística. Como exemplo desses estudos, podemos citar estudos como de Lúcia Helena Sant'Agostinho, no 1º COLE, intitulado " Cultura hoje, linguagem no plural"; de Maria Helena Martins, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, intitulado " Construindo a capacidade de produzir e compreender a linguagem", no 3º COLE; de Nelly Medeiros de Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado " Codificação e leitura de uma situação social: a linguagem em crise", no 4º COLE.

Nessas comunicações, as contribuições dos estudos linguísticos traziam um arejamento às concepções de leitura e à compreensão do ato de ler. Colocavam a linguagem no centro do debate, reivindicavam que a leitura deveria ser compreendida na relação do leitor com o texto, atentando-se aos fatores que determinam os sentidos produzidos a partir daí. Nessa perspectiva, os estudos sobre a leitura ganhavam nova dimensão, especialmente por conta dos estudos que descendiam de um ramo específico da linguística, a psicolinguística. Nos COLEs, as contribuições de diferentes ciências tiveram importância não apenas para a compreensão dos processos que envolvem a aprendizagem da leitura e o ato de ler, mas, essencialmente, as práticas pedagógicas revigoradas graças às novas abordagens.

Evidentemente, as contribuições teóricas que tiveram lugar nos primeiros COLEs não ficaram restritas apenas ao plano pedagógico. A renovação das práticas pedagógicas configurava-se como mais um resultado dentro de uma série de outras perspectivas dadas pelo conjunto de debates realizados naquele momento e cujo intuito era o de fixar uma perspectiva que revigorasse, na medida possível, a imersão nos temas da educação que poderiam ser contemplados. Exemplo que procuramos buscar como registro relevante dessa busca pela pluralidade dada num cenário político e que já reiteramos várias vezes veio da participação do educador Paulo Freire, recém-chegado do exílio. Em sua conferência "A importância do ato de ler" no do 3º COLE, em 1981, o educador defendeu visão libertária da educação, como instrumento de conscientização das contradições da sociedade capitalista e a leitura deveria ser compreendida como uma forma de entendimento da realidade que nos cerca. Em suas palavras "linguagem e realidade se prendem dinamicamente", a compreensão do texto pode ser "alcançada por sua leitura crítica" pela percepção das "relações entre texto e contexto" (CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 1981, p. 4). Paulo Freire explica na conferência a noção de "palavramundo", a linguagem que nos leva a entender as relações que se estabelecem ao

nosso redor e, portanto, a nossa conscientização sobre a realidade que pertencemos. No seu trabalho esta noção é fundamental para que o processo de alfabetização seja um processo conscientizador através de uma prática renovadora e conscientizadora. As palavras que servem de recursos para a alfabetização têm um propósito de relacionar o contexto do qual elas foram retiradas e, portanto, devem pertencer ao universo do educando. A pedagogia de Paulo Freire trazia um corpo teórico que revolucionou o trabalho de alfabetização de adultos no país e constitui uma das matrizes de pensamento na educação brasileira.

Essas comunicações apresentadas nas primeiras edições dos COLEs podem nos apresentar um pequeno panorama dos debates e das noções sobre a leitura naquele período, compondo uma parte significativa dos discursos que circulavam no meio acadêmico e educacional. São referenciais que compõem um momento histórico da educação e, especialmente, de como a leitura era pensada naquele contexto. Consideramos também que a importância de recompor esses discursos e outros que passaram ao longo da história da ALB e dos COLEs seria a de compor uma história recente da leitura no Brasil, inserida no contexto desses congressos e que merece ser recuperada pela sua relevância.

A ALB, por sua longa trajetória, acumula vivências e, sobretudo, memórias de grupos e de pessoas que participaram e continuam participando de sua história. A memória coletiva da entidade foi produzida pela interação dessas pessoas, que se uniram em torno de um objetivo comum para lutar por melhorias na educação e pelo restabelecimento dos direitos democráticos na sociedade. São memórias que se entrecruzam com as memórias individuais dessas pessoas que a construíram e podem ser reconhecidas em objetos e acontecimentos que fizeram parte dessa história. A ALB é um lugar de memória por representar o lugar dessas inúmeras vivências sedimentadas ao longo do tempo e, como alerta Pierre Nora, deve ser um lugar onde as memórias representam experiências compartilhadas por um grupo de pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

“I Conferência Brasileira de Educação, Documento Final”, São Paulo, 03/04/1980. In: *Educação & Sociedade*, ano II, nº 6, junho de 1980, p. 144 – 151.

“O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)”, In: *Revista HISTEDBR*, online, Campinas, número especial, p. 188—204, ago. 2006, site:

ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Coautoria de Max Horkheimer. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1985.

AGUIAR, Vera Teixeira. “Centro de Pesquisas Literárias: Metas e realizações”, In: *Letras Hoje — Estudos e debates em linguística, literatura e língua portuguesa*, v. 18, n. 3, 1983, p. 9 – 16.

AMANCIO, Tunico. “Pacto cinema-Estado: os anos da Embrafilme”, In: *ALCEU*, v.8, n.15, p. 173-184, jul./dez. de 2007, p. 176.

ANDE, ANPEd, CEDES, CEDEC. “Manifesto aos participantes”, In: *CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO*, (2., 1982, Belo Horizonte, MG). Anais [da]... São Paulo, SP: Parma, 1982.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO (ABALF). *Histórico de criação da Associação Brasileira de Alfabetização* (doc. pdf), 2013, disponível em: <http://abalf.org.br/>, acesso em 23/06/2015.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNICAMP — ADUNICAMP. *Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade*, edição comemorativa dos 30 anos da Adunicamp, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Adunicamp: 25 anos : autonomia — democracia — participação*, São Paulo, SP: Oficina, 2002. 255p., il.

_____. *Adunicamp: em defesa da universidade*, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. “Carta aos Educadores”, In: *Revista da Associação Nacional de Educação*, ano 1, n. 1, 1981.

_____. “Carta de Princípios”, In: *Revista da Associação Nacional de Educação*, ano 1, n. 1, 1981.

BETTO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*, 6. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986, Coleção Primeiros Passos.

BORGES, Jorge Luis, A Biblioteca de Babel, In: BORGES, L., *Obras Completas de Jorge Luis Borges*, vol. 1, São Paulo: Globo, 2000.

BORGES, Regina M. R. et al (orgs). *Educação e cultura científica e tecnológica: centros e museus de ciências no Brasil*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular*, Petrópolis — RJ: Editora Vozes, 1977.

BRANDÃO, Carlos R.. “Eva viu a uva: algumas anotações sobre a Pedagogia do Oprimido e a Educação do Colonizador”, In: *Educação & Sociedade*, ano I, nº 3, maio de 1979, CEDES: Editora Cortez, 1979, p. 15-23.

BRASIL, Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979.

_____. Decreto nº 91.542, de 19/8/85, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980—1987/decreto—91542—19—agosto—1985—441959—publicacaooriginal—1—pe.html>, acesso em 20/08/2015.

_____. Lei n. 5.692, 11/8/1971, disponível em <http://www2.camara.leg.br> acesso em 20/8/2015.

CANDAU, Jöel. *Antropologia da Memória*, tradução de Miriam Lopes, Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes. IANNI, Revolução e cultura. Rev. adm. empres. [online]. 1985, vol.25, n.1, pp.69-70. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901985000100009> .

CERTEAU, Michel de. “Teoria e Método no Estudo das Práticas Cotidianas”, In: SZMRECSANYI, Maria I. (org), *Anais do Encontro “Cotidiano, Cultura Popular e Planejamento Urbano”*, São Paulo: FAU/USP, 1985, p.3 a 19.

_____. *A escrita da História*, tradução Maria de Lurdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer*, tradução de Ephraim Ferreira Alves, 19ª edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

_____. “A operação histórica”, In: LE GOFF, J. ; NORA, P.. *História: novos problemas*, tradução de Theo Santiago, Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976, p. 17 a 41.

_____; GIARD, Lucie; MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*, tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lucia E. Orth, 10ª edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

CHARTIER, Anne Marie; Hébrard Jean. « Invenção do cotidiano: uma leitura, usos”, In: *Projeto História*, vol. 17, nov. de 1998, p. 30 a 44.

_____. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2002

_____. *Historia Cultural: entre práticas e representações*, tradução de Maria Manuela Galhardo, 2ª edição, Portugal: DIFEL, 2002.

COELHO, Germano, Paulo Freire e o MCP, In: ROSAS (org). *Paulo Freire: educação e transformação social*, Recife, PE: Editora Universitária, UFPE, 2002, p. 31 – 95.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, (1., 1980, São Paulo), SP. *Anais [da] I Conferencia Brasileira de Educação*. São Paulo, SP: Cortez, 1981.

DIAS, Edmundo F.. “O ANDES — SN: um processo democrático”, In: ADUNICAMP, *Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade*, edição comemorativa dos 30 anos da Adunicamp, 2007.

CUNHA, Antonieta (org), Afonso Romano Sant'Ana – *Crônicas para jovens*, São Paulo: Global Editora, 2015.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*, 2. Ed, São Paulo, SP: Hucitec: PMSP/Secr. Mun. de Cultura, 1985.

ENDERS, ARMELLE. “Les Lieux de Memoire, dez anos depois”, IN: *Revista Estudos Históricos*, vol.6, n. 13, 1993.

FAUSTO, Boris, *Historia do Brasil*, 2ª edição, São Paulo: EDUSP: Funda do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FÁVERO, Maria de Lurdes de A.. “Paschoal Lemme: o educador e suas ideias”, In: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/241.pdf> (acesso em 20/02/2017).

_____. “Paschoal Lemme: o educador e suas ideias”, In: *Anais do III Congresso de História da Educação*, Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004. Endereço eletrônico:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/241.pdf>, acesso em 20/01/2017.

- FILGUEIRAS, Juliana M. “As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME”, In: *História da Educação* – online – Porto Alegre, RS, vol.19, n.45, jan/abr de 2015, p. 85-102. Acesso em 10/11/2016.
- FREIRE, Ana Maria. “A voz da esposa. A trajetória de Paulo Freire”, In: GADOTTI, M.(org). *Paulo Freire: uma biobibliografia*, São Paulo: Editora Cortez; São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*, São Paulo, 1989.
- _____. *Pedagogia da esperança*, Paz e Terra, 1992.
- FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*, 4ª edição, São Paulo: Editora Moraes, 1980.
- FUNDAÇÃO CASA DE JORGE AMADO. *Fundação Casa de Jorge Amado: catálogo do acervo de documentos*, Myriam Fraga, apresentação, Salvador, BA: Fundação Casa Jorge Amado, 2009
- GADOTTI, Moacyr (org). *Paulo Freire: uma biobibliografia*, São Paulo: Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, 1996. (versão em pdf)
- GATTI, André Piero. *Embrafilme e o cinema brasileiro [recurso eletrônico]*, São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2007. 113 p. em PDF — (Coleção Cadernos de pesquisa; v. 6)
- GERMANO, José W.. *Estado Militar e educação no Brasil*, 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*, tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2003.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*, 2ª edição revista e ampliada, São Paulo: EDUSP, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. *Estatísticas do Século XX*, Rio de Janeiro: IBGE, 2006, [arquivo em pdf].
- JOIA, O.; KRUPPA, Sonia M. P.. *APEOSP dez anos: memórias dos professores do ensino público estadual paulista*, São Paulo: CEDI, 1993.
- KECK, M. E.. *PT — A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira* [online], Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- KUCINSKY, B.. *Jornalistas e Revolucionários*, São Paulo: EDUSP, 2001.

- LEMME, Paschoal, “Carta ao II CBE em comemoração aos 50 anos do Manifesto dos Pioneiros de 1932”, In: *CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO*, (2, 1982, Belo Horizonte, MG). Anais [da]... São Paulo, SP: Parma, 1982.
- LINS, Osman. *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*, São Paulo: Summus, 1977.
- MADUREIRA, H. O., VILARINHO, Lucia R. G.. “A formação do bibliotecário para atuar em bibliotecas digitais: uma questão a aprofundar”, In: *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 15, nº 3, p. 87 – 106, set/dez 2010.
- MATOS, Olgária C. F.. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo, SP: Nova Alexandria, 2006.
- MELO, Jose M. (coord), RAHDA, Maria Beatriz F. (org), *Memórias das Ciências da Comunicação no Brasil: o grupo gaúcho*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: *Projeto História, Revista do Programa de Estudos de Pós—graduação em História do Departamento de História*, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, nº 10, dez/1993.
- OTRANTO, Celia R.. “Movimento Sindical Docente: História e Crise”, In: *Revista Universidade Rural*, séries Ciências Humanas, vol.22, n. 2, jul/dez de 2000, UFRJ.
- PAULILO, André L.. “As estratégias de administração das políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935”, In; *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, dez/jan de 2009.
- REVAH, Daniel. “As pré-escolas alternativas”, In: *Cadernos de Pesquisas*, n. 95, p. 51-62, nov. 1995, São Paulo.
- _____. “As pré-escolas alternativas”, In: RISÉRIO, Antônio, *Anos 70: trajetórias*, São Paulo: Iluminuras, 2006.
- RIBEIRO, Maria Luísa S.. *A formação política do professor de 1º e 2º graus*, São Paulo: Cortez, 1984.
- RIDENTI, Marcelo. “Cultura e política brasileira: enterrar os anos 60?”, In: BASTOS, E.;RIDENTI, M.; ROLLAND, D., (orgs). *Intelectuais: sociedade e política*, Brasil—França, São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- RITTO, Ana C.. *Relação da Literatura para crianças e escola nos 30 anos de Congresso de Leitura do Brasil*, Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SALLES, Paula R.. *Documentação e comunicação popular: a experiência do CPV – Centro Pastoral Vergueiro (São Paulo/SP, 1973 – 1989)*, dissertação de mestrado, Pontifícia Católica de São Paulo, 2013.
- SAMARA, Maria Alice; Baptista, Tiago. *Os cartazes na Primeira República*, Lisboa, Portugal: Edições Tinta de China, 2010.
- SANTAELLA, Lucia. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal — aplicações da hipermídia*, São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.
- SANTANA, L. P.. *1º Congresso de Leitura (1978): Constituindo Arquivo*, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2013.
- SANTOS, Miryam S.. *Memória Coletiva e teoria social*, São Paulo: Annablume, 2003.
- SAVIANI, Demerval.. “Educação de Adultos”, In: *Jornal da Educação*, Campinas—SP, 04/04/1981, p. 06.
- _____. “O legado educacional do regime militar”, In: *Cadernos CEDES*, vol.28,n. 76, Campinas set/dez 2008.
- _____. *Histórias das ideias pedagógicas*, Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- _____. O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 30, set/out/nov/dez, 2005.
- SILVA, Ezequiel T. da. “Como o COLE virou bianual”, In: *Revista Linha Mestra*, ano 01, nº 01, março/abril de 2007, site: http://alb.com.br/arquivo—morto/linha—mestra/revistas/revista_01/depoim_01.asp.htm
- _____. “Entrevista”, In: *Revista Profissão Docente online — Dossiê Temático Leitura e Formação de Professores*, Uberaba, v. 12, n. 26, p. 115-119, jan/jul 2012.
- _____. “Associação de Leitura do Brasil — Histórico e Proposta de Ação”, In: *Revista Perspectiva*, UFSC, Florianópolis, vol 2, nº 4, 1985, p. 130-133.
- _____. *Os (des)caminhos da escola: traumatismos educacionais*, 2ª edição, São Paulo: Editora Moraes, 1982.
- _____; MAHER J., “Releitura da Leitura”, In: FACULDADE DE EDUCAÇÃO — UNICAMP, *Resumos do 1º Congresso de Leitura do Brasil*, 1978, p. 50-63.

SILVA, Lilian L. M. da. “A Revista Leitura: Teoria e Prática e o professor – um leitor em formação”, In: MARINHO, M. Silva, Ceris S. R. da (orgs), **Leituras do professor**, Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil — ALB, 1998 (Coleção Leituras do Brasil), 141-156.

SILVA, Leonardo Mello e. Retrato de uma figura exemplar: para lembrar o passamento do professor Edmundo Fernandes Dias. *Cad. CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 413-417, Aug. 2013. Available from (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103_49792013000200015&lng=en&nrm=isso). access on 25 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000200015>.

SILVA, Lilian L. M. da; OLIVEIRA, Luciane M.. “Documentos en Imágenes: Carteles de los Congresos de Lectura do Brasil”, In: *XVIII Coloquio de Historia da Educacion — arte, literatura y educacion*, 2015, VIC-Barcelona. *Atas del XIII Coloquio del educacion — Arte, Literatura y Educacion*, VIC-Barcelona: N. Padrós, E. Collelldemont; J. Soler (Eds) — *Servie de la publicacion de la Univertitat de VIC* —, 2015, v. vol 2 p. 383-392.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). "Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência", In: *Revista Ciência e Cultura*, vol. 01, n. 1 — 2, jan/abril de 1949, In: *SBPC, Caderno SBPC — Fundação e Primeiros Movimentos 1948 a 1958*, n. 7, 2004.

_____. *Cadernos SBPC — Fundação e Primeiros Movimentos 1948 a 1958*, n. 7, 2004.

SOUZA JUNIOR, Eustáquio José. *Circulação da Instrução Programada no Brasil (1960—1980)*, tese de doutorado defendida na UFMG, 2015. Acesso em 10 de novembro de 2016.

SUAIDEN, Emir José. *Biblioteca Pública Brasileira: desempenho e perspectivas*, São Paulo: Lisa Editora; Brasília: INL, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. "Livro de Leitura é introdução à liberdade, entrevista com Anísio Teixeira", In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 38, n. 88, p. 158—159, out./dez. 1962.

TRAGTENBERG, Mauricio. "As ilusões triunfalistas", In: *Correio Popular*, coluna Opinião, 12/11/1981, p. 05

_____. “Tele-educação ou tele-repressão?”, In: *FACULDADE DE EDUCAÇÃO — UNICAMP, Resumos do 1º Congresso de Leitura do Brasil*, 1978. p. 25-26.

VIDAL, Diana G.. “80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate”, In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set.2013, endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177> (pdf), acesso em 20/01/2017.

Revistas e Jornais

CEDES

CEDES. “Editorial”, In: *Revista Educação & Sociedade*, vol.30, n. 106, Campinas jan/abril de 2009.

CEDES. *Jornal da Educação*, nº 5, outubro de 2007, endereço eletrônico: http://www.cedes.unicamp.br/jornal_educacao_5/index2.htm acesso em 20/9/2015.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO — UNICAMP. *Educação & Sociedade*, Campinas—SP, ano 1, n. 1, setembro de 1978.

“Idiotizante”, *Jornal da Educação*, Campinas-SP, 02/10/1980.

CEDES. *Educação & Sociedade*, Campinas-SP n. 3, maio de 1979.

CEDES. “Editorial”, *Educação & Sociedade*, vol.30, nº.106, Campinas Jan./Abr. 2009.

CEDES. “Prof.^a Ivany Pino, O estudo dos Cadernos CEDES pode ser inesgotável (entrevista)”, In: *Cadernos do CEDES*, vol 26, n.º especial, São Paulo: Cortez; Campinas — SP: CEDES, 2006.

CEDES. “Editorial”, In: *Educação & Sociedade*, Campinas-SP, ano II, nº 6, junho de 1980.

CEDES. “I Conferência Brasileira de Educação (Documento Final — 03/04/1980)”. In: *Educação&Sociedade*, Campinas-SP, ano II, nº 6, junho de 1980, p. 144-151.

CORREIO POPULAR

“DEBATES sobre ‘Ciência, Universidade e Realidade Nacional’”. *Correio Popular*, Campinas – SP, 23 de agosto de 1978, página 5.

“Na UNICAMP: debate sobre a Universidade”. *Correio Popular*, Campinas, SP, 30 de agosto de 1978, página 5.

“CONCEITO de Educação”, Campinas-SP, em 31 de agosto de 1978, coluna Educação e Ensino.

“EM greve, Unicamp mantém eleições para reitor”, *Correio Popular*, Campinas-SP, 20/10/1981, coluna Local, pág. 9.

“CHAMADA para campanha: ‘Dura realidade!’”, *Correio Popular*, Campinas-SP, 21/10/1979, p.3

“PRESENÇA do SESI na Feira do Livro”, *Correio Popular*, 24/10/1979, p. 12.

“O hábito de ler começa na escola”, *Correio Popular*, Campinas—SP, 25/10/1979, na coluna Educação e Ensino.

“CHAMADA para campanha: ‘Para eles é muito...para você é pouco’”, *Correio Popular*, 25/10/1979, p. 3

“CHAMADA para campanha: ‘Você deve aliar—se a esta cruzada de cultura’”, *Correio Popular*, 27/10/1979, p.7

CORREIO POPULAR, Campinas-SP, 02/11/1979, coluna “Campinas: Vida Cultural”, p. 21.

“PREFEITURA permite e estimula poluição sonora em zona nobre”, *Correio Popular*, Campinas-SP, 02/11/1979, p.10.

“PAULO Freire abre o Congresso de Leitura, *Correio Popular*”, Campinas-SP, 13/11/1981, p. 9.

“ASSOCIAÇÃO Nacional de Incentivo à leitura é o plano”, *Correio Popular*, 14/11/1981.

“EM greve, Unicamp mantém eleições para reitor”, *Correio Popular*, 20/10/1981, coluna Local, pág. 9.

DIÁRIO DO POVO

“O INCENTIVO ao hábito de leitura”, *Diário do Povo*, Campinas, SP, 13 de agosto de 1978.

DIÁRIO DO POVO, 21/09/1978, p. 11

“OS TEXTOS da Mentira”, *Diário do Povo*, de 24/09/1978.

“DISCOS, livros, plantas e até sorvete, Está tudo nesta Feira”, *Diário do Povo*, Campinas-SP, 15/10/1979, p. 05.

“É A FEIRA das feiras: livro, verde, artesanato”, *Diário do Povo*, Campinas-SP, 13/10/1979.

“DESCONTO nos preços e trocas de livros na Feira das Feiras”, *Diário do Povo*, Campinas-SP, 24/10/1979, coluna Viver, p. 11.

DIÁRIO DO POVO, 23/10/1979, coluna Livros, p. 13.

SILVA, Ezequiel T. da. “Mais Leitura nas escolas”, *Diário do Povo*, Campinas-SP, 13/10/1979.

“LER, um hábito da elite que precisa ser costume da nação”, *Diário do Povo*, Campinas-SP, 14/11/1981, p. 05.

“MUITAS expressões culturais numa ‘Super-Feira’. De quebra, Clementina”, *Diário do Povo*, Campinas-SP, 04/11/1983, coluna Viver, p. 13.

FOLHA DE SÃO PAULO

“O 3º CONGRESSO de Leitura será iniciado hoje”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13/11/1981, p. 23.

“REUNIÃO AMEAÇADA pelas bandeiras clandestinas”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09/07/1982. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br>.

SANCHES, Lygia. “Uma milionária Bienal do Livro”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15/08/1982, caderno Ilustrada, p.63.

SANCHES, Lygia. “Bienal só para as grandes”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30/08/1982, caderno Ilustrada, p. 21.

O GLOBO

“MÊS DO LIVRO em São Paulo: duas Bienais com exposições, palestras e prêmios”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 31/07/1982.

DOCUMENTOS DA ALB

ATAS

Ata da primeira reunião do comitê provisório, 17 e 18/12/1981.

Ata de reunião da diretoria provisória, 26/03/1982.

Ata de reunião da diretoria provisória, 26/06/1982

Ata de reunião da diretoria provisória, 31/07/1982

Ata de reunião da diretoria provisória, 02/10/1982.

Ata de reunião da diretoria provisória, 11/10/1982.

Ata de reunião da diretoria provisória, 07/01/1983.

Ata de reunião da diretoria provisória, 26/02/1983
 Ata de reunião da diretoria provisória, 30/04/1983.
 Ata de reunião da diretoria provisória de 30/4/1983.
 Ata de reunião da diretoria provisória, 18,/06/1983.
 Ata de reunião de diretoria, 27/07/1983.
 Ata da assembleia bianual ordinária da ALB, 01/09/1985.

DOCUMENTOS E PUBLICAÇÕES

ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL. *Estatutos da Associação de Leitura do Brasil*, 1982.

_____. *Estatutos da Associação de Leitura do Brasil*, 2009.

_____. *Relatório da diretoria da ALB (2013-2014)*, disponível em: <http://alb.com.br>, acesso em 23/06/2015.

_____. *Informativo ALB nº 1*, setembro de 1982.

_____. *Informativo ALB nº 2*, abril de 1983.

_____. *Leitura: Teoria & Prática*, nº zero, novembro de 1982.

_____. *Leitura: Teoria e Prática*, nº 1, abril de 1983.

_____. *Leitura: Teoria e Prática*, nº 01, outubro de 1983.

RESUMOS DOS COLEs/ DOCUMENTOS

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, (1., 1978, Campinas, SP) *Resumos*.
 Campinas, SP: UNICAMP, 1979. 99 p.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, (2., 1979, Campinas, SP) *Resumos*.
 Campinas, SP: UNICAMP, 1980. 56 p.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, (3., 1981, Campinas, SP) *Resumos*.
 Orientação de Ezequiel Theodoro da Silva; Revisão de Lilian Lopes Martins da Silva.
 Campinas, SP: UNICAMP, 1981. 124 p.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, (4., 1983, Campinas, SP) *Resumos*.
 Orientação de Lilian Lopes Martins da Silva e Hilário Fracalanza; Revisão de Ezequiel
 Theodoro da Silva. Campinas, SP: UNICAMP, 261p.

_____. “Programa geral: Feira do Livro”, 1º Congresso de Leitura do Brasil, 1ª
 Conferencia dos Bibliotecários, 1978 (impresso digitalizado)

_____. “Relatório de Avaliação da Feira do Livro”, 1978.

_____. “Relatório de Avaliação do 1º Congresso de Leitura do Brasil”, 1978.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO — UNICAMP, *Plano bienal do Departamento de Metodologia de Ensino (1978-1979)*.

_____. *Relatório de Atividades do Departamento de Metodologia de Ensino*, ano de 1977.

_____. *Relatório de Atividades do Departamento de Metodologia de Ensino*, ano de 1978.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – DEME – UNICAMP, *Anteprojeto Feira do Livro*, 1978.

_____; SECRETARIA DE CULTURA DE CAMPINAS, *Projeto Feira do Livro para execução*, 1978.

CORRESPONDÊNCIAS DA ALB

1 – Carta convite para formação do primeiro Colegiado de Representantes da ALB, 15/04/1982. (Arquivo de correspondências expedidas, documento digitalizado).

2 – Carta aos participantes do 3º COLE, junho de 1982. (Arquivo de correspondências expedidas)

3 – Propostas para apresentação de painéis da ALB/FNLIJ/CPL na II CBE, 10/05/1982 (Arquivo de correspondências expedidas).

4 – Ofício da comissão organizadora do II CBE, em 31/05/1982. (Arquivo de correspondências recebidas).

5 – Convocatória nº 01, carta enviada aos associados para convocação de reunião em 08/07/1982, na Faculdade de Educação da Unicamp, sala 38, às 16 hs. (Arquivo de correspondências expedidas, ano 1982.)

6 – Carta recebida IRA, 31/05/1983 (Arquivo de correspondências recebidas).

7 – Ofício Bienal Internacional do Livro, de 02/06/1982 (Arquivo de correspondências recebidas).

PRODUÇÕES DO PROJETO ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL - ALB: MEMÓRIAS

SILVA, Lilian L. M. da, Oliveira, Luciane M. de (orgs), *Tempo de COLE*, Campinas – SP: FE/UNICAMP, 2014.

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (1978-1997): DOCUMENTOS SONOROS, 2015. (catálogo as fichas de decupagem dos arquivos sonoros do acervo da ALB que correspondem a onze edições dos COLEs realizados entre 1978 a 1997).

CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (1978-1995): CATÁLOGO DE FONTES, 2015. (documentos referentes aos dez primeiros COLEs realizados entre 1978 a 1995).

SITES

AGÊNCIA DE JORNALISMO ONLINE MAURICIO TRAGTENBERG – AGEMT, "Tratar, testemunhar", palestra proferida por Jean—Claude Rolland no V Colóquio da Associação Primo Levi, em 18/06/2011: <http://agemt.org/?p=827>, acesso em 20/12/2016.

ANÍSIO TEIXEIRA: http://www.unb.br/unb/historia/linha_do_tempo/60/index.php, acesso em 12/12/2016.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – ADUA: <http://www.adua.org.br/> acesso em 25/09/2015.

ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL – ALB: www.alb.org.br, acesso em 20/08/2015/ 23/06/2015

ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL, "Sentidos da ALB" — Fala do professor Ezequiel T da Silva, presidente honorário da ALB, na mesa redonda "Sentidos da ALB", mesa em comemoração aos 30 anos da Associação de Leitura do Brasil (ALB) em 17 de julho de 2012, 18º COLE, Faculdade de Educação da Unicamp: <https://www.fe.unicamp.br/ead/galerias/1477>) acesso em 22/04/2016.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – ADUFRGS: <http://www.adufrgs.org.br/instituicao/> acesso em 25/09/2015.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO RIO DE JANEIRO – ADURJ: <http://www.adur—rj.org.br/> acesso em 25/09/2015.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UNICAMP (ASSUC): <http://www.stu.org.br>, acesso em 20/03/2017.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO, Discoteca Oneyda Alvarenga: http://www.centrocultural.sp.gov.br/Colecoes_Discoteca.html, acesso em 21/12/2016.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA CULTURAL DE CAMPINAS: www.campinas.sp.gov.br, acesso em 20/01/2016.

ESCOLA COMUNITÁRIA DE CAMPINAS:

http://www.ecc.br/site/pasta_206_0__historia.html, acesso em 19/11/2016.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP:

<https://www.fe.unicamp.br/institucional/sobre-a-fe>, acesso em 20/01/2016.

INSTITUTO BIOLÓGICO DE SÃO PAULO:

<http://www.biologico.sp.gov.br/quemsomos.php>, acesso em 01/04/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS IBGE, Séries Estatísticas:

<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxaanalfabetismopessoas15anosmais>, acesso em 17/10/2016.

INTERNATIONAL READING ASSOCIATION (IRA):

<https://www.literacyworldwide.org/about—us/our—story>, acesso em 07/07/2016.

PAULO FREIRE. www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia, acesso em 10/10/2016 e www.paulofreire.org, acesso em 10/10/2016 e www.paulofreire.ufpb.br, acesso em 10/10/2016.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO, entrevista de Carolina Maria Ruy:

<http://metalurgicos.org.br/noticias/centrodememoriasindicalpreservaahistoriadostrabalhadores/>, publicada em 21/09/2015, acesso em 12/12/2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC):

www.sbcnet.org.br, acesso em 22/03/2017.

UNICAMP : <http://www.unicamp.br/unicamp/node/64>, acesso em 20/03/2017.